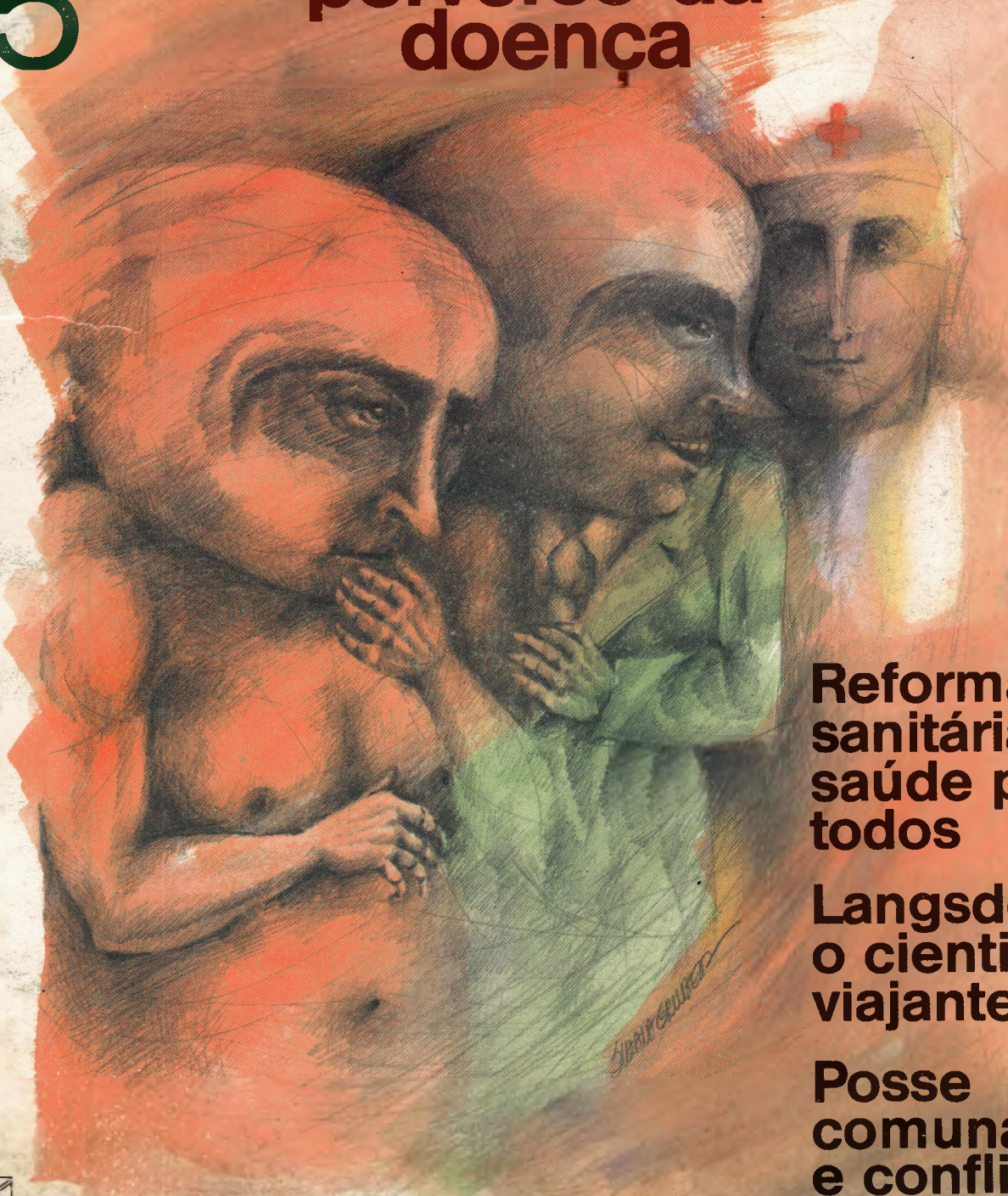


Humanidades

Ano IV/1987/88
ISSN 0102 - 9479

15

**O lucro
perverso da
doença**



**Reforma
sanitária:
saúde para
todos**

**Langsdorff,
o cientista
viajante**

**Posse
comunal
e conflito**





BRB-21 ANOS

O Banco de Brasília chega à maioria com a reafirmação do compromisso assumido 21 anos atrás: o de ter no lucro social a sua razão de existir.

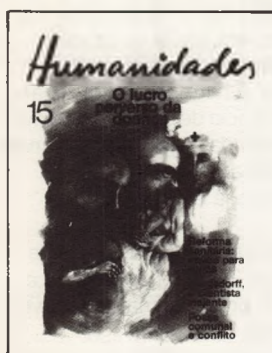
Essa filosofia de trabalho direcionou a atuação do BRB durante todo esse tempo, no sentido de fortalecer todas as atividades produtivas do Distrito Federal e da Região Geoeconômica.

Os lucros que o BRB registra ano a ano são reaplicados nessa ação de fomento, fazendo surgir novas empresas e ampliando o mercado de trabalho para a nossa população.

Quem faz aniversário é o BRB.

Mas quem ganha a festa é você.





Capa: ilustração Suzana Gruber

Saúde e cidadania/capa	O lucro perverso da doença – Eleutério Rodriguez Neto	5
Entrevistas/capa	Reforma sanitária: saúde para todos – Luciene Rosa de Assis	9
Saúde e comunidade/capa	Democratização e saúde: o esforço dos trabalhadores de Ronda Alta – Jorge Cordón Portillo	16
Saúde e consumo/capa	Saúde: ação direta do consumidor – Luiz Felipe Moreira Lima	22
Sociedade	Gilberto Freyre e o mito da cultura brasileira – Elide Rugai Bastos	26
História	Langsdorff, o cientista viajante – Marcos Pinto Braga	32
Terra e homem	Terras de preto, terras de santo, terras de índio – posse comunal e conflito – Alfredo Wagner Berno de Almeida	42
Automação e trabalho	Informática: o mito da profissão do futuro – Ângelo dos Santos Soares	50
Novas tecnologias	A nova lógica da ordem econômica internacional – Milton Seligman	56
Comunicação	Vinte e cinco anos fora do ar – José Salomão David Amorim	62
Música	A flauta, elemento de brasilidade na obra de Villa-Lobos – Odette Ernst Dias	66
Mulher	A mudança que esconde a permanência: a mulher e o descasamento – Ana Maria Nicolaci-da-Costa	72
Latinidad	¿Pátria grande?... ¡Bienvenida! – Mário Liori	76
Psicologia e educação	O superdotado: derrubando um preconceito – Eunice Soriano de Alencar	78
Literatura	Cesário Verde e a visão de artista – Danilo Lôbo	84
Poesia	Uma orquestra chamada Carlos Drummond de Andrade – Alaor Barbosa	90
América Latina e Caribe	O conflito militar centroamericano – Luís Alberto Scotto	93
Direitos humanos	O direito à moradia – José Geraldo Sousa Júnior e Alaíde Sant'Anna	98
Depoimento	Brasil: meio milênio – Roberto B. Piscitelli	99
Perfil	Dewey e os pioneiros da educação – Flávio Linhares	102
Filosofia/antropologia	À margem do horizonte: um helenista e a antropologia – Ordep J. Trindade Serra	104
	In Memoriam Eudoro de Sousa – Fernando Bastos	106
	Lâmina de petélia – Ordep Serra	107
Poema/registro	Ave, Marcos – Tetê Catalão	109
Publicidade	A promessa do paraíso já – Luís Martins	110
Opinião	Concurso público na universidade: um equívoco constitucional – José Carmine Dianese	115
Universidade/2º Clichê	Os inimigos do ensino público – Cristovam Buarque	117
Painel	Crítica	119
	Editora da UnB – Lançamentos	
	Estante Infante-Juvenil	

O despertar da fragilidade

A arrogância do processo civilizatório fez com que o homem inventasse os deuses, para ter a quem temer. Quando a ciência desfez os mistérios do mundo, o homem perdeu o temor aos deuses, substituindo-os por sua própria criação, as armas nucleares; ou pelo distante pesadelo de possíveis invasores vindos do espaço. À exceção destes, o homem a nada temia, podendo dedicar-se ao pretensioso projeto de criar suas utopias: o Olimpo terrestre onde viveriam super-homens criados pelo homem.

De repente, um invasor interno, de tamanho incomensuravelmente diminuto, um simples vírus que recebeu o misterioso nome de HLTV, começa a ameaçar 3 milhões de anos de história natural, 10.000 de história social, 4.000 de civilização, 2.000 anos de arrogância e 200 de prepotência. Com um nome que poderia servir à ficção científica para representar gigantescos invasores extraterrestres, o minúsculo vírus saiu das entranhas da Terra para ameaçar todo o projeto civilizatório.

Desde a grande peste negra, na Idade Média, e salvo as bombas que fez e os invasores que nunca viu, o homem não sentia qualquer outra ameaça ao processo civilizatório. Mesmo quando atacado por acidentes naturais ou sociais, pelo câncer, pela morte, isto era visto como uma ameaça a indivíduos, como uma etapa que um dia seria vencida. A mortalidade de cada indivíduo era vista, sempre, dentro do contexto de uma imortalidade da espécie. Salvo alguns poucos assustados pensadores pessimistas, como Malthus no Século XIX, e os atuais neomalthusianos, ninguém punha em dúvida o brilhante futuro do processo civilizatório, criado talvez de acordo com projetos divinos, mas construído pelo próprio homem.

Este comportamento, que explica o absoluto desprezo por todos os demais atores do processo natural, é o resultado do êxito da inteligência e o coroamento da ignorância dos riscos envolvidos na vida e no processo social que a civilização criou.

Mas, se formos tão inteligentes quanto a nossa prepotência nos faz crer, este minúsculo ser inconsciente pode vir a despertar a consciência de nossa fragilidade.

O obscurecimento do futuro talvez nos faça perceber o óbvio do presente de uma civilização que foi capaz de tudo menos de ser civilizada, que foi capaz de a tudo conhecer, exceto a face real de sua estupidez.

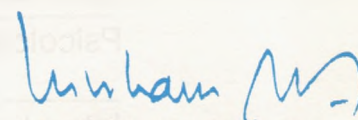
E se soubermos usar desta inteligência, canalizaremos a modéstia para percebermos o risco de um esforço concentrado apenas na utopia de um futuro. Descobriremos a estupidez do presente disfarçada por

um futuro talvez inatingível. Então conduziremos diferentemente os destinos solidários dos homens desta civilização.

Em lugar do esforço para ganhar guerras que talvez já nem ao menos sejam possíveis, e do sacrifício de capitalizar através do empobrecimento das massas, sonhando uma riqueza ilimitada em futuro distante, distribuiremos o que já é possível de ser obtido.

O pensar e o agir sobre o presente permitirão um futuro menos pretensioso e arrogante, mas um presente mais saudável. Se assim o fizermos, talvez o invasor seja derrotado e teremos um futuro menos utópico, mas viável e lógico. E se ele for vitorioso, e o projeto civilizatório interrompido, ao menos nos restará o consolo de que as futuras civilizações que descobrirem nossas ruínas, se disserem que fomos uma civilização frágil, ao menos não dirão que fomos uma sociedade estúpida. Nenhum dos exploradores poderá perceber que – como sempre – a estupidez decorria da arrogância.

Talvez esteja no despertar da fragilidade a descoberta de nossa resistência; e no imprevisível do futuro a força para mudar o presente: toda esta força descoberta graças à fragilidade de um minúsculo vírus.



Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho Editorial: Bárbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Alaide Sant'Anna, Alair Barbosa, Alfredo Wagner B. de Almeida, Ana Maria Nicolaci-da-Costa, Ângelo dos Santos Soares, Cristovam Buarque, Danilo Lôbo, Eleutério Rodriguez Neto, Elide Rugai Bastos, Eunice Soriano de Alencar, Fernando Bastos, Flávio Linhares, José Carmine Dianese, José Geraldo de Sousa Júnior, José Salomão David Amorim, Jorge Córdón Portillo, Luciene Rosa de Assis, Luís Alberto Scotto, Luiz Felipe Moreira Lima, Luís Martins, Marcos Pinto Braga, Mário Liori, Milton Seligman, Odette Ernst Dias, Ordep J. Trindade Serra, Roberto Piscitelli, Telê Catalão.

Painel: Anderson Braga Horta, Clodomir Ferreira, Fábio Lucas, Guido Heleno (edição), José Guilherme Merquior, Lourenço Cazarré

Versões: Mark Ridd e Sara Almaraz.

Ilustradores: Charles Mayer, Fernando Lopes, Fernando Secchin, Giraffa, Luís Humberto Rezende de Brito (Reza), Las Casas (Nanche), Orlando Luiz, Regina (Rê) Ramalho, Suzana Gruber, Terezinha Losada.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso.

Edição de iconografia: Luís Humberto e Douglas Marques de Sá.

Edição de arte: Fernando Secchin

Arte-final: Roberto Batista da Silva

Publicidade e marketing: Maurício Sampaio Cavalcanti

Fotógrafos: Cynthia Brito/F4, Kátia Turra, Paula Simas/F4, Rogério Reis/F4.

Secretaria de produção: Elmano Rodrigues Pinheiro.

Promoção, vendas, assinaturas: Alexandre Lima.

Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira, Marisa Angélica Ramalho.

Cadastro de assinantes: Rosa Maria Dantas de Oliveira.

Preços: Cz\$ 100,00 (exemplar avulso)

Cz\$ 380,00 (assinatura – quatro números)

Cz\$ 300,00 (assinatura para estudantes)

Endereço: Revista HUMANIDADES – Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos
Caixa Postal: 153001

71810 – Brasília – DF – Brasil

Telefones: (061) 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 R. 2110, 2101

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição, fotolitos e impressão: Escopo Editora.

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo o material publicado – artigos, resenhas, ilustrações e fotos – só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

NOTA: A edição da revista agradece ao CNPq e à Finep pelo apoio financeiro prestado a este número.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)

João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)



A bandeira da Reforma Sanitária continua sendo empunhada pela sociedade civil, como parte de sua luta de emancipação. Os inimigos da democracia, contudo, tentam desqualificar suas propostas de mudança, pelo lado ideológico, afirmando que o regime liberal democrático não toleraria uma "socialização" da saúde.

O lucro perverso da doença

Eleutério Rodriguez Neto

A obviedade de certas relações impede que se revelem sua dimensão e sua complexidade; muito menos as suas perspectivas.

É o caso da saúde e da democracia. Ainda que possa parecer óbvia essa associação, é comum a sua bombástica afirmação e o retumbante imobilismo daí decorrente.

É possível uma luta específica "setorial", na busca da democratização da saúde? Ou basta a conquista da democracia na sua dimensão política? E a democracia, se justifica se não for socialmente motivada e orientada?

Não parece que a simples associação da saúde com a democracia ou da doença com o autoritarismo seja suficiente para permitir uma real compreensão sobre as várias dimensões da questão, assim como uma clara escolha das práticas técnicas e políticas dirigidas ao seu enfrentamento. Faz-se necessário uma análise mais detalhada dos seus determinantes e condicionantes, de forma a que a luta pela conquista da saúde seja conseqüente e se torne fator de interesse de cada um e de toda a sociedade.

O problema começa com uma já decantada e aparente contradição: a saúde pouco aparece como prioridade individual ou da sociedade organizada, embora seja difícil imaginar uma pessoa que não tenha como seu máximo objetivo uma vida longa e saudável.

Do ponto de vista pessoal é possível supor que isso decorra de uma apreensão do problema pela sua dimensão negativa. Isto é, a luta pela saúde é identificada com a necessidade de atendimento nas situações de doença. É claro que isso reflete uma baixa consciência individual e coletiva sobre a possibilidade de se ter a saúde como objetivo. Essa reduzida conscientização é, evidentemente, fruto da hegemonia de certos interesses, voltados para a satisfação das necessidades de grupos minoritários no poder, que não desejam o desenvolvimento desse nível de aspiração popular, dadas as suas implicações por demais libertárias.

O patético, no entanto, é que esses grupos, usufruindo melhores condições de



vida, julgam-se imunes aos efeitos de suas práticas de dominação. E, no entanto, de algozes passam a vítimas, quando suas práticas sociais perversas subvertem a própria ordem natural, tornando-os vulneráveis à selvageria da urbanização e do consumismo, à ganância da produtividade agrícola e pastoril, à competição individual e à própria tecnificação desenfreada.

Assim, há dois movimentos a serem encetados: um, de recolocação da saúde em sua verdadeira dimensão; ou seja, entendê-la como a própria manifestação da condição e da qualidade de vida de cada um e, portanto, como o próprio projeto de vida. O segundo, a transformação da saúde em projeto coletivo, assumido por toda a sociedade, através de um Estado que represente seus interesses mais legítimos.

A conquista da saúde passa a ser, portanto, a própria qualificação da democracia, que se materializa na possibilidade efetiva do usufruto da riqueza nacional e dos serviços que confirmam a cada um as condições para o gozo pleno de suas vidas.

O Estado verdadeiramente democrático é assim aquele que assegura esses direitos a todos sem a intermediação de outros interesses que não os coletivos, não bastando a conquista apenas dos direitos civis e políticos para que se plasme uma verdadeira cidadania. E que a saúde, a educação, a habitação, a alimentação, entre outros, não sejam fatores de discriminação entre cidadãos de primeira e de segunda classes.

A iniquidade

Fugimos aqui a uma abordagem meramente descritiva do quadro de doenças no país, uma exaustiva e nem sempre esclarecedora quantificação. Impõe-se, no entanto, uma qualificação da questão, isto é, os tipos de problemas, sua ordem de grandeza, suas peculiaridades e distribuição.

De acordo com dados internacionais, o Brasil, que é a oitava economia mundial, apresenta-se no sexagésimo quarto posto em indicadores sociais, nos quais os índices de saúde têm peso fundamental. Assim, a idéia do Brasil Grande traz embutido também o tamanho de seus problemas sociais e, em especial, os de saúde, afastando qualquer hipótese de ufanismo e obrigando a uma profunda reflexão sobre a iniquidade em que vive a maioria da população.

É bem verdade que a mortalidade infantil baixou nos últimos anos, estando ao redor de setenta óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. No entanto, isso não revela as imensas disparidades regionais, onde esses valores variam de vinte e cinco a quase duzentos, aproximando polarmente o país de outros em extremos de desenvolvimento e de atraso. Em termos de América do Sul, apenas a Bolívia e o Paraguai apresentam valores piores que o Brasil.

Outro indicador dramático é a esperança de vida ao nascer. Se a chance média de viver de um habitante da região Sul é de sessenta anos, a de um nordestino é de apenas quarenta e cinco.

A par dessas indignas e inaceitáveis diferenças regionais e sociais, outras questões ainda afligem os brasileiros. Sem que as doenças infecciosas tenham saído das primeiras causas de morte, já lhes fazem companhia doenças cardiovasculares, os cânceres e os acidentes. Isto é, além de ser campeão nas chamadas "doenças da pobreza", o Brasil já disputa espaço entre os países com elevados índices de doenças consideradas "do desenvolvimento", da urbanização.

Doenças cujos mecanismos de transmissão são amplamente conhecidos, inclusive preveníveis por imunizações, continuam a grassar. É o caso da doença de Chagas, que, como se costuma dizer, é um problema mais de BNH que de BHC (em alusão ao problema habitacional vis-a-vis um método químico de combate ao "barbeiro"); grave também a alta incidência de malária e da esquistossomose, que avançam com o fluxo migratório descontrolado, e o aumento recente da poliomielite.

Doenças habitualmente brandas como o sarampo matam crianças desnutridas; e, no Brasil, considera-se que duas terças partes da população não têm uma ingestão minimamente adequada.



Acrescem-se a esse quadro antigas ameaças que recrudescem pela interrupção do processo de vigilância, como é o caso da febre amarela e do dengue, e novos flagelos, como a AIDS.

Alguns fatores nitidamente associados à ocorrência de doenças, como a ligação de domicílios à rede de esgotos, também corroboram esse quadro iníquo: se no país como um todo a porcentagem desses domicílios é de apenas trinta por cento, esse valor cai drasticamente para cinco por cento na região Nordeste.

Longe, pois, de qualquer comemoração, o campeonato que se está disputando é o da doença, e o que deveria ser a luta pela saúde acaba redundando numa ingloria batalha pela sobrevivência.

A perversidade

Como se não bastassem as condições iníquas que asseguram, pelas más condições de vida e trabalho, a alta incidência de doenças e outros agravos, o sistema de prestação de serviços tampouco presta um papel relevante no enfrentamento dessa situação.

A absoluta falta de prioridade à saúde evidencia-se pelo baixo dispêndio da área. O Brasil gasta cerca de quatro por cento do seu PIB com saúde, enquanto o Canadá, com um PIB igual e menos de um quinto da população, gasta quase quatro vezes mais; isto é, per capita, o gasto é cerca de vinte vezes maior. A Argentina gasta o dobro do Brasil e a maioria dos países desenvolvidos aloca mais de dez por cento do seu PIB à saúde.

No Brasil, ao redor de setenta por cento dos gastos são realizados com recursos públicos; e destes, setenta por cento têm origem na Previdência Social. O Ministério da Saúde consome apenas dois por cento do orçamento geral da União.

Muitas considerações poderiam ser feitas ainda sobre o caráter desigual do financiamento, como a regressividade de suas fontes e o beneficiamento de alguns grupos sociais em detrimento de outros.

Entretanto, a par dessas insuficiências e desigualdades, a par de se gastar pouco, gasta-se mal.

Em primeiro lugar, a concepção distorcida das próprias políticas sociais tem feito com que as mesmas tenham efeito altamente discriminatório, ao serem orientadas mais pelos interesses da acumulação e do clientelismo que propriamente pelas necessidades sociais. A política de saúde não tem sido diferente.

Pode-se dizer que a expansão dos serviços de saúde acompanha o próprio desenvolvimento da Previdência Social brasileira. Esta via, se assegurou a faixas significativas da população trabalhadora o acesso a serviços de saúde, implicou alguns desvios importantes, levando a uma inversão de prioridades, ao concentrar recursos nas ações de



caráter individual e curativo; e nestas, nos níveis tecnologicamente mais diferenciados, ocasionando um aparente progresso, com uma absoluta iniquidade, face ao baixo acesso igualitário a esses meios. O chamado avanço da medicina brasileira, se bem seja verdadeiro, não está ao alcance da maioria dos brasileiros.

O "milagre brasileiro" da década de setenta não esteve ao largo do setor saúde. Pelo contrário, o aparente superávit da Previdência Social (aparente porque apenas de caixa; ele desapareceria quando, à frente, os usuários passassem a fazer jus aos benefícios) levou a uma política extremamente perversa quando incentivou e proporcionou a privatização dos serviços médico-hospitalares, inaugurando a fase da capitalização interna do setor, com o empresariamento e a mercantilização da medicina. Vale dizer, afastando a possibilidade de uma aplicação socialmente justa dos recursos públicos, que passaram a ser orientados pelos interesses capitalistas. Como se não fosse suficiente a própria lógica interna da acumulação, a lei do Sistema Nacional de Saúde de 1975 estabelece limites institucionais para as ações curativas e individuais (e passíveis de empresariamento) a cargo da Previdência Social, e para as de "saúde pública", a cargo do Ministério da Saúde e secretarias de Saúde. Isto

assegura o fluxo de recursos para as primeiras, impedindo a tecnicamente desejável e socialmente justa integração, assim como a continuidade das ações de saúde preventivas e curativas.

O esvaziamento contínuo, pois, das ações do Ministério da Saúde, acolitado pelas secretarias de Saúde estaduais e municipais, foi acompanhado de uma expansão da rede assistencial, na forma mais distorcida possível, concentrando equipamentos nas grandes cidades e nas regiões mais desenvolvidas. Além do mais, equipamentos definidos menos pelas necessidades de cobertura assistencial do que pela possibilidade da reposição e ampliação do investimento.

O agravante da forma de pagamento dos serviços privados, por volume de atos praticados, aumentou ainda mais as distorções e veio a colaborar para a própria inviabilidade financeira do sistema.

A eventual concorrência exercida pelos serviços públicos foi neutralizada com a sua desvalorização, ociosidade e sucateamento, criando a ideologia de que "o serviço público não funciona" e que o privado é mais eficiente.

A despeito de exceções e de programas marginais de sucesso, o resultado de tudo isso para a população é a baixa qualidade do atendimento e a sua não resolatividade. Mesmo que nem sempre a população tenha a clara percepção disto, uma vez que seus critérios podem estar centrados em aspectos apenas adjetivos do atendimento.

O movimento

A iniquidade e a perversidade a que se aludiu não passaram despercebidas aos profissionais da área. De há muito, propostas de racionalização na forma de organização e prestação de serviços de saúde são apresentadas e discutidas. A mais antiga de que se tem notícia no país é obra de Oswaldo Cruz, no começo do século, quando propõe uma ação estatal única de coordenação e execução da política de saúde pública. Em 1963, numa conjuntura de grande mobilização social e política, a 3ª Conferência Nacional de Saúde propôs uma reforma do sistema de saúde através de uma profunda municipalização.

Durante os anos do autoritarismo, quando o quadro se agravou, seja na sua dimensão epidemiológica, seja na dos serviços, também surgiram propostas e projetos alternativos, sempre marginais ou consentidos; alguns, oficialmente adotados como política compensatória, para regiões pouco "favorecidas" pela política hegemônica.

A importância, no entanto, dos profissionais e a insuficiência das propostas internas ao setor levaram à necessidade de incorporação de outras categorias de análise aos problemas de saúde e doença, que fossem

mais explicativas e proporcionassem pautas conseqüentes de intervenção.

Foi quando se deu a associação explícita com as ciências sociais, na sua vertente não-funcionalista.

A partir, pois, das experiências alternativas vividas e das análises do sistema oficial promovidas com o auxílio do instrumental sociológico, inaugurou-se uma nova fase desse processo, com a produção pela já então chamada área de "medicina social" de propostas de mudança do setor saúde, ou das políticas de saúde, na direção de sua democratização.

A associação do movimento setorial à luta pela democratização da sociedade foi um passo natural, tornando-se o movimento da saúde instrumento e caminho de oposição ao regime.

Esse movimento sempre entendeu que se a conquista da saúde passava pela conquista da democracia, também era verdade que a politização da questão saúde era um forte instrumento de luta. E mais, que a democracia se conquistava passo a passo, no concreto, na disputa dos espaços institucionais e nas reorientações, pequenas que fossem, mas que fizessem a política de saúde convergir para os objetivos da universalidade e equidade no acesso às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.



Assim, sem abrir mão da luta política pela superação do regime militar, construiu-se uma proposta de reforma do setor baseada nos princípios de integração, descentralização e participação. A proposta se materializa na idéia de um Sistema Único de Saúde, com comando administrativo único no nível federal, e nos níveis estaduais e municipais; com uma profunda transferência de atribuições para estados e municípios, e submetido a um efetivo controle por parte da população organizada.

Na busca de legitimidade social ou de elementos para enfrentamento de suas crises, o sistema oficial lançou mão em várias oportunidades de algumas das idéias e medidas contidas na proposta, chegando, ainda no período militar, a implementar uma incipiente mas promissora integração funcional entre o governo federal, estados e municípios, estratégia essa conhecida como Ações Integradas de Saúde.

A aspiração por mudanças mais profundas e a possibilidade de uma discussão mais ampla proporcionada pelo advento da Nova República levaram à realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986. Considerado o maior e mais representativo fórum de uma discussão tida como setorial, a Conferência aprofundou e legitimou as teses do movimento, já então ampliado, pela democratização da saúde.

O ideário da conferência, que propugna a luta pela saúde como direito, através da conquista de melhores condições de vida e pela criação de um Sistema Único de Saúde sob responsabilidade pública, dirigido à totalidade dos cidadãos, ganhou novo apelido e passou a constituir a pauta para a Reforma Sanitária Brasileira.

A Reforma Sanitária, cuja bandeira passou a ser empunhada pelas instituições governamentais, continua sendo, no entanto, um movimento da sociedade civil. Até agora a sua incorporação oficial é mais formal que efetiva, mais administrativa que substantiva.

Apesar de se poder dizer que as instituições governamentais setoriais e seus dirigentes têm orientado suas políticas de forma convergente, em muitos pontos, com a Reforma Sanitária, a prioridade conferida à mesma pelo governo como um todo ainda não permitiu um real ponto de inflexão no processo, no

qual continuam ainda hegemonicamente instalados interesses divergentes.

Mais do que a vontade de dirigentes, faz-se necessário mudar concretamente o aparato legal que orienta o funcionamento do setor, assim como os próprios preceitos constitucionais sobre a saúde, hoje incipiente e discriminatoriamente tratada na Constituição.

Parece não restar dúvidas de que a consistência da proposta do movimento popular pela Reforma Sanitária conseguirá assegurar, na nova Constituição, as questões essenciais para estabelecer um novo e avançado patamar na luta pela democratização da saúde.

Apenas novo patamar, na medida em que a universalidade e equidade no acesso à riqueza nacional ainda estarão por se conquistar no futuro histórico do povo brasileiro. Mas um patamar avançado, uma vez que, ainda que do ponto de vista formal, se estará assegurando o direito à saúde, assim como o dever do Estado em promovê-la, protegê-la e recuperá-la; a criação do Sistema Único de Saúde; uma melhoria no financiamento; e uma melhor articulação intersetorial.

A próxima etapa do processo será a luta pela aplicação desses preceitos constitucionais à conformação de um novo arcabouço institucional, através de uma nova Lei de Sistema Nacional Único de Saúde.

O futuro

A possibilidade da conquista da saúde como efetiva prioridade de governo e de toda sociedade passa, evidentemente, pela democratização do Estado.

Entretanto, não só a democracia não é algo abstrato como a saúde deve se materializar em indicadores da condição de saúde e características do seu sistema de prestação de serviços. Assim, nem uma, nem outra, resolvem-se por qualquer solução de continuidade.

Se são necessárias bandeiras políticas e corpo doutrinário para fazer avançar o processo, são também essenciais propostas e medidas concretas que, a cada passo, evidenciem ganhos para a população. Qualquer mudança deve estar orientada pela resposta à pergunta elementar de como a mesma redundará em benefício para o usuário.

Estão por ser conquistadas questões elementares, como atendimento digno, uma garantia de tratamento e o acesso à tecnologia disponível. É essencial que ações como as de vigilância sanitária, sobre medicamentos e produtos de consumo e uso humano, de controle das condições ambientais e das condições de trabalho sejam entendidas como próprias da saúde e integrem o Sistema Único de Saúde.

Conflitos de interesses, entretanto, continuarão em jogo e se tentará desqualificar as propostas de mudanças pelo lado ideológico, imputando-lhes uma incompatibilidade com o regime liberal democrático que não toleraria uma "socialização" da saúde.

A verdade é que, aos inimigos da democracia, tudo é válido para preservar seus poderes e privilégios.

O que é necessário se ter em mente, no entanto, é que, se para os reais democratas a saúde é a própria expressão da democracia, em plenitude, para os defensores da democracia liberal burguesa o alcance dos padrões mínimos de saúde é absolutamente essencial para a própria estabilidade do regime.

O avanço da Reforma Sanitária está, assim, condicionado pela possibilidade da permeabilidade do Estado ao controle social, em especial sobre as políticas públicas, e em particular sobre o sistema de saúde. Não se "produzirá" mais saúde como efeito mecânico de uma reorganização formal do aparato institucional.

Trata-se de incorporar à plataforma da democratização a questão da saúde e fazer da formação da consciência sanitária uma estratégia política.

Trata-se de construir uma nova ética que oriente desde a formulação de planos nacionais até a prática concreta do mais singular profissional de saúde.

Esse o desafio que a sociedade se coloca, através do movimento da Reforma Sanitária, como parte da sua luta de emancipação.

Eleutério Rodriguez Neto é pós-graduado em Medicina Preventiva na USP. Foi secretário-geral do Ministério da Saúde (1985-1986) e atualmente dirige o Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Saúde/UnB.

Resumen

LA GANANCIA PERVERSA DE LA ENFERMIDAD

La reforma sanitaria cuya bandera pasó a ser empuñada oficialmente por las instituciones gubernamentales continúa, sin embargo, como un movimiento de la sociedad civil. Hasta ahora su incorporación oficial es más formal que efectiva, pues no basta con la buena voluntad de los dirigentes. Al contrario, es necesario cambiar el aparato legal que orienta el funcionamiento del sector, así como los propios preceptos constitucionales sobre la salud, los cuales, actualmente, están tratados en la Constitución en forma incipiente y discriminada.

Abstract

THE PERVERSE PROFITS OF DISEASE

Though government institutions have now officially taken up the banner of Sanitary Reform, it is still very much a matter for civilian society. To date, official incorporation has been more formal than factual. Above the wishes of government leaders, what is called for is a concrete change in the legal apparatus that governs the workings of the sector, as well as the very constitutional precepts about health, which the Constitution has so far dealt with in an incipient and discriminatory fashion.

Reforma sanitária: saúde para todos



Nos idos de 1920, o Rio de Janeiro era o ponto central de todos os acontecimentos importantes, bons e maus. Por aquela época, a cidade acabava de se livrar de uma epidemia de febre amarela e já se via às voltas com um surto de coqueluche, difteria e outras tantas “rias”, decorrentes da falta de saneamento básico. A partir dessa realidade, o Rio também foi palco da primeira tentativa de se pôr em prática uma Reforma Sanitária, nos moldes do proposto pelo pioneiríssimo Oswaldo Cruz, médico sanitário, preocupado com o descontrole daquelas doenças e as condições favoráveis à sua proliferação.

Oswaldo Cruz morreu e mais de 50 anos se passaram sem que os sistemas básicos de saneamento e atendimento à saúde sofressem as mudanças desejadas por ele. Isto porque a questão social sempre esteve relegada a planos inferiores. No entanto, a população sofreu maior execração, de parte dos nossos governantes, durante o recrudescimento político imposto pelo golpe militar de 1964 e que golfamos por mais de 21 anos. Mesmo dentro desse quadro totalmente adverso, começaram a surgir algumas pessoas como os sanitários Mário Magalhães da Silveira e Carlos Gentile de Melo que, por suas propostas e preocupações, lançaram à consciência nacional uma pequena semente, que se pensava exterminada pelo descaso das políticas governamentais: a realização de uma Reforma Sanitária ampla no Brasil.

Reforma Sanitária! A princípio pareciam apenas palavras fictícias para alguns, mas que terminaram por arrebanhar outros adeptos importantes e dispostos a batalhar por ela, apesar das adversidades impostas pelo regime militar. E esse movimento, ainda embrionário, foi ganhando espaços.

Com o advento da Nova República, abre-se um momento maior e mais representativo que culmina com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, entre 17 e 25 de março de 1986. Caracterizou-se por ser um evento eminentemente democrático e responsável pela institucionalização desse levante pró-Reforma Sanitária. Pela primeira vez a sociedade esteve representada como um todo pelas entidades populares, sindicais e de classe. Na ocasião falou-se muito em democratizar os sistemas de saúde; colocar um ponto final às fraudes; descentralizar o poder do Estado; e

preservar o meio ambiente, “para que ele não se torne hostil à vida”. Falou-se, também, em criar melhores condições de vida e saúde para a mulher, a criança (minimizando a mortalidade infantil) e o trabalhador.

Ao reabrir as discussões em torno de um tema tão preocupante e especialmente necessário para o brasileiro, a intenção de **Humanidades** é levantar o tapete e expor as fragilidades e impedimentos que cercam a concreção da Reforma Sanitária. Para sacudir esse tapete convidamos o sanitário Antônio Sérgio da Silva Arouca, 46 anos, presidente da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e secretário de Saúde do Rio de Janeiro, e o médico Hésio de Albuquerque Cordeiro, 45 anos, presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS. Apontados como dois dos pilares do movimento pró-Reforma Sanitária no Brasil, eles concordam que sua realização depende apenas de uma decisão política que coloque a questão social como prioritária.

“O autoritarismo teve a grande competência de criar o sistema de saúde mais incompetente já conhecido na América Latina. É um sistema corrupto, ineficaz, mal distribuído, descoordenado e gasta mal o dinheiro.”

Humanidades – O que vem a ser Reforma Sanitária?

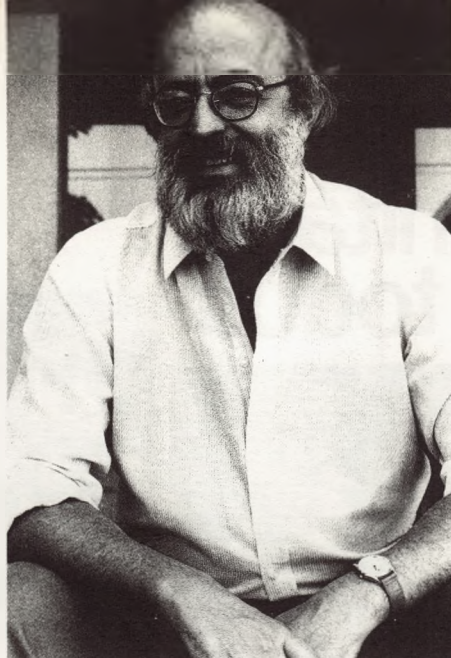
Arouca – Acabou sendo um termo usado para designar o conjunto de propostas que vêm sendo debatidas no Brasil, dizem alguns, nos últimos 50 anos. Oswaldo Cruz tinha proposto uma Reforma Sanitária para a cidade do Rio de Janeiro, inclusive com a criação do que hoje chamamos de distrito sanitário. Durante a década dos anos 20 e a dos anos 30, quando se começava a discutir um princípio de organização da saúde pública brasileira, começaram a surgir propostas de municipalismo ou regionalismo dos serviços de saúde. Isso volta também na década dos anos 40, com a organização da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública – Fanduc, o que significa que já temos uma história de propostas que vêm acontecendo nos últimos anos, no sentido de criar um sistema de saúde brasileiro mais competente.

Isso ganhou muita força principalmente durante os anos da ditadura, quando a saúde, no Brasil, foi considerada mais uma área de mercantilização e acumulação de capital e onde os serviços públicos foram absolutamente sucateados. No Rio de Janeiro não se investiu em nenhum leito em praticamente 21 anos. Os laboratórios públicos, alguns com a maior tradição, foram destruídos, como no caso do Butantã. Centros de pesquisa foram absolutamente liquidados, como o Departamento de Parasitologia Samuel Pessoa, da USP, ou o massacre de Manguinhos.

Enfim, o autoritarismo teve a grande competência de criar o sistema de saúde mais incompetente já conhecido na América Latina. É um sistema corrupto, ineficaz, mal distribuído, descoordenado e gasta mal o dinheiro. Hoje, apesar de o Brasil ser considerado a 8ª potência econômica do mundo, tem indicadores de saúde só comparados aos do Paraguai e do Haiti.

Então, Reforma Sanitária é um termo que hoje congrega todas as propostas para transformar essa realidade. Propostas de reorganização do sistema de saúde, melhor formação dos profissionais da área, recuperação dos nossos laboratórios públicos e adoção de medidas que consigam dar um impacto positivo no nível de saúde da população brasileira. E o conjunto dessas propostas é o que chamamos de Reforma Sanitária.

Humanidades – A partir de quando isso passará à prática e será aplicado em favor da população?



Fotos: Kátia Turra

Antonio Sérgio da Silva Arouca, presidente da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e Secretário de Saúde do Rio de Janeiro.

“Para nós, democracia é saúde, condições dignas de trabalho, salário decente, condições de transporte, moradia, habitação, direito à educação gratuita.”

Arouca – A aplicação da Reforma Sanitária não depende de um gesto de vontade dos sanitaristas. É fundamentalmente uma coisa a ser conquistada pela luta da população. Nós tivemos grandes avanços nos últimos tempos. A 8ª Conferência Nacional de Saúde foi um ponto importante no instante em que conseguiu, pela primeira vez na história da Saúde Pública deste país, fazer uma conferência nacional com participação popular e não simplesmente mais uma reunião de tecnoburocratas.

Depois disso, estamos conseguindo que o fundamental dessas propostas seja

aprovado pela Constituinte, pois já constam do relatório da Comissão da Ordem Social. Por outro lado, mesmo que as propostas ainda não estejam aprovadas, estamos tentando começar uma Reforma Sanitária em alguns estados, acabando com toda essa multiplicidade de órgãos que existe no governo federal e que faz com que a saúde no Brasil seja verdadeiramente surrealista.

A Reforma Sanitária pretende acabar com essa esquizofrenia do sistema de saúde brasileiro, em duas estratégias. Uma, a partir das discussões na Constituinte. E a outra, colocar a Reforma Sanitária em prática, mesmo antes da Constituição, naqueles espaços onde isso é possível.

“Não estamos querendo um sistema de saúde de pés descalços, pobre. Mas um sistema tecnicamente competente e adequado à nossa realidade.”

Humanidades – Bom, então esse novo movimento pela Reforma Sanitária vem atestar a falência e a inoperância do Sistema de Saúde que o governo tem conduzido até o momento?

Arouca – O movimento sanitário é uma luta do povo brasileiro, no sentido de criar um novo sistema de saúde. O que temos hoje é absolutamente incompetente. Nem mesmo consegue controlar a paralisia infantil, que é pingar um gota na boca das crianças, a difteria, o tétano, a Chagas, a xistossomose... Temos os maiores indicadores de infecção hospitalar, de mortalidade, por acidente, de crianças em idade escolar e maior mortalidade por doenças ocupacionais. O sistema de saúde brasileiro precisa ser absolutamente transformado.

Humanidades – A partir desse novo panorama, o que vem a ser o Sistema Único e Descentralizado de Saúde?

Arouca – Estamos partindo do princípio de que a saúde deve ser considerada um direito do brasileiro e do residente no país. E para garantir esse direito, precisamos de um sistema de saúde que organize esse caos que está aí, aplique melhor os recursos, faça uma incorporação de tecnologias competentes para transformar o atual sistema. E o instrumento que colocamos como proposta para alcançar esse direito é um Sistema Único e Descentralizado de Saúde. Sempre a partir de um fundo único de saúde, que possa ser aplicado segundo as necessidades de saúde da população e não de acordo com as regras de mercado.

O próximo passo é transformar toda a política de recursos humanos, formando profissionais de saúde adequados à nossa realidade e não adequados a Paris ou Nova Iorque. Ou seja, que conheçam diarreia, doenças infecciosas e que tenham capaci-

dade crítica para introduzir transformações no Sistema e cabeça aberta para assimilar tudo o que existe de moderno. Não estamos querendo um sistema de saúde de pés descalços, pobre. Mas um sistema tecnicamente competente e adequado à nossa realidade.

Humanidades – Existe estrutura para tanto?

Arouca – Acho que temos competência técnica no Brasil para isso.

Humanidades – O sucesso agora depende de quê?

Arouca – Acho que de força política. Depende de que o novo sistema de saúde continue ampliando gradativamente a força que hoje ele tem, transformando-se em um desejo nacional. E no instante em que representar o desejo das forças políticas, passa a ser vontade política. Ele não é um projeto de burocratas. É um projeto político, de solução de questões políticas da saúde brasileira.

“Não estamos propondo importação de modelos, nem um sistema de saúde que só possa existir em um sistema socializado. Se bem que os inimigos da Reforma Sanitária estão tentando falar isso.”

Humanidades – Quer dizer que o renascimento da Reforma Sanitária veio junto com o movimento democrático?

Arouca – Foi uma parte integrante dele. Quando se estava tentando discutir, na área de saúde, a necessidade de democratização do país, as pessoas que trabalham na área começaram, cada dia mais, a se conscientizar da impossibilidade de melhorar as condições de saúde da população brasileira, sem antes conseguir uma democracia.

Hoje, estamos vivendo essa fase de transição, de liquidação dos mecanismos autoritários. Para nós, democracia é saúde, condições dignas de trabalho, salário decente, condições de transporte, moradia, habitação, direito à educação gratuita. Direito também a uma forma gratuita e universal dos serviços de saúde, que seja técnica e cientificamente competente e simultaneamente humana. Que o brasileiro ganhe cidadania dentro dos serviços de saúde e possa receber aquilo que nossa condição sócio-econômica hoje permite.

Humanidades – A Reforma Sanitária tem futuro? A atual situação política permite que ela seja posta em prática?

Arouca – Permite. Nossa proposta de Reforma Sanitária não entra em contradição com outras propostas de desenvolvimento brasileiro. Não estamos propondo importação de modelos, nem um sistema de saúde que só possa existir em um sistema socializado. Se bem que muitos dos inimigos da Reforma Sanitária estão tentando falar isso.

O que queremos para o Brasil é uma Reforma Sanitária nacional e muito brasileira, baseada em experiências realizadas em Campinas, Londrina, Niterói e Montes Claros. E nossas propostas ainda não se concretizaram porque os compromissos criados pela ditadura com corrupção, fraude, incompetência e burocratismo foram tão grandes que, para liquidar tudo isso, infelizmente a democracia brasileira ainda terá de pagar preços muito altos nessa área.

Humanidades – Quais foram os resultados da 8ª Conferência Nacional de Saúde com relação às propostas voltadas para a Reforma Sanitária? Parece que houve consenso.

Arouca – A meu ver, tudo o que está acontecendo hoje, na Constituinte, é resultado da 8ª Conferência, que foi um momento de luta da população brasileira, no sentido de transformar o sistema de saúde. Se não ganharmos desta vez, com a nova Constituição, vamos ter de buscar outros instrumentos de mudança.

Quando foi criada a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, um dia antes estava morrendo Mário Magalhães da Silveira. Há vinte anos ele discutiu uma Reforma Sanitária para o Brasil. Infelizmente morreu antes que ela acontecesse. Mas nós não queremos ser lembrados como aqueles que brigaram durante trinta anos e morreram sem ver uma Reforma Sanitária no Brasil. Esperamos ser os técnicos dessa solução para a nação brasileira.

Humanidades – Politicamente, até onde vai esse consenso?

Arouca – Existem divergências sobre a intervenção do Estado.

Humanidades – De que tipo?

Arouca – Por exemplo, se a indústria farmacêutica deve ou não ser completamente estatizada. Mas, no que é substancial – que a saúde é um direito, que deve ser criado um Sistema Único de Saúde, que ele deve ser democratizado, que temos de conseguir autossuficiência em medicamentos imunobiológicos – há consenso.

Humanidades – Como é que vocês pretendem controlar a realização da Reforma Sanitária? A partir da estadualização do Sistema de Saúde?

Arouca – A estadualização é apenas um dos instrumentos da Reforma Sanitária. Ela pressupõe que as ações devem ser descentralizadas. Você não pode controlar um centro de saúde a partir de Brasília. E quando ela pressupõe uma coordenação única, a nível federal, também sugere que o Sistema seja estadualizado e municipalizado. O que estamos fazendo agora é simplesmente uma das etapas da Reforma Sanitária: passar para o Estado o que ele pode administrar e para o município o que é de sua competência. E isso não se confunde com Reforma Sanitária. É apenas uma parte dela, mas muito substantiva.

Humanidades – Existem contestações sobre a estadualização do Sistema de Saúde. Os argumentos dizem que isso vai suscitar maior aparecimento de corrupção, de desvio de verbas.

Arouca – Ai acho que entra aquele detalhe do controle social. As possibilidades de corrupção são tanto maiores quanto mais centralizado for o sistema e quanto mais distantes da população estiverem os fatos. Acreditamos que a descentralização é uma forma de democratizar e ampliar o controle social sobre os gastos públicos.

Humanidades – Já que você está com a mão na massa, e dentro do movimento, também vai fiscalizar? Vai participar da reimplantação da Reforma Sanitária?

Arouca – Bem... Tenho o prazer de estar participando disso em todos os níveis. Com o movimento sanitário nacional... Também participo da luta política pela implantação da Reforma Sanitária, por isso estou fazendo hoje (28/08) a defesa da Emenda Popular.

Como presidente da Fundação Oswaldo Cruz, estou participando, no campo científico-tecnológico, para dar ao Brasil um nível de competência que incremente a soberania nacional nas questões de saúde.

E como secretário de Saúde do Rio de Janeiro estou tentando fazer a estadualização. Posso dizer que estou metido nessa questão da Reforma Sanitária de ponta cabeça. Como vou ter um filho mês que vem (setembro), espero que esse meu filho nasça com todas as possibilidades de atendimento, num sistema público digno e honesto.

“Nós não queremos ser lembrados como aqueles que brigaram durante trinta anos e morreram sem ver uma Reforma Sanitária no Brasil. Esperamos ser os técnicos dessa solução para a nação brasileira.”

Humanidades – Na sua opinião, o que facilitou a união de forças em torno da Reforma Sanitária?

Arouca – O fato de estarmos trabalhando com a saúde da população. E não existe nenhuma possibilidade de se fazer ficção sobre a realização da Reforma Sanitária. Isso permitiu que se fizesse um verdadeiro acordo suprapartidário. Essa proposta de hoje é apoiada pelos partidos comunistas e foi aprovada na Convenção Nacional do PMDB. Tem o apoio da CUT, CGT, Sindicato dos Médicos, Sindicato de Enfermagem, das associações de moradores, porque foi assim que se discutiu na 8ª Conferência: que a Reforma Sanitária seja uma conquista suprapartidária do povo brasileiro e que possa ser um exemplo de como trabalhar conjuntamente, nas questões que são fundamentais para a nação.

"A idéia do sistema unificado prevê a ampliação dos canais de participação popular e comunitária, de tal forma que a população possa influir nas decisões da política estadual e municipal de saúde..."

Humanidades – Atualmente, você é considerado o líder do movimento pró-Reforma Sanitária no Brasil. Como isso começou?

Hésio – Não é propriamente uma questão de ser líder. É um movimento que envolve muitos profissionais de saúde que começou a ser formulado por ocasião da constituição do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes. Depois, se traduziu num documento chamado "A Questão Democrática da Saúde" que, em 1976, foi apresentado à Reunião Anual da SBPC, foi discutido e aprofundado pelo Cebes e por seus núcleos regionais e estaduais. E foi se configurando numa proposta de oposição à política de saúde vigente na época. Se concretizou em 1979, no Simpósio Nacional de Saúde, promovido pela Câmara dos Deputados, através da Comissão de Saúde.

A partir daquela época, a proposta começou a se difundir no seio da sociedade e dos partidos políticos e a se configurar como uma proposta alternativa, que oferecia novos caminhos para a política nacional de saúde.

Humanidades – De que forma essa proposta foi absorvida na organização da Nova República?

Hésio – Por ocasião da formulação da proposta da Nova República, essa proposta foi apresentada, em 1984, num seminário organizado pela Câmara e se tornou mais concreta com a idéia da unificação do sistema de saúde e, mais do que isso, de uma ampla Reforma Sanitária, que fosse além da simples modificação do sistema de saúde, que, aliás, é muito complexo.

No governo do presidente Sarney, os ministros Waldir Pires e, posteriormente, Rafael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, criaram todas as condições para que revíssemos a posição do Inamps e trabalhássemos na discussão do Sistema Unificado de Saúde. Naturalmente que as propostas foram retraduzidas, aprofundadas e debatidas na 8ª Conferência, de uma forma completamente democrática. Depois disso, a Comissão Nacional de Reforma Sanitária, criada pelos ministros da Previdência e da Educação, trabalhou com os desdobramentos da Conferência Nacional de Saúde.

Humanidades – A sociedade está representada na Comissão?



Hésio de Albuquerque Cordeiro, presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – Inamps

"... A cidade de Maceió foi toda dividida em distritos sanitários e a população foi altamente informada sobre essa nova relação que se estabelece entre o posto de saúde e cada conjunto de famílias."

Hésio – Pessoas ligadas à administração pública – órgãos federais, estaduais e municipais –, entidades de representação da sociedade – hospitais, profissionais de saúde – e representantes de entidades sindicais como CUT, CGT e CONTAG. E através de uma estratégia colocada em marcha pelo ministro da Previdência Social, podemos trabalhar mais intensamente junto aos estados. A idéia é transferir para as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde uma série de atribuições que hoje ainda estão no âmbito do Inamps.

Humanidades – Quer dizer que isso já é um princípio de descentralização da ação do governo no sistema de saúde?

Hésio – Exato. Queremos garantir um comando único para o sistema, modificando o papel do Inamps, que não desaparece, mas tem suas funções transformadas fundamentalmente em ações de planejamento, acompanhamento e avaliação dos sistemas unificados de saúde, em cada estado.

Humanidades – Isso vai facilitar a realização da Reforma Sanitária?

"Espero que, com essa atuação concreta e aberta da Previdência Social e do Inamps, essa história de vilão passe a ser apenas uma análise da história anterior das políticas de saúde do país."

Hésio – A descentralização é um componente estratégico importante. Mas também é preciso reformular a política de recursos humanos, a de medicamentos e de insumos tecnológicos e a política de ciência e tecnologia da área de saúde. E tudo isso deve convergir para a implantação dos distritos sanitários, onde a comunidade tenha claramente definidos quais os serviços a que ela pode recorrer, além de exercer o controle social dos serviços prestados em cada distrito sanitário, garantindo a integralidade das Ações Integradas de Saúde. Já não fazemos mais diferenciação entre medicina preventiva e curativa. É preciso que haja continuidade no atendimento à população.

Humanidades – Transformar o sistema de saúde atual num sistema único, é um dos poucos pontos que estão sendo tratados de forma conjunta na Constituinte. Isso fornecerá instrumentos legais para a população exigir o cumprimento do que está sendo proposto?

Hésio – Exato. Inclusive porque também se prevê, na idéia do sistema unificado, a ampliação dos canais de participação popular e comunitária, tanto nos Conselhos Estaduais de Saúde, como também junto aos municípios (Conselhos Municipais de Saúde). De tal forma que a população possa influir nas decisões da política estadual e municipal de saúde, exercendo também o controle, fiscalização e acompanhamento das ações.

Humanidades – Como tem repercutido, junto aos meios acadêmicos do setor saúde, essa nova atitude do governo de transformar a saúde em um sistema único?

Hésio – No início, houve um certo grau de incompreensão, inclusive por parte de alguns especialistas que trabalham na área de saúde coletiva.

Humanidades – Por quê?

Hésio – Achavam que era uma forma de desvirtuar a proposta inicial de unificação,

que era a simples transferência do Inamps para o âmbito do Ministério da Saúde. Mas entendemos que seria mais efetivo transpor o Inamps para os níveis estadual e municipal, onde a população vive os problemas da saúde.

Humanidades – No Brasil já virou tradição a inobservância do que está escrito. Então, qual a coerência entre a teoria e a prática de implantação da Reforma Sanitária?

Hésio – Acho que o movimento está muito coerente em termos de proposta. Inclusive o presidente da República aprovou e estabeleceu um decreto criando o Programa de Desenvolvimento dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde. De maneira que já assinamos convênios com os estados, envolvendo cerca de Cz\$ 40 bilhões, considerando o país como um todo. O processo de unificação já está em marcha. Por exemplo, a cidade de Maceió foi toda dividida em distritos sanitários e a população foi altamente informada sobre essa nova relação que se estabelece entre o posto de saúde e cada conjunto de famílias. Isso ativou de tal forma os postos e centros de saúde que, pela primeira vez, se observou fila em posto de saúde fora da data nacional de vacinação. Tudo porque se redefiniu o papel do posto de saúde e a população ocorreu para se inscrever e filiar-se a um posto de saúde. Isso é algo muito objetivo e demonstra, na prática, como as coisas estão na realidade.

Humanidades – Como o Inamps está participando do movimento pela Reforma Sanitária?

Hésio – Está participando de uma forma muito dinâmica e decisiva, uma vez que é, certamente, a primeira instituição federal a abrir mão das suas instituições, transferindo sua gerência e sua capacidade de estabelecer convênios, etc., para os níveis estadual e municipal. De maneira que sempre há incompreensões e resistências.

Esse processo de redistribuição de poder é novo no país e o fortalecimento das estruturas estadual e municipal gera resistências políticas e até ao nível da própria concepção dos servidores do Inamps, que acham que vão perder por serem transferidos

para os estados. Eles continuarão vinculados à Previdência e ninguém será prejudicado.

Humanidades – Significa que o Inamps está perdendo aquele conceito ou estigma de vilão da saúde?

Hésio – Ele é chamado de vilão porque, tradicionalmente, o Inamps sempre foi visto como o órgão que acelerou o processo de privatização da saúde no país, o que é realmente verdade, desde a fusão do INPS em 1966-67 e até 1984. A situação começou a se reverter com as Ações Integradas de Saúde – AIS, ainda em 1982 e 1983, e se ampliou a partir de 1985 e 1986. Ano passado mais de 2.500 municípios participaram da AIS, criando condições objetivas para o surgimento de uma proposta de unificação do Sistema de Saúde. Espero que, com essa atuação tão concreta e aberta da Previdência Social e do Inamps, essa história de vilão passe a ser apenas uma análise da história anterior das políticas de saúde do país.

Humanidades – A Reforma Sanitária é um mito, uma ficção ou uma alternativa política?

“A Reforma Sanitária vai caminhar com dificuldades, retrocessos em alguns momentos, avanços em outros. Terá também algumas contradições, resistências e oposições.”

Hésio – É um processo político e um processo técnico, naturalmente complexos, que envolve recursos humanos, tecnologia, organização do Sistema Unificado de Saúde, questões de financiamento do setor Saúde. A Reforma Sanitária vai caminhar com dificuldades, retrocessos em alguns momentos, avanços em outros, terá algumas contradições, resistências e oposições.

Esse movimento não é uma invenção de alguns poucos técnicos da área de saúde. Também não é uma posição eventual do Ministério da Previdência, mas um trabalho que reflete uma decisão de governo e envolve os ministérios da Saúde, da Educação e do

Trabalho. É uma decisão de governo e como tal será levado adiante com toda cautela, administrando bem os serviços para que as resistências sejam contornadas. O objetivo final é melhorar o nível de saúde da população e humanizar o atendimento.

“A Reforma Sanitária só não será verdadeira caso não traga resultados efetivos para a população... O seu objetivo final é melhorar o nível de saúde do povo e humanizar o atendimento.”

Humanidades – O que existe de verdade ou de mentira sobre a Reforma Sanitária?

Hésio – Ela é uma proposta, uma meta a ser alcançada e se coloca como verdade em si mesma. E não será verdadeira caso não traga resultados efetivos para a população. O maior elemento de julgamento sobre a verdade da Reforma Sanitária recai no usuário do serviço de saúde. Ela será tão mais verdadeira quanto mais resultados positivos trouxer; quando não existirem mais filas nos postos de saúde; quando provocar mudanças efetivas no meio ambiente e no ambiente de trabalho. Muitos componentes precisam ser revistos para que a população sinta os benefícios da Reforma Sanitária.

Humanidades – O que você considera mais importante, sob o ponto de vista da Reforma Sanitária?

Hésio – O importante é garantir, no âmbito da Constituinte, que esses princípios fiquem consagrados como uma proposta praticamente consensual da sociedade. É preciso criar uma lei orgânica que substitua a Lei nº 6.229, que criou o Sistema Nacional de Saúde. Ela é mais uma declaração de intenções do que um instrumento efetivo. E a etapa subsequente à nova Constituição será a institucionalização da lei do Sistema Único e Descentralizado de Saúde, onde uma série de aspectos legais e normativos deverão ser formulados, colocados em discussão e aprovados para consolidar o Sistema de Saúde.

Resumen

REFORMA SANITARIA: SALUD PARA TODOS

El movimiento por una amplia reforma sanitaria en el Brasil congrega un conjunto de propuestas que vienen siendo debatidas en el área de la salud en los últimos treinta años: reorganización del sistema, mejor formación de profesionales, recuperación de los laboratorios públicos y adopción de medidas que puedan mejorar el nivel de salud del pueblo, y humanizar el atendimento. La idea de un sistema unificado del área prevé la ampliación de los canales de participación popular y comunitaria, de tal forma que la población pueda influir en las decisiones de la política estatal y municipal de la salud.

Abstract

REFORM: HEALTH FOR ALL

The movement to introduce a sweeping Sanitary Reform in Brazil is founded on a series of proposals that have been debated in medical circles over the past thirty years: reorganizing the health system, improving medical training, refurbishing public laboratories and adopting measures that will raise health standards and provide patients with more humane treatment. The idea of unifying the health system has also been put forward. This would mean broadening channels for popular and community participation, so that the people can have a bigger say in policy decisions regarding state and municipal health matters.

Quem quer fazer tudo pela cultura de seu país acaba não fazendo nada.

A cultura, como qualquer outra atividade humana, necessita de muita dedicação e determinação para conseguir resultados satisfatórios.

Até bem pouco tempo atrás, o Governo era um verdadeiro centro catalisador de decisões sobre o que devia e o que não devia ser feito de nossa cultura. E o resultado é o que se conhece. E nada mais natural. Por mais competência e dedicação que tivesse, não havia tempo nem dinheiro suficientes para a realização de um bom trabalho. Aí chegou a Lei Sarney. Aí chegou a descentralização.

Neste momento, talvez, esta palavra — descentralização — seja a mais importante de nossa cultura. Por quê? É simples. Entregando o poder de decisão para as mãos da sociedade, o Governo tem mais chance de agir eficientemente nos pontos em que tem que agir, funcionando apenas como organizador e indicador de oportunidades.

Agora, quem quer investir em cultura só precisa de uma coisa: investir em cultura. O Estado não interfere mais.

Um bom incentivo para se pensar na Lei Sarney é saber que ela já existe e já deu certo. Investidores, artistas e o público brasileiro já se beneficiaram, e muito, do acesso à cultura que a Lei oferece.

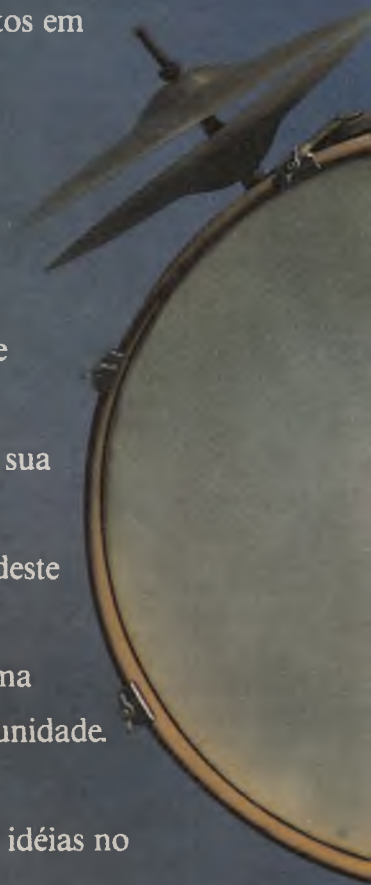
Outro incentivo é que, através da Lei Sarney, o investidor abate sua contribuição no Imposto de Renda. E já que o Imposto de Renda tem que ser pago de qualquer jeito, por que então não reservar uma parte deste imposto em benefício da cultura?

Outra coisa: imagine uma cidade inteira se unindo e criando uma sociedade civil para o desenvolvimento da cultura dentro da própria comunidade. Não é uma grande idéia também?

A Lei Sarney é justamente isso. O incentivo e o incremento das idéias no Brasil. Das boas idéias, é claro.

Se você quiser saber mais detalhes sobre a Lei Sarney, escreva ou vá pessoalmente à Secretaria de Cultura do Estado, ou a uma entidade cultural de sua cidade.

Promover cultura agora é lei. Lei Sarney.





Democratização da o esforço dos trabalhadores de Ronda Alta

Jorge Cordón Portillo

Os trabalhadores rurais de Ronda Alta (RS) vêm realizando, desde 1985, uma notável experiência de democratização da saúde. O visitador sanitário e o Hospital dos Trabalhadores são duas conquistas inovadoras ameaçadas pelos adversários políticos, que querem inviabilizar uma organização dos serviços de saúde que prioriza as ações educativas e preventivas.



Fotos do autor

Aos poucos descem das montanhas, passando pelas veredas vicinais, dezenas de camponeses com suas famílias, cantando, gritando, sorrindo, cedo, muito cedo pela manhã. Levam comida para compartilhar com seus companheiros e reunir-se durante todo o dia para rezar, discutir seus problemas, analisar a conjuntura nacional e suas perspectivas de luta.

É uma unidade dispersa nos pedaços de terra cultivados de soja, trigo, milho e feijão. É uma reunião que aos poucos vai encontrando elementos conceituais similares; o caminho é um, as veredas mil, o fruto do dia reveste-se de amor, solidariedade com eles e deles para os povos explorados. Sua consciência é uma, crítica, múltipla e libertária. O seu partido é a classe social, compreendida na totalidade injusta do sistema que domina o país.

Como vai a Constituinte, companheiros? O que passou com a emenda que apoiamos sobre a Reforma Agrária, e sobre os direitos do trabalhador? Quais as expectativas de futuro melhor, justo e equitativo? São perguntas que surgem no decorrer da discussão que começa de manhã e quando o sol sucumbe no horizonte, a volta ao cotidiano que

emerge mais rico, reconstruído, cantando, sorrindo, pelas veredas, subindo as montanhas.

São esses, como outros grupos de trabalhadores rurais, os que se uniram em 1985 e decidiram dar um exemplo da própria força e organização: resolver o problema de saúde através de formas alternativas às dominantes no esquema da medicina oficial. Nesta época, o sistema médico-hospitalar passava por uma séria crise em todo o país, afetando especialmente os mais pobres.

A Previdência Social, com o advento da Nova República, sofria uma reformulação total através da Reforma Sanitária e sua estratégia, as Ações Integradas de Saúde¹.

Partiu-se da problemática crítica de saúde, discutida durante a campanha para as eleições do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, processo político que permitiu um contato das lideranças com a população que exigia modificações na área da saúde. Ganhou-se a eleição e o plano de saúde dos trabalhadores começou, o sistema ambulatorial proposto (atenção primária como eixo do trabalho) e muito bem-sucedido fez ir à falência um dos três hospitais privados existentes no município, fato aproveitado pe-

los trabalhadores associados que o adquiriram, estruturando um sistema perfeito de referência. Ao mesmo tempo, construía-se a Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde – CIMS –, com maioria decisória dos trabalhadores. Funcionando o município com saúde integral para todos e de forma gratuita, o sistema alternativo consolidou-se, sendo utilizado como exemplo para outros municípios vizinhos, que também adotaram um trabalho similar, conseguindo, em 1987, estruturar o Distrito Sanitário nesta região.

Este processo de luta é exposto neste documento, onde os principais protagonistas são os trabalhadores e um grupo de intelectuais que colabora no trabalho, com sua experiência técnica e política. Abre-se um espaço a mais na discussão da democracia e a saúde como uma prática política que avança em muitos outros locais do país.

O contexto

Ronda Alta é um município localizado ao norte do Rio Grande do Sul, situa-se entre os municípios de Constantina, Rondonia, Sarandi, Passo Fundo, Erechim, Campinas do Sul e Jacutinga. Tem aproximadamente 22 mil ha-

saúde:



Eu sou feliz é na comunidade

"Eu sou feliz é na comunidade
na comunidade eu sou feliz
o trabalhador unido, as coisas vão melhorar,
lutando pela reforma agrária,
para na terra plantar.
Tanta terra em poucas mãos,
por isso não dá certo, não!
Nós também queremos terra
para plantar milho e feijão.
Os pobres fizeram um plano:
isto eles querem ganhar!
lutar pelos seus direitos
para a vida melhorar!"

Canto popular comunitário.³

Os trabalhadores rurais iniciam o caminho da luta

bitantes, sendo que 30% moram na área urbana e 70%, na área rural.

A região foi ocupada principalmente a partir da década de 1930 por descendentes de imigrantes europeus que, devido à falta de terras disponíveis no sul, migraram para o norte e nordeste do estado.

A ocupação progressiva das terras pelo branco foi feita às custas da expulsão e confinamento dos indígenas da região em terras ainda desocupadas, às margens dos grandes rios, formando as reservas indígenas.

A partir da década de 50, o processo de penetração de posseiros arrendatários se acelerou, atingindo inclusive as reservas indígenas.

Este fato se deve à necessidade de reprodução das condições de sobrevivência dos posseiros, que estavam desprovidos de recursos para a aquisição de terras, e a resistência à migração para centros urbanos vizinhos ou de outros estados.

A partir da década de 70, período em que se dá o "milagre brasileiro", começam a ocorrer profundas mudanças na agricultura brasileira, e por consequência na região de Ronda Alta.

Ocorre um processo de reprodução do capital no campo, através da mecanização e quimificação da agricultura. O Estado, por sua vez, intervém cada vez mais claramente através de uma política que favorece as grandes empresas e a exportação de produtos agrícolas, que vão atender às necessidades do mercado internacional, em detrimento da produção de subsistência e do mercado interno.

Com a transformação tecnológica do modo de produzir ocorrem, na região, o progresso da monocultura da soja, estimulada pelo governo, e a mecanização da agricultura, resultando num processo violento de concentração da terra e, em consequência, num maciço êxodo rural; no final dos anos 70, emergem os movimentos camponeses de luta pela terra.

A partir de 1978, com a expulsão dos posseiros da reserva indígena de Nonoai, passa a ocorrer, na região, um movimento de luta pela terra que vai desembocar na ocupação da Fazenda Brilhante e da Granja Macali, e, posteriormente, em 1981, no acampamento dos colonos sem-terra de Encruzilhada Natolino.

A solução adotada pelo governo, frente a essa situação, tem sido a do oferecimento

de terras nas regiões de fronteira agrícola do país (estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Bahia). Em virtude disso, o movimento de resistência e luta pela terra tem aumentado na região, pois os agricultores sem-terra reivindicam espaço de trabalho no próprio estado.

A falta de uma estrutura agrária justa tem como consequência a degradação do nível das condições gerais de vida dos agricultores, principalmente dos sem-terra. A situação de saúde é caracterizada como grave na medida em que, além dos problemas gerais que atingem a maioria da população rural no Brasil, o agricultor dessa região sofre as consequências do desemprego e do desgaste exploratório quando trabalha em terras alheias. Os problemas de saúde, portanto, são provenientes do processo produtivo hegemônico.

A população manifesta ter problemas de saúde tais como: hepatite, úlcera e gastrite, problemas da coluna e reumatismo, "stress" e acidentes de trabalho, afecções respiratórias como tuberculose, pneumonia e asma, em grande parte causadas por agrotóxicos, bem como problemas circulatórios, especialmente pressão alta.

As crianças são as que mais sofrem as consequências do estilo de vida rural, especialmente afetadas por verminose, conjuntivite, diarreia, enfermidades infecciosas e uma desnutrição generalizada, que compromete, inclusive, o seu desenvolvimento, como por exemplo a diminuição da capacidade de aprendizagem escolar.

As gestantes se tornam um grupo bastante vulnerável a doenças e complicações, devido à falta de acompanhamento pré-natal pelos serviços de atendimento médico local.

Além da saúde geral, um dos problemas mais graves e freqüentes, que atinge tanto adultos como crianças, é a cárie dentária. Na área de enfermidades bucais também a doença periodontária é muito observada.

O serviço médico-odontológico prestado aos agricultores em Ronda Alta não tem sido eficaz, nem eficiente, por sofrer dos problemas crônicos da Previdência Social, tendo se tornado praticamente privado, caro, escasso e de caráter meramente curativo.

Existiam em Ronda Alta três hospitais privados, cada um deles tendo uma farmácia; um posto de saúde do Estado que não prestava atendimento aos agricultores; dois laboratórios, sendo que um deles se encontra num dos hospitais; uma farmácia comercial e uma ambulância da prefeitura.

A disputa por pacientes, o grande número de baixas desnecessárias e a cobrança indevida de alguns atendimentos começaram a gerar um profundo descontentamento entre os agricultores da região e a população da cidade. Após a primeira quinzena de cada mês, as cotas de internações já estavam esgotadas e caso alguém precisasse, teria que pagá-la do próprio bolso, mesmo sendo segurado do Inamps.

"São diversos os casos de pacientes que baixaram em enfermaria, através do convênio com o Inamps, e são obrigados a pagar taxas inventadas pelo hospital, sob pena de que se não pagassem não poderiam sair do hospital após a alta. Com esse procedimento, os hospitais estão se tornando verdadeiros cárceres de doentes, onde apesar de, por direito, não dever mais nada, o paciente só pode sair assinando promissória ou cheque pré-datado. Muitos impossibilitados de pagar a dívida, que assumiram sob pressão, são chamados nos advogados, protestados no cartório, tendo inclusive que solicitar empréstimos bancários e até mesmo vender bens para saldar uma dívida que não é sua.

Outras vezes, sob a alegação de que na enfermaria o paciente não será bem cuidado, de que está infectada com doenças contagiosas e de que o Inamps remunera mal os hospitais, força a baixa do paciente em quartos particulares e a assinatura de termo de compromisso, cobrando do paciente, mesmo com a cobertura do convênio Inamps, uma média de 2 mil cruzados por internação⁵.

A Igreja Católica realizava um papel de assistência em saúde, discutindo os problemas e organizando as comunidades eclesiais de base, buscando soluções alternativas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta prestava uma precária atenção odontológica curativa por intermédio de dois odontólogos, que trabalhavam um total de 60 horas mensais.

O atendimento médico dos associados era feito através de convênio entre o sindicato e os hospitais privados, mediante o pagamento prévio de 20 cruzados por consulta, válidos apenas para o período diurno de segundas a sextas-feiras.

Este quadro vinha provocando o agravamento da situação de saúde dos agricultores, que ficavam desprovidos de qualquer forma de atenção que recuperasse e melhorasse o nível de saúde da população local, e sem nenhuma possibilidade de manutenção e seguimento dos problemas de alto risco.

O problema de saúde dos trabalhadores rurais era estrutural, pois surgia e se desenvolvia como fruto da desigual distribuição da riqueza agrícola produzida, pela superexploração que os equipamentos públicos e privados de saúde realizavam e pela alienação das organizações populares, passivas perante o problema.

O início da luta

Um grupo forte de trabalhadores filiados ao sindicato tomou consciência da problemática e definiu uma estratégia política: a democratização da saúde como via de organização do poder popular, a fim de reverter o processo adverso nas suas condições objetivas de vida.

O primeiro passo consistiu na discussão da realidade sócio-econômica, política e de saúde com os trabalhadores da região filiados ou não. Tratava-se de formar as bases de um movimento maior, capaz de chegar, pelo voto, ao poder sindical e iniciar o processo democratizador.

Ganhou-se o sindicato, o movimento crescia em consciência política e em preocupação por encontrar o caminho democrático para assegurar saúde para todos, como conceito universal, sem discriminação e gratuito.

Em conjunto com os agricultores e alguns médicos locais, o sindicato esboçou um plano de saúde totalmente novo para o município. Como o sindicato não tinha poderes para influir nos convênios entre os hospitais e o Inamps, não restou outra saída a não ser implantar um sistema alternativo de saúde, que na prática traduziu-se pelos Serviços Ambulatoriais.

No dia 25 de julho de 1985, dia da solenidade de posse da Diretoria eleita para a gestão 85/88 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, foi feita a apresentação

aos sindicalizados do Programa de Prevenção em Saúde do Sindicato⁶. Neste dia, também foram apresentados um médico comunitário, um dentista e uma enfermeira que iriam trabalhar no desenvolvimento do programa, propondo as formas concretas de prevenir, curar e manter a saúde integral da população, ainda que, ficava claro, as decisões políticas seriam tomadas pelo sindicato, ou pelos trabalhadores.

A equipe de saúde realizou reuniões com sindicalizados nas comunidades Macali II, Alto Recreio, Três Palmeiras e Linha Progresso, incluindo as comunidades abrangentes. O objetivo era avaliar os recursos físicos e materiais existentes em cada local, conhecer aspectos de saúde do saber popular e encaminhar as soluções apontadas pela população para a implantação do programa.

Posteriormente, discutiu-se o programa com a diretoria sindical, sendo formada uma comissão de representantes com dois trabalhadores de cada comunidade de Ronda Alta. A discussão visava democratizar o processo de implementação e motivar os sindicalizados a participarem ativamente no desenvolvimento e avaliação do programa.

A necessidade de implementação imediata do programa exigiu empenho por parte da diretoria no sentido de buscar recursos mínimos que suprissem a fase inicial dos trabalhos.

O Inamps foi procurado para ver de que forma poderia contribuir financeiramente e apresentou a sugestão do plano das ações integradas de saúde.

Pelo plano, o Inamps começou a repassar recursos financeiros através da Prefeitura Municipal. Com esses recursos foi possível montar o embrião do novo sistema de saúde, que foi o serviço ambulatorial. Quatro ambulatorios foram implantados no interior do município. O objetivo principal visava descentralizar e interiorizar a questão da saúde.

Para este plano de saúde foram contratados três médicos especialistas em medicina geral comunitária, para trabalhar no interior e no ambulatório central localizado na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

É importante assinalar que a questão assistencial não constituiu a parte fundamental do trabalho sindical. O sindicato recuperava as idéias provenientes da população e suas associações específicas, as discutia e criava as condições para organizar e implantar o plano.

O plano inicialmente proposto apresentava os seguintes objetivos gerais: 1) Realizar uma aproximação à problemática de saúde-doença dos trabalhadores rurais sindicalizados e seus dependentes; 2) Melhorar as condições de saúde, preferencialmente nas áreas materno-infantil, nutrição e atenção odontológica às crianças; 3) Desenvolver um trabalho de prevenção através dos seguintes subprogramas: materno-infantil, prevenção e atendimento de doenças de adultos, atenção

odontológica, nutrição e medicamentos e materiais; 4) Elevar o nível de consciência sobre a problemática da saúde como parte do problema social total; 5) Contribuir para a organização e participação ativa dos trabalhadores dentro do seu sindicato⁶.

Por força do convênio com o Inamps, foi preciso criar a Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde – CIMS, em Ronda Alta. No início, ficou um pouco difícil conciliar a CIMS com o programa dos serviços ambulatoriais, mas tudo se ajeitou com a aplicação de mais uma tática comunitária. Colocou-se na CIMS doze agricultores com poder decisório. Como as verbas do Inamps não se destinam somente aos trabalhadores rurais, os urbanos também integraram-se no plano. Conforme o convênio, onde não existem sindicatos, como no caso dos trabalhadores urbanos, devem ser criados outros organismos para participar do programa. Foi criado então um Comitê dos Usuários da Previdência de Ronda Alta, o CUPRA, que abriga nove categorias urbanas.

Quem dá a direção na questão da saúde são os nove agentes de saúde do CUPRA e os doze trabalhadores rurais, ficando a execução do projeto global sob a responsabilidade da Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta – ATRA, braço legal e organizativo do sindicato, criada como estratégia geral para a orientação de todo o processo de democratização da saúde no município.

Os resultados do novo sistema foram surpreendentes, os ambulatorios atuavam preventivamente e levando um processo educacional, que criava consciência sobre a problemática de saúde e ao mesmo tempo transferia conhecimentos científicos à população, que também propunha formas de atuação médica, na puericultura e no remédio popular.

Os primeiros levantamentos deste tipo de atividade registraram que de cada 120 pessoas que procuraram os serviços médicos, apenas uma foi internada, o que veio a mostrar a eficácia da ação preventiva em detrimento do ato curativo. Porém, mostrou também que o sistema estava incompleto e precisava de canais adequados de referência e de uma solução para os problemas de ordem hospitalar.

O sistema desestabilizou um dos hospitais, o Santa Rita, que, a ponto de requerer a falência, foi colocado à venda. Numa assembléia de 2.000 trabalhadores, discutindo ampla e democraticamente o problema, decidiu-se comprar, com recursos próprios, o hospital.

De cruzado em cruzado, reuniu-se o dinheiro da primeira parcela e, em abril de 1987, um conceito e um sistema alternativo surgiram, tendo seu ponto último de referência no Hospital dos Trabalhadores, nome surgido do próprio processo de discussão.

Na atualidade, o apoio institucional está colaborando no pagamento do restante da dívida, bem como na manutenção da área de recursos humanos, equipamentos, medi-

camentos e consumo. Os ambulatorios continuam suas atividades, com um reforço de três cirurgiões-dentistas que desenvolvem nas escolas um programa preventivo e educacional² em saúde bucal, complementado com um programa básico restaurador e de atenção de emergências aos adultos.

Cada profissional ganha 22 salários mínimos mensais mais insalubridade e, dentre os funcionários, a menor remuneração é de dois salários mínimos, todos em dedicação exclusiva e com gerenciamento democrático nas diferentes instâncias do sistema de saúde.

A situação atual

A cobertura da população⁴ está sendo executada em três níveis:

No 1º nível – Atenção primária em saúde/agentes populares de saúde, é a porta de entrada do sistema, utilizando o visitador sanitário ou agente de saúde como personagem principal, com a atribuição fundamental do acompanhamento sanitário integral de cada família de sua comunidade, onde foi escolhido por voto direto.

Cada visitador sanitário tem sob sua responsabilidade um certo número de famílias, variável conforme as condições de acesso às mesmas, bem como as condições sócio-econômicas que delineiam o nível médio de saúde de uma certa comunidade. Em média, um visitador acompanha aproximadamente 100 famílias, variando de um mínimo de 60 a um máximo de 200.

O visitador sanitário é uma pessoa da própria comunidade que foi devidamente treinada em serviço para ações básicas de saúde e educação popular e para manter a vigilância sanitária e epidemiológica. Ele tem sua função definida dentro do plano e conta com uma assessoria permanente da equipe multiprofissional, contando ainda com os centros rurais e a unidade sanitária como apoio e referência principal ao seu trabalho. Isto evita que os agentes populares sejam utilizados simplesmente com o objetivo assistencialista e intervencionista para preencher a carência de profissionais de saúde nas áreas rurais e de difícil acesso, como tem sido a norma em outros trabalhos. Aqui o agente de saúde ou visitador participa ativamente da organização e da vida comunitária.

As atividades básicas do visitador sanitário são: educação em saúde, através das visitas, reuniões e debates com a comunidade; projetos de saneamento das habitações, do meio e das propriedades rurais, exigindo a ação da Prefeitura; orientações sobre saúde da boca e acompanhamento das crianças, escolares ou não, quanto ao tratamento odontológico completo; registro/diário-mensal de doenças e problemas de saúde ocorridos nas famílias da comunidade; controle do calendário de vacinas de todas as crianças; outras atividades de puericultura e pré-natal; atendi-

mento básico a problemas simples de saúde, incluindo alguns procedimentos técnicos, acompanhamento e controle de pacientes crônicos; acompanhamento de pacientes egressos de intervenção hospitalar ou de atendimento médico ambulatorial que necessitem supervisão mais contínua e adequada na recuperação e no uso correto de medicamentos; identificação de grupos prioritários para ação e colaboração na organização e discussão dos problemas comunitários.

No 2º nível – Utilizam-se os chamados Centros Rurais de Assistência à Saúde e a assessoria multiprofissional, que constam dos elementos básicos de uma Unidade Sanitária, e um Centro Integrado de Odontologia.

Estas instâncias são referências básicas para os visitantes sanitários, bem como para a população. Garantem a identidade dos serviços com a comunidade, articulando o fluxo dos pacientes nos diferentes níveis de complexidade do sistema e, principalmente, articulam os serviços de medicina curativa com os serviços de saúde pública e medicina preventiva.

Cada Centro de Saúde está situado numa região estratégica do município, priorizando a população rural que é maioria e sempre foi desassistida.

No 3º nível – Executa-se a ação hospitalar, integrando as principais funções médicas com as urgências.

O serviço de pediatria e neonatologia consta de ambulatorio pediátrico, enfermaria e berçário. Presta uma média de 200 atendimentos ambulatoriais/mês com um índice de internação de 8%. Na área de neonatologia são assistidos 40 recém-nascidos ao mês. O poder de resolutividade neste serviço é de 90%, sendo encaminhados aqueles casos que necessitam do centro intensivo de terapia.

O serviço de ginecologia-obstetrícia atende 200 consultas/mês, com 20% de internação ginecológica. O poder de resolutividade nesta área é de 100%.

O serviço de cirurgia geral atende ambulatorialmente 120 pacientes/mês, com um índice de internação de 32% (pacientes triados). O poder de resolução daquele serviço é de 100%.

Além das 4 áreas básicas, a área médica ainda dispõe de 1 médico urologista, que presta atendimento ambulatorial e hospitalar em clínica geral e cirurgia urológica, e um médico anestesista, que tem suas atividades divididas entre o bloco cirúrgico e atendimento geral de pacientes a nível ambulatorial.

O serviço de emergência dispõe de 1 médico em regime de plantão 24 horas/dia para atendimento de urgências clínicas, cirúrgicas e traumatológicas.

Para a realização de suas atividades a equipe médica dispõe dos seguintes setores de apoio: Setor de Eletrocardiografia – são realizados em média 50 traçados por mês, o que corresponde a todos os exames solici-

tados; Laboratório – média de 1200 exames ao mês de análises clínicas. Apenas são encaminhados exames de radioimunoensaio. Serviço de Radiologia e Ultrassonografia – não se dispõe até o momento. Todos os exames necessários são realizados gratuitamente em serviços conveniados, localizados nas cidades vizinhas (Passo Fundo e Carazinho). Reabilitação – está sendo instalado um serviço de Fisioterapia com capacidade de atendimento de 180 pacientes ao mês e, finalmente, o hospital recebeu doação de um laboratório oftalmológico completo e será contratado um especialista caso seja reconhecido como referência regional para ter demanda suficiente.

Além dos Recursos Humanos já citados para o nível hospitalar, existem mais 26 funcionários para o setor de Serviços Gerais, Farmácia e Setor Administrativo (incluindo administrador, secretária executiva, arquivologista, contabilista e outros).

Estas características suscitaram um grande interesse nas populações de todos os municípios da região, e mesmo distantes, que hoje se mobilizam para buscar a estruturação de serviços semelhantes, conseguindo recentemente a integração dos municípios, articulando um trabalho que possa unir esforços e recursos, constituindo ao final um Distrito Sanitário.

O Hospital do Trabalhador tem pouco mais de seis meses de funcionamento e o seu futuro é incerto. Do lado econômico ainda precisam ser fechados muitos esquemas para dar o devido suporte que permita deslanchar a prestação de serviços. A arma que os colonos estão usando para solidificar o seu empreendimento é a pressão popular. Até aqui, tem dado bons resultados. Mas o tempo para que o processo se firme é muito curto. A rigor, pouco mais de um ano, porque em 1988 haverá eleições municipais e os interesses políticos poderão atrapalhar ou favorecer o lado econômico desta questão.

A princípio, o funcionamento do Hospital do Trabalhador não tem grandes diferenças de um tradicional, mas, entre os opositores da iniciativa, existe a firme determinação de fixar na opinião pública a imagem de que este empreendimento tem um caráter partidário, com o objetivo final de assumir a Prefeitura. Estas especulações podem até ter um fundo de verdade, mas, na realidade, um punhado de camponeses uniu-se e montou um esquema próprio de atendimento médico-hospitalar que só em seis meses de funcionamento poupou para os seus associados, em números redondos, mais de Cz\$ 3 milhões. Neste caso particular, as vestes políticas que estão colocando nesta questão têm um forte fundo de interesse puramente econômico.

“É um serviço de saúde político”.⁷ Desse modo é que os médicos e odontólogos que trabalham em consultórios, clínicas e casas de saúde particulares de Ronda Alta definem o Hospital do Trabalhador. Eles acreditam



muito pouco na sobrevivência da iniciativa dos camponeses.

Por outro lado, a organização e consciência dos trabalhadores aumentam, a cada dia, na medida que observam o resultado de sua união e força política. É um processo em desenvolvimento, que constitui uma construção coletiva a longo prazo.

Comentários gerais

Fator importante e decisivo na alternativa de saúde implantada no município de Ronda Alta foi a efetiva participação popular em todas as instâncias decisórias, que tendo boa direção através de seus sindicatos e associações soube confrontar abertamente os interesses alheios e contrários aos da sociedade em geral, especialmente os da área privada, garantindo que o trabalho executado tivesse diretrizes em acordo com as recomendações da 8ª Conferência Nacional de Saúde¹.

Não obstante, o projeto encontrará quase impossibilidade de superar algumas deficiências crônicas da assistência previdenciária/federal, principalmente a separação das ações curativas com as de caráter preventivo e de educação sanitária. Apesar de existir em Ronda Alta os recursos humanos necessários e a intenção, através dos projetos e da discussão com a população, de priorizar a atenção básica, ainda se faz necessário o perfeito ajuste da atenção primária com os serviços curativos de nível secundário e terciário.

Existe a convicção de que essas dificuldades não são geradas por fatores locais ou recursos humanos, e sim pelo inadequado modelo de relação que o principal órgão financiador das AIS (Inamps) mantém com os municípios, ou seja, o repasse de verbas só acontece mediante produtividade médico-hospitalar, inviabilizando qualquer tentativa de organizar um serviço que tenha como porta de entrada as ações educativas e preventivas para garantir a integralidade e sua perfeita hierarquização. O orçamento de sustentação da estrutura assistencial depende diretamente e é proporcional ao aparecimento de doenças ou problemas de saúde para justificar os atos médicos, além de ser um sistema altamente corruptor.

Ronda Alta, hoje, é referência regional e também estadual por sua proposta de atenção à saúde, pela gestão popular e pela luta para pôr em prática as recomendações necessárias para a reforma sanitária brasileira. Porém, esta proposta alternativa de saúde deve ser estimulada, a fim de não ser cooptada, e, com seu sucesso relativo, poder abrir espaços para um processo realmente democratizador da saúde.

É conhecida a tensão social existente no Rio Grande do Sul em decorrência da quase completa falta de assistência à saúde por órgãos públicos e pela presença de serviços privados contratados com visão altamente mercantilista, praticando uma medicina de qualidade discutível onde predomina a finalidade comercial. Isto sempre foi agravado

pelo fato de ser uma região eminentemente de população rural, a qual foi vítima de uma vergonhosa discriminação pela Previdência Social em todos esses anos de autoritarismo.

Esta tensão social, num contexto de crise econômica e política do país, encontra num projeto, como o da saúde, um caminho para os trabalhadores se reunirem, se organizarem e discutirem os problemas mais amplos e fundamentais da sociedade, ao mesmo tempo que são beneficiados por melhores condições de saúde geral.

O plano de saúde conquistado em Ronda Alta teve processo traumático pelo fato de confrontar o poder econômico e político local, mas conseguiu garantir características importantes de serem salientadas, pois devem ser preservadas mesmo que isto custe mais confrontos, quais sejam: atendimento universal, gratuito, com equidade e boa qualidade; gestão colegiada com participação popular; assistência ambulatorial e hospitalar; e valorização dos recursos humanos com padrão salarial digno, recebendo em troca a garantia de dedicação exclusiva e tempo integral.

É importante ressaltar que o trabalhador da saúde, que atua dentro de um sistema como este, inicia seu trabalho conhecendo a realidade e é nela, a partir de sucessivas aproximações, que busca as alternativas de solução.

Todavia, é urgente a necessidade de se mudar o tipo de relação com o Inamps, para viabilizar o trabalho, segundo prioridades e níveis bem definidos e conquistar uma autonomia relativa que permita reverter o processo puramente assistencialista e curativo que impede o resgate de itens fundamentais

para a reforma sanitária, a saber: integralização das ações, superando a dicotomia preventivo-curativo; regionalização e hierarquização das unidades prestadoras de serviço; introdução de práticas alternativas de assistência à saúde; incorporação dos agentes populares de saúde, como pessoal remunerado, sob a coordenação do nível local do sistema, para trabalhar em educação para a saúde e cuidados primários; e composição multiprofissional da equipe.

de e cuidados primários; e composição multiprofissional da equipe.

Viabilizar estes princípios é fundamental para o projeto histórico de Ronda Alta e para tanto a própria população tem propostas bem definidas para continuar aprimorando o processo social que democratiza a saúde e possibilita a plena participação da coletividade.

“Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilhar,
Eu vou cantar!
Quando o povo nas ruas sorrir, e a roseira de novo florir,
Eu vou cantar!
Quando as cercas caírem no chão, e quando as mesas se encherem de pão,
Eu vou cantar!
Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então os jasmims
Vão perfumar!
Vai ser tão bonito se ouvir a canção, cantada de novo,
No olhar do homem a certeza do irmão, reinado do povo.
Quando as armas da destruição, destruídas em cada nação,
Eu vou sonhar!
E o decreto que encerra a opressão, assinado só no coração,
Vai triunfar!
Quando a voz da verdade se ouvir, e a mentira não mais existir,
Será enfim.
Tempo novo de eterna justiça, sem mais ódio, sem sangue ou cobiça,
Vai ser assim!”

Canto Popular Comunitário³

Jorge Córdón Portillo, natural da Guatemala, é cirurgião-dentista. Assessor da OPAS, colaborou na implantação de programas em saúde pública na Nicarágua, México, El Salvador, República Dominicana, Venezuela, Panamá, Equador e Peru. É também, atualmente, assessor do Decanato de Extensão e professor de Odontologia da UnB.

Bibliografia

1. Anais/8ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília 1986. Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. 340p.
2. Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta. Programa de atenção odontológica para a população de Ronda Alta. RS. Ronda Alta, maio 1987. 22p.
3. Canto Popular Comunitário. Ronda Alta, Comunidades Eclesiais de Base, maio 1987. 2p. (mimeo).

4. Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde. Ações Integradas de Saúde – AIS. Ronda Alta, abril 1987. 23p.
5. O Nacional. O Hospital Comunitário é realidade. Ronda Alta, Jornal “O Nacional”, abril 1986. pp. 1-3.
6. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta. Programa de prevenção em saúde. Ronda Alta, SINTRA, julho 1985. 86p.
7. Zero Hora. O Hospital dos Camponeses. Porto Alegre, Jornal “Zero Hora”, 30 de março 1987. pp. 32-33.

Resumen

DEMOCRATIZACIÓN DE LA SALUD: EL ESFUERZO DE LOS...

Ronda Alta, municipio de Río Grande del Sur, es considerado, actualmente como una referencia regional y estatal debido a la lucha que emprenden los trabajadores rurales por un sistema alternativo de salud, el que posibilita la plena participación de la comunidad y prioriza las acciones educativas y preventivas. El plan de salud conquistado en Ronda Alta tuvo un proceso traumático por el hecho de confrontar el poder económico y político locales, sin embargo garantizó, entre otras innovaciones, un sistema propio de atendimento médico-hospitalar, e instituyó la figura del visitador sanitario, elegido por la comunidad para acciones básicas de salud y educación populares, y para mantener la vigilancia sanitaria y epidémica.

Abstract

DEMOCRATIZING HEALTH...

Ronda Alta, a rural municipality in Rio Grande do Sul State, has become a point of reference both in the state and throughout Brazil's southern region for rural workers' struggle to obtain an alternative health system that allows the community to participate to the full and gives priority to education and prevention actions. The health plan attained in Ronda Alta had a traumatic birth because it ran counter to the interests of local economic and political power. It did, however, bring into being a unique health service system, among other innovations, and introduced the figure of the sanitation visitor, chosen by the local community to carry out basic health and popular education work and to act a sanitation and epidemiology inspector.

Saúde: ação direta

O consumidor pode deixar de consumir produtos que considera inadequadamente qualificados, obrigando pela via econômica a que os produtores se submetam às suas exigências. Mas o consumidor não poderá fazer esse tipo de pressão o tempo todo, para todos os produtos, ou para itens essenciais à sobrevivência e à vida social. Assim, além do boicote, que outras formas de organização e pressão, que protejam a saúde do consumidor, precisam ser desenvolvidas?

Nas sociedades onde a produção de bens de consumo é limitada ao atendimento das necessidades básicas, a verificação da qualidade destes bens e de sua eficácia se dá por conta do usuário. A insatisfação com determinado item da produção é comunicada diretamente ao produtor, sendo por esta via resolvido o problema. Nestas circunstâncias a especialização na feitura dos produtos é pequena, confundindo-se o produtor e o consumidor na maior parte das vezes.

Quando não há produção em escala que gere excedentes significativos, a maneira de trabalhar, o aspecto e a utilidade de muitos produtos são determinados pela cultura local, valorizando características bem peculiares do modo de viver e pensar daquele grupo. A alimentação, o vestuário, as ferramentas, a técnica agrícola, os remédios, os enfeites para o corpo, os móveis, a arquitetura, enfim, quase todos os aspectos do estilo de vida existente na comunidade são avaliados, e aceitos para uso, pelos próprios componentes do grupo. À medida em que estas comunidades ampliam sua capacidade de produção e transacionam bens e serviços com outras comunidades diferentes e distantes, surge um problema: como adequar um tipo de produto característico de uma cultura a outra?

São inúmeros os exemplos de situações como esta, tanto em sociedades cujas trocas são de produtos relativamente simples, quanto entre nações que comercializam tecnologia de alta complexidade. O caminho percorrido para solucionar o problema posto – desde a simples troca de objetos entre dois artesãos de comunidades diferentes e pouco

sofisticadas até o intrincado sistema comercial moderno – tem sido o de estabelecer de comum acordo regras de comportamento comercial e códigos de qualidade dos produtos, que tornem viável o comércio entre nações distantes e assegurem a eficácia e inocuidade do produto à população consumidora. Hoje, qualquer item de produção tem seu padrão de referência e de qualidade.

Por conta deste aumento quase incommensurável das formas de produção, o consumidor perdeu gradativamente a capacidade de avaliar a qualidade e eficácia dos produtos que consome.

Deve-se entender que estas duas dimensões (qualidade e eficácia) dos produtos, do ponto de vista do consumidor são avaliadas de uma forma bem diferente da que faz o especialista na produção de cada um deles. Para um consumidor tais conceitos dizem respeito à aparência, durabilidade, preço, função e utilidade do produto, em relação ao seu uso imediato e tem como parâmetro aferidor a própria experiência do consumidor. Para o especialista, tais conceitos só podem ser

mensurados em função de um padrão técnico e a referência passa a ser o conhecimento científico destas dimensões. Enquanto a avaliação do consumidor médio é marcadamente subjetiva, a do especialista deve ser o mais possível de ordem quantitativa e laboratorial. Um exemplo simples elucida esta questão.

Alguém que se decida a escolher em um mercado as verduras que pretende comprar, buscará pela aparência e preço do produto se ele está adequado ou não para o seu consumo. Sua experiência lhe dirá qual a durabilidade da verdura escolhida e, portanto, quanto terá de comprar para ser consumido antes que deteriore. A função e utilidade do alimento é um conhecimento cultural que antecipadamente já possui. Feita a compra, o consumidor está satisfeito com a qualidade do produto adquirido. Mas, suponhamos que ele deseje a opinião de um especialista. Este profissional fará avaliações técnicas dos conteúdos nutricionais dos alimentos e possíveis aditivos usados para produção e conservação. Talvez após tais observações ele conclua que, contrariamente à opinião do consu-



do consumidor

Luiz Felipe Moreira Lima

midor, aquela verdura não é de boa qualidade, apesar da aparência. A existência de resíduos pesticidas, aditivos conservantes, corantes, flavorizantes e outros, pode ter excedido ao que o técnico considerou como parâmetro aceitável para consumo.

Por este exemplo, conclui-se que o critério de qualidade e eficácia de um produto não pode ser entendido da mesma forma pelo consumidor comum e pelo especialista. Como decidir qual a opinião que deve prevalecer? Aparentemente, o parecer técnico é definitivo, pois, apesar da aparência adequada, no exemplo acima, consumir significa algo potencialmente danoso à saúde. Vejamos outro exemplo.

Recentemente as gelatinas e os sucos foram interditados por conterem contaminantes e excesso de conservantes, respectivamente. Nos dois casos as empresas acusadas fizeram ampla campanha para convencer

a população de que tais índices de conservantes e contaminantes eram "aceitáveis". Inclusive, no caso das gelatinas, os fabricantes chegaram a afirmar que o Cromo encontrado em excesso ao que determina a legislação é mesmo recomendável. Tais assertivas vêm corroboradas por pareceres técnicos e laboratoriais de especialistas do mesmo tipo dos que decidiram pela interdição. No exemplo há claramente um conflito de opiniões decorrentes de questões de interesse comercial. No entanto, há técnicos especialistas disponíveis para afirmar – dependendo de sua fonte pagadora – que o produto é malféfico ou altamente recomendável.

Caso se exemplifique com situações similares envolvendo assuntos como medicamentos, desinfetantes, inseticidas, cremes, perfumes e tantos outros produtos de uso cotidiano, se verificará que, em termos de conhecimento de causa, o consumidor está

totalmente ignorante da realidade e como eventualmente sua boa fé é manipulada de maneira até leviana.

A questão se põe em decidir quem arbitrar os direitos dos diferentes atores na relação complexa de trocas de mercadorias e bens em geral, no que diz respeito à proteção à saúde do consumidor e ao interesse comercial envolvido.

A norma define, na prática, os limites desses direitos; portanto, é também essencial saber quem estabelecerá a norma. São duas dimensões complementares, o direito e a norma. É possível que se estabeleçam normas por consenso entre aqueles que negociam ou entre aqueles que concorrem, isto é, entre o consumidor e o produtor e entre os produtores. Sem estes códigos a concorrência comercial torna-se predatória e inviabiliza a produção regular e a comercialização de marcas tradicionais, pois a base das vendas é a credibilidade do consumidor no produto fornecido, isto é, o aspecto relacionado ao que já se referiu como "cultura" do consumidor. Mas as normas entre os produtores podem ser conflitantes com o direito do consumidor, quando se considera a possibilidade de formação de cartéis, oligopólios e monopólios entre fabricantes. Este é o caso de se considerar o alcance do direito do consumidor. Os códigos devem atender ao princípio da saúde pública, que garante a inocuidade do produto, sua qualidade e eficácia.

A credibilidade aludida é em geral avalizada pelo poder público, que aparece nos Estados modernos como juiz final e incontestável do direito e da norma. Ocorre que os ordenamentos jurídicos entre países, e mesmo entre regiões de um mesmo país, podem ser diferentes como decorrência do grau de desenvolvimento econômico, político e cultural do povo a eles submetidos. O conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico, que como se viu são essenciais para o estabelecimento da norma técnica, é distribuído desigualmente entre as nações, o que faz com que as mesmas limitações que o consumidor individualmente tem para reconhecer a qualidade, utilidade e eficácia de um produto, ocorram, "mutatis mutandis", ao nível das organizações sociais, públicas e privadas. Esta desigualdade entre o saber dos centros produtores e a ignorância dos centros consumidores, aliada às práticas de aliciamento político pelos interesses comerciais, levam a que as fraudes venham a ocorrer não mais em escala individual, mas coletivas. Logo, são três dimensões que precisam estar no mesmo nível de atuação para que o direito do consumidor prevaleça:



A estrutura legal	O conhecimento técnico	A organização do poder
Leis Estatutos e Normas estabelecendo o Direito	A qualificação do conhecimento científico sobre o assunto e o desenvolvimento tecnológico. Disponibilidade de recursos humanos especializados e equipamento de pesquisa.	Órgãos de fiscalização do cumprimento da norma e funcionamento da Justiça. Poder de intervenção e de aplicação de sanções.

Na situação ideal, estas três dimensões estão equilibradas e interagem fazendo com que a proteção à saúde do consumidor signifique uma expressão da cidadania plena. No caso de desarmonia entre estas três áreas descritas, ter-se-á sempre um prejuízo ao consumidor, tanto pelo lado da negligência com a sua saúde quanto pelo não usufruto de benfeitorias à segurança dos produtos consumidos. Tais benfeitorias podem significar a inclusão no consumo geral de bens até então escassos, por dificuldades de produção, conservação ou preço excessivo.

A organização espontânea dos consumidores, não vinculada ao poder público, tem sido a forma encontrada para enfrentar os problemas decorrentes da desarmonia entre as dimensões políticas, jurídicas e culturais existentes. Tenta-se desta forma pressionar o poder público, a justiça e as organizações técnicas a trabalharem em consonância com

a população, impedindo que o capital industrial, comercial ou financeiro oriente os assuntos de acordo com os seus interesses.

A organização da população, tendo em vista tais questões, pode – além de pressionar o poder público a assumir o seu papel popular – servir como uma fonte de poder alternativo à organização formal da sociedade.

Este tipo de atuação política aponta para a ação direta das populações sobre a organização produtiva, polemizando a própria forma de estruturação social existente. A ação direta está além da democracia representativa, à parte dos partidos tradicionais e definitivamente fora do Estado.

O consumidor pode deixar de consumir itens que considera inadequadamente qualificados, obrigando pela via econômica a que os produtores se submetam às suas exigências. Não poderá fazê-lo o tempo todo,

para todos os produtos, ou para itens essenciais à sobrevivência e à vida social. Assim, ademais do boicote (espontâneo ou organizado), a ação direta exige que formas mais complexas de organização social sejam desenvolvidas. Isto quer dizer que a apropriação dos lucros e dos meios de produção pelas corporações mercantis, industriais e financeiras devem ser substituídas por outras formas de empresas comunitárias, sem que se perca o sentido da eficiência técnica e a viabilidade econômica do empreendimento. A pura e simples substituição do padrão privado pelo Estado tem sido a via mais fácil buscada, sem que no entanto os resultados sejam marcadamente melhores.

A sociedade organizada, com atribuições mercantis, industriais ou financeiras – e a conseqüente reestruturação jurídica – não está imune a erros técnicos, administrativos e à fraude; portanto, mesmo que se consiga eliminar o poder do capital, a organização comunitária, que exige qualidade, fiscaliza e polemiza a situação vigente, deve continuar atuando.

As leis, a justiça e a produção de conhecimentos devem ser mantidos sob a vigilância da sociedade, de forma direta, independente e permanente.

Mas isto não se recebe, se conquista.

Luiz Felipe Moreira Lima, é médico sanitário e coordena o Programa Estadual de Sangue da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro.

Resumen

SALUD: ACCIÓN DIRECTA DEL CONSUMIDOR

El consumidor puede dejar de adquirir productos que considere de baja calidad, obligando a que los productores se sometan a sus exigencias por la vía económica. Pero el consumidor no puede ejercer ese tipo de presión todo el tiempo para todos los productos o para los artículos esenciales a la sobrevivencia y a la vida social. Fuera del boicot, qué otras formas de organización y presión se necesitan desarrollar para proteger la salud del consumidor?

Abstract

HEALTH: DIRECT ACTION ON THE PART OF THE CONSUMER

Consumers can refuse to consume products they consider sub-standard, thus forcing manufacturers to heed their demands by economic means. But the consumer cannot exert this sort of pressure ad infinitum with regard to all products, or for items on which his survival or social life depend. So, in addition to boycotts, what other forms of organization and pressure need to be developed to protect consumers' health?

*Marque um encontro permanente com os autores
mais expressivos do pensamento contemporâneo,
das artes às ciências. Assine.*

Humanidades
a revista séria que dá prazer

CENSO DE DIABETES

PARA SUA VIDA FICAR MAIS DOCE.

No Brasil, calcula-se que cerca de 2 milhões de pessoas são diabéticas e não sabem. Vivem sem ter consciência das complicações causadas pela diabetes não controlada.

Por tudo isto, o Ministério da Saúde está realizando um trabalho pioneiro: o Censo de Diabetes.

Para detectar quem sofre desta doença e orientar como deve agir diante do problema.

Porque, sabendo a tempo, fica fácil evitar consequências graves no futuro. E levar uma vida mais doce.

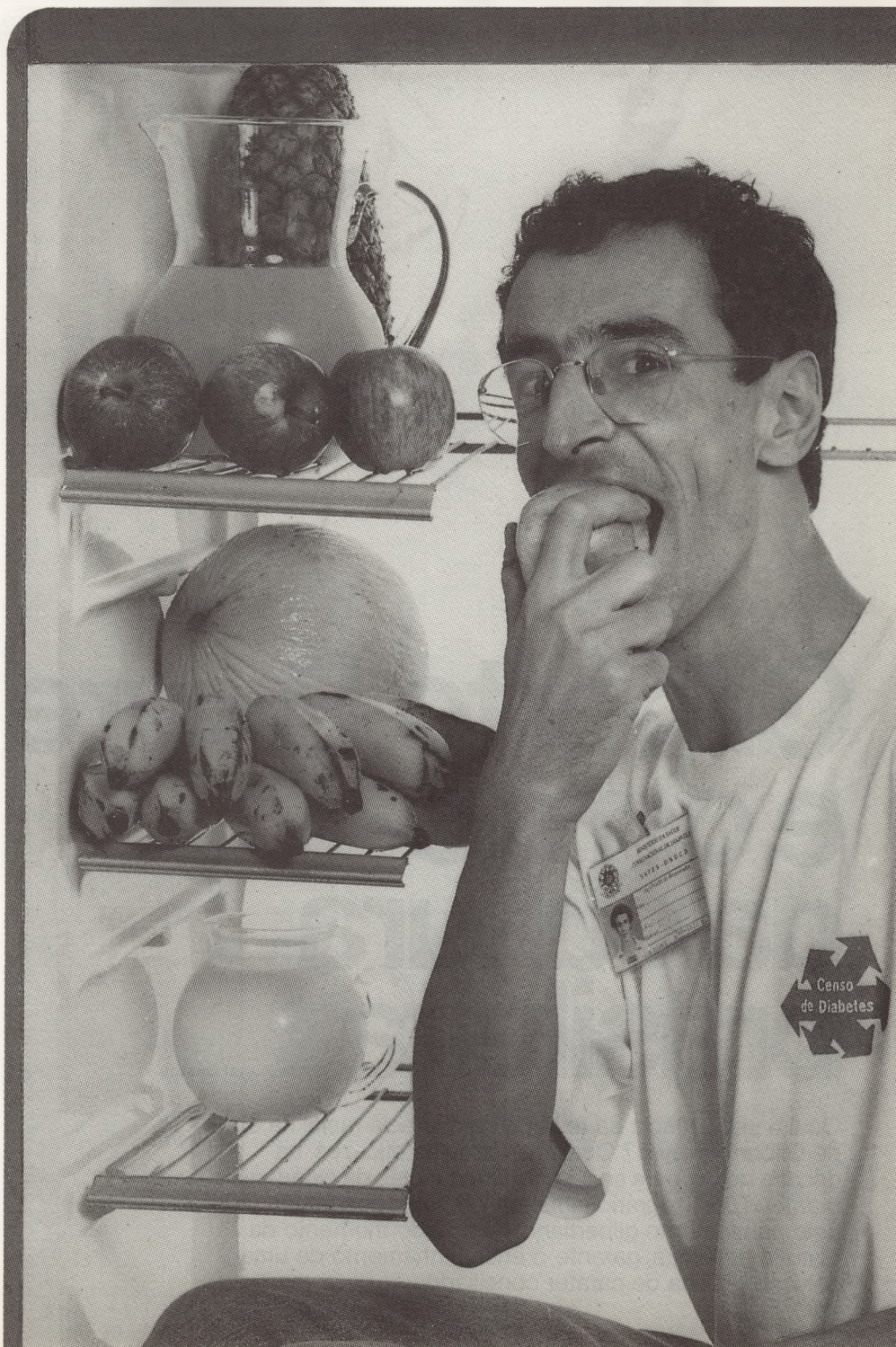
Receba, sem medo, o recenseador de diabetes.

Ele vai apenas fazer um teste gratuito, com material descartável. Sem nenhum risco de contaminação.

E você fica sabendo o resultado, na hora, através de um pequeno aparelho que mede o nível de glicose no sangue. Muito simples.

Colabore.

É importante para o Ministério da Saúde. É muito mais importante para você.



DIABETES
VOCÊ PODE TER E NÃO SABE.

DIVISÃO NACIONAL DE
DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Governo José Sarney
Tudo pelo social



Gilberto Freyre e o mito da cultura brasileira

Elide Rugal Bastos

Qual a importância da tese da democracia racial na obra de Gilberto Freyre? Quais as fórmulas eficazes, na década de 30, para se contornar a questão da cidadania e manter o pacto agrário-industrial? O papel desempenhado pelo pensamento gilbertiano, num dado momento da história brasileira, garante o encaminhamento de uma solução política de caráter conciliador.

O objetivo deste trabalho é mostrar como o pensamento de Gilberto Freyre se constitui em elemento fundamental da vida cultural e política que emerge no Brasil a partir da Revolução de 30. Para atingi-lo, discutirei três temas: como o autor constrói o mito da democracia racial; como, a partir dessa colocação, seu pensamento opera como elemento fundamental para a consolidação do bloco agrário-industrial que emerge desde 30; em que sentido sua análise representa um momento importante da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.

A democracia racial

A concepção histórica da sociedade brasileira de Gilberto Freyre resulta de um diálogo que faz com diferentes autores, do fim do século XIX e início do século XX; mas seu debate principal é com a produção dos intelectuais da década de 20. Nesse sentido, resolve alguns dos impasses do pensamento brasileiro.

Seu pensamento está sintetizado nos escritos dos anos 20, mas aparece de forma mais acabada em *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937). Essa explicação funda-se na articulação de três elementos: o patriarcado; a inter-relação de etnias e culturas; o trópico. Os três marcos definidores da formação nacional aparecem correlacionados, de modo que cada um deles encontra sua explicação na convergência com os dois outros.

Ao analisar a inter-relação das etnias e culturas na formação do povo brasileiro, aponta para o fato de, na constituição da sociedade nacional, haver o embate de duas tendências: uma erudita/outra rústica; uma racional/outra não racional; uma ocidental/outra oriental; uma tradicional/outra moderna. Longe desse confronto representar uma ruptura, o conflito resultante acaba por se resolver através da acomodação e da assimilação. Em outros termos, é a duplicidade de alma, marca do povo brasileiro, que lhe confere uma capacidade especial, não apenas de suportar contradições, mas de harmonizá-las. É por isso que no Brasil, tradicionalmente se busca a solução dos conflitos através da integração e/ou do equilíbrio de elementos antagônicos. Isso é possível porque constituímos num encontro "democrático" de três raças com caracteres diferentes, mas harmonizadas: o português, o indígena e o negro.

É através de um processo, cotidianamente desenvolvido durante séculos de escravidão, primeiramente no recesso da casa-grande, e depois do sobrado, que o brasileiro ganha um caráter especial: torna-se capaz de conciliar oposições. "O segredo do sucesso do Brasil em construir uma civilização humana, predominantemente cristã e crescentemente moderna, na América tropical, vem da capacidade do brasileiro em tran-

sigir.”¹ Aquilo que os ingleses conseguem na esfera política, o brasileiro consegue na esfera cultural e social. “Daí nossa relativa democracia étnica: ampla, embora não perfeita, oportunidade dada a todos os homens, independentemente de raça ou de cor, para se afirmarem brasileiros plenos.”²

O processo de acomodação no campo cultural ao mesmo tempo requer e é produto do amalgamento no biológico e étnico. Esse processo foi realizado pela miscigenação entre o português, o índio e o negro. Isso se realiza por duas vias. Primeiramente, a monocultura latifundiária e escravocrata opera na sociedade brasileira uma cisão entre dois segmentos sociais: os senhores e os escravos. Mas os resultados de tal ruptura, que poderiam definir uma oposição entre dois setores, que poderiam resultar num antagonismo, foram contrariados pelos efeitos sociais da miscigenação. Esta se opera, primeiramente, pelo fato de haver uma escassez de mulheres brancas nos anos de conquista e consolidação da Colônia. Isto cria zonas de confraternização que corrigem a distância social que de outro modo se conservaria enorme entre a casa-grande e a senzala. O processo age poderosamente no sentido de democratização social no Brasil.

É sobre essa realidade que se forma a família patriarcal, resultado tanto de configurações econômicas – monocultura latifundiária – como de relações sociais necessárias à produção.

De outro lado, mesmo não havendo miscigenação, a forma pela qual se desenvolvem as relações entre senhores e escravos no Brasil impede a emergência dos conflitos. Ao privilegiar as relações senhores/escravos no ambiente da casa-grande, cria-se uma imagem sobre a sociedade brasileira da qual se elimina o papel e o peso do escravo do eito. Aponta-se, então, na formação nacional uma marca profunda, menos racial que cultural do estoque africano no Brasil.

Nesse sentido, Gilberto Freyre encaminha a tese, que se opõe à dos racistas, resgatando o negro na constituição da sociedade brasileira, a partir de sua qualificação como colonizador, isto é, dando ênfase ao papel civilizador por ele representado.

O debate com os racistas parte do princípio de que é anticientífico afirmar-se a superioridade ou a inferioridade de uma raça sobre outra. Constrói sua argumentação a respeito da questão cultural, mostrando a complexidade das culturas africanas transplantadas para o Brasil, apontando para o fato de que algumas nações africanas – os sudaneses, por exemplo –, em vários aspectos de sua organização social e cultural, estavam mais avançadas que os portugueses.

O debate com os racistas representa um salto, na medida em que resolve um

impasse do pensamento brasileiro frente à formação nacional e a viabilidade do Brasil como nação.

A abolição da escravidão colocou a sociedade brasileira face a um problema: como inserir o negro nos quadros sociais? Essa pergunta foi respondida de vários modos por diferentes autores: Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Artur Ramos, além de Gilberto Freyre. Florestan Fernandes³, por exemplo, aponta para o impasse definido pela dualidade igualdade perante a lei/desigualdade real: à nova condição jurídico-política dos ex-escravos não corresponde imediatamente o exercício das prerrogativas sociais que a situação propiciava.

A manutenção de tal situação garantia-se pelo domínio, nos meios intelectuais, do chamado racismo científico, que nada mais era do que “uma tentativa de conferir à discriminação racial um cunho legal”⁴. Era através de uma linguagem científica que se procurava apontar para a desigualdade das raças, admitindo-se que o homem branco fosse o melhor dotado e mais capaz. Os outros tipos raciais tinham, pois, que acatar a liderança branca.

O ensaísmo dos 20 herda esse pano de fundo. A partir da aceitação das análises sobre a inferioridade física, psicológica e moral das “raças não brancas”, e sobre as consequências disso sobre a mestiçagem, constrói sua visão sobre a formação nacional.

Oliveira Vianna, que nesse período procurou apontar para a associação entre a evolução da raça, da sociedade e das instituições políticas, é o expoente máximo da tendência. Busca mostrar que a principal forma de evolução da sociedade, de modo a possibilitar instituições políticas equilibradas, constitui-se no processo de arianização. Propõe que o branqueamento seja a meta a que o conjunto do sistema social brasileiro deve tender, orientado por uma política de imigração que resulte em indivíduos adaptáveis ao clima e meio geográfico. O produto resultante do caldeamento dessas raças “superiores” com alguns tipos africanos aqui vindos pode gerar mestiços eugênicos ou “superiores”. Isso levaria a “caldeamentos felizes”, isto é, a geração de indivíduos que mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca⁵.

Mas a discussão sobre a raça, naquele momento, transforma-se em debate dos mais importantes, porque é componente fundamental da definição do povo e das instituições que lhes são convenientes. Gilberto Amado exemplifica, largamente, essa tendência. Analisa as instituições políticas e o meio social no Brasil, em discurso de estréia como deputado, na Câmara dos Deputados, em 1916, editado em 1924. Faz balanço sobre a composição racial da população brasileira, na qual predominam os mestiços, negros e

índios sobre uma população branca que não atinge um terço do total. Pergunta-se, então, se “teria sido possível sobre essa população tornar-se efetiva a prática de um sistema originário dos próprios costumes do mais político dos povos, e não apenas ‘adaptado’ como nós o adaptamos, sobre uma ‘gens’ adventícia, sem hábitos de organização e de trabalho, pouco fixado ao solo, de todo inapta à iniciativa mais comecinha na ordem dos seus interesses privados, entregue ao muçulmanismo de uma imprevidência poética”. Diz: “povo, propriamente não temos, pois politicamente a população do Brasil não tem existência”⁶. E, desqualificando o povo, justifica a tutela, ressalta o papel das elites e legitima-se o autoritarismo.

Porém, o mito das três raças entra na discussão dos anos 20 com os sinais trocados, se comparada ao debate correspondente da virada do século. Neste, tratava-se apenas de buscar uma interpretação da sociedade, na medida em que a problemática da mestiçagem, aliada ao problema do meio ambiente, apresenta-se como um dilema, de certo modo, insolúvel, que leva a perspectivas pessimistas quanto à “viabilidade do Brasil como Nação”⁷. Na década de 20, as colocações sobre a raça compreendem uma tentativa de modificação da sociedade. Usando expressão lembrada por Renato Ortiz, o mito está em vias de ritualizar-se. É seu último momento como linguagem; o início da década de 30 será o tempo de sua celebração⁸.

Assim, conforme foi dito anteriormente, a questão racial é componente fundamental da questão nacional. Embora seu debate, na década de 30, restrinja-se, aparentemente, ao nível psicossocial, a questão da raça é o modo pelo qual se apreende a realidade social. Em outros termos, o discurso racista é a forma pela qual se expressam os problemas nacionais. Se na passagem do século era a linguagem pela qual se exprimia um dilema de caráter econômico-social – a impossibilidade de transformação imediata do escravo em proletário e a assimilação do imigrante à sociedade em transição – na década de 20, exprime um problema que atinge, além daqueles, o nível político. Quais as possibilidades de estender efetivamente os direitos de cidadania à totalidade da população? Qual a viabilidade da admissão do direito de associação aos trabalhadores em geral?

São duas conjunturas históricas diferentes: a primeira, um período de transição da sociedade, onde o Estado burguês encontra o caminho de sua consolidação; a segunda, um momento onde delineava-se um Estado forte e centralizado, capaz de orientar as novas mudanças da sociedade, necessárias ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Esse Estado, cujo perfil está sendo construído tanto ao nível das idéias quanto na luta política desenvolvida na década de 20, tem sua definição marcada pelo debate regionalismo/centralismo. O problema apresenta

duas faces: uma, econômico-político-administrativa; outra, sócio-cultural. Os autores do período enfrentam essas diferentes dimensões da questão associando-se à discussão sobre a constituição do povo.

Face a essas preocupações, Gilberto Freyre procura construir positivamente seu debate, mostrando a plasticidade do negro, sua maior capacidade de adaptação a diferentes climas e a diferentes formas de cultura. Indica elementos psicossociais do negro que enriquecem nossa formação social: o traço dionisíaco, a bondade, a sagacidade, a religiosidade mística. Além disso, os elementos culturais: a higiene, a sabedoria da alimentação adaptada ao trópico, a linguagem doce. Esses elementos, embora em contraste com aqueles do dominador-branco, somam-se e constituem-se na face arlequinal de nossa cultura.

A análise que Gilberto Freyre faz da linguagem exemplifica bem sua visão de que somos uma sociedade democrática, porque todas as formas de relações sociais coexistem pacificamente. A simples colocação dos pronomes pode mostrar que, como brasileiros, temos duas faces: a dura, antipática, do dominante, que se expressa no "faça-me isso"; e a suave, simpática, pronta a obedecer, do dominado que pede "me faça"! E nem precisamos ter uma forma só de linguagem. As duas devem coexistir porque "a força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo. Seguirmos só o chamado 'uso português', considerando ilegítimo o 'uso brasileiro', seria absurdo. Seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos, metade de nossa vida emotiva e das nossas necessidades sentimentais, e até de inteligência, que só encontram expressão justa no 'me dê' e no 'me diga'. Seria ficarmos com um lado morto; exprimindo só metade de nós mesmos. Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro."⁹ Essas duas faces do indivíduo estendem-se à sociedade. É isso que caracteriza nossa forma de realizar a democracia: somos uma **democracia racial**. E isso, o conseguimos porque, através do negro escravo doméstico, redefinimos nossos contatos sociais que resultam "em novas relações com o meio, com a vida, com o mundo. Importando em experiências que se realizam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice, de curandeiro ou de corruptor"¹⁰.

Eis que na sociedade brasileira realizou-se a metamorfose: o aparentemente dominado foi, de fato, dominante. Não pode

existir democracia mais completa! Pelo menos ao nível do discurso!

A consolidação do bloco agrário-industrial

É no seio da família patriarcal que se dá o amálgama das culturas. É isto que torna o patriarcalismo, como organização social, um momento privilegiado da formação da sociedade brasileira; o espaço político que possibilita a existência dos antagonismos equilibrados.

Esses antagonismos, vistos abstratamente, levariam a uma ruptura social, porém, os mesmos desaparecem no cotidiano, pois a convivência, dia a dia, dos dois grupos supostamente em oposição se dá harmonicamente no seio da família patriarcal.

É por isso que o complexo casa-grande/senzala é símbolo de relações sociais. É ancorada na senzala que a casa-grande ganha força social que permitirá ao patriarcalismo o triunfo face ao Estado e à Igreja.

A família é marcada pelo cruzamento inter-racial que, ao apagar as contradições, ao harmonizar as diferenças, resulta numa diluição de conflitos que se traduz num cruzamento intersocial. Tal dimensão permite a Gilberto Freyre a "mágica" de através de uma invenção sobre a família "inventar" a sociedade brasileira. A invenção é de tal ordem que o próprio discurso sobre a família, que diz respeito apenas à família da casa-grande, legitima a desestruturação da família da senzala¹¹.

Nesse sentido é que podemos afirmar que a obra gilbertiana, localizada na década de 30, torna-se elemento importante para a consolidação do pacto agrário-industrial. Não se trata apenas da idéia de democracia racial. A tese da democracia racial torna-se peça indispensável para apontar a importância não apenas da família, mas das forças oligárquicas que, naquela conjuntura, deveriam ser incorporadas ao projeto urbano-industrial por serem uma garantia de ordem social e de unidade nacional. É a partir da discussão sobre a família que Gilberto Freyre propõe a articulação entre o velho e o novo. É, ainda, a partir da família que coloca a questão do **tradicionalismo** e do **modernismo**, forma pela qual aponta a debilidade política e social da burguesia industrial, que para impor seu projeto, uma nova ordem social, necessita do apoio dos setores tradicionais. Só estes são apontados como capazes de compreensão e manutenção da velha ordem da sociedade.

Nesse sentido, a obra de Gilberto Freyre reforça os elementos tradicionais do pacto: a intocabilidade da questão fundiária, a não extensão dos direitos trabalhistas ao homem do campo e a proibição de associação dos trabalhadores rurais.

Retornando ao tema da "sabedoria" patriarcal a respeito da organização social, Gilberto Freyre mostra a "debilidade" de um

Estado que se assente sobre as formas liberais clássicas. Tema esse já discutido por alguns ensaístas dos anos 20. Relembrando as raízes rurais da formação brasileira, aponta para a singularidade da situação do agregado, onde articulam-se **lealdade** e **favor**. Mostra, a seguir, a incongruência dessas formas com as propostas liberais clássicas. Avança, ainda, apontando para o caráter heterogêneo da formação nacional: somos um cadinho de raças, de regiões, de culturas. Inegavelmente, a explicação gilbertiana sobre a articulação de raças e culturas resolve um impasse relativo a constituição do povo brasileiro. Todavia, se seu trabalho aponta para a beleza contida na heterogeneidade, passa a ser o patamar sobre o qual assentar-se-á toda uma justificação política de caráter conciliador na década de 30. Aí, soluções conservadoras e liberais convivem em harmonia.

Será em nome da heterogeneidade que se negarão os direitos de cidadania à quase totalidade da população nacional. Não havendo direitos, inviabiliza-se a associação. Em outros termos, retira-se o espaço político que torna possível a colocação da questão social.

Mais ainda, uma das fórmulas eficazes para contornar a questão da cidadania, reivindicada por inúmeros movimentos sociais da década de 20, será encontrada por Gilberto Freyre e passará a constituir-se em elemento fundamental para a explicação do Brasil: não são os indivíduos, isto é, os cidadãos, os elementos básicos da sociedade, mas as famílias e os grupos, atravessados por um nexo fundamental: a **raça**. Em outros termos, os indivíduos são tão diferentes entre si pela diversidade de raça, cultura, região, que se torna impossível a aplicação de um tratamento universal como a **cidadania**. As verdadeiras unidades orgânicas da sociedade são as famílias, essas sim, uma instituição com universalidade social.

Ainda, o debate sobre o patriarcalismo levará à afirmação de que a relação público/privado dá-se de modo diferenciado nas diferentes **regiões** do Brasil. Como falar, então, de associações de classes dentro desse quadro? A discussão sobre o regionalismo propõe a descentralização das decisões políticas fundamentada na diversidade presente na sociedade brasileira.

Seu discurso, que emerge como "científico", transfigura-se em "discurso político" na medida em que se coloca como fundamental para a manutenção do pacto agrário-industrial. Desse modo, o pensamento gilbertiano transforma-se na garantia do encaminhamento de uma solução política de caráter conciliador. Em outras palavras, analisar a sociedade brasileira a partir da percepção do **nacional como soma de raças, regiões, culturas, grupos sociais**, significa apagar a possibilidade de percepção do **social como contraditório**, onde a dominação se reitera exata-

mente porque se exerce sobre a diversidade que esconde a desigualdade.

O papel desempenhado por esse pensamento permite que vejamos em Gilberto Freyre um dos intelectuais que entram na construção do pacto de 30. Seus trabalhos expressam as possibilidades das oligarquias agrárias estarem presentes na "nova ordem" em curso, sem que para isso fossem necessárias mudanças de caráter estrutural.

A institucionalização das Ciências Sociais

É interessante notar que essas idéias encontram trânsito tranqüilo na intelectualidade da década de 30. Isto se deve, de um lado, ao fato de o discurso ideológico estar recoberto de caráter científico; de outro, à retomada, sob a ótica nacional, da questão do arianismo, superando-a, o que se constitui na resolução de impasse político que envolve nuclearmente a questão nacional. Mais ainda, por tratar-se de uma explicação do Brasil marcada pelo ecletismo que, associado aos dois elementos anteriores, conforma seu caráter conciliatório. É exatamente esse traço conciliador que marca o espaço de surgimento do discurso sociológico no Brasil.

Aqui cabe a questão: serão as idéias gilbertianas tão diferentes das de seus predecessores que justifiquem, por si sós, o impacto e o caráter assumidos por *Casa Grande & Senzala*?

A meu ver, a grande repercussão ocorre porque Gilberto Freyre representa um momento de passagem, o fechamento de um ciclo, quando a teoria social deixa de apresentar-se como manifestação dispersa e surge como sistema: a sociologia. Nesse sentido, é o último pensador de um período e o primeiro de uma nova etapa, que se desenvolverá à sua revelia¹².

O ponto de toque dessa transição é dado pelo abandono do discurso jurídico, até então o instrumento explicativo da realidade, e a adoção do discurso sociológico como novo código competente para dar conta do social. O impacto dessa transformação é palpável e o comentário de Monteiro Lobato o ilustra: "Gilberto Freyre tem o destino dos Grandes Esclarecedores. Antes de sua amável e pitoresca lição vivíamos num caos impressionista, atrapalhadíssimos com os nossos ingredientes raciais, uns a negá-los, como os que têm como 'patriótico' esconder o negro, clarear o mulato e atribuir virtudes romanas aos índios; outro a condenar isto em nome daquilo – tudo impressionismo duma ingenuidade absoluta e muito revelador da mais completa ausência de cultura científica na nossa gente culta e até em nossos sábios (...) Seu livro era sociologia, jogava com toda a técnica da misteriosa ciência e com a sua estranha terminologia"¹³.

A metamorfose do jurídico no sociológico é componente fundamental do processo de institucionalização das Ciências Sociais. Esta dar-se-á na década de 30 através da criação de cursos de Ciências Sociais na Universidade de S. Paulo e Escola de Sociologia e Política, em S. Paulo; inclusão da disciplina Sociologia em diversos cursos, como na Universidade do Distrito Federal; multiplicação de coleções de livros de estudos brasileiros, tais como *Brasiliiana*, *Documentos Brasileiros*, *Problemas Políticos Contemporâneos*, *Coleção Azul*. O clima era tão propício a seu desenvolvimento que já se disse, ironicamente, que, se na geração anterior os jovens autores procuravam se afirmar através de um livro inaugural de versos, na década de 30 tendiam a fazê-lo por meio do ensaio sociológico¹⁴.

Gilberto Freyre encontra-se no ponto de inflexão desse processo de transição. E

isso se deve a inúmeros fatores. É necessário lembrar que a sistematização de uma teoria resulta de um processo cumulativo de pensamento. Os ensaístas dos anos 30 são devedores daqueles da década de 20. Há nestes uma maturação da reflexão sobre a formação nacional, permitindo um avanço na colocação da problemática. Porém, não é só: também há a mudança de temática, que não gira mais apenas em torno da organicidade do Estado, mas incorpora ao debate a constituição da sociedade. Isto exige a busca de novo instrumento analítico, o que abre espaço ao discurso sociológico. Nesse sentido, Gilberto Freyre encontra-se numa situação privilegiada, pois vários fatores permitem que domine recursos de análise não disponíveis aos intelectuais formados no país. Estudou Ciências Sociais na Universidade de Colúmbia em momento de fervor do debate sobre as formações nacionais, principalmente acionado pelos resultados sociais e políticos da Primeira Guerra Mundial. Fora aluno de Boas, cujo culturalismo se colocava como oponente teórico da sociobiologia. Lia inglês, quando no Brasil a língua à disposição dos pesquisadores era principalmente o francês, o que lhe abre horizontes bibliográficos novos. Viajou pela Europa num momento em que os movimentos nacionalistas encontravam-se em grande ascensão. Beneficiou-se do fato de trabalhar com os resultados de um amplo debate no âmbito do pensamento social, tanto ao nível nacional como internacional.

Refletir sobre o fato de existir no Brasil, na década de 20, uma crescente fermentação de novas idéias significa, também, lembrar o substrato social no qual esse processo se realiza. O ensaísmo florescente nesse período decorre de mudanças de caráter econômico, político, social e cultural. É bastante significativo o fato de no início dos anos 20 ocorrerem quatro grandes movimentos que, de um lado, são o resultado de um debate social, e de outro concorrem para acelerar o processo de transformação da sociedade. Refiro-me à Semana de Arte Moderna, que simultaneamente é resultado e desencadeia uma revolução estética, denuncia a ingenuidade do ufanismo e contribui para a valorização das coisas do país; às mobilizações sociais de trabalhadores, inúmeras no período, que ganham nova dimensão e atingem outra etapa, na medida em que se funda o Partido Comunista Brasileiro, organização possível pela própria existência daquelas lutas; às idéias católicas, reação tradicionalista, que apareciam anteriormente como manifestações dispersas, de caráter individual, e que tomam rumo mais abrangente e marcante a partir da criação do Centro Dom Vital e da edição da revista *A Ordem*; à rebelião do Forte de Copacabana, marco do movimento tenentista.

Esses acontecimentos expressam o processo de desgaste do pacto oligárquico. Estava ocorrendo a perda de terreno econô-



mico e político pelos setores tradicionais ligados à exportação, em favor de um capital nacional que se desenvolve também através de investimentos industriais. O choque de interesses deixa espaço ao debate de idéias que, nesse palco, ora vão opor-se, ora articular-se. Em outros termos, a crise permite o aparecimento de idéias em confronto. Idéias de caráter conservador bem marcado, que se opõem ou mesclam com propostas liberais avançadas. Cria-se um espaço de debate onde surge a possibilidade de novos parceiros ao diálogo. Nesse clima, os intelectuais são desafiados para novas reflexões, de certo modo, independentes em relação ao Estado. Essa tendência acentua-se com a Revolução de 30 e o "fervor cultural" que a acompanha¹⁵.

Em síntese, num processo de transformação da sociedade, todas as forças sociais são mobilizadas. As lutas sociais, as organizações decorrentes dessas lutas, a unificação ou a fragmentação de interesses que levam à constituição de grupos diversos dos anteriores, as idéias – reflexão sobre esses processos – fazem parte de um todo; e cada parte só encontrará sua explicação se remetida a essa totalidade. Em outras palavras, as transformações de caráter político são o resultado de um processo social que se desenvolve ao longo do tempo. Processa-se tanto em termos sociais, econômicos e políticos, como em termos de produção de pensamento.

Nesse sentido, para a discussão do papel que a obra de Gilberto Freyre desempenha na articulação de forças da década de 30, é fundamental que a coloquemos em referência às mobilizações sociais, às formas de organização e institucionalização, aos debates políticos em curso e às obras produzidas nesse momento e nos anos anteriores. Só assim será possível entender porque acaba por ser celebrado como o explicador da realidade brasileira. Se a genialidade é um dos componentes do processo, como tantas vezes já foi indicado, parece-me importante mostrar que este caráter lhe é conferido pelo fato de estar historicamente localizado num momento político, social e cultural que lhe permitiu mobilizar instrumentos adequados à passagem de uma etapa de meditação a uma fase de explicação do social.

Concluindo

O que procurei demonstrar neste artigo é que a sociologia gilbertiana emergiu como expressão e componente de conservação da ordem, num momento da história brasileira – 1930 – momento significativo no processo de modernização capitalista. Do ponto de vista político, ocorre um rearranjo do bloco de poder, rearranjo esse que exclui as classes subalternas. Dessa ótica, trata-se de um pensamento datado, na medida em que encontra seu pleno sentido na década de 30. Encaminha explicações que possibilitam o equacionamento

de problemas que, naquele momento, constituem-se num impasse ao encaminhamento da revolução burguesa no Brasil.

Naquele período, caracterizado por uma crise de hegemonia, a necessidade de conciliação obriga a que se busquem, na análise da sociedade, elementos que permitam um reequacionamento do poder estatal. Em outros termos, se os estudos anteriores sobre a formação nacional estavam centrados sobre o Estado e as instituições que compõem seu aparelho, a década de 30 caracteriza-se por ser o momento privilegiado da análise da sociedade. E então que o debate sobre as relações entre a cultura e a organização social constitui-se em elemento fundamental que legitima o fato de o Estado assumir uma espécie de missão civilizadora com o fim de constituir, de dinamizar as forças sociais, os negócios e, inclusive, favorecer o desenvolvimento das condições que irão produzir uma burguesia industrial cada vez mais forte.

É nesse quadro que se consolida a primeira versão da sociologia brasileira. Desempenhará papel importante na emergência do "populismo" no Brasil.

Elide Rugai Bastos é doutora em Sociologia, professora do Deptº de Sociologia da PUC/SP e da UNESP de Araraquara/SP. Autora do livro "Ligas Camponesas", editado pela Vozes.

Referências Bibliográficas e Notas

1. FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos trópicos*, trad. Olívio MONTENEGRO & Luís de Miranda CORRÊA, rev. pelo autor, 1ª ed. em língua portuguesa, São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1971, pp. 4-5.
2. Ibid.
3. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. S. Paulo, Dominus Ed./EDUSP, 1965 – principalmente nos itens "O negro e a revolução burguesa" e "O mito da 'democracia racial'".
4. MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *O elogio da dominação, relendo Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Edições Achiamé, 1984, pp. 22-23.
5. VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, 4ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 153. (A 1ª edição é de 1922.)
6. Veja-se, por exemplo, a obra de Euclides da CUNHA, principalmente *Os Sertões*. O trabalho de Renato ORTIZ, *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX*, in: *Cultura brasileira & identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 13-35, desenvolve tal questão, aprofundando-a.
7. ORTIZ, Renato. *Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional*, in: *op. cit.*, pp. 39-41.

8. AMADO, Gilberto. *As instituições políticas e o meio social no Brasil*, in: Vicente Licínio CARDOSO, *À margem da história da República*, Brasília, Editora UnB, 1981, tomo I, pp. 53 e 55.
9. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, 21ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. 335.
10. Ibid., p. 336.
11. A análise de como a desestruturação da família escrava acaba por transformar-se em elemento importante para a garantia da "ordem social" é desenvolvida por Florestan FERNANDES, *A integração do negro na sociedade de classes*, *op. cit.*
12. CÂNDIDO, Antônio mostra como um processo semelhante ocorre na literatura brasileira, em *Formação da literatura brasileira*, 6ª ed., Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1981.
13. MONTEIRO LOBATO, J. B. Prefácio, in: Diogo de MELLO MENEZES, *Gilberto Freyre (notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas)*. Rio de Janeiro, CEB, 1944, pp. 9-11.
14. CÂNDIDO, Antônio. *A Revolução de 30 e a cultura*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 2 (4): 32, abril de 1984.
15. O termo é empregado por Antônio CÂNDIDO em *A Revolução de 30 e a cultura*, *op. cit.*

Resumen

GILBERTO FREYRE Y EL MITO DE LA CULTURA BRASILEÑA

La sociología de Gilberto Freyre emergió como instrumento de conservación del orden en un momento específico de la historia brasileña – 1930 –, un momento significativo en el proceso de modernización capitalista. Su discurso, que surge como "científico", se transforma en un "discurso político" en la medida en que se coloca como base para la mantención del pacto agrario-industrial. Su obra expresa la posibilidad que tienen las oligarquías agrarias de estar presentes en el "nuevo orden" sin necesidad de cambios estructurales.

Abstract

GILBERTO FREYRE AND THE MYTH OF BRAZILIAN CULTURE

At a particular moment in Brazilian history (1930), Gilberto Freyre's sociology emerged as an instrument for preserving the status quo. It was a decisive point in the process of capitalist modernization. Freyre's discourse, "scientific" at the outset, became transfigured into "political discourse", the more it was deemed essential for the maintenance of the agrarian-industrial pact. His writings express the agrarian oligarchies' prospects of participating in the "new order", without positing the need to concede structural change.

UM BANCO QUE SE TOCA POR MÚSICA.

Dizem que o Banco do Brasil trabalha afinado como uma orquestra. Mas, você ainda não ouviu nada.

O que pouca gente sabe é que toda a harmonia que o Banco do Brasil consegue em seus serviços vem do empenho de cada um dos seus integrantes. Funcionários e clientes, que acreditam ser mais fácil tocar a vida tendo um grande banco como instrumento de apoio.

E como orquestra apreciadora da melhor música, o Banco do Brasil dentro da Lei Sarney de incentivo à cultura, decidiu apoiar também 12 das principais sinfônicas brasileiras.

Juntamente com o Ministério da Cultura está desenvolvendo um

projeto que vai desde a criação de um banco de partituras, para manutenção de um acervo de obras, até à aquisição e importação de instrumentos.

Além disso, apoio financeiro será garantido para a contratação de músicos, regentes, e para a realização de concertos populares.

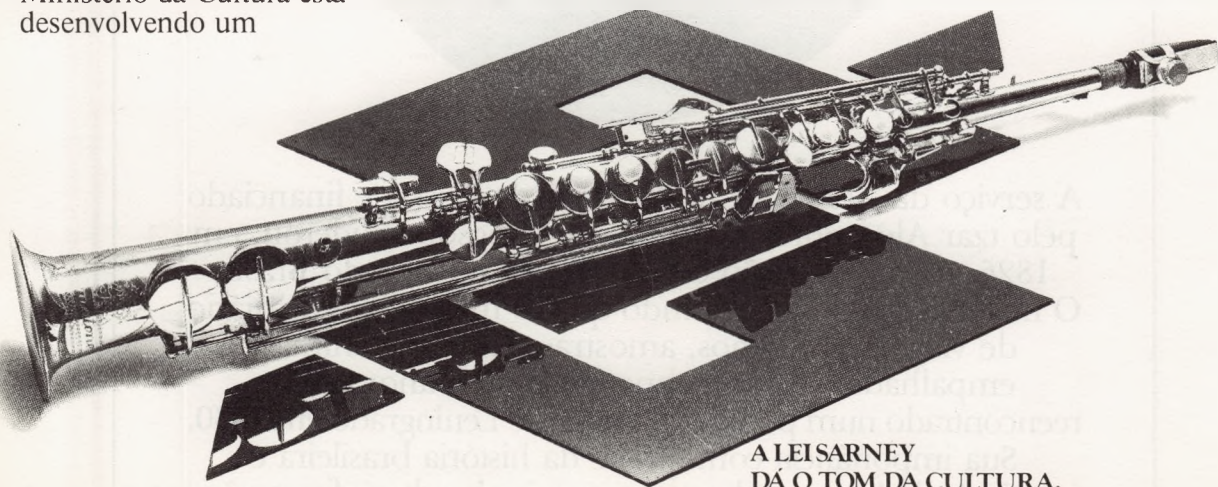
Inicialmente, estas foram as orquestras incluídas no projeto – a do Teatro Nacional de

Brasília, a da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, de Recife, de Minas Gerais, Sinfônica Municipal de Campinas, a Municipal de São Paulo, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal da Bahia e a Sinfônica do Paraná.

Todo esse empenho é para manter nosso acervo de obras, nossos instrumentos e músicos no mesmo tom das principais sinfônicas do mundo. E que bom seria se outras empresas se tocassem como o Banco do Brasil, quando se trata de música. Assim teríamos mais orquestras ajudando outras.



BANCO DO BRASIL



**A LEI SARNEY
DÁ O TOM DA CULTURA.**

LANGSDORFF, O CIENTISTA VIAJANTE

Marcos Pinto Braga



A serviço da Academia de Ciências da Rússia e financiado pelo czar Alexandre I, o barão de Langsdorff liderou, em 1826, uma expedição científica pelo interior do Brasil. O material coletado, incluindo quatro mil páginas de diário de viagem, desenhos, amostras da flora e animais empalhados, ficou desaparecido cem anos, sendo reencontrado num porão do Museu de Leningrado em 1930. Sua importância como fonte da história brasileira é inestimável. Até quando seremos privados das informações desse acervo valioso?

Em 1826, quatro anos após a independência do Brasil, em meio às precárias condições existentes na época, uma expedição composta por cinco renomados cientistas europeus preparava-se para embrenhar-se por suas selvas a serviço da Academia de Ciências da Rússia, em um empreendimento financiado pelo czar Alexandre I. Os preparativos da expedição, pelo número de pessoas e amplitude da área a ser percorrida, atraía as atenções de jornais brasileiros e europeus. Eram ao todo 39 pessoas incluindo escravos, guias e remadores, distribuídas em duas grandes canoas cavadas em grossos troncos, três batelões e outras três embarcações menores portando víveres.

Era a expedição do barão de Langsdorff, cônsul geral da Rússia no Brasil, e com ele partiam Hercules Florence, Amadei Tau-nay e outros cientistas e pintores.

Após percorrer por vários anos o interior do Brasil, Langsdorff conseguiu enviar à Academia de Ciências da Rússia grande quantidade de material coletado, diários de viagens perfazendo mais de quatro mil páginas escritas, cerca de 600 desenhos, observações de toda a natureza e centenas de caixas contendo amostras da flora e animais empalhados. Durante cem anos esse acervo foi dado como perdido. Somente em 1930 foi reencontrado, em um porão do Museu do Jardim Botânico de Leningrado. Hoje, especialistas de vários países reconhecem o seu valor como importante fonte histórica brasileira. O assunto já foi objeto de estudos em vários congressos internacionais de brasilianistas, realizados em diferentes partes do mundo.

O Brasil, um país de grande diversidade cultural e ainda pouco conhecido em suas regiões mais remotas mesmo por brasileiros, necessita dar o devido valor a essa verdadeira radiografia feita em seu interior no século passado, e procurar compreender o seu significado hoje, para melhor conhecer a si próprio. Conhecer, sobretudo, a visão de abrangência ecológica que tinham aqueles senhores, empenhados em desvendar os mistérios da vida e das condições de existência de suas populações interioranas: índios, negros e mestiços de todos os matizes, que, em seu processo de luta permanente pela própria sobrevivência, contribuíram, de maneira decisiva, para a formação da nacionalidade.

Um incansável viajante

A abertura dos portos brasileiros em 1808 foi revestida de um significado maior do que a simples penetração do capitalismo inglês na rica colônia de um Portugal falido. O exotismo tropical estava agora ao alcance de cientistas das nações fortes, que se embrenhavam pelas matas e selvas à procura de borboletas raras e raízes para todos os males. A exemplo da Suíça, Áustria, Estados Unidos, Inglaterra e França, a Rússia não poderia ficar

atrás. Em setembro de 1812 nomeia um cientista e viajante para o posto de cônsul geral no Brasil, cujas funções eram estudar com detalhes o mercado brasileiro e auxiliar aos mercadores russos no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que providenciar abastecimento para os navios da Companhia Russo-Americana que atracavam no porto da cidade.

Tratava-se do jovem médico alemão George Heinrich von Langsdorff, possuidor de um vasto conhecimento científico e experiente viajante por várias partes do mundo. Não poderia haver escolha mais acertada para a longínqua Academia de Ciências de São Petersburgo e o nascente capitalismo mercantilista russo, em busca de novos horizontes.

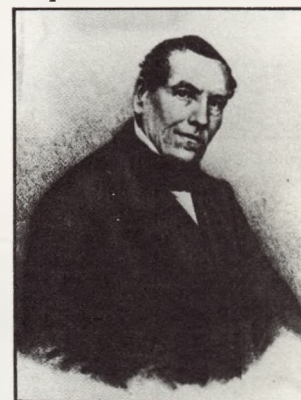
Langsdorff viveu uma vida agitada, como era o seu próprio caráter. Nasceu em um vilarejo do Essen Rhenano denominado Wöllstein, no dia 18 de abril de 1774. Seu pai era o prefeito do lugar, e descendia de uma tradicional família de barões, cujas origens se perdem no século XIV.

Com apenas 23 anos de idade, Langsdorff defendeu sua tese de doutorado sobre obstetrícia, publicada sob o estranho título de *Commentatio medicinae obstetriciae sistens phantasmorum sive machinarum ad artis obstetriciae facientium vulgo Fantomae dictorum breve historiam*.

Após seus estudos, tornou-se médico da corte do príncipe alemão Christian August Waldeck, que ao assumir um posto de comandante militar em Portugal levou-o consigo. Pouco tempo depois, seu amigo Waldeck morre, o que leva Langsdorff a dedicar-se mais intensamente às suas atividades de pesquisa, produzindo vários artigos. Por essa época, era constante a sua correspondência com cientistas de várias nacionalidades, entre os quais o físico russo Loguin Iurevich Kraft, membro da Academia de Ciências de seu país.

De volta a sua terra natal, após visitar a Inglaterra e a França, e enquanto colocava em ordem suas várias anotações, soube da preparação de uma viagem científica de volta ao mundo que estava sendo preparada pelos russos. Tal oportunidade jamais poderia ser perdida. Escreveu imediatamente a Kraft, solicitando ser incluído na expedição, na qualidade de naturalista. Mas seu pedido havia chegado tarde demais. Na resposta que recebera, Kraft comunicava que os navios *Nadishda* e *Nieva* já estavam prontos para zarpar de Copenhague e suas tripulações estavam completas. No mesmo dia Langsdorff segue para a capital da Noruega, na esperança de embarcar. Por sorte, os ventos desfavoráveis retardaram a partida, e ele chegou ainda a tempo de argumentar com o chefe da expedição, o navegante russo Ivan Fiodorovich Kruzenstern. Após certa relutância, este acabou por aceitá-lo a bordo, encarregando-o dos estudos de ictiologia e mineralogia da expedição. A partir de então, o seu destino esta-

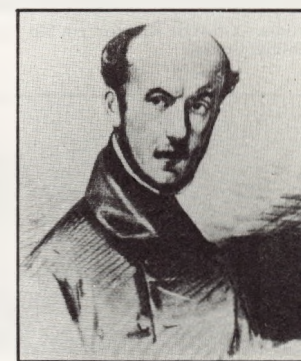
Participantes da expedição



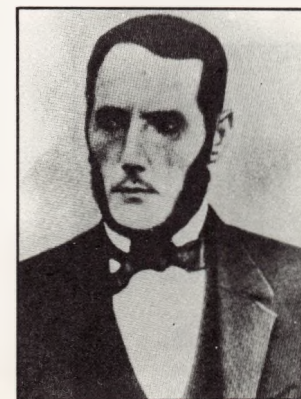
E. P. Ménétrie (1802-1861)



L. Riedel (1790 ou 1794-1861)



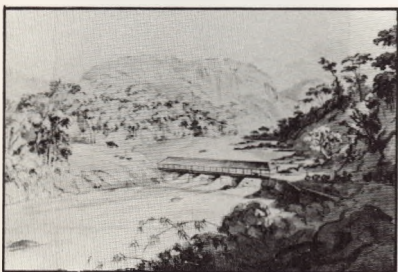
J. M. Rugendas (1802-1858)



H. Florence (1804-1879)



M. Rugendas – Vista das Laranjeiras e do Corcovado no Rio de Janeiro



M. Rugendas – Vista de uma nova ponte sobre o Rio Paraíba, entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.



M. Rugendas – Gruta de Kalkstein em São João del Rei, Minas Gerais.



H. Florence – Aldeia Apiacá próximas às margens do rio Junuena.



H. Florence – Rio Paraguai, cerca de dois quilômetros de Sete Lagoas, Minas Gerais

va definitivamente ligado à velha Rússia dos tzares, passando até mesmo a assinar Grigory Ivanovitch Langsdorff, nome com o qual se tornou famoso.

A viagem iria exercer forte influência sobre o seu espírito de pesquisador, abrindo horizontes nunca antes imaginados. Travou contatos com povos de ilhas perdidas no Pacífico que o despertaram para o estudo da etnografia, lingüística, geografia e mineralogia. Estava cada vez mais dedicado ao seu trabalho, coletando e selecionando material, ao mesmo tempo que desdenhava das dificuldades surgidas ao longo da viagem.

Os navios fizeram uma parada, de mais de um mês, na ilha de Santa Catarina, no litoral brasileiro. Seguiram depois para o sul, passando pelo Estreito de Magalhães e alcançando a Ilha de Páscoa. Chegaram depois às Ilhas Marquesas e ao Havaí, até atingirem a península do Kamtchatka, na parte oriental da Rússia.

Ao término da viagem, Langsdorff viveu ainda três anos na Rússia, participando de reuniões da Academia de Ciências e viajando pelo interior do país. Chegou a visitar o Japão, onde permaneceu quatro meses prisioneiro, uma vez que a política imperial daquele país era de evitar, ao máximo, qualquer contato com estrangeiros.

De volta a São Petersburgo, foi nomeado, em setembro de 1812, para o cargo de cônsul geral da Rússia no Brasil, tendo chegado ao Rio de Janeiro em abril de 1813.

As atividades de Langsdorff no Brasil foram, como sempre acontecia com ele, variadas e febris. Além de suas obrigações consulares, assumiu também funções diplomáticas, na qualidade de encarregado de negócios. Encontrava ainda tempo para frequentar bibliotecas e museus. Interessava-se sobremaneira pela migração, tornando-se ardoroso propagador dessa idéia entre os europeus ao publicar em Paris, em 1820, o livro: "Memoire sur le Brésil pour servir de Guide à ceux qui désirent s'y établir", no ano seguinte também publicado na Alemanha.

Após três anos de permanência no Brasil, comprou uma fazenda perto da cidade do Rio de Janeiro, denominada Mandioca. Havia ali plantações de café, mandioca, milho e frutas. Trabalhavam para ele 36 escravos negros, o que o fazia parecer um típico fazendeiro da época.

No entanto, sua fazenda era um local de encontro, para onde convergiam intelectuais brasileiros, viajantes estrangeiros e marinheiros russos. Sempre que podia, realizava pequenas viagens científicas pelos arredores, mantendo sempre bem informada a Academia de Ciências da Rússia sobre suas pesquisas, através de vários relatórios. A idéia de organizar uma grande expedição pelo interior do Brasil, por lugares nunca antes percorridos por cientistas estrangeiros, fervilhava em seu cérebro. Saint-Hilaire, que o acompanhou em algumas andanças, em seu livro

"Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais" assim o descreveu: "Na companhia do Sr. Langsdorff, a pessoa mais ativa e incansável que jamais encontrei na vida, aprendi a não perder um só minuto durante as viagens, a não ligar para as privações e a suportar com alegria a todas as incomodidades. O meu acompanhante andava para lá e para cá, agitava-se, chamava a um, fazia observações a outro, comia, escrevia seu diário, colocava em ordem uma coleção de borboletas, e tudo isto ao mesmo tempo. Seu andar era impetuoso, levando para a frente a cabeça e os braços, como que acusando de lentidão o resto do corpo. Ele falava tão depressa, que sua respiração era entrecortada, como acontece a alguém depois de uma extensa carreira".

Em 1821 Langsdorff viaja à Rússia, levando consigo vasto material coletado e um relatório completo sobre suas pesquisas. Foi quando expôs seu projeto de uma grande expedição ao czar Alexandre I. Dizia em seu relatório que era grande a quantidade de cientistas europeus empolgados com o Brasil, alertando que a Rússia não poderia ficar atrás das outras potências.

A expedição Langsdorff

Langsdorff deixou a Rússia com o seu projeto aprovado. Restava agora reunir participantes para o empreendimento. O primeiro a ser convidado foi Jean Moris Eduard Ménétrié, de nacionalidade francesa, também membro da Academia de Ciências de São Petersburgo. Os dois encontraram-se com o pintor Johann Moritz Rugendas na Alemanha, que também aceitou o desafio. Tanto Ménétrié como Rugendas tinham 19 anos de idade. Chegaram ao Rio de Janeiro no início de março de 1822, a bordo do navio Doris, trazendo grande quantidade de equipamentos científicos e livros, além de cem colonos alemães e suíços, de várias profissões, que vieram trabalhar na fazenda Mandioca. Os demais participantes da expedição, contratados por Langsdorff, foram: o botânico Ludwig Ridel, o astrônomo Nestor Rubtsov e o naturalista Wilhelm Freyress, que já moravam no Brasil.

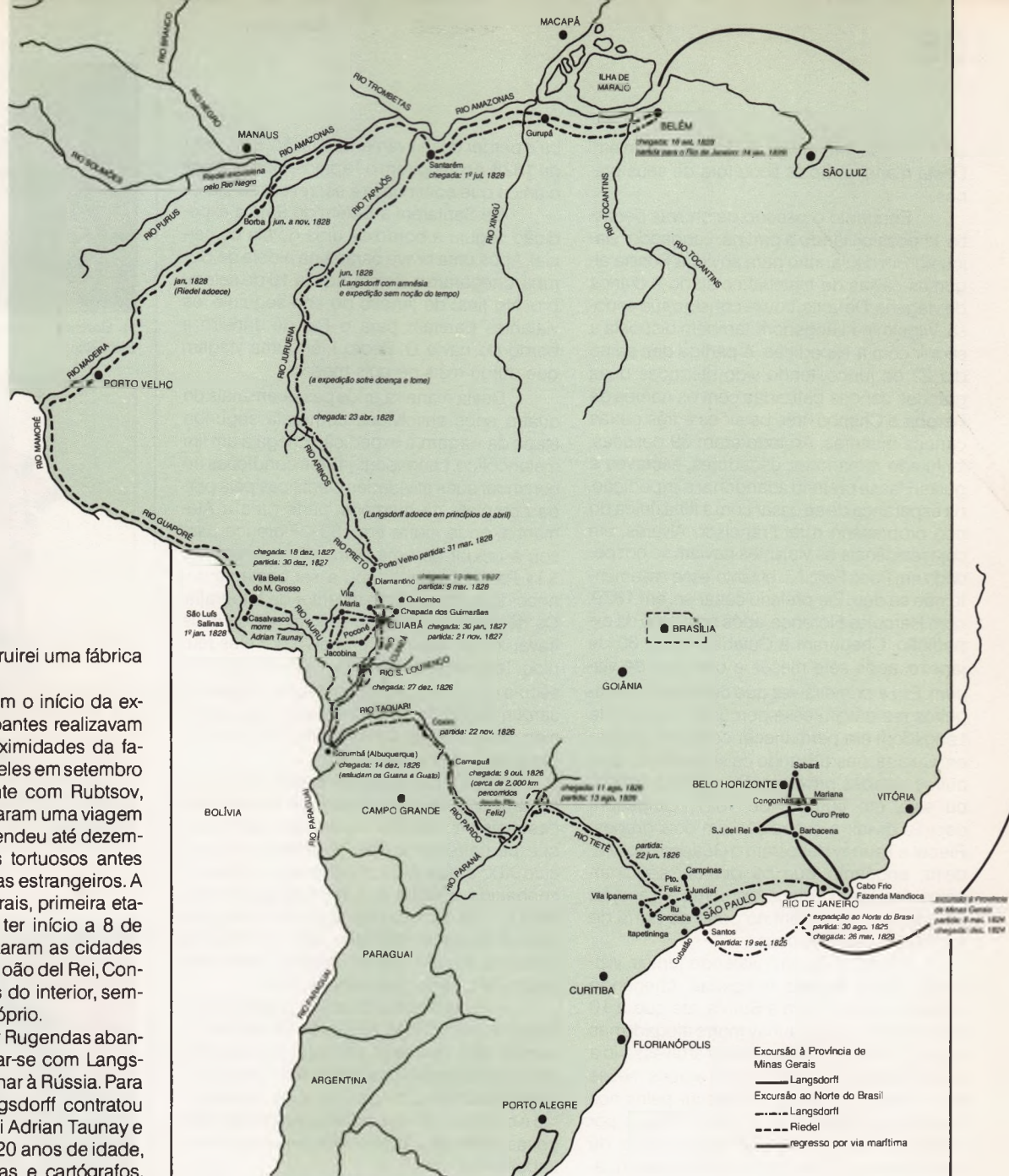
A organização da expedição ocorria justamente no ano da independência, em um clima político denso e complexo, o que não deixava de prejudicar o seu trabalho. Além de suas atividades consulares, esteve ainda ocupado em acomodar em suas terras os colonos que trouxera, com dinheiro próprio, da Europa. Os preparativos da expedição tomavam-lhe muito tempo e dinheiro. Em carta (hoje sob a guarda do Arquivo do Itamaraty) endereçada a José Bonifácio em busca de auxílio financeiro também por parte do governo brasileiro, argumenta: "Eu criei em minha fazenda ramos de produção completamente desconhecidos aqui e que representam grande interesse para o país. Começarei a construir ca-

sas, a preparar telhas, construirei uma fábrica de sabão".

Enquanto aguardavam o início da expedição, os demais participantes realizavam pequenas viagens nas proximidades da fazenda. Langsdorff uniu-se a eles em setembro de 1822, quando juntamente com Rubtsov, Ménériè e Rugendas realizaram uma viagem a Nova Friburgo que se estendeu até dezembro, percorrendo caminhos tortuosos antes nunca visitados por cientistas estrangeiros. A grande viagem a Minas Gerais, primeira etapa da expedição, só pôde ter início a 8 de maio de 1824, quando visitaram as cidades de Ouro Preto, Sabará, São João del Rei, Congonhas e outras povoações do interior, sempre utilizando um roteiro próprio.

Logo a seguir o pintor Rugendas abandona a expedição, por atritar-se com Langsdorff. Ménériè preferiu retornar à Rússia. Para o lugar de Rugendas, Langsdorff contratou dois novos pintores: Amadei Adrian Taunay e Hercules Florence, de 22 e 20 anos de idade, mas experientes desenhistas e cartógrafos. Para o lugar de Ménériè, que era zoólogo, foi contratado o médico e naturalista alemão Christian Hasse.

A segunda etapa da expedição seria percorrer as províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, para regressar ao Rio de Janeiro através do Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Para isso viajaram a São Paulo, visitando várias cidades do interior da província. Em Itu, Langsdorff conheceu José Joaquim d'Almeida, realizador de uma viagem fluvial de Porto Feliz a Cuiabá, pelas águas do Tietê e outros rios. Desse encontro surgiu a idéia de abandonar as viagens por terra, para seguir os cursos dos rios. O argumento decisivo foi a constatação, por parte de Langsdorff, de que esse caminho fluvial não fora ainda seguido por nenhum outro cientista. O objetivo era partir de Porto Feliz seguindo pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuam, Coxim, Taquari, Paraguai, São Louren-



Mapa da viagem de G. I. Langsdorff no Brasil

Fonte das ilustrações:

BERTELS, D. E. et alii (Org.) A expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1829). MEC/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória. Brasília, 1981.

Materialien Der Brasilien-Expedition 1821-1829 Des Akademienmitgliedes Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff. Verlag Dietrich Reimer, Berlin, 1979.

ço e Cuiabá, até atingir a cidade de Belém. Desta maneira, Goiás ficou fora de seus planos.

Enquanto o período de chuvas persistia, impossibilitando a partida, Langsdorff viajou ao Rio de Janeiro para enviar à Rússia algumas caixas de material coletado e diários de viagens. De volta, trouxe consigo sua esposa, Vilgelmina Langsdorff, também disposta a seguir com a expedição. A partida deu-se no dia 22 de junho, tendo sido utilizadas duas grandes canoas batizadas com os nomes de *Peroba* e *Chimbó*, três batelões e três outras canoas menores. Ao todo eram 39 pessoas, incluindo remadores, caçadores, escravos e guias. Hasse preferiu abandonar a expedição, na esperança de se casar com a filha única do rico proprietário rural Francisco Álvares, em cuja residência os viajantes haviam se hospedado em Porto Feliz. No entanto, esse casamento não se deu. Ela preferiu casar-se, em 1829, com Hercules Florence, após o término da expedição. Chegaram a Cuiabá, no dia 30 de janeiro, após sete meses e oito dias de viagem. Era a primeira vez que cientistas estrangeiros realizavam esse percurso. O plano de Langsdorff era permanecer cerca de um ano em Cuiabá, pesquisando os seus arredores e outras cidades próximas. Oito meses depois, ou seja, em outubro de 1827, Langsdorff decidiu dividir a expedição em dois grupos: Riedel e Taunay desceram o Guaporé e o Madeira; enquanto que os demais seguiram pelos rios Preto, Arinos, Juruema e Tapajós, para se reencontrarem no porto da Barra do Rio Negro, hoje Manaus.

Riedel e Taunay, viajando juntos, visitaram várias aldeias indígenas, chegando quase à fronteira com a Bolívia, até que, a 10 de março de 1828, Taunay morre afogado nas águas do rio Guaporé, ao tentar atravessá-lo a nado. Riedel permanece ainda alguns meses em Vila Bela, para depois descer pelos rios Guaporé e Madeira. O grupo chefiado por Langsdorff chegou a Diamantino, norte de Mato Grosso, onde permaneceu quase quatro meses. Seguiram para Porto Velho, ainda em Mato Grosso, descendo depois o rio Preto até atingir o Arinos. Durante este percurso Langsdorff começou a sentir seus primeiros ataques de febre e vômitos. Ao atingirem o rio Juruema, quase todos os participantes já estavam enfermos. Das 34 pessoas que compunham o grupo, somente 15 estavam em boas condições físicas. As doenças infestavam a quase todos, os insetos atacavam dia e noite e as chuvas eram constantes. A situação já era de extrema penúria. As provisões chegavam ao fim.

Langsdorff piorava a cada dia. Já quase não conseguia sair de sua rede. Confundia as datas e os acontecimentos, sofria de longos períodos de perda da memória. Em um de seus raros momentos de lucidez, encarregou a Rubtsov de assumir o comando da expedição e de enviar todo o material a São Petersburgo. Alguns dias depois, come-

ça a perder definitivamente a razão. Em junho de 1828, ao atingirem o Tapajós, Florence era o único que continuava a escrever seu diário.

De Santarém a Belém do Pará a expedição seguiu a bordo de uma goleta comercial. Após uma breve parada na aldeia de Gurupá, chegaram a Belém, no dia 16 de setembro. No final de janeiro do ano seguinte, os viajantes partiram para o Rio de Janeiro a bordo do navio D. Pedro I, em uma viagem que durou mais de dois meses.

Desta maneira, após passarem mais de quatro anos envolvidos com esta segunda etapa da viagem, a expedição chega a um fim melancólico. Langsdorff, já sem condições de continuar suas atividades científicas pela perda completa da memória, parte para a Alemanha, onde morre em 1832. Florence passou a cuidar de uma plantação de café em São Paulo, onde chegou a ser bastante conhecido como pintor e inventor da fotografia. Os demais dispersaram-se sem nunca mais travarem contato com o acervo por eles reunido. Todo esse material permaneceu por um século esquecido em um porão do Museu do Jardim Botânico de São Petersburgo, tendo sido reencontrado somente em 1930, em ótimo estado de conservação.

Hoje, a comunidade científica internacional é unânime em afirmar que esta foi uma das mais importantes expedições científicas que percorreram o interior do Brasil no século XIX, e que, paradoxalmente, é a menos conhecida, a única que encerra algum mistério e cujo trabalho de análise e pesquisa apenas começa a ser feito. São centenas de caixas contendo diários, mapas, desenhos, anotações, cartas, estatísticas, etc.

Alguns dos manuscritos já foram decifrados e publicados na União Soviética. Os diários têm revelado valiosas informações sobre as fazendas brasileiras, a mineração, o comércio interno, os garimpos, as manufaturas e o artesanato das cidades e de tribos indígenas, além de dados sobre populações e o trabalho escravo.

No Brasil, pouco se tem feito no sentido de resgatar o acervo histórico da expedição Langsdorff. Em 1946, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, informava a Dom Clemente Maria Nigra, diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, a existência de valioso material sobre o Brasil em algum museu soviético. Em 1943, Dom Clemente foi a Leningrado e confirmou a informação, declarando para uma reportagem da revista "O Cruzeiro", a 13 de dezembro de 1964, que "o material estava nos arquivos da Academia de Ciências, em Leningrado, e era muito mais importante do que se julgava". A partir desta constatação, os "Diários Associados" empreenderam negociações com o governo soviético para a obtenção de reproduções em microfílm dos diários. Com o advento do movimento militar de 1964, essas negociações foram interrompidas.



H. Florence – Grupo de Apicá próximo ao Rio Arinos.



H. Florence – A bela combinação de cores do traje de um cacique Mundurucu.



H. Florence – Índio Mundurucu em sua canoa no Rio Tapajós.



A. Taunay – Homem e mulher Bororó.



A. Taunay – Buritis.

Agora, 12 anos depois, o assunto toma novo caráter. A Academia de Ciências da União Soviética e a Universidade de Leningrado, mantenedora do acervo, dispõem-se a negociar, com o Ministério da Cultura e das Relações Exteriores do Brasil, alguma forma de entendimento que possibilite colocar à disposição de pesquisadores brasileiros o material da expedição, antes mesmo da assinatura do sempre adiado acordo cultural entre os dois países. A Universidade de Brasília, por sua vez, em contatos com autoridades brasileiras, tem manifestado seu interesse em colocar-se à disposição para receber e difundir no Brasil toda esta valiosa documentação histórica.

Documento inédito

Hercules Florence participou da expedição de Langsdorff na qualidade de pintor e cartógrafo. Durante todo o percurso não deixou de escrever também o seu diário de viagens, dividindo-o em duas partes. A primeira, correspondendo a um caderno de 84 páginas, foi presenteada por ele à família de Adrian Taunay, morto durante a expedição. A segunda parte foi enviada por Florence a Riedel, no Rio de Janeiro, mas este já havia partido para a Rússia. O manuscrito foi parar nas mãos de F. F. Borélio, enviado russo ao Brasil, e acabou sendo remetido, em dezembro de 1830, ao Ministro de Negócios Exteriores K. N. Nesselrode, que, por sua vez, o fez chegar ao diretor do Jardim Botânico de São Petersburgo, F. B. Fischer, em abril de 1831.

A primeira parte do diário, correspondendo ao período de 3 de setembro de 1825 a 30 de janeiro de 1827, ou seja, até a chegada a Cuiabá, foi encontrada em 1874 pelo sobrinho de Adrian Taunay, o conhecido escritor e historiador Alfredo d'Escagnolle Taunay, quando revolia velhos papéis da família. Alfredo Taunay traduziu e publicou essa parte do diário, acrescida de uma introdução, na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil, em 1875.

A segunda parte de seu diário, que corresponde ao período de fevereiro de 1827 até 26 de março de 1829, era dada como perdida, em alguma parte da Rússia. Somente cem anos depois foi reencontrada juntamente com todo o acervo da expedição. Esses manuscritos trazem o título: "Continuation de l'esquisse du voyage de M. de Langsdorff dans l'intérieur du Brésil, depuis S-bre 1825 jusqu'en Mars 1829. Par le 2-me Dessinateur de ce voyage Hercules Florence. Livre deuxième". Estão contidos em um caderno tamanho 15,6 x 21,2 centímetros, preso por uma capa de papelão com lombada de couro, e contém 70 folhas.

A presente publicação corresponde a uma parte final dos manuscritos, conservados no Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética, seção de Leningrado, até então inédito no Brasil. Abrange o período de

31 de março de 1828 a 26 de março de 1829. A chegada de dezembro de 1827, Langsdorff, Rubtsov e Florence deixaram Cuiabá em direção a Diamantino, centro das minas locais de diamantes. Três meses depois partiram para a vila de Porto Velho, no norte de Mato Grosso, às margens do Rio Preto. O presente trecho do manuscrito de Florence começa com uma descrição sobre a partida da expedição de Porto Velho até Santarém, quando os viajantes passaram por vários perigos e privações.

A tradução para o português foi feita a partir de uma publicação em russo, dada a impossibilidade que até hoje existe de se obter cópias do original em francês. A publicação em russo foi preparada pelo Doutor em Ciências Históricas B. N. Komissarov, da Universidade de Leningrado, e apareceu na revista "Latinskaja América", nº 5, de 1972. Serão mantidas aqui as suas observações, enumeradas e explicadas no final do artigo; bem como os asteriscos indicativos de partes omissas na publicação em russo.

CONTINUAÇÃO DO DIÁRIO DE VIAGEM DE M. DE LANGSDORFF AO INTERIOR DO BRASIL DE SETEMBRO DE 1825 A MARÇO DE 1829. PELO SEGUNDO DESENHISTA DA EXPEDIÇÃO HERCULES FLORENCE. LIVRO SEGUNDO 1

1828, 31 de março. Já faz um mês desde o dia em que chegamos a este porto², ou seja, há um mês deixamos Diamantino para aqui nos fixarmos. Este ancoradouro é triste, devido às doenças que são comuns. Felizmente elas não me ameaçaram. Sofri, durante dois dias apenas, forte dor de cabeça, acompanhada de grande fraqueza. Finalmente, hoje, lá pelas dez horas da manhã carregamos os barcos e partimos.

Nossa navegação foi muito perigosa e inquietante. O estreito rio estava repleto de grandes troncos caídos. As canoas, levadas pelas fortes correntes, seguiam entre os troncos que lhes cortavam o caminho. Tínhamos que nos deitar a cada momento ou saltitar com destreza. Mesmo assim, cada um de nós teve oportunidade de abandonar o barco; seja porque foi atirado ou se viu obrigado a atirar-se às águas. Posso dizer que, no decorrer de todo o dia, todos passamos por perigo de vida, ou de quebrar um braço ou uma perna. Eu ainda não havia realizado uma navegação tão arriscada. Mas apenas duas pessoas ficaram feridas.

1828, 1º de abril. Os mesmos perigos, o mesmo tipo de navegação que ontem. Parávamos com frequência devido aos grandes troncos de árvores que impediam a passagem. Tínhamos que cortá-los a machado. Perito da barra, o rio tornava-se mais estreito. Es-

palhava-se em vários canais ou, melhor dizendo, transformava-se em verdadeiro pântano.

Finalmente, para a alegria geral, cerca de quatro horas da manhã, entramos no tão esperado rio Arinos. Sua largura neste local era de cerca de 60 braças marítimas, orlado por uma contínua linha de árvores. Descemos na margem direita, do lado contrário à desembocadura do Rio Preto, que desde este ponto não podia ser vista. O resto do dia utilizamos para montar as barracas, que se encontravam desmontadas por sobre os barcos. Não poderíamos tê-las armado antes, pois teriam sido quebradas pelo vento. Estivemos a descoberto durante todo o tempo da navegação.

2. Cerca de 9 horas da manhã avistamos o Registro Novo, e pelas 10 horas chegamos ao Registro Velho³. No primeiro não havia uma só pessoa, e, no segundo, havia o intendente e quatro soldados de infantaria, um dos quais, de acordo com ordens do comandante de Diamantino, uniu-se a nós para completar o comando de 15 homens colocados à nossa disposição pelo governo brasileiro, de acordo com instruções recebidas pelo cônsul⁴.

Este posto aduaneiro foi estabelecido com a finalidade de dar buscas em caravanas, cobrar impostos por mercadorias transportadas do Grão-Pará e espreitar ladrões e escravos fugidos (...)*

3. Partimos assim que começou a clarear. Vimos desembocaduras de vários córregos. Dizem que um deles é o Ribeiro dos Patos, rico em ouro e brilhantes, mas perigoso devido aos índios selvagens. Na margem esquerda vimos um quintal abandonado (...)** destruído há alguns anos atrás. Conheci, em Diamantino, alguns mineiros⁵ que se dispuseram a trabalhar ali (...)**

4. Deixei de fazer meu diário porque estive com forte dor de cabeça, muita fraqueza e uma completa repulsa para com os alimentos. Dois dias após, comecei a sentir calafrios e febre. Apesar de a doença ter-me feito sofrer menos do que de outras vezes (eu, por vezes, sentia apenas acessos), não tive condições de escrever regularmente. Uma parte do manuscrito foi feita no próprio local, e outra de memória, em Santarém. Por este motivo, por vezes, ocorrerão intervalos entre os fatos.

9. Partimos antes do amanhecer. O rio estava tão calmo que nos permitia viajar à noite. Assim se manteve no decorrer de todo o dia. Almoçamos na margem esquerda da foz do rio Sumidouro. É um rio mais estreito que o Arinos. Em suas cabeceiras podem-se encontrar escravos fugidos.

10. Durante todo o dia movemo-nos através de pequenas correntezas. Mas, uma vez que nesta época do ano os rios atingem seus

níveis máximos, elas estavam como que cobertas pelas águas. Era apenas a arrebatadora e correntes velozes. A grande quantidade de ilhas, ilhotas e ribanceiras oferecia uma bonita vista.

11. Esperávamos que somente à noite chegaríamos ao local habitado pelos índios Apiacá⁶ (havíamos pemoitado em Aldeia Velha, aldeia que eles abandonaram), mas, pela manhã, logo depois de nossa partida, notamos alguns índios que subiam o rio em suas canoas. Eles soltavam gritos de alegria. Desembarcamos. Na margem havia vinte ou trinta mulheres e igual quantidade de homens, e assim que nos viram expressaram seu contentamento. Um dos homens apresentou-se a nós em uniforme que havia recebido do presidente da província (Mato Grosso) José Saturnino da Costa Pereira⁷. Este último deu também ao índio o seu nome, quando ele fora levado a Cuiabá por um viajante brasileiro⁸.

O referido índio apressou-se a mostrar-nos sua patente de capitão-mor dos Apiacá, que havia recebido do presidente⁹. Seu uniforme consistia de um velho chapéu de cavalaria e calças grossas de algodão. Estava sem camisa e descalço. Não percebi que os outros índios, de uma ou de outra maneira, se mostrassem submissos a ele. Prometeu-nos muito, mas não cumpria suas palavras. Estes índios andam completamente nus. Pintam seus corpos com rocu¹⁰. Os rostos dos homens são tatuados com um só tipo de desenho. As mulheres também são tatuadas, mas com outros tipos de desenho. Com exceção desta tatuagem, que parecia simbolizar a tribo, eles inventavam de tatuar seus peitos e barrigas com linhas que se cruzavam sob ângulos retos. Nas mãos e pernas traziam representações malfeitas de quadrúpedes e peixes e, às vezes, de figuras humanas. Eles também se pintavam com suco de jenipapo¹¹. Esta pintura não tem um caráter definido como as tatuagens, e sim obedecem aos caprichos de cada: uns pintavam os quadris, mãos, pernas; outros traziam manchas escuras pela barriga ou outras partes do corpo. As mulheres traziam tatuagens somente no queixo, e, como os homens, tinham manchas escuras nas pernas e nádegas (...)*

Os Apiacá são muito festivos, possuem altura normal, boa complexão e traços fisiológicos retos. Alguns deles tinham o rosto de tipo indígena, mas outros deixavam transparecer traços europeus. Geralmente seus rostos possuem uma expressão de submissão. Eu vi bonitas moças. Seus rostos eram parecidos com os de nossas mulheres do sul da Europa.

Os Apiacá chegaram até aqui com a finalidade de se dedicarem à pesca na foz do pequeno riacho, que, pelo visto, estava infestada de peixes. Nos riachos estreitos eles colocavam cercas, cujas bases eram enterradas

no fundo. As águas, não encontrando uma saída, subiam e transbordavam-se por sobre a parte superior. Nas partes inferiores da cerca, faziam buracos onde colocavam as cestas. Para que a correnteza não as levasse, as cestas eram fixadas transversalmente à posição das varas. Uma vez que as cercas estavam cobertas pelas águas, eu não podia ver a sua parte inferior, mas estava presente quando os índios retiravam os peixes. Eles mergulhavam e cada um deles aparecia na superfície da água segurando uma cesta cheia de peixes (...)*

Havendo chegado a este local alguns dias atrás, os Apiacá construíram um barracão de palha, grande e redondo. Era feito com habilidade e firmeza. No seu interior havia muitos esteios de troncos de árvores (...)** de alturas diferentes. Os mais altos suportavam o teto do barracão, outros apoiavam algo parecido a uns caniçados de varas colocadas em posição horizontal. Estes caniçados serviam para guardar coisas, armas e reservas de provisões. Ali havia muito milho (...)**

Os caniçados encontravam-se a uma altura de mais de seis pés. Sob eles, nos esteios, estavam amarradas várias redes, umas sobre as outras, em várias direções.

Cada manhã eles entram em suas canoas feitas de casca de árvores e dirigem-se ao riacho em busca de peixes. Quando voltam não fazem outra coisa senão continuar suas brincadeiras e a preparação de seus enfeites e flechas. As mulheres são as mais ocupadas. Elas colocam no caldeirão tão pouco milho que o resultado mais parece uma bebida do que comida. A comida chama-se camuí. Elas fiam o algodão fazendo redes e braceletes. Estes índios usam enfeites de penas pintadas com bonitas cores.

Havia ali cerca de 80 pessoas. Muitas mulheres entregam-se aos brancos. Alguns dos homens vêm, eles mesmos, oferecer aos brancos suas mulheres. Os homens Apiacá têm, por esta razão, a reputação de não serem ciumentos; e as mulheres, de não serem muito pudicas. Entre eles havia jovens casais que, pelo visto, se amavam carinhosamente, e, penso eu, eram fiéis entre si.

Uma tarde, quando eu estava deitado na rede, sofrendo calafrios de febre, aproximou-se de mim um jovem acompanhado de duas mulheres. Levantando o meu mosquito, disse-me em sua língua: **Carivá******, **Cunhá catú mirim**, o que quer dizer: "Branco, mulher boa, pequena". Ele queria dizer que elas eram jovens e bonitas. Desta maneira ofereciam (as mulheres) aos outros homens de nossa expedição.

* Omito um desenho das cestas usadas pelos índios para a pesca.

** Ausência no texto original.

*** Omito a descrição das espécies de milho anotadas por Florence na aldeia dos índios Apiacá.

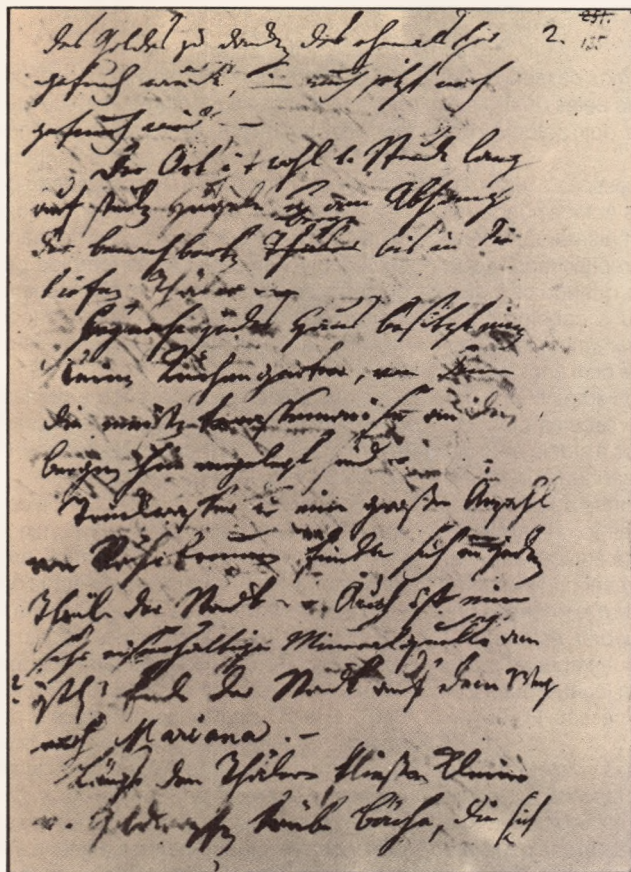
**** Esta palavra não está muito clara no manuscrito. Pode ser lida também como Carevã.

* Omissa da publicação a descrição de uma variedade de palmeira.

** No original, uma palavra indecifrável.

*** Omissos os cálculos de distâncias percorridas.

* Omito um desenho esquemático das tatuagens dos índios Apiacá.



Manuscrito de
Langsdorff (1824).

1828. 14 de abril. Partimos desta aldeia dos Apiacá e depois do meio-dia chegamos ao lugar onde era a sua habitação permanente. Havia ali poucas pessoas. Era uma casa muito grande. Os Apiacá possuíam considerável reserva de milho, dois ou três porcos, algumas galinhas e patos. Estes animais domésticos foram trazidos, há dez anos atrás, pelo português Braz Antônio Peixoto de Azevedo, uma pessoa empreendedora, que por várias vezes havia realizado tais viagens e sempre oferecia parte de seus pertences a aqueles índios.

Os índios possuíam muitas araras, que passavam quase todo o tempo no topo das casas. Elas voavam para a floresta, mas eram tão acostumadas que nunca se distanciavam muito, e deixavam os índios tomá-las nas mãos e levá-las para qualquer parte. Os Apiacá criavam estas aves devido às suas belas e grandes penas, azuis, amarelas e vermelhas, e também porque elas serviam como alimentos (...)**

Eles têm uma plantação de milho que cuidam conjuntamente. A colheita também é feita em conjunto. Havia aqui uma reserva de milho maior do que na primeira aldeia.

Possuíam muitos mangaritos. É uma raiz muito delicada. Geralmente, pela sua apa-

rência, lembra a batata, mas é de menor tamanho e a casca é muito mais fina. Existem algumas destas raízes que são do tamanho de uma batata (...)**

Há uma aldeia dos Apiacá que se encontra a uma distância de um dia de viagem para o interior do país, na direção oeste. Outra aldeia encontra-se na mesma direção, mais a oeste ainda, nas margens do Juruena, acima do encontro deste rio com o Arinos.

21 de abril. Deixamos a aldeia dos simpáticos Apiacá. Tudo o que vi neles diz-me que os selvagens são felizes, apesar de se encontrarem no mesmo nível de cultura que o homem primitivo, e estão privados de todas as vantagens que nós gozamos. Claro que a situação deles não causa inveja a uma pessoa que possua capacidades e anseios de conhecimentos, mas ela pode causar inveja a uma pessoa isenta de ambições, ou que tenha conhecido a maldade, de que se padece em nossa sociedade.

Todos os Apiacá são parecidos. Possuem chefes, mas não manifestam o menor sinal de obediência com relação a eles. Imagino que nossos homens consideram os chefes como tais, somente porque estão acostumados a ver caciques e capitães até mesmo onde eles não existem. Certa vez vi um jovem

(Apiacá) que, como nos pareceu, gozava de certo respeito. Uma vez que ele era muito amável e entendia o português melhor que os outros, nós lhe pedimos um pouco de milho e raízes. Por uma ordem sua os outros índios puseram-se a servir-nos e as mulheres trouxeram milho triturado. Ele e sua mulher, também muito jovem, se destacavam pelas suas maneiras delicadas. Formavam um casal feliz, sempre brincavam juntos e se acariciavam com frequência. Havia ainda outros casais jovens que, pelo visto, se amavam muito. De uma maneira geral, o rosto destes índios expressavam felicidade e bondade.

Um deles seguiu caminho conosco com o propósito de acompanhar-nos até o Pará, quando saímos da primeira aldeia. Sua amada chegou por terra e acariciou-o tão longamente que, no momento de nossa partida, escondeu-se no mato. Outros índios que nos acompanhavam procederam da mesma maneira. Eu explico esta atitude pela suposição que tinham de que o senhor cônsul iria maltratá-los. A doença o havia tornado muito nervoso, irritando-se frequentemente com os remadores e escravos. Vários índios sempre acompanhavam os comerciantes até Santarém, e depois voltavam. Alguns iam somente até a cachoeira Salto Augusto, para ajudar a carregar as canoas por terra.

Um dos Apiacá, a quem nossos homens apelidaram de Alexandre, veio conosco até Diamantino. Ele fugiu de um agente aduaneiro. No momento de nossa partida da segunda aldeia, ele também escondeu-se no mato.

Penso que as mulheres Apiacá que se entregam facilmente aos viajantes não possuem maridos, se se pode assim denominá-las. Elas procedem desta maneira para receber presentes – colares e outras coisas menores.

As mulheres são bonitas. Entre elas existem umas bem feitas de corpo. Mas, geralmente, elas possuem cintura grossa, barriga grande, mãos pequenas e pernas finas. Abaixo dos joelhos e acima dos tornozelos elas trazem, como enfeites, barbantes enrolados e muito apertados. Seus pés são pequenos.

Possuem vários utensílios. Particularmente desenvolvidas nestes índios são a cerâmica e a arte da tecelagem.

Partimos pela manhã, e por volta das três horas da tarde chegamos à foz do Rio dos Peixes, onde fizemos acampamento à margem, para dar oportunidade ao nosso guia de pescar algo.

Cerca de seis anos atrás um padre, o Padre Lopes, subiu este rio à procura da suposta montanha d'Os Martírios, que, como dizem, foi vista por alguns moradores dos sertões¹², e anunciada como uma montanha rica em ouro. O padre havia trazido consigo alguns índios Apiacá que disseram conhecer um lugar onde tudo era de ouro. Chegando ao local, convenceu-se de que não passava ape-

** Omissos na publicação uma descrição dos costumes dos índios Apiacá, um desenho e esclarecimentos sobre a construção de canoas.

*** Omissa na publicação a descrição das qualidades culinárias da raiz de mangarito.

nas de malacacheta vermelha. Depois de buscas infrutíferas, regressou. Sofria de fome e febre. Desta doença morreram várias pessoas (dentre as que o acompanhavam). No Rio dos Peixes ele lutou contra uma horda de índios selvagens e matou alguns deles.

22. Cerca das 10 horas da manhã atravessamos a cachoeira Rebojo. Esta é a primeira cachoeira no Arinos, cuja travessia exige a observância de alguns cuidados. Nesta época do ano o rio está muito largo. Existem nele muitas ilhas cobertas de florestas. As margens são também cobertas por florestas densas. É triste. Vimos apenas algumas poucas aves. Em 23 dias pescamos apenas sete ou oito peixes (...)*

Nosso fracasso explica-se pelo fato de que neste período as águas do rio estão muito altas. As planícies ribeirinhas estão submersas. De mantimentos tínhamos apenas feijão, farinha de milho e arroz. Se a caça poderia dar-nos algo, não podíamos fazer nada, uma vez que os nossos caçadores estavam doentes. Estas limitações e as doenças trouxeram as recordações de uma vida mais agradável, no tempo da viagem de Porto Feliz a Cuiabá¹³.

A todas estas adversidades tem-se que acrescentar mais uma desgraça (eu havia esquecido-me de falar dela antes), da qual viemos sofrendo desde Rio Preto. Eram milhões de piolhos, insetos alados menores que as pulgas. Picando e sugando o sangue estes piolhos causam uma dorzinha, como picada de mosquito, mas suportá-la é mais difícil, uma vez que a coceira depois da picada é mais forte. Este inseto trouxe-nos um sofrimento insuportável(...)**

22. Continuação. A vista de montanhas à esquerda e à direita trouxe hoje alguma modificação à monótona paisagem.

1828. 23 de abril. Pegamos o caminho ao amanhecer. As sete horas da manhã entramos no rio Juruema. Aqui vimos o lugar onde o Arinos toma este nome.

Uma vez que ambos os rios são bastante largos, após suas junções, o Juruema, penso eu, alcança uma largura de 450 braças marítimas, e de uma margem é impossível perceber uma canoa que se encontra na outra. Quando sopra o vento, as Canoas, se elas não estão perto das margens, correm perigo.

As ilhas neste rio são tão numerosas que somente às vezes podíamos ver ambas as margens ao mesmo tempo. Algumas das ilhas chegavam a ter um comprimento de duas léguas.

Desde o momento em que saímos do rio Preto este foi o melhor lugar para uma parada, uma vez que parte da margem pedregosa era inclinada e eu pude ter a satisfação de passear um pouco e nadar.

24. Depois de haveremos passado todo o dia entre as várias ilhas, lá pelas quatro horas da tarde chegamos a outra aldeia dos Apiacá.

Aqui havia poucas pessoas. Muitos estavam na pescaria. Entre os Apiacá nunca encontrei velhos. O homem mais velho poderia ter cerca de 50 anos. Se acreditar naquilo que me disseram os brasileiros, quando os índios começam apresentar alguns cabelos brancos, e começa a se mostrar velho, isto quer dizer que ele já tem mais de cem anos. Em todas as partes por onde estivemos nunca notei nenhum índio velho, de cabelos brancos.

Assim que chegamos à aldeia um forte vento trouxe chuva, acompanhada de retumbantes trovões. O rio, que tinha aqui uma largura de cerca de 450 braças, tornou-se agitado como o mar. Na sua até então calma superfície começaram a aparecer ondas, sopradas por um vento frio. Em breve enormes ondas começaram a se quebrar estrondosamente na praia. Tivemos que trabalhar muito para colocar as Canoas em local seguro. Depois de uma hora, o vento cessou. O céu tornou-se azul outra vez.

Na língua dos Apiacá existem muitas palavras da língua geral brasileira¹⁴. Deduz-se que os Apiacá tomaram estas palavras dos índios Mandurucá¹⁵, dos quais uma parte fala a língua geral. Esta língua era usada antes também em São Paulo. Durante a minha estadia naquela província conheci velhos que ainda falavam a língua geral. No Pará apenas os índios civilizados a conhecem.

26. Tendo tomado o caminho pela manhã, durante todo o dia passamos por entre ilhas de diferentes tamanhos. Cerca das quatro horas da tarde, um inesperado sopro de vento, que, ao que pareceu, poderia ser tão perigoso como o de ontem, obrigou-nos a entrar num braço do rio, onde procuramos abrigo.

27. Durante todo o tempo, muitas ilhas e lugares montanhosos.

28. Partimos somente às 9 horas da manhã, uma vez que nossos homens estavam na floresta procurando embira (filamentos de raízes de árvores). Iriamos precisar delas para tecer cordas e puxar as Canoas pelas margens do rio à altura da cachoeira Salto Augusto, perto de onde já estávamos.

Depois de passarmos por dois ou três meandros, o som de uma corneta de caça e o estampido de uma arma de fogo anunciaram-nos a presença de pessoas que subiam o rio. Era um comerciante de Diamantino que voltava de Santarém. Ele tinha apenas uma pequena canoa, parecida àquelas usadas no Pará, e do tamanho de um salva-vidas de navio de mar. Com exceção do comerciante, na canoa havia dois jovens, seus irmãos, e dez pessoas como tripulação, dos quais três eram Apiacá. O comerciante era conhecido do senhor cônsul desde Diamantino. Oito dias atrás esteve atacado de febre interminente.

Mal chegara à tenda do senhor cônsul, começou a relatar os seus sofrimentos, sua grande debilidade. Com os olhos cheios de lágrimas o comerciante descreveu seu contentamento com o encontro; e com a possibilidade de receber remédios. Estava muito esgotado, pálido e tão fraco que nem podia permanecer sentado. Novamente foi interrompido por lágrimas e soluços. Sentia um grande temor à morte. Seu irmão mais novo, que se encontrava em situação pior que a sua, portava-se com mais coragem.

As mãos, rosto, pescoço e pernas daqueles infelizes, como também as nossas, estavam cobertas de picadas de piolhos, e havia feridas nos lugares das picadas.

A carga de sua canoa consistia em dúzias de pequenas garrafas de vinho, cinco ou seis caixotes de licor de zimbro, três caixotes de guaraná¹⁶, três sacos de sal e ainda outras mercadorias e produtos preparados em Santarém como reserva para três meses. Com esta pequena quantidade de mercadoria o comerciante esperava obter um lucro de 840.000 réis¹⁷, deduzidas as despesas de pagamento e alimentação às dez pessoas do comando durante três meses, como também o tempo de parada em Santarém.

29. O senhor cônsul deu àqueles pobres homens alguns poucos alimentos e remédios variados. Devido a eles, permanecemos uma noite no local de nosso encontro.

Hoje partimos às 9 horas da manhã e, após um quarto de hora, chegamos a São João da Barra, a primeira cachoeira significativa que se encontra na descida deste rio.

Ela é dividida em duas partes por uma ilha, onde armamos acampamento. A canoa onde eu me encontrava escapou do perigo de ter sido levada pela correnteza, em direção à cachoeira. Descarregamos nossas Canoas e levamos as cargas, por um caminho quase que impraticável, até o outro extremo da ilha. As Canoas desceram pela correnteza em direção à cachoeira. Para conservá-las, na descida, com a proa de uma voltada para a popa da outra, foram amarradas com cordas. Iam duas pessoas em cada canoa e os demais, com água até a cintura, ou nas margens rochosas, seguravam as cordas.

30. Transportamos o senhor cônsul e o senhor Rubtsov em suas redes até o outro extremo da ilha¹⁸. Apressamo-nos em abandonar aquele lugar porque as Canoas poderiam arrebentar-se nos rochedos com os golpes das ondas. Após alguns minutos depois da partida descemos pelo rio calmo (...)*

Depois de fazer uma parada de duas horas, para preparar refeição e almoço, pusemos-nos novamente a caminho. Já se ouvia o barulho do Salto Augusto. Atravessamos uma cachoeira onde as ondas cobriam as Canoas. O forte balanço para os lados punha em perigo as tendas armadas nas Canoas. Uma

* Omissos na publicação os nomes dos peixes.

** Omissa na publicação uma anotação sobre as dificuldades dos viajantes com os insetos mencionados.

* Omissa na publicação uma descrição referente à zoolo-gia.

tenda quase caiu. Felizmente a travessia foi rápida. Logo notamos um vapor branco que se elevava do Salto e se dissipava com o vento.

Descemos rapidamente pela correnteza, conservando-nos o mais perto possível da margem direita e nos fixamos a ela a uns 250 tois¹⁹ da cachoeira.

A barcaça não pode manobrar tão rapidamente, porque no meio do rio ela foi tomada por uma forte correnteza que poderia tê-la levado ao fundo da cachoeira. Começamos a considerar mortas as pessoas que estavam na barcaça. Um dos nossos timoneiros gritou-lhes para que tentassem chegar até a ilha, que ficava no meio da cachoeira. Elas poderiam ser salvas chegando-se até a barcaça em canoas amarradas às margens por cordas de 250 braças marítimas. Entretanto não tínhamos, é claro, uma corda deste comprimento.

O timoneiro não pode mais dirigir a barcaça que se virou em direção da cachoeira. Os remadores na proa trabalharam com todas as suas forças. A barcaça entrou em outra corrente e isto a salvou. Com grande dificuldade, os remadores trouxeram-na para a margem, pouco mais abaixo do lugar onde estávamos.

O guia, os timoneiros, seus ajudantes e os remadores levaram as canoas, uma após

outra, pela correnteza abaixo. Para se chegar ao pé da cachoeira, repetiram sempre as mesmas manobras. Estes cuidados garantiram nossa segurança.

Desci em terra para olhar a cachoeira. Contemplar totalmente o Salto era impossível, uma vez que ele é composto de duas cachoeiras sobrepostas. Entre elas via-se apenas uma cascata de espuma. A espuma era vista até a base da segunda cachoeira, uma vez que a água ainda corria com força sobre as rochas por ela coberta. A ilha que se encontra em frente, no meio do salto, impede a vista para a outra parte da cachoeira, que era pelo menos duas vezes maior que a primeira (...)*

O nome de Augusto foi dado à cachoeira por um viajante, em homenagem a João Carlos Augusto d'Oeynhausen²⁰. Era o governador da província de Mato Grosso na época em que ela foi descoberta, e muito contribuiu para a navegação entre Diamantino e o Pará.

Do ancoradouro de cima ao de baixo existe um cabo de cerca de 300 pés de extensão, pelo qual são transportadas as cargas e

as canoas. Armamos acampamento perto do ancoradouro inferior, à beira de uma ladeira que possuía uma inclinação de 30 graus. Ali por perto havia um cemitério, onde, em tempos diferentes, foram enterradas 40 pessoas, mortas pela febre. Uma grande cruz foi erguida no local (...)*

(continua)

Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética, Seção de Leningrado, Fundo 63, inventário 1, nº 8, folhas 32 verso a 44. Tradução M. P. Braga.

* Omissa na publicação uma descrição de uma das sepulturas.

Marcos Pinto Braga é professor da UnB. Formou-se em História na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou, e durante alguns anos trabalhou na Fundação Nacional Pró-Memória, órgão do Ministério da Cultura. Pesquisa o acervo da expedição científica de Langsdorff desde 1977. Traduziu, do russo para o português, o catálogo contendo a descrição de todo o material existente hoje nos arquivos da União Soviética sobre o assunto, publicado em 1981 pela Fundação Pró-Memória. Coordena o Núcleo de Estudos da Europa do Leste (UnB), que entre seus objetivos inclui o de trazer para o Brasil reproduções dos diários da expedição e outros materiais que possam ser cedidos pelo governo soviético, através de intercâmbios culturais.

Notas

1. O posto de primeiro artista da expedição de Langsdorff era ocupado por Amadei Adriane Taunay.
2. Vilarejo Porto Velho, no Rio Preto.
3. Posto aduaneiro no rio Arinos.
4. Langsdorff foi designado cônsul geral da Rússia no Brasil em 1812.
5. Mineiro – aquele que trabalhava nas minas de ouro e diamantes.
6. Índios da tribo Apiacá (tupi). Habitavam as margens dos rios Arinos e Tapajós. Mantinham contatos com os brasileiros. Sobre os Apiacá, ver o livro de H. Beldus, "Biografia Crítica da Etnologia Brasileira". São Paulo, 1954, vol. 1; Hannover, 1968, vol. II.
7. José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852), cientista e estadista brasileiro.
8. Refere-se a Braz Antonio Peixoto de Azevedo, que viajou em companhia do chefe dos Apiacá até Cuiabá em 1818. Ver N. G. Sprintsin, "Os Índios Apiacá". (Do material da primeira expedição russa ao Brasil.) "Pequena informação do Instituto de Etnografia da Academia de Ciências da URSS", 1950, edição X, pp. 84-94.
9. Capitão-mor – representante da administração provincial brasileira, detentor do poder executivo do distrito. Carta de patente. Ver N. G. Sprintsin, "Descrição paisagística da viagem de Porto Feliz a Cuiabá" (H. Florence). "Etnografia Soviética", 1936, nº 6, pp. 109-110.
10. Rocu (o certo seria urucu) – tinta usada pelos índios para proteção da pele aos raios do sol.

11. Planta cujo suco é utilizado pelos índios como tinta preta.
12. Sertão – regiões secas do interior do Brasil.
13. A navegação pelo rio de Porto Feliz a Cuiabá ocorreu de 22 de junho de 1826 a 30 de janeiro de 1827. Hercules Florence dedicou a ela um ensaio particular, cujo manuscrito está no Arquivo da Academia de Ciências da URSS (Fundo 63, inventário 1, nº 35). Este ensaio foi publicado por N. G. Sprintsin (Ver observação nº 9).
14. Língua Geral – baseada na língua tupi-guarani e acrescida de elementos da língua portuguesa.
15. Mandurucu (o certo seria Mundurucu) – tribo indígena habitante das margens dos rios Arinos e Tapajós. Assim como os Apiacá, os Mundurucu mantinham contatos com brasileiros. Sobre os Mundurucu, ver o livro de H. Baldus, op. cit.
16. Guaraná – produto de planta com o mesmo nome. Usava-se para a obtenção de uma bebida muito popular nas províncias de Mato Grosso e Pará.
17. Réis – antiga unidade monetária de Portugal e do Brasil. O réis brasileiro correspondia aproximadamente a 0,28 céntimos franceses e a 0,1 copeques russo.
18. G. I. Langsdorff e N. G. Rubtsov sofreram forte ataque de febre tropical.
19. Tois – antiga medida francesa de comprimento, igual a um metro e 949 milímetros.
20. João Carlos Augusto d'Oeynhausen – estadista brasileiro. A começos do século XIX foi governador das províncias de São Paulo e Mato Grosso.

Resumen

LANGSDORFF, EL CIENTÍFICO VIAJERO

El baró de Langsdorff lideró una expedición científica por el interior del Brasil en 1826, al servicio de la Academia de Ciencias de Rusia y financiado por el zar Alejandro I. El material recogido, cuatro mil páginas de un diario de viaje, dibujos, muestras de la flora y de animales disecados quedó desaparecido cien años y reencontrado en un sótano del Museo de Leningrado sólo en 1930. Este material es una fuente importantísima para la historia brasileña. Hasta cuándo quedaremos privados de las informaciones de ese valioso acervo?

Abstract

LANGSDORFF – THE TRAVELLING SCIENTIST

In 1826, Baron Langsdorff, on a mission for the Russian Academy of Sciences and in the pay of Czar Alexander I, led a scientific expedition through the interior of Brazil. The material collected, including four thousand pages of travel diary, drawings, samples of flora and stuffed animals, disappeared for one hundred years. It was chanced upon in a basement of the Leningrad Museum in 1930. Its importance as documentary source material for studies of Brazilian history is inestimable. How long are we to be deprived of the information contained in this valuable collection?



Terras de preto, terras de santo e terras de índio

posse comunal e conflito

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Os sistemas de usufruto comum da terra acham-se localizados em zonas críticas de tensão e conflito social, envolvendo milhares de famílias camponesas ameaçadas pelas usurpações e violências crescentes dos novos grupos interessados nas terras em que habitam e cultivam.

Sistemas de posse comunal na estrutura agrária brasileira

Um aspecto frequentemente ignorado da estrutura agrária brasileira refere-se aos sistemas de posse comunal. Designam situações nas quais o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social. A atualização dessas regras se dá num território próprio, cujas delimitações são socialmente reconhecidas inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Os laços solidários e de ajuda mútua informam as regras atualizadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável. Por suas disposições intrínsecas, o acesso à terra, para o exercício das atividades produtivas, ocorre através das tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentes, do povoado ou da aldeia. Os indivíduos só têm direito à terra pelo fato de pertencerem a uma dessas unidades sociais. A não ser que existam relações de consanguinidade, estreitos laços de vizinhança e afinidade ou rituais de admissão, que assegurem a subordinação de novos membros às normas que regem as formas de posse e uso da terra, tem-se interdito o acesso aos recursos básicos.

Noções preconcebidas: desconhecimento e irrelevância

Os sistemas de usufruto comum da terra por colidirem flagrantemente com as disposições jurídicas vigentes e com o senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas, a despeito de factualmente percebidos, jamais foram objeto de qualquer inventário. As extensões que lhes correspondem nunca foram quantificadas ou sujeitas às técnicas dos métodos estatísticos e de cadastramento de imóveis adotadas pelos órgãos de planejamento da intervenção governamental na área rural. Encerram, pois, expressões de uma manifestação latente, todavia empiricamente detectáveis por um conjunto finito

de especialistas. Têm sido registrados por pesquisadores e cientistas sociais, que desenvolvem trabalhos de campo e de observação direta, por técnicos de órgãos governamentais que realizam vistorias de imóveis rurais e verificações *in loco* de ocorrências de antagonismos e conflitos agrários, assim como por integrantes de entidades confessionais e de apoio aos movimentos dos trabalhadores rurais, que executam atividades análogas.

O censo agropecuário da FIBGE (1980) acusa tão somente as denominadas "pastagens comunais", assim mesmo em menção contida nos comentários aos resultados do censo, sem qualquer referência à sua dimensão, às áreas geográficas em que se verificam e à relevância de sua produção. Por força da redução metodológica não apenas a propriedade e a posse, mas também as suas formas derivadas diluem-se na complexidade da categoria "estabelecimento", indiferentes às particularidades que regem o processo produtivo das unidades de produção familiar dispostas naqueles mencionados sistemas.

As análises econômicas, ao se omitirem na interpretação dos sistemas de posse comunal, fundam-se, no mais das vezes, em noções deterministas para expor o que classificam como sua absoluta irrelevância¹. Consideram que se trata de formas atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento, ou meros vestígios do passado, puramente medievais, que continuam a recair sobre os camponeses, subjugando-os. Neste enfoque, privilegiam-se as terras de uso comum e este estrato da camada camponesa como formas residuais ou "sobrevivências" de um modo de produção desaparecido, configuradas em instituições anacrônicas que imobilizam aquelas terras, impedindo que sejam colocadas no mercado e transacionadas livremente. Fatores étnicos, a lógica da endogamia e do casamento preferencial, as regras de sucessão e demais disposições, que porventura reforcem a indivisibilidade do patrimônio daquelas unidades sociais, representam um obstáculo a que a terra seja livremente colocada no mercado. Não autorizando o formal de partilha, que permita a indivíduos dispô-las às ações de compra e venda, imobilizam a terra enquanto mercadoria no seu sentido pleno e impedem que se constitua num fator de produção livremente mercantilizado.

Mediante tais argumentos, as interpretações ortodoxas delineiam um quadro de desintegração potencial daqueles sistemas,

porquanto fadados ao aniquilamento pelo progresso social e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, consideram que a expansão capitalista no campo libera aquelas terras ao mercado e provoca a transformação radical das estruturas que condicionam o seu uso. Às análises econômicas assim elaboradas soam, portanto, indiferentes quaisquer das particularidades que caracterizam as formas de posse e uso comum da terra pelos camponeses, visto que jamais constituem um obstáculo insuperável para o desenvolvimento capitalista².

Questão imposta pelas mobilizações camponesas

Numa conjuntura política favorável ao reconhecimento do direito dos trabalhadores rurais de acesso à terra, a questão do conhecimento aprofundado de suas modalidades concretas de apropriação dos recursos básicos coloca-se como objeto necessário de reflexão. Com a intensificação das mobilizações camponesas por uma reforma agrária ampla e imediata, que teve um de seus pontos mais altos no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília entre 25 e 30 de maio de 1985, ocasião em que foi lançada pelo Mirad-Incra a Proposta ao I Plano de Reforma Agrária da Nova República, as suas reivindicações foram desdobradas e detalhadas pormenorizadamente, revelando a própria força política adquirida pelo movimento social. Inúmeras situações, antes menosprezadas pelo regime ditatorial, passaram a representar questões essenciais e, assim, colocadas aos órgãos fundiários oficiais. Os sistemas de apossamento preexistentes em áreas passíveis de desapropriação e regularização consistiam, dentre muitos outros, num destes pontos³. A partir daí estavam estabelecidas as precondições para se colocar o problema da pertinência dos sistemas de posse comunal e sua importância na economia camponesa, tanto em regiões de colonização antiga, quanto em áreas de ocupação recente. De maneira concomitante, impunha-se ademais uma reflexão detida e ágil, assim como medidas urgentes que assegurassem a permanência dos trabalhadores nas suas terras, porquanto tais sistemas acham-se localizados em zonas críticas de tensão e conflito social, envolvendo milhares de famílias camponesas ameaçadas pelas usurpações e violências crescentes dos novos grupos interessados nas terras em que

habitam e cultivam.

Derivam destas pressões encetadas pelos trabalhadores rurais a instrução preliminar de processos com vistas à desapropriação de alguns imóveis rurais e, num segundo plano, algumas medidas objetivando aprimorar os dados do cadastro técnico do Incra. Neste âmbito, um primeiro esforço no sentido de um registro sistemático destas extensões, apropriadas segundo formas de posse comunal, é muito recente e data de julho de 1986. Trata-se do denominado Laudo Fundiário (LF), elaborado pelo Incra, que se destina a levantar informações sobre os imóveis rurais e seus detentores a qualquer título, parceiros e arrendatários. Nas áreas em que for aplicado o LF substituirá integralmente a Declaração de Imóvel Rural-DP. Neste documento, os sistemas de posse comunal receberam a denominação de "ocupações especiais" e abrangem, entre outras, as chamadas **terras de santo**, **terras dos índios** (que não devem ser confundidas com as **terras indígenas**), **terras de negro**, fundos de pasto e pastagens comunitais⁴.

Significado das formas de posse comunal

O significado que a terra possui nas áreas de ocupação recente e naquelas regiões de colonização antiga, onde se verificam formas de posse comunal, remete às regras de um direito consuetudinário que prescreve métodos de cultivo em extensões, que podem ser utilizadas à vontade por cada grupo familiar, sem exigência de áreas contíguas ou de ter o conjunto de suas atividades produtivas confinadas numa parcela determinada. Delineiam-se domínios de caráter comunal, que não pertencem individualmente a nenhum grupo familiar e que são vitais para a sobrevivência do conjunto de unidades familiares, tais como: cocais, babaquais, fontes d'água, igarapés, pastagens naturais e reservas de mata, de onde os camponeses retiram palha, talos, lenha para combustível, madeiras para construções, murtas e outras espécies vegetais utilizadas em cerimônias religiosas ou de propriedades medicinais reconhecidas. Seringais nativos e castanhais, em certa medida, também encontram-se sob esta forma de apropriação, assim como os denominados **faxinais**⁵ da Região Sul.

Percebe-se, ademais, um flagrante conflito entre as disposições jurídicas, que contemplam tão-somente os direitos individuais sobre parcelas de terra e as formas de

cooperação das unidades familiares, que determinam tanto a ocupação camponesa nas regiões de frentes de expansão, através dos chamados **centros**⁶, quanto os laços de reciprocidade entre os camponeses nas regiões de colonização antiga.

Os sistemas de posse comunal a que nos referimos podem ser entendidos, portanto, como articulando domínios de usufruto comunal com regras de apropriação privada. A casa e o quintal, com seus jirais de plantas medicinais, temperos e flores ornamentais, são apropriados individualmente pelos respectivos grupos familiares, assim como o produto das colheitas e os demais frutos dos roçados.

O resultado desta ação de trabalho pertence individualmente ao grupo doméstico que a realizou. Mesmo a área que corresponde às roças de anos anteriores, denominada **capoeira**, continua sendo referida como pertencente àquele que nela plantou e colheu. O produto da roça é indivisível, ainda que formas de cooperação com outros grupos domésticos tenham sido acionadas em diferentes etapas do ciclo agrícola. Trata-se de atividade principal e autônoma à realização econômica da unidade de trabalho familiar.

Nas regiões de frente de expansão, as benfeitorias, produto do trabalho familiar, que são apropriadas de maneira privada, com os possíveis deslocamentos, não têm, obrigatoriamente, caráter permanente. Tornam-se objeto de virtuais transações ou mesmo de concessões, como em se tratando das **capoeiras**, a outros grupos familiares.

A própria figura da "posse itinerante", encetada pelos órgãos de ação fundiária numa tentativa de estabelecer uma aproximação à modalidade de ocupação camponesa, teria que ser revista, posto que não pressupõe a utilização simultânea de várias extensões de terras não contíguas, o que se verifica mesmo em situações de colonização antiga, quando os cercamentos não se efetivaram. A representação de "agricultura nômade" continua a prevalecer, eivada de preconceitos contra as regras da economia camponesa.

Há, ainda, instrumentos escassos, e de propriedade de um determinado grupo familiar, que se acham sob uma reciprocidade generalizada. Pilão, forno, casa de farinha e animal de tração podem ser compartilhados voluntariamente. Nestes gestos recíprocos os aspectos sociais da relação entre as famílias camponesas transcendem os aspectos materiais, não sendo incorporados aos cálculos

propriamente econômicos. Partilha-se também voluntariamente, e de acordo com as regras de residência que organizam as moradias nos povoados, o produto da caça, da pesca e a coleta de certos frutos. A limpeza de caminhos, a construção de casas e a manutenção das áreas de trânsito no centro dos povoados também são realizadas em cooperação, recebendo a denominação de **mutirão**, **putirum**, etc. Os camponeses percebem suas atividades nestes domínios como parte de interesses sociais comuns. Não obstante as disputas internas, o facciosismo e a diferenciação econômica, que quebram com a visão idílica de unidade camponesa, a reciprocidade generalizada representa um componente destacado da vida social.

Ao articular domínios de usufruto comum com regras de apropriação privada, essa tradição camponesa, seja nas regiões de colonização antiga, seja naquelas de ocupação recente⁷, confronta-se com as normas legais vigentes. Seu significado não coincide, antes colide, com as formas de apropriação legalmente assinaladas. Todavia, tal tradição não é necessariamente infratora das leis.

Os fundamentos deste confronto não são redutíveis às oposições usualmente estabelecidas entre o privado e o comunal, entre o individual e o coletivo ou entre o legal e o fundado nos costumes. Carece igualmente de rigor uma interpretação de inspiração evolucionista que faz com que um dos pólos, por aproximações sucessivas, se dilua no outro. No desenvolvimento deste tipo de análise, as normas de privatização gradativamente iriam se impondo com a concomitante derrocada do império das entidades familiares ou tribais e suas respectivas formas de cooperação e reciprocidade consideradas inibidoras dos direitos individuais.

Aparecem imbricadas na tradição camponesa, que as articula e combina, as noções de propriedade privada e de apossamento através do uso comum. Tais noções se realizam indissociadas em diferentes domínios da organização social. Não representam elementos destacáveis ou propensos à separação. Conjugam-se e se complementam dentro de uma lógica econômica específica. A noção de propriedade privada existe nestes sistema de relações sociais sempre marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos.

Assim pensados, tais sistemas de posse comunal diferem qualitativamente daque-

las situações concernentes às “comunais primitivas”, em que as atividades produtivas são realizadas em comum e o produto é igualmente apropriado de forma comunal, salvo a parte proporcional reservada para a reprodução. As necessidades de consumo é que orientariam, nestas comunais, os critérios de repartição do produto das colheitas.

Com apoio nesta primeira distinção é que passaremos a examinar as situações concretas que lhes conferem especificidade na estrutura agrária brasileira.

Fundamentos históricos e descrição

Os sistemas de posse comunal podem ser observados na estrutura agrária brasileira sob as formas mais variadas e com certos aspectos fundamentais comuns, tanto de natureza histórica, quando no que diz respeito ao tipo de agricultura desenvolvida. Tais aspectos bem os distinguem, em termos qualitativos, daquelas referências históricas geralmente acionadas e concernentes às “sobrevivências” e “vestígios medievais”. Contrariando as interpretações de cunho evolucionista, observa-se que antes mesmo daqueles sistemas mencionados terem suas bases asentadas em outros modos de produção, como o escravismo ou o feudalismo, representam, em verdade, conforme se exporá adiante, produtos de antagonismos e tensões peculiares ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Constituem-se, por outro lado, paradoxal e concomitantemente, em modalidades de apropriação do recurso básico, a terra, que se desdobram marginalmente ao sistema econômico dominante. Emergiram, enquanto tática de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos do campesinato, em conjunturas de crise econômica, para assegurarem suas condições materiais de existência. Pode-se asseverar que constituem formas aproximadas de corporações territoriais, que emergem e se consolidam, principalmente em regiões periféricas, numa conjuntura em que fica enfraquecido e debilitado o poderio dos latifúndios sobre populações historicamente submissas (indígenas, escravos e agregados).

A um sem-número de situações toleradas contrapõem-se, entretanto, outras que conheceram medidas fortemente repressivas e o completo aniquilamento, sobretudo quando imbricadas em manifestações messiâni-

cas e de banditismo social, notadamente em fins do século XIX⁸ e meados do século XX⁹ no sertão nordestino e no Sul do país. No bojo desses movimentos religiosos emergiam novas formas de relações sociais com a terra, considerada um bem comum, indivisível e livre, cuja produção dela resultante deveria ser apropriada comunalmente. Contrastavam, pois, vivamente com os mecanismos coercitivos adotados nas grandes propriedades, encerrando grave ameaça que findou coibida pela força das armas. Do mesmo modo, foram duramente reprimidas aquelas que se estabeleceram como “territórios livres”, que assimilavam a mão-de-obra escrava evadida das grandes fazendas de algodão e cana-de-açúcar¹⁰. Estas últimas formas conheceram sua expressão maior com a multiplicação dos quilombos nos séculos XVIII e XIX.

Ao contrário do que poderiam supor as análises econômicas deterministas, verifica-se que há sistemas de posse comunal que consistem em processos sociais resultantes do próprio desenvolvimento do capitalismo. Os mecanismos que nas formulações ortodoxas deveriam necessariamente destruir aqueles sistemas constituem justamente suas fontes e determinações principais.

Os sistemas de posse comunal, neste sentido, representam fenômenos fundados historicamente no processo de desagregação e decadência das plantations algodeiras e de cana-de-açúcar. Trata-se de formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização de mão-de-obra (escravidão e peonagem da dívida). Compreendem terras tituladas, localizadas em regiões de colonização antiga, e já incorporadas formalmente ao mercado de terras desde a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que dispunha sobre as terras devolutas do Império, sobre sua medição, demarcação e venda.

As flutuações de preço dos produtos primários no mercado internacional provocaram sucessivas desorganizações no sistema produtivo das grandes explorações monocultoras. Antes mesmo da abolição da escravatura, verificam-se inúmeras situações de desmembramento e desagregação de grandes propriedades fundiárias. Em termos econômicos, o resultado mais imediato desse processo de dissolução, que se intensificou no fim do século XIX em algumas regiões, cujas grandes explorações não conseguiram introduzir inovações tecnológicas, consistiu na

formação de um campesinato, congregando segmentos de trabalhadores rurais que viviam escravizados ou imobilizados naquelas unidades produtivas. Em diferentes situações observadas, conforme se verificará adiante, registra-se que este campesinato **pós-plantation** não procedeu necessariamente a uma divisão da terra em parcelas individuais. A garantia da condição de produtores autônomos, uma vez ausente o grande proprietário, conduziu a formas organizativas, segundo os ditames de uma cooperação ampliada e de um sistema de usufruto comum dos recursos básicos. Tais formas se impuseram não somente enquanto necessidade produtiva, já que para abrir roçados e dominar áreas de mata uma só unidade doméstica era insuficiente, mas, sobretudo, por razões políticas e de autopreservação. Isto porquanto tornou-se essencial para estreitar os vínculos e forjar uma unidade de defesa capaz, em certa medida, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados.

Houve uma certa estabilidade territorial passado mais de século, garantida pelo desenvolvimento de instituições permanentes, próprias de sistemas de posse comunal. Não teria ocorrido nestas situações a “proletarização necessária” do ex-escravo e do camponês subjugados ao latifúndio. Houve o acamponesamento do primeiro e uma redefinição da condição do segundo, transformado, segundo denominação da literatura econômica, em “campesinato livre” (Velho; 1972). Através das terras de uso comum, os trabalhadores dos latifúndios, abolida a dominação dos grandes proprietários de terra, baseada no princípio da autoridade e da coerção, estabeleceram em algumas regiões uma gestão econômica peculiar, não necessariamente com base nos princípios de igualdade, mas consoante diferenciações internas e interesses nem sempre coincidentes de diferentes segmentos de camponeses.

A noção corrente de **terra comum**, adotada no âmbito dessas unidades, é acionada ainda hoje como elemento de identidade e autodefinição. Passaram a se auto-representar e a ser designadas segundo denominações específicas, atreladas ao sistema de posse comunal que adotaram e que bem evidencia a heterogeneidade das situações a que se acham referidas, tais como: **terras de preto**, **terras de santo** e **terras de irmandade**.

a) As denominadas **terras de preto** compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formaliza-

ção jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente¹¹. Abrangem também algumas situações peculiares em que se detecta a presença de descendentes diretos de grandes proprietários, sem grande poder de coerção, adotando o aforamento, ou seja, transformando as famílias de ex-escravos em foreiros, sem quaisquer obrigações maiores, possibilitando, inclusive, uma coexistência das terras de uso comum com a cobrança simbólica do foro que busca não deixar dúvidas sobre o caráter privado.

Além de detectáveis nos Vales dos Rios Mearim e Itapecuru, no estado do Maranhão, são também encontráveis no Tocantins Paraense, bem como em antigas regiões de exploração mineral de São Paulo e Minas Gerais, onde as agriculturas comerciais (cacaú, café, algodão e cana-de-açúcar) não chegaram a se desenvolver de maneira plena.

São também alcançadas pela expressão **terras de preto** aqueles domínios ou extensões correspondentes aos quilombos, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário que orientavam uma apropriação comum dos recursos. Localizáveis em regiões do Norte de Goiás, São Paulo¹², Maranhão e Minas Gerais, caracterizam-se pela persistência das mobilizações em situações de confronto.

Para efeito de ilustração e com vistas a uma primeira tentativa de apreender o significado da expressão **terras de santo**, pode-se dizer que ela se refere à desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja. A desorganização das fazendas de algodão, no estado do Maranhão, a partir da segunda metade do século XIX, levou, por exemplo, a que imensas extensões exploradas por ordens religiosas (primeiro missões jesuítas e depois as carmelitas) fossem abandonadas ou entregues a agregados e índios destribilizados e submetidos a uma condição de acamponesamento, e que ali já cultivavam. Nessas extensões, a molde de outras aproximadas, passaram a prevalecer formas de ocupação comunal, mesmo após a Igreja ter entregue oficialmente estas terras à administração do Estado no final do século XIX. Consoante a santa padroeira dessas fazendas, foram sendo adotadas denominações próprias, derivadas, quais sejam: terras de

Santa Teresa, terras de Santana e terras de São Raimundo¹³.

As denominadas **terras de santo** têm sido detectadas em outros contextos, tanto da expansão da frente pecuária no sertão cearense¹⁴, quanto nas regiões de cana-de-açúcar da Zona da Mata pernambucana, cujas unidades produtivas se modernizaram em fins do século XIX com o advento das usinas. Nestas situações encontram-se atreladas a uma noção que abrange extensões de terras disponíveis e abertas à pequena produção, em contraposição às grandes propriedades fundiárias circundantes. Respondem também pela denominação de **patrimônio** e abrangem, no mais das vezes, povoados camponeses encravados dentro de grandes propriedades, que permanentemente ameaçam intrusar seus domínios¹⁵.

As denominadas **terras de irmandade** constituem uma variação dessas formas de apossamento em antigos domínios da Igreja. Foram registradas no estado do Rio de Janeiro, com referência aos confrontos e tensões verificados na área conhecida como São José da Boa Morte¹⁶.

b) Há ainda aquelas situações em que a desagregação de grandes fazendas levou a uma condição de acamponesamento os descendentes diretos de famílias dos outrora grandes proprietários. Abrangem as chamadas **terras de herança**, cujo significado refere-se àquelas extensões tituladas cujo espólio permanece indiviso há quase século, sem que se proceda ao formal da partilha. Durante várias gerações, que adensam a ocupação desses domínios, têm sido estabelecidas formas peculiares de utilização da terra, que permitem classificá-las ao lado daquelas outras ocorrências próprias dos sistemas de posse comunal. Manifestam-se por quase todas as regiões de colonização antiga do país, notadamente na Região Nordeste.

As denominadas **terras de ausente** dispõem-se também nesse contexto da sucessão. Nos autos de partilha existem herdeiros que não se apropriaram efetivamente das extensões herdadas e cujos quinhões acabam sendo considerados livres ao cultivo¹⁷. Nestas situações em que há escritura registrada das terras, a custódia dos documentos legais do referido domínio de uso comum fica com um grupo familiar, que detém uma autoridade considerada maior, qual seja: os denominados **encarregados** ou ainda os **membros da irmandade** (São José, São Benedito), isto é, aqueles que têm a responsabilidade de realizar os rituais religiosos nas chamadas terras

de santo; e os denominados de **herdeiros mais antigos**, que funcionam como árbitros em quaisquer disputas internas ocorridas nas chamadas **terras de herança**.

c) As chamadas **terras dos índios** compreendem aquelas áreas tituladas, que foram entregues em fins do século passado a remanescentes de grupos indígenas sob a forma de doação por serviços prestados (abertura de estradas pioneiras) ao Estado. Tais grupos conheceram um acelerado processo de destribilização e de perda gradativa da identidade étnica e passaram a uma condição de acamponesamento. Não obstante este processo, que implicou inclusive em perda da língua indígena, observa-se que seus descendentes permanecem na área e continuam a denominá-la pela expressão com que regionalmente é tratada, ou seja, **terra dos índios**. Permanecem cultivando e habitando nestes domínios sem qualquer ato de partilha legal, que autorize apropriações individuais. Ocupam grandes extensões, com inúmeros povoados e centenas de famílias usufruindo de um sistema de posse e uso do recurso básico, que intitulam de **terra comum**¹⁸. Diferem, portanto, daquelas extensões formalmente identificadas como áreas indígenas e que já se encontram mapeadas¹⁹. Sua situação pode ser aproximada daquela dos espólios indivisos e das denominadas **terras de preto**, que igualmente não conheceram parcelamento, dado que prevalecem os mesmos critérios de apropriação comunal da terra.

Sublinhe-se que há também **terras de preto** que foram conquistadas por prestação de serviços guerreiros ao Estado, notadamente na guerra da Balaiada (1838-41). A incorporação militar de escravos evadidos, que atuavam como "bandos armados", foi negociada e o pagamento consistiu em alforria e terras entregues ao "chefe dos grupos"²⁰. A evocação de um mesmo ancestral comum tem reforçado, durante quase um século e meio, os laços solidários do grupo e as regras de uso comum de um patrimônio indivisível e inalienável.

d) A utilização de sistemas de uso comum da terra para atividades pastoris parece ser uma prática por demais difundida em todo o sertão nordestino, desde os primeiros séculos da frente pecuária. As grandes propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre indefinidos, se confundem, pois, além de serem comuns as aguadas, também o gado permanece sendo criado solto. Somente os roçados são mantidos com cercas para evitar a entrada do gado.

Prevalecem nestas regiões expressões como **fundo de pasto, terras soltas, campos e pastagens comunais**, assim como as noções de **patrimônio**, já verificadas, quando se tratou das denominadas **terras de santo**. Através delas é que é possível perceber com maior nitidez o sentido do uso comum da terra nas regiões onde a pecuária é proeminente e como se aproxima dos sistemas de posse comunal aqui tratados.

Percebe-se, por exemplo, que a noção de "patrimônio da comunidade rural", empregada por Souza²¹, não se confunde com aquela referente ao "patrimônio dos santos padroeiros". Esta última se restringe às terras e ao gado doados por um grande proprietário em fins do século XVIII, acrescido das reses doadas pelos membros da chamada **Sociedade Perfeita**. A outra, por sua vez, diz respeito a um conjunto de recursos essenciais – aguadas e pastagens – que, a despeito de estarem sob o "domínio privado", eram dispostos a uma apropriação comum. Assim, a noção de "patrimônio da comunidade rural" se sobrepunha a uma divisão fundiária com base nos limites dos imóveis rurais traçados a partir dos títulos de propriedade ou das determinações, que caracterizavam as áreas consideradas devolutas, qual seja, pertencentes ao Estado.

A relação dos homens com os meios de produção era assim regulada de maneira peculiar, sob a coexistência de duas modalidades de apropriação: posse ("comunal") e propriedade ("privada") atendendo basicamente às próprias expectativas de reprodução de uma pecuária extensiva. A expansão desta pecuária no sertão esteve indissoluvelmente associada à existência de ribeiras férteis, aguadas e de poços e rios. A coexistência destas modalidades de apropriação contraria o caráter exclusivo das formas de apropriação privada prevista pela "sociedade nacional"²².

Disciplinando a relação do conjunto de **fazendeiros** e pequenos criadores com as pastagens e aguadas, as regras asseguram a manutenção e a reprodução dos rebanhos nos terrenos secos das "caatingas".

A despeito disso estas áreas constituem hoje zonas críticas de conflito e tensão social, sobretudo pelo ritmo acelerado do cercamento das pastagens comunais²³.

Diferenciação interna e antagonismos

As unidades sociais aqui examinadas não representam totalidades homogêneas e

de caráter igualitário, como se poderia imaginar. Pelo contrário, estão atravessadas por um grau de diferenciação interna bastante forte, mas não o bastante para fazê-las eclodir em antagonismos insolúveis. A desigualdade no acesso aos recursos básicos existe no interior destas unidades, não se podendo relevá-las apenas os aspectos coletivos da cooperação. Estes servem como elemento contrastante para fora e frente aos antagonistas com pressões de concentração da propriedade fundiária. Internamente, contudo, revelam-se desigualdades. Através do uso comum da terra, os camponeses, livres da dominação dos grandes latifundiários, realizam uma gestão econômica não necessariamente com base nos princípios de igualdade, mas consoante diferenciações internas. Não podem ser confundidos neste sentido com cooperativas de trabalhadores, com modalidades de apropriação coletiva ou com formas associativas implementadas por partidos políticos ou por entidades confessionais.

As terras de uso comum, tanto em áreas de ocupação recente, quanto nas regiões de colonização antiga, apresentam-se sujeitas a um controle efetivo pelos grupos familiares mais abastados do campesinato, não obstante os domínios de uso comum constituírem-se numa fonte potencial de recursos essenciais para os camponeses mais pobres.

As denominações ora examinadas, passado mais de um século, continuam a serem utilizadas e têm pertinência nas respectivas economias regionais. Prosseguem funcionando como categorias de confronto, através das quais um grupo social se distingue e se contrapõe a outros, afirmando os seus direitos inalienáveis. O fato de manterem uma atualidade é bem indicativo de que mantêm sua eficácia face aos antagonistas. Não obstante, representam também uma situação de conflito e tensão constantes sobretudo face aos responsáveis pelos índices alarmantes de atos de violência e de concentração da propriedade da terra no Brasil nas últimas décadas, cujo objetivo geral de ação tem sido dirigido com destaque contra os fatores considerados imobilizantes. Representados como formas ideológicas de imobilização, que favorecem a família camponesa, a comunidade ou a uma etnia, tais sistemas de posse comunal não permitem conferir à terra um sentido pleno de mercadoria, ou seja, de bem passível de mercantilização²⁴. São considerados em seu conjunto como não permitindo uma ampla comercialização de terra e

impedindo que imensos domínios sejam transacionados nos mercados imobiliários capitalistas. Seriam, pois, interpretados como elementos de imobilização, que precisam ser desativados para que os referidos mercados possam absorver livremente novas extensões, com valores monetários fixados.

A expansão capitalista lograria deste modo destruir tais formas, convertendo as terras à possibilidade permanente de comércio, resgatando-as ao mercado pela desmobilização daqueles fatores, que são vistos como subvertendo, em certa medida, o caráter privado e individual da apropriação. Tais transações imobiliárias e o respectivo registro legal e individual destas terras constituem mecanismos fundamentais ao desenvolvimento capitalista em detrimento das práticas de mercado de sistemas econômicos subordinados. Os mercados informais, que abarcam as transações de terras entre camponeses, que não são escrituradas e apóiam-se em contratos verbais, como as **licenças de capoeira** ou as transações que envolvem as denominadas "posses itinerantes"; que compreendem regras de sucessão e transferência que não conhecem formal de partilha e inventários; caracterizam, antes de uma relação mercantil, uma situação de reciprocidade positiva entre camponeses livres.

O tipo de contradição resultante faz com que os sistemas de posse comunal, anteriormente examinados, estejam sujeitos à pressão constante dos programas de titulação (mesmo levando-se em conta as tentativas frustradas de inovação contidas na Proposta ao I PNRA), do parcelamento e da individualização de lotes; tanto por força daquelas pressões externas, quanto pelo próprio aguçamento das diferenciações internas por elas diretamente afetadas.

Em termos gerais, entretanto, parece que o grau de solidariedade apresentado pelos camponeses nestas terras de uso comum tem sido forte o bastante para garantir a manutenção de seus domínios até por século e meio em algumas situações. Os vínculos sólidos que mantêm constituem uma expressão de toda uma rede de relações sociais construída numa situação de confronto, o que exerce uma influência destacada na resistência àquelas múltiplas pressões.

Esta seria uma das razões pela qual, com toda a certeza, tais domínios podem ser classificados como constituindo atualmente uma dentre as zonas mais críticas de conflito permanente e tensão social na estrutura agrária brasileira.

Alfredo Wagner Berno de Almeida, antropólogo, foi um dos organizadores da coordenadoria de conflitos agrários do Mirad. Publicou inúmeros trabalhos sobre os conflitos de terra no Brasil.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Destaque-se que a irrelevância desta questão é de tal ordem que, além de não ter sido sequer contemplada oficialmente e formalmente, tem sido igualmente relegada mesmo na intensa polêmica acerca das relações de produção no campo, que congregam copiosas interpretações, que insistem em classificá-las como "feudais" ou como "capitalistas". Para um aprofundamento da lógica da produção intelectual referida a esta polêmica leia-se: Palmeira, Moacir G. S. – *Latifundium et Capitalisme au Brésil – Lecture critique d'un débat* – Paris, 1971.
2. Com toda certeza tais interpretações inspiram-se na polêmica de V. I. Lênin com os populistas, tal como o debate se colocava em fins de século XIX (cf. Lênin: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Ed. Abril, 1982, pp. 209-213) e pouco ou quase nada têm a ver com os deslocamentos conhecidos pela formulação original a partir da Revolução de 1917 e mais precisamente com o Esboço Inicial das Teses sobre *Questão Agrária para o II Congresso da Internacional Comunista*, elaborado por Lênin, em junho de 1920 (cf. *Problema Agrário II*, Belo Horizonte, A. Global Ed., 1979 pp. 97-100).
3. Nas diretrizes operacionais de regularização fundiária da Proposta ao I.P.N.R.A. tem-se o seguinte:
"A regularização fundiária levará em consideração, além da propriedade familiar, as formas de apropriação condominial ou comunitária da terra, dos recursos hídricos e florestais, de maneira que os trabalhadores rurais não tenham o seu acesso cortado a bens fundamentais efetivamente incorporados a sua economia.
– Serão estabelecidas formas de reconhecimento de posse e titulação capazes de articular domínios de usufruto comum com regras de apropriação privada, também adotadas por estes grupos familiares, desde que neste sentido tenham as comunidades rurais se manifestado favoravelmente.
A orientação a ser adotada refere-se à demarcação dos perímetros desses domínios de usufruto comum, que não pertencem individualmente a nenhum grupo familiar, e que lhes são essenciais, como coqueiros, castanhas, fontes d'água, babaquais, pastagens naturais, igarapés e reservas de mata, de onde as famílias de trabalhadores rurais retiram palha, talos, lenha, madeira para construções e espécies vegetais utilizadas em cerimônias religiosas ou de propriedades medicinais reconhecidas.
– Parte-se do pressuposto de que a necessidade de titulação não destrua ou desarticule a organização e o sistema de apossamento preexistente. Isso exigirá a compatibilização dos cadastros declaratórios e fundiários para que seja possível conciliar o sistema cadastral e a titulação derivada, com estas formas de uso comum da terra, que abrangem, inclusive, a combinação da agricultura com extrativismo em áreas descontínuas e outras associações de sistemas produtivos adequados à realidade regional". (Mirad) – *Proposta para a Elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República*. Brasília, maio de 1985, pp. 32 e 33.
4. Para maiores esclarecimentos consulte-se o *Manual de Preenchimento do Laudo Fundiário* – declaração para cadastro de imóvel rural e documento para habilitação do detentor. Brasília, Incra julho de 1986, pp. 19 e 20.
5. A propósito dos faxinais consulte-se: Carvalho, Horácio Martins de. *Da aventura à esperança: a experiência autogestionária no uso comum da terra*. Curitiba, 1984, pp. 12-32. mimeo.
6. Leia-se Velho, Octávio G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
7. A dimensão política que estes antagonismos adquirem, notadamente, nas regiões de fronteiras, pode ser aprofundada a partir da consulta a: Martins, José de Souza – "Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal". In: *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, pp. 103-124.
8. Leia-se para um aprofundamento: Cunha, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo, Cultrix; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1973. Facó, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Bras./Ed. UFC; 1980.
9. Leia-se Holanda, Firmino. "Fortaleza – Nos tempos do caldeirão". In: *Nação Carií, nº 9*. Nov./Dez. de 1983, pp. 15-21.
10. Cf. Almeida, Alfredo Wagner B. de. "Quilombolas, Selvagens e Facinorosos: pânico na capital e no sertão". In: *A ideologia da decadência*, leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. São Luís, 1983, pp. 156/187.
11. Para um aprofundamento leia-se: Soares, Luiz Eduardo. *Campesinato, ideologia e política*, Rio de Janeiro, Zahar, Ed., 1981.
12. Vide dossiê elaborado por técnicos da SUDELPA sobre "As Comunidades Negras do Vale da Ribeira". São Paulo, julho de 1986.
13. Para maiores esclarecimentos sobre estas denominadas terras de santo consulte-se: Mourão Sá, Laís. *O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ. Museu Nacional, 1975; e Prado Regina. *Todo Ano Tem*, dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ. Museu Nacional, 1975.
14. Leia-se a propósito: Almeida, Alfredo Wagner & Esterici, Neide. *Terras soltas e o avanço das cercas*. Rio de Janeiro, Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste, vol. II.
15. Leia-se a propósito: Rinaldi, Doris. *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
16. Vide O'Dwyer, Eliane. *Reconstituição do Conflito de São José da Boa Morte*. Rio de Janeiro, 1979. (mimeo.)
17. Cf. Observações realizadas por Jair Borin, técnico do Incra, no município de Unaí, estado de Minas Gerais.
18. Leia-se Andrade, Maristela de Paula. *Terras dos Índios*. São Paulo, agosto, 1985. (mimeo.)
19. Os dados oficiais mais recentes, apresentados pela Funai em outubro de 1984, estimam que as áreas indígenas ocupam uma extensão correspondente a cerca de 67 milhões de hectares. Elas se distribuem por quase todas as unidades da Federação, à exceção do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte. Não se acham incluídas naquele total estimativas concernentes às denominadas "áreas a identificar". Estes cálculos assinalam que o total das áreas de ocupação indígena corresponde a um percentual que pode variar entre 7,8% e 8,5% da superfície do território nacional, isto é, 854.667.307 ha. Para maiores esclarecimentos, consulte-se: Pacheco de Oliveira, João. "A fronteira e a viabilidade do campesinato indígena".
20. Cf. Salles, Celecina. *Os descendentes de Timóteo – lutas dos camponeses numa área de conflito do Baixo Parnaíba*. São Luís, 1984. (mimeo.)
21. Cf. Souza, José Bonifácio de. 1984 – *Serra do Estevão: dados geográficos e históricos, Fortaleza, Funções Religiosas; e 1960 – Quixadá de fazenda a cidade*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística.
22. Diferentemente dos campos comunais da Baixada Maranhense (Pinheiro, São Bento, Pericumã, Bequimão, etc.), que se estendem contornando o golfinho maranhense, em que observamos uma outra organização com relação ao tratamento do rebanho. Povoados com dezenas de famílias de foreiros situados na "beira-campo", no seio de antigos engenhos de açúcar, possuem uma divisão de trabalho em que apenas um indivíduo, o vaqueiro, toma conta das reses de todos os habitantes do povoado possuidores de reses. Ele mantém o rebanho nos campos naturais não-cercados e recebe uma remuneração através do sistema de sorte.
23. Cf. Almeida, Alfredo Wagner B. de e Esterici, Neide. *Terras soltas e avanço da cerca – Sobre o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense*. Rio de Janeiro, Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste, vol. II.
24. Para um aprofundamento desta questão, consulte-se: Almeida, Alfredo Wagner B. de. "As áreas indígenas e o mercado de terras". *Aconteceu*, 1984. São Paulo, CEDI, 1985, pp. 53-59.

Resumen

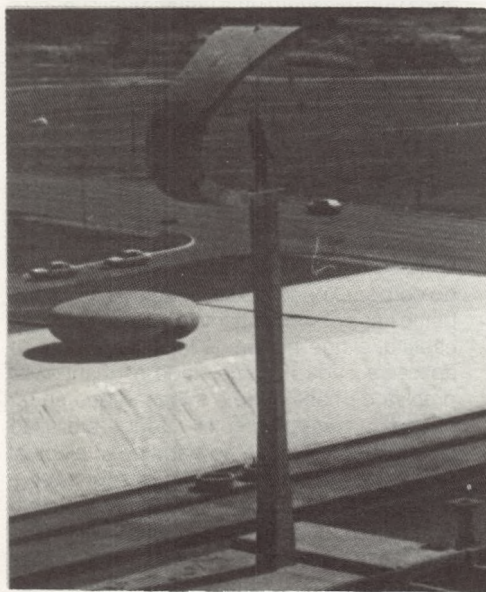
Los sistemas de posesión comunal se pueden examinar bajo formas diversas en la estructura agraria brasileña. Algunos emergieron de la fragmentación de grandes explotaciones agrícolas, basadas en el monocultivo y en los mecanismos de inmovilización de la mano de obra (esclavitud y peonada). A través del uso comunitario de la tierra, los campesinos establecieron, en algunas regiones, un modo económico peculiar, no necesariamente con base en los principios de igualdad. En términos generales, sin embargo, parece que el grado de solidaridad de los campesinos, en estas tierras de uso común, ha sido lo bastante fuerte para garantizar la mantención de sus dominios, frente a los responsables por los índices alarmantes de actos de violencia y de concentración de la tierra en el Brasil.

Abstract

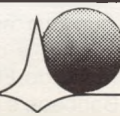
Brazil's agrarian structure presents many varied systems of communal appropriation. They emerged from the fragmentation of the vast plantations, based on monocultures and mechanisms (slavery and debt peonage) for making the labour-force immobile. Through common use of the land, in some regions peasants have established their own forms of economic management, not necessarily grounded in principles of equality. In general terms though, it would seem that the degree of solidarity among peasants jointly working these lands is high enough to guarantee possession of them, despite the threats of those responsible for the alarming increase in acts of violence and in spite of the concentration of ownership of land in Brazil.

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade

O bureau do Comitê do Patrimônio Cultural da UNESCO decide em dezembro a inscrição da capital na lista de bens culturais da humanidade. A partir daí, Brasília contará com medidas de proteção e legislação específica que preservarão os conceitos do projeto original de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.



A inclusão de Brasília na lista de bens culturais da humanidade seria uma decisão singular para a UNESCO. Afinal, trata-se de um patrimônio contemporâneo, diferente de outras cidades brasileiras que a UNESCO tombou, como Ouro Preto, Olinda e o centro de Salvador. Cidade em constante crescimento, com uma dinâmica muito própria, Brasília é expressão maior de toda uma geração de arquitetos modernistas.



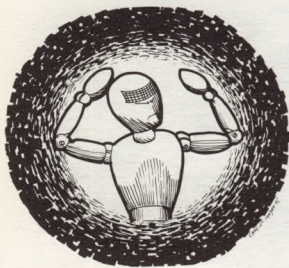
“Sem trabalho, toda a vida apodrece.
Mas, sob um trabalho sem alma,
a vida sufoca e morre,”

Albert Camus

Informática: o mito da profissão do futuro

Ângelo dos Santos Soares

Por trás dos computadores, nos bastidores da informática, homens necessários para que a máquina realize seus feitos notáveis enfrentam as doenças operacionais (tenossinovite), o stress, as angústias e os baixos salários. Será a “profissão do futuro”, o trabalho informático, mais um mito da modernidade?



Em 1946, aparece, na Universidade da Pensilvânia, o primeiro computador, o ENIAC – Electronic Numerical Integrator and Calculator –, que foi instalado em Aberdeen e utilizado pelo exército americano para cálculos de balística. Todavia, as idéias que deram suporte ao aparecimento do computador já existiam há pelo menos 300 anos, nos escritos de Pascal, Leibniz e Babbage.

Blaise Pascal, em 1642, cria a sua máquina aritmética que fazia, automaticamente, as operações de soma e subtração, com economia de tempo e trabalho. Além disso, tinha a vantagem de poder ser utilizada inclusive por pessoas pouco inteligentes, como podemos observar na seguinte passagem escrita por Pascal: “Esta máquina facilita o trabalho e elimina o supérfluo. A pessoa mais ignorante encontrará nela as mesmas vantagens que a mais inteligente. A máquina ocultará a ignorância e a inexperiência e, **sem nenhum esforço por parte do operador**, reduzirá o tempo perdido uma vez marcados os números”¹.

Leibniz, por sua vez, em 1673, cria uma máquina que também dividia e multiplicava. Para o autor em questão, a “perfeição” da máquina crescia à medida que a intervenção humana diminuísse, como podemos observar nesta passagem em que Leibniz discorre sobre a sua máquina: “se se quiser construir uma máquina, todavia, mais perfeita, seria necessário eliminar a necessidade da intervenção humana para fazer girar a roda ou para fazer avançar a máquina multiplicadora em

cada operação: seria necessário organizar as coisas desde o começo, de forma que a máquina por si só pudesse fazer o resto”².

Nos séculos XVI e XVII havia um grande entusiasmo pelas máquinas, um “culto da máquina”, que pode ser observado, por exemplo, em Agostino Remelli, em seu livro *Le Diverse et Artificiose Macchine*, onde nos mostra sua “Máquina de Ler” e seu “Órgão de Flores”. A “Máquina de Ler” consiste numa roda, em frente da qual o leitor se senta e começa a ler o livro. Conforme o leitor acaba de ler a página, a roda se movimenta, trazendo a página seguinte sem interromper, assim, a leitura. O movimento da roda, assim como a troca de páginas são executados por anões que ficam na parte interna da roda, escondidos de tal forma que o leitor não os possa ver. Já o “Órgão de Flores” é uma máquina que “reproduz” o canto de um pássaro que sai de um enorme ramalhete de flores. Na realidade, o canto do pássaro é produzido por um criado, que fica em um cômodo adjacente à máquina soprando um tubo que está ligado ao órgão. Desta forma, o criado, efetivamente, produz o som sem, contudo, ser visto pelas pessoas que admiram o canto do pássaro.

O “culto da máquina” sugere um mundo “automático”, onde o “trabalho” da máquina é valorizado e o trabalho humano é ocultado e desvalorizado. A máquina se transforma em símbolo de progresso.

No início do século XIX, Charles Babbage, na Inglaterra, cria a sua *Analytical Engine* a fim de fazer, automaticamente, complexas tabulações matemáticas. Cabe aqui ressaltar que foi o “espírito” da *Analytical Engine* que inspirou e deu bases teóricas para a construção do ENIAC, quase cem anos depois. Babbage é o responsável pela formula-

ção dos conceitos de “máquina” e da “divisão do trabalho intelectual”, que vão ser de fundamental importância para as bases da revolução industrial inglesa.

Em seu livro *Economy of Manufactures and Machinery* (1835), Babbage propõe que a divisão do trabalho pode aumentar a eficiência através da redução dos custos. Quando um trabalho é fragmentado, dividido em tarefas mais simples, pode ser atribuído a pessoas que possuam uma menor qualificação e que, conseqüentemente, recebem menores salários. Desta forma, o custo total com salários é minimizado.

A *Analytical Engine* de Babbage avança em relação às máquinas de calcular de Pascal e Leibniz pois passa a incorporar o princípio da divisão do trabalho, aplicado ao trabalho intelectual. Para Babbage o princípio da divisão do trabalho podia “aplicar-se com tanto êxito às operações do espírito como às do corpo... O principal efeito da divisão do trabalho nas operações, tanto do corpo como do espírito, é que podemos facilmente obter e aplicar a cada especialidade a quantidade precisa de habilidade e intenção que se requer para o trabalho”³. Na verdade, a divisão do trabalho aplicada ao trabalho intelectual não se deve somente a Babbage, que reconhece ter recebido a idéia de Prony, matemático francês, que utilizou a divisão do trabalho intelectual para executar tábuas logarítmicas e trigonométricas através da divisão centesimal da circunferência. Todavia, Babbage avança no princípio da divisão do trabalho intelectual, pois incorpora-o na sua *Analytical Engine*.

De Pascal e Leibniz, passando por Babbage e pelo ENIAC, até os nossos dias, a tecnologia dos computadores evoluiu de

maneira vertiginosa. Hoje, a informática já faz parte do dia-a-dia de grande parcela da nossa sociedade. Curiosamente, a informática, apesar de toda esta evolução técnica, mantém, dos séculos XVI e XVII, as idéias que dizem respeito ao trabalho com a máquina. Além disso, traz para os nossos dias o "culto da máquina", sugerindo a sociedade informatizada, onde os computadores são supervalorizados e o trabalho informático ocultado e mitificado.

A supervalorização da informática pode ser observada, freqüentemente, na fala das pessoas: "O computador poderá salvar a vida humana", "O computador nunca erra", "No futuro, o computador resolverá todos os nossos problemas". Alvin Toffler diz que nas indústrias da Terceira Onda, que estão baseadas na informática, "O esforço humano é com a mente e não com o músculo. Em vez de aumentar a força bruta, as novas tecnologias aumentam o poder mental"⁴.

O computador passou a ser considerado o expoente maior do moderno em nossa sociedade. "O moderno é tomado como sendo "bom em si" porque moderno e oferece-se como sinônimo de racional. Seu contraponto é o tradicional, o arcaico, isto é, o irracional.(...) A retórica do moderno é um dos aspectos mais interessantes da atual ideologia das classes dominantes brasileiras"⁵. Modernização, hoje, significa informatização. Sempre que se deseja atribuir racionalidade, competência, modernidade a uma tarefa ou a uma escolha, certamente esta será executada por um computador. Assim, quando se deseja incentivar a poupança no país, veicula-se um comercial na TV onde um computador pergunta se ele também pode ter caderneta de poupança. Desta maneira, a opção de investimento, caderneta de poupança, torna-se a

mais racional e, portanto, a mais lucrativa dentre as várias formas de investimento. É a opção dos investidores modernos.

Já o ocultamento do trabalho informático pode ser sentido na fala de Rosilene, digitadora, que diz: "Somos seres humanos e não máquinas, porque por detrás dessas máquinas escondem-se seres humanos que nem sempre são vistos". Assim como no "Órgão de Flores" e na "Máquina de Ler" de Remelli, os trabalhadores informáticos se mantêm "ocultos", nos bastidores da informática. É importante ressaltarmos que a fim de se obter os "feitos maravilhosos", produzidos pelos computadores, é necessário a existência do que estou chamando de trabalho informático, que é o trabalho realizado por analistas, programadores, operadores, digitadores, fitotecários, etc., indispensável para que o computador realize os feitos tão valorizados por nossa sociedade. Então, aparece a pergunta: "Mas a informática não é a profissão do futuro?"

O mito da profissão do futuro

O trabalho na informática vem sendo considerado como sendo a "profissão do futuro". O aumento da procura por cursos de computação favore a proliferação de um número elevadíssimo de "cursos rápidos" de programação, além de colocar o curso de computação, a nível universitário, no rol dos mais procurados. Isto se deve, basicamente,

às idéias que envolveram a criação do computador.

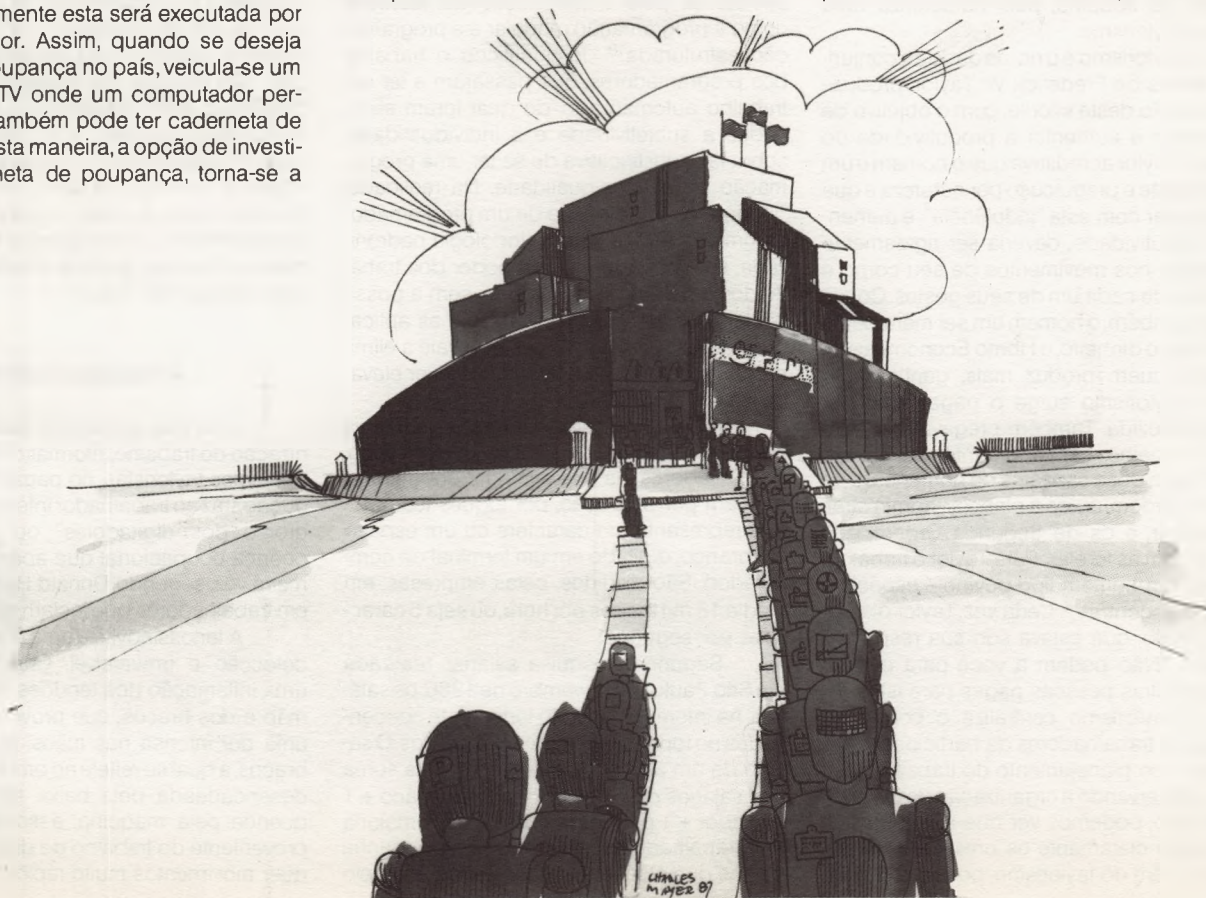
De Pascal será resgatada a idéia de que o trabalho com a máquina não exige "nenhum esforço do operador", idéia que se for associada à de Toffler de que o trabalho na informática é só mental e não muscular, levamos a acreditar que o trabalho informático é ameno, não cansativo, suave e intelectual.

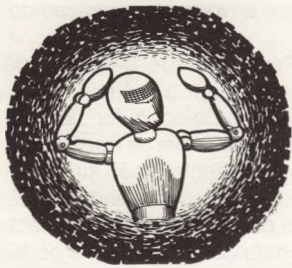
A concepção de máquina perfeita, "O computador nunca erra", se remetida à idéia de Leibniz de que "quanto mais perfeita a máquina, menor é a intervenção humana" nos conduzirá à crença de que o computador, enquanto máquina "perfeita", não necessita da intervenção humana para funcionar. O *Homo Informaticus* se "liberta", finalmente, do seu fardo mais antigo: o trabalho.

Vimos, anteriormente, que o computador representa o moderno e, portanto, o racional. Sabemos que, dentro da lógica capitalista, o racional é aquilo que propicia a maximização do lucro. Desta forma, temos que o computador, enquanto símbolo do racional, torna-se, também, símbolo do que é lucrativo, induzindo à idéia de que o trabalho informático é lucrativo.

Temos, assim, construída a imagem da "profissão do futuro". Um trabalho moderno, racional, ameno, não cansativo, intelectual e lucrativo. Mas isto não passa de um mito.

O mito é uma fala, um discurso com o qual tenta-se instaurar uma operação com-





pensadora/reparadora dos males da realidade social. Ao mundo tal como é se contrapõe uma inversão negativa, o mundo tal como deveria ser ou poderia ser. O mito da "profissão do futuro", desta feita, acaba por trazer um saber confuso, nebuloso, instável sobre o que é o trabalho informático, cumprindo, assim, uma de suas funções.

Na realidade, o trabalho informático, infelizmente, não corresponde à "profissão do futuro". A organização do trabalho informático representa, pelo menos, um atraso de 60 anos na história da organização do trabalho. O local do trabalho informático se revela hostil ao trabalhador, que é obrigado a adaptar-se às condições de trabalho impostas pelo computador.

A organização do trabalho informático

A organização do trabalho informático representa um retrocesso na história da organização do trabalho, pois caracteriza uma volta ao taylorismo.

O taylorismo é o nome dado ao conjunto de idéias de Frederick W. Taylor, produzidas no início deste século, com o objetivo de racionalizar e aumentar a produtividade do trabalho. Taylor acreditava que o homem é um ser indolente e preguiçoso por natureza e que para acabar com esta "indolência", e aumentar a produtividade, deveria ser rigidamente controlado nos movimentos de seu corpo e no tempo de cada um de seus gestos. Considerava, também, o homem um ser meramente movido pelo dinheiro, o *Homo Economicus*, e, portanto, quem produz mais, ganha mais. Com o taylorismo surge o pagamento por peça produzida. Também pregava a divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Para Taylor havia duas espécies de homens: os de Primeira Ordem, aptos a planejar, administrar, racionalizar, e os de Segunda Ordem, que executariam as tarefas. Para Taylor o trabalhador era "um homem tipo bovino – espécime difícil de encontrar"⁶. Certa vez, Taylor disse a um operário, que estava sob sua responsabilidade: "Não pedem a você para pensar, aqui há outras pessoas pagas para isto"⁷.

O taylorismo centraliza o poder, excluindo os trabalhadores da participação, da criação e do planejamento do trabalho.

Observando a organização do trabalho informático, podemos ver que sua organização segue claramente os pressupostos tayloristas. Além do taylorismo, podemos obser-

var a existência do princípio da divisão do trabalho intelectual, proposto por Babbage no século passado. O trabalho informático é fragmentado "em migalhas", separando ainda mais os trabalhadores do produto final de seu trabalho. Segundo a Sucesu – Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários –, existem 35 cargos diferentes no trabalho informático, e este número deve crescer ainda mais. São analistas, programadores, fitotecários, digitadores, operadores, preparadores de dados, etc., que possuem tarefas bem delimitadas e fortemente hierarquizadas, existindo uma clara divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Segundo a SEI – Secretaria Especial de Informática, em 1985 estimou-se que 17% da mão-de-obra informática, no Brasil, é composta por aqueles que "pensam", "planejam" o trabalho (analistas). Os restantes 83% são os executantes do trabalho informático (programadores – 15%, digitadores – 35%, operadores – 12%, preparadores de dados – 20% e fitotecários – 01%). Cabe aqui assinalar que a SEI estimou seus dados para apenas 06 dos 35 cargos existentes no trabalho informático.

O trabalho "intelectual" dos analistas também é fragmentado, dividido entre várias modalidades (analistas de software⁸, de produção, de hardware⁹, de organização e métodos), como pregava Babbage no século passado. O trabalho do programador não foi considerado, por nós, como sendo um trabalho intelectual, pois a introdução de técnicas como a programação modular e a programação estruturada¹⁰ desqualificou o trabalho dos programadores, que passaram a ter um trabalho automatizado, do qual foram eliminadas a subjetividade e a individualidade, sob a falsa justificativa de se ter uma programação de melhor qualidade. Na realidade, "incorporar a habilidade de um programador ou um operador a uma metodologia padronizada, sem um aumento de poder dos trabalhadores na fábrica e, portanto, sem a possibilidade de controlar a natureza e as aplicações das novas tecnologias, equivale a eliminar os inconvenientes de um *turn-over* elevado para o empresário"¹¹.

A idéia taylorista do *Homo Economicus* aparece, claramente, no trabalho informático. Os digitadores, na sua esmagadora maioria, ganham por produção, por toques (cada toque representa um caractere ou um espaço em branco, digitado em um terminal de computador). São exigidos, pelas empresas, em média 18 mil toques por hora, ou seja 5 caracteres por segundo!

Segundo pesquisa salarial, realizada em São Paulo, em novembro de 1986, os salários, na informática, estão fortemente concentrados no topo da hierarquia dos cargos. O salário de um analista quase se iguala à soma dos salários de 1 operador + 1 fitotecário + 1 digitador + 1 preparador de dados. A maioria dos trabalhadores informáticos (56%) ganha menos que o salário mínimo estipulado pelo

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, que é de Cz\$ 4.884,64. Assim sendo, não podemos considerar que o trabalho informático seja lucrativo, pois com exceção dos analistas e de parte dos programadores, a maior parte das pessoas que trabalham na informática ganha mal.

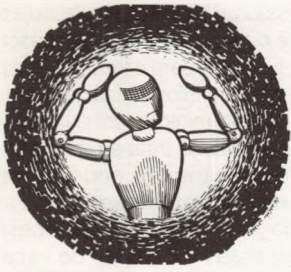
O controle dos trabalhadores informáticos é rígido, exercido na maioria das vezes pelo próprio computador, que foi previamente programado para isto. Em alguns casos, como no dos digitadores, existe uma dupla supervisão: supervisor & computador. Há, também, um rígido controle do tempo. O computador possui um relógio interno que controla o tempo dos trabalhadores: os horários de entrada e saída; no caso de analistas e programadores, o tempo gasto nos terminais de vídeo e na programação executada; no caso dos digitadores, controlam-se o número de toques dados por hora e a quantidade de erros cometidos na digitação, que são descontados da produção para fins de pagamento. "O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício."¹² O computador passa a ser o "capataz eletrônico", justo, imparcial, honesto, racional, pois o computador "nunca erra".

O computador exerce um controle eficiente e contínuo, sem violência visível, como acontecia no início do século com o taylorismo. Na era da informática, a violência é invisível e portanto mais eficiente e insidiosa, pois não provoca nos trabalhadores a desobediência e/ou resistência. O computador tornou-se o "Homem de Primeira Ordem" de que nos falava Taylor, controla e supervisiona, impõe a jornada e o ritmo do trabalho. Aos homens resta, apenas, a condição de "Segunda Ordem", como atesta a fala de Jair, digitador, 25 anos: "A gente é tratado como pessoa de segunda classe"¹³.

A tenossinovite

Uma das conseqüências que a organização do trabalho informático, baseada nos princípios tayloristas, no pagamento por produção, traz ao trabalhador informático é a "síndrome dos digitadores" ou tenossinovite, doença ocupacional que apareceu pela primeira vez, segundo Donald Hunter, em 1818, em trabalhadores que teciam redes de pesca.

A tenossinovite é uma doença de difícil detecção e irreversível. Caracteriza-se por uma inflamação dos tendões musculares da mão e dos braços, que provoca inchaço e uma dor intensa nas mãos, punhos e antebraços, a qual se reflete no ombro e na nuca. É desencadeada pela baixa temperatura, requerida pela máquina, associada à fadiga proveniente do trabalho de digitação, que requer movimentos muito rápidos e repetitivos



dos dedos e das mãos, realizados sem pausas e sob forte pressão psicológica, que advém dos prazos rígidos impostos ao trabalho e dos prêmios de produção: quem digita mais, ganha mais; quem digita mais, pode tirar férias em janeiro. Os prêmios de produção formam, desta maneira, um "sistema de privilégios" que, segundo Erving Goffman, é um número pequeno de componentes, reunidos com alguma intenção racional e apresentados aos participantes, a fim de se conseguir a cooperação de pessoas que muitas vezes não têm razão alguma para cooperar.

Entre os sintomas que caracterizam a tenossinovite, destacam-se: a dormência das mãos, seguida de fortes dores quando de sua movimentação, dores de cabeça e na coluna, perda de sensibilidade, além de muita tensão psicológica. Assim, inicia-se um processo de fraqueza dos músculos que acaba com a perda da coordenação motora. A pessoa não consegue mais escrever ou segurar um garfo, conforme nos diz Maria Magdala, digitadora, 39 anos: "Estou praticamente incapacitada para os serviços domésticos, não consigo mais descascar legumes sem sentir dores fortíssimas nas mãos"¹⁴. Num estágio mais avançado, ocorre a atrofia total dos nervos do braço, perdendo-se os movimentos, por completo.

No Brasil, a tenossinovite torna-se ainda mais dramática. Foi reconhecida como doença profissional somente em setembro de 1986, sendo que este reconhecimento não soluciona o problema, pois sabemos que, no Brasil, o número de acidentes de trabalho e a incidência de doenças profissionais decrescem anualmente. Este fato é único no mundo e já foi merecedor de pesquisas internacionais, que constataram que este "decréscimo" se deve a fraudes existentes na emissão do CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, e que, na realidade, o Brasil é o campeão mundial em acidentes de trabalho e na incidência de doenças ocupacionais.

Desta forma, legaliza-se o sucateamento da mão-de-obra informática, ao invés de se adotarem medidas preventivas ao aparecimento da tenossinovite, mudando-se a organização e a estrutura do trabalho, e regulamentando a "profissão do futuro", que ainda não é regulamentada, segundo padrões internacionais.

Segundo a OIT – Organização Internacional do Trabalho, a jornada de trabalho para um digitador deve ser de 04 horas e 14 minu-

tos, com pausas de 10 minutos a cada 50 minutos de trabalho, para descanso do trabalhador. A média de toques é estabelecida entre 8 mil e 10 mil toques/hora. No Brasil, temos: jornadas de trabalho de 6 a 8 horas ininterruptas, sendo que, muitas vezes, os digitadores são obrigados a fazer 2 horas extras no final do turno, em virtude do acúmulo de trabalho, comum em certas épocas do ano. A média de toques exigida é de 18 mil toques/hora, e quando o digitador contrai a tenossinovite acaba sendo mandado embora, ficando sem assistência e perdendo a possibilidade de arranjar um outro emprego devido à deficiência adquirida, como nos diz Marília, digitadora, 49 anos: "Estou me sentindo completamente inútil, sem perspectiva profissional."

A tenossinovite, cuja causa principal é o excesso de atividade muscular, é um triste exemplo de que o trabalho informático, ao contrário do que se deseja, não está baseado no trabalho intelectual, mas no trabalho muscular, repetitivo e altamente cansativo.

CPD's: o local do trabalho informático

Podemos dizer que o local do trabalho informático, os CPD's – Centro de Processamento de Dados, se assemelham às instituições totais – manicômios, prisões e conventos. Dizemos que se "assemelham", ao invés de são instituições totais, por compreender que os CPD's não possuem um aspecto importante dessas instituições que é a realização de todas as atividades da vida do indivíduo no mesmo local, sob uma única autoridade.

Entretanto, podemos observar nos CPD's outras características comuns às instituições totais. Em primeiro lugar, temos que "as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários; pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades obrigatórias é reunida num plano racional único, supostamente planejado para atender os objetivos oficiais da instituição"¹⁵. Este encadeamento de horários e atividades é comum nos CPD's, como nos atesta a fala de César, operador de computador, 35 anos: "Você tem que ficar montando as fitas uma atrás da outra; desmontou uma, você monta outra, e as pessoas ficam ouriçadíssimas se você montar uma fita errada... tem um controle muito grande".

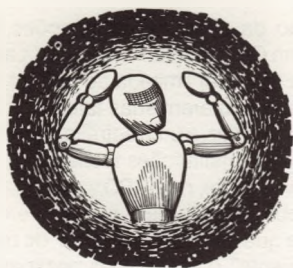
Uma outra característica das instituições totais é a divisão entre um grupo controlado e a supervisão, onde a transmissão de informação é restrita, principalmente em se tratando de informações relativas aos planos dos dirigentes aos internos. Esta característica é comum aos CPD's, também. Vimos anteriormente, que o controle e a divisão entre supervisão e trabalhadores são marcantes, sendo que em alguns casos há dupla supervisão: computador & supervisor. Com relação

à restrição da troca de informações, temos que em um CPD "a informação dada aos empregados deve ser limitada ao que for necessário para executarem suas tarefas"¹⁶. O que nos leva, outra vez, a uma estreita semelhança entre CPD's e instituições totais.

Geralmente, nos CPD's os trabalhadores são obrigados a usar aventais e/ou crachás para que se possa controlar, de maneira mais "eficiente", o acesso das pessoas, identificando as pessoas estranhas com maior facilidade. "Um distintivo claramente visível ajudará o pessoal a identificar estranhos – que não portarão distintivos, ajudando ao mesmo tempo a verificação de que o distintivo não foi perdido ou extraviado"¹⁷. Convém lembrarmos que, ao entrar numa instituição total, o indivíduo é despojado de sua aparência usual, sendo frequentemente identificado através de um número. O indivíduo passa por um processo de "desfiguração pessoal", que pode ser sentido, por exemplo, na fala de César, operador de computador, 35 anos: "Inverno, verão, é absolutamente igual. Então eu vou trabalhar, ponho um capote porque está frio, chego lá (no CPD) eu tiro tudo, fico de calça e camisa, então eu estou fora do mundo. Inverno, verão, qualquer época que chove ou faz sol, lá dentro você não está sabendo de nada, você está isolado do mundo. Isso me irrita um pouco. Eu até gostava de quando eu trabalhava em agência: fazia frio você ia com roupa de frio, fazia calor você ia com uma roupa de verão. Eu achava gostoso você ter a oportunidade de usar roupas, agora lá é sempre a mesma coisa... não dá para eu usar uma blusa de meia estação, legal, que eu comprei porque se eu usar vou sentir calor".

Mas a semelhança entre os CPD's e as instituições totais vai mais além, podendo ser observada até nas construções e nas características dos prédios que abrigam CPD's, manicômios, prisões e conventos. Um CPD deve ser separado, tanto vertical como horizontalmente, de outras áreas, através de paredes, pisos e tetos falsos. "As paredes devem estender-se através de qualquer vão do piso e do teto falso. (...) Deve ser reduzido tanto quanto possível o número de portas e janelas, entradas e saídas para ventilação."¹⁸ Convém ressaltar que a entrada em um CPD é rigidamente controlada, através de dispositivos eletrônicos e agentes de segurança. Além disso, o prédio que abriga um CPD, por segurança, deve ser "cercado com afastamento das paredes, ou mesmo uma parede baixa (...) A zona entre a rua e o edifício fica então sujeita a controle"¹⁹.

Encontramos, assim, nos CPD's o que Goffman denomina de "tendência ao fechamento", ou "caráter total" que é "simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no próprio esquema físico, por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos"²⁰.



Um CPD se assemelha a, claramente, uma fortaleza, que abre as suas portas para a entrada/saída dos trabalhadores informáticos no início/fim de seus turnos. Após a entrada, o trabalhador ficará enclausurado até o final do seu turno. Esta "clausura", segundo Michel Foucault, se dá a fim de se concentrarem as forças de produção e retirar-lhes o máximo de vantagens, neutralizando seus inconvenientes (interrupções do trabalho, agitações); de proteger as máquinas e materiais e de dominar as forças de trabalho²¹.

Desta forma, o CPD enquanto local de trabalho, devido a sua estrutura física e a sua organização, produz uma mortificação do "eu" do trabalhador informático. A barreira existente entre o mundo externo e o indivíduo, a perda de sua identidade, quando ingressa em um CPD, acaba impedindo que este trabalhador se apresente aos outros com sua

imagem usual. Todos estes fatores são fonte de angústia, stress, neuroses que o trabalhador sente, sem contudo perceber a sua origem. As crises nervosas, em CPD's, crescem dia-a-dia e, quando isso acontece, na maioria das empresas, o trabalhador é afastado de suas funções. Ou é demitido, ou, na melhor das hipóteses, é realocado em uma outra função, pois há o receio de que alguma máquina seja danificada, durante uma crise nervosa, e para a empresa este trabalhador não é mais "confiável".

Outros sintomas, que podem ser relacionados ao stress e à angústia do trabalhador informático, são: a diminuição da eficiência, as mudanças freqüentes de emprego, estafas freqüentes, alto absenteísmo e uma deterioração das relações pessoais, que pode ser observada no alto número de divórcios existentes, hoje, entre os profissionais da informática.

Conclusão

A "profissão do futuro", como podemos observar, caracteriza-se por uma organização do trabalho antiga, nos padrões de Taylor & Babbage; tradicional, pois mantém a estrutura, autoritária, da hierarquização dos cargos; muscular, pois resgata, do século XIX, uma

doença profissional, a tenossinovite, cuja causa principal é o uso excessivo dos músculos da mão; não-lucrativa para o trabalhador, pois 56% da mão-de-obra informática ganham menos que o salário-mínimo estipulado pelo Dieese; e, para finalizar, trata-se de um trabalho extremamente cansativo, onde o stress, a angústia e a neurose fazem parte do dia-a-dia do trabalhador, que na sua maioria aceita de maneira servil essas condições de trabalho, pois a informática é a "profissão do futuro". Mas nem tudo é conformismo e já podemos observar sinais de resistência, por exemplo, na fala deste digitador, César, quando diz: "Quem olha de longe dá para perceber que nós estamos na 'era' da escravidão. Temos que produzir até alcançar a produção estipulada, não importando como. Esse tipo de vírus que jogam na cabeça das pessoas vem quando elas colocam o seu primeiro pé na área da produção, trabalhando igual escravo sendo chicoteado, não por fora, mas por dentro da cabeça".

Ângelo dos Santos Soares é engenheiro de produção pela EESC-USP, analista de sistemas, mestrando em Administração de Empresas na PUC/SP e autor do livro "O Que é Informática - 2ª Visão", Editora Brasiliense (no prelo).

Notas e Referências Bibliográficas

1. Pascal, B.: *On His Calculating Machine*, in Smith, D.E., *A Source Book in Mathematics*, Dover, 1959, p. 167. (Grifos Meus)
2. Leibniz, G.W.: *On His Calculating Machine*, in Smith, D.E., *Op. cit.*, p. 179. (Grifos Meus)
3. Babbage, C.: *La Macchina Analitica*, in Manacorda, Paola M., *El Ordenador del Capital*, H. Blume Ediciones, Madrid, 1982, pp. 25-26.
4. Toffler, A.: *Previsões & Premissas*. Record, Rio de Janeiro, 1986, pp. 27-28.
5. Chauí, Marilena: *O Moderno Como Ideologia*, in *Folha de São Paulo*, 21.10.85, p. 02.
6. Taylor, F. W.: *Princípios de Administração Científica*. Ed. Atlas, S. Paulo, 7ª Edição, 1985, p. 68.
7. Friedmann, G.: *O Trabalho em Migalhas*. Perspectivas, S. Paulo, 1982, p. 75.
8. Software - é o conjunto de programas que fazem com que o computador execute uma determinada tarefa.
9. Hardware - é a parte eletromecânica do computador, é a máquina propriamente dita.

10. Programação Modular - é uma técnica de programação utilizada para desenvolver programas complexos de forma sistemática. Consiste, basicamente, em dividir o programa em módulos distintos.
11. Manacorda, Paola, M.: *Op. cit.*, p. 106.
12. Foucault, Michel: *Vigiar e Punir*. Vozes, Petrópolis, 1977, p. 137.
13. *Jornada Sem Limites* in *Revista IstoÉ*, 16.04.86, pp. 45-46.
14. *Ameaça de Desemprego, Um dos Efeitos da Tenossinovite* in *Data News*, 22.04.86, pp. 30-34.
15. Goffman, Erving: *Manicômios, Prisões e Conventos*. Perspectivas, S. Paulo, 1974, p. 18.
16. Wood, Michael B.: *Introdução à Segurança do Computador*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1984, p. 53.
17. Wood, Michael B.: *Op. cit.*, p. 31.
18. Wood, Michael B.: *Op. cit.*, pp. 23-24.
19. Wood, Michael B.: *Op. cit.*, p. 25.
20. Goffman, Erving: *Op. cit.*, p. 16. (Grifos Meus)
21. Foucault, Michel: *Op. cit.*, p. 131.

Resumen

El trabajo informático viene siendo considerado como la "Profesión del Futuro", un trabajo moderno, racional, intelectual, ameno y lucrativo. Todavía, quando analizamos la organización y el local del trabajo informático, encontramos una realidad completamente diferente de la que es presentada por la "Profesión del Futuro".

La Organización del Trabajo Informático es taylorista, bastante hierárquico y autoritario. El lugar del trabajo es hostil al trabajador, que debe amoldarse a las condiciones físicas y al ritmo del trabajo dictados por los ordenadores.

En consecuencia de las características del trabajo informático, tenemos el apareamiento de enfermedades profesionales (Tenosinovite), stress, angustia y bajos pagamientos. Lo que nos lleva a concluir que la "Profesión del Futuro" es un mito, pues quiere establecer una solución a los males de la informatización de la sociedad, presentando el trabajo informático como él debería o podría ser.

Abstract

The Informatic Work has been considered as the "Future Profession", a modern, rational, intellectual, pleasant and profitable job. However, when we analyze the Informatic Work Organization and its environment, we find a reality which is completely different from what is present by the "Future Profession".

The Informatic Work Organization is Tayloristic, highly hierarchical and authoritarian. The work environment is hostile to the worker, that has to get accustomed to the physical conditions and to the work rhythm which are determined by the computer.

As a result of these characteristics, the informatic work brings us professional diseases (Tenosynovitis), stress, anguish and low wages. So, it is clear the construction of the myth of the "Future Profession" which tries to amend the evil side of our society's informatization, presenting the informatic work as it should or could be.

YES, NÓS TEMOS TECNOLOGIA.



Há 11 anos, quando nasceu o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), o Brasil dependia quase exclusivamente da indústria estrangeira ou de seus representantes instalados aqui ■ O Sistema Telebrás importava de tudo; de aparelhos telefônicos a centrais, de cabos a pequenos equipamentos de rádio-transmissão ■

E o CPqD, instalado em Campinas (SP), começou o seu trabalho ■ Primeiro, definindo um programa de padronização de equipamentos a serem utilizados em todo o território nacional ■

Depois, estabelecendo convênios com universidades brasileiras e com indústrias nacionais para pesquisa e desenvolvimento de uma tecnologia verdadeiramente nacional ■

Os resultados logo se fizeram sentir ■ O CPqD criou, aperfeiçoou e repassou à indústria nacional, para fabricação e comercialização, o primeiro telefone brasileiro, o "chip" para telecomuni-

cações, centrais computadorizadas para telefonia e telex, a fibra óptica para cabos telefônicos, o laser para telecomunicações, estações terrenas de satélite, entre outros produtos e tecnologias que hoje são utilizados no Brasil e exportados para vários países da América Latina ■ Hoje, o CPqD é o maior centro de pesquisa em telecomunicações da América Latina, e um dos mais importantes do mundo, onde trabalham mais de 1.200 técnicos e pesquisadores brasileiros ■ Em apenas 11 anos o CPqD fez com que o Brasil passasse a integrar o fechado clube dos 10 países com melhores serviços de telecomunicações em todo o mundo, permitindo ainda que o Sistema Telebrás, atendendo determinações do Ministério das Comunicações, desenvolva um intenso programa de popularização e interiorização das telecomunicações no País ■ Tanto que aquele Brasil que tinha a prosaica banana como seu principal produto de exportação virou coisa de um passado remoto ■ Hoje o que temos mesmo é alta tecnologia ■ Para dar e vender ■

Ministério das Comunicações
Governo José Sarney



**SISTEMA
TELEBRÁS**

30 empresas unindo o Brasil
e os brasileiros.

A nova lógica da ordem econômica internacional

Milton Seligman

A economia e a vida na sociedade estão sofrendo mudanças profundas. Um vendaval, tão forte como o que varreu a Europa no século XVIII, começa a soprar em todo o mundo, sacudindo as bases da velha sociedade industrial.

Os países do Terceiro Mundo, pressionados pela miséria de seus povos, olham assustados a preparação do temporal e clamam por uma nova ordem econômica entre as nações.

Provavelmente, este clamor já foi atendido e não parece haver motivos para festejar. A nova ordem, tudo indica, é socialmente mais perversa do que a anterior, para aqueles que não forem capazes de dominar suas características tecnológicas e culturais.

O Brasil, pela Assembléia Nacional Constituinte, prepara mudanças em sua ordem jurídico-institucional, esperançoso de estar construindo bases sólidas para enfrentar os desafios do futuro. Como resultado, a Nação deverá dispor de instrumentos tais que lhe permitam transitar da sociedade in-

Uma população pobre, que enfrenta as dificuldades da miséria e da marginalização social, deve ou não eleger a luta pela autonomia tecnológica nacional como uma de suas prioridades políticas? Um país como o Brasil terá condições de construir sua autonomia sem controlar a produção de conhecimentos em informática e novas tecnologias?

dustrial para o novo tempo, com autonomia cultural e tecnológica. Mas este não é, propriamente, um problema do futuro.

Quando se vai além da tempestade que envolve os graves problemas conjunturais das sociedades marginalizadas do Terceiro Mundo, e mesmo daquelas em processo de desenvolvimento, como o Brasil, vê-se o perfil de um novo tempo, que de maneira inexorável nasce dos estertores de uma sociedade baseada no processo clássico de industrialização.

Entretanto, mesmo a visão deste novo perfil não consegue tirar da frente de cada cidadão, com um nível razoável de informação e consciência social, o terrível desafio da conjuntura.

O processo de urbanização acentuado que experimentou o Brasil nas últimas décadas fez com que duas sociedades, distintas e contraditórias, co-habitassem. De um lado a grande maioria, pobre, marginalizada, desinformada e oprimida, formando uma sociedade primitiva e atrasada, com poucas perspectivas em relação a um Estado que oscila entre o populismo e a ditadura. E o que é pior, parece operar melhor com esta do que com aquela. De outro, uma sociedade bem menos nume-

rosa, civilizada, com níveis razoáveis de acesso à informação e condições de organizar os fatores necessários para seu próprio desenvolvimento. Uma sociedade industrializada, com produto entre os dez maiores do mundo, e padrão de consumo como o dos países mais adiantados. Esta faixa elitizada controla o Estado, dele procurando obter, em última análise, a reprodução das condições de sua prosperidade.

A convivência entre estas duas sociedades é, como não poderia deixar de ser, profundamente tumultuada. Os conflitos sociais de meados de 1987 mostram que não há mais espaço para atitudes contemplativas.

A sociedade esquizofrênica em que se transformou o Brasil começa a não suportar os intermináveis surtos, simbolizados pelo aumento da violência urbana, debilidade física e depressão emocional da população, falta de credibilidade no futuro e descrédito generalizado nas lideranças nacionais.

A paz que esta sociedade necessita para prosperar está hoje, mais do que nunca, associada à superação do imenso conflito distributivo, sob pena de não haver qualquer realismo nas perspectivas de desenvolvimento acalentadas pelos setores mais progressistas da Nação. O encontro com os desafios da sociedade do futuro começa por um mergulho na problemática do presente e na busca dos caminhos para a superação.

Antes disso, ainda, há uma questão de natureza ética: se vamos empreender viagem por mar tão tormentoso, qual é o porto onde se quer atracar o navio para trocar os resultados dos primeiros 500 anos da civilização brasileira pelos sonhos do terceiro milênio? É claro que a resposta é individual e reflete um conjunto importante de compromissos subjetivos.

Sugiro, entretanto, que o porto escolhido seja fruto da desconstituição do autoritarismo e, no dizer do senador José Paulo Bisol, "constituído do que jamais se tentou constituir, o povo como povo de verdade, isto é, soberano; a sociedade como convivência solidária emergente da nacionalidade; o Estado como instrumento para socializar a justiça; a Pátria onde todos os que moram nela desfrutem das mesmas oportunidades de acesso aos valores fundamentais da vida humana".

Sociedade da informação

As relações sociais são produtos humanos e, em última instância, decorrentes das relações de produção. Estas, por sua vez, estão sofrendo já há algum tempo um abalo tão importante quanto experimentaram na revolução industrial, no século XVIII.

Da velha sociedade industrial, caracterizada pela busca incessante do aprimoramento em coordenar máquinas e homens para a produção de bens materiais, começa a nascer, em meados do século XX, uma nova forma de produzir, onde os estoques de infor-

mação, e não mais os agentes tradicionais, estão colocados na essência motora do desenvolvimento.

A sociedade que sucede a industrial "organiza-se em torno do conhecimento para obter o controle social e a direção da inovação e da mudança". (Daniel Bell, 1976, citado por Marcos Dantas.)

Temos poucos dados concretos e organizados sobre esta espetacular modificação, em nosso país. Nos EUA, entretanto, é possível observar alguns números, absolutamente definitivos, sobre esta tendência.

Segundo John Naisbitt, em seu livro *Megatrends-Ten New Directions Transforming Our Lives*, em 1950 somente 17% da força de trabalho norte-americana ocupavam-se de ofícios diretamente ligados à criação, processamento e distribuição de informação. Em fevereiro de 1984 o autor acusava que 65% da força de trabalho estavam vinculados ao tratamento de informações, como programadores, professores, secretárias, contabilistas, controladores de estoque, gerentes, pessoal de segurança, burocratas, advogados, bancários e técnicos em geral, além de outros que exercem ofícios vinculados a sistemas informativos, nas atividades industriais.

Talvez não seja propriamente correto falar em sociedade do futuro para uma relação de produção que hoje dá mostras incontestáveis de hegemonia. Cabe por certo, discutir, mesmo que rapidamente, a base racional da nova sociedade.

No limite da sociedade industrial ocorre uma mudança na base de transformação do processo produtivo, onde a informação, e não mais a matéria-prima, é o elemento essencial da base produtiva.

"Até agora o progresso da civilização dependia do crescimento do capital e da absorção de massas, cada vez maiores, de força de trabalho na indústria. Agora, suprimir força de trabalho na indústria, através da técnica e da liberação de capital, é sintoma de desenvolvimento das forças produtivas". (Radovan Ritche, 1972, citado por Marcos Dantas.) A informação de natureza técnica é, por assim dizer, a responsável por encontrar as condições para a transformação das forças produtivas. O conhecimento torna-se, então, a indústria primária, voltada a "fornecer à economia os recursos essenciais e centrais da produção". (Peter Drucker, 1982.)

Robert Noyce, fundador da indústria norte-americana de semicondutores, INTEL, observou outra característica importante deste novo tipo de empresa: ela é intensiva em inteligência e informação e seu capital está majoritariamente no giro. Na verdade, a sociedade pós-industrial prescinde do emprego fabril e abre espaço para o emprego bem qualificado do profissional detentor de informações.

Uma das decorrências disto é a mudança na taxa de nascimento de empresas nos EUA. Em 1950 nasciam em média 93 mil

novos negócios por ano, com oferta expressiva de empregos de baixa qualificação. Em 1984 este número pulou para 600 mil novas empresas por ano, utilizando poucos recursos humanos mas oferecendo empregos qualificados.

Claro está que, se a informação é o recurso primário do processo produtivo na nova sociedade, há um conjunto de informações cujo domínio é totalmente essencial para a garantia do desenvolvimento de uma Nação. Medidas como o nível de escolaridade per capita e o conhecimento detalhado dos processos produtivos que ocupam os mercados, e das relações e interdependências entre vários setores de economia, passaram a ser índices relevantes para a aferição do grau de desenvolvimento.

A questão cultural, vinculada ao problema tecnológico, está limitada pelo acesso a estas informações básicas. Os franceses Simon Nora e Alain Minc, em 1978, no célebre trabalho sobre a informatização da sociedade, encomendado pelo presidente da França Giscard D'Estaing, afirmaram que "o saber se molda – sempre – sobre os estoques de informação. Quem abrir mão de organizar esta memória coletiva estará aceitando a alienação cultural".

Não há dúvida de que se trata também de alienação cultural o abrir mão de conhecer e dominar o processo produtivo das máquinas que processam estes estoques de informação. O pensador Anthony Smith, em 1980, citado por Marcos Dantas, afirmou que "a maquinaria da informação, controlada do exterior, meramente serve para deixar o país receptivo numa situação ainda mais dependente do que antes".

Dominar o conhecimento referente ao estoque essencial das informações, socialmente relevantes, é o caminho para vir a tornar-se agente da própria história. O jornalista Marcos Dantas, no trabalho que recebeu o Prêmio ELEBRA/86, afirmou que "a única possibilidade de continuar agindo sobre sua própria história, num sistema social e cultural globalizado, é ter capacitação para também participar na produção simbólica da nova sociedade".

Capacitação tecnológica

Surge aqui um paradoxo que precisa ser enfrentado e resolvido adequadamente pela sociedade brasileira.

Uma população pobre, que enfrenta as dificuldades da miséria e da marginalização social, deve ou não eleger a luta pela autonomia tecnológica nacional como uma de suas prioridades políticas?

Para responder a esta questão é preciso observar o panorama da ordem econômica internacional e o lugar que ocupa nosso país dentro da divisão mundial do trabalho.

A economia internacional está experimentando uma verdadeira revolução, onde as

informações, em outras palavras o conhecimento, a ciência e a tecnologia estão transformando suas características fundamentais.

O Brasil tem seu desenvolvimento apoiado sobre um mercado interno potencialmente deprimido – pela exclusão da maioria da população –, sobre a exportação de bens primários – fracamente industrializados –, e sobre a vantagem competitiva de um custo irrelevante de mão-de-obra. Este é o papel que cabe ao nosso país na divisão social do trabalho entre as Nações.

Entretanto, começam a surgir no horizonte más notícias para os países que vendem produtos primários e pagam pouco sua força de trabalho. A própria lógica da economia mundial vem se modificando e alguns de seus traços já vão se tornando basilares de uma nova ordem internacional.

O primeiro deles é o **desacoplamento entre os produtos primários e a produção industrial**.

É notável, no decorrer deste século, a queda da quantidade de matéria-prima necessária por unidade de produção econômica. O próprio FMI calcula que esta queda seja da ordem de 1,25%, composto, ao ano desde 1900. (Peter Drucker, 1986.)

Adicionalmente, a acentuada e permanente queda dos preços dos produtos primários, sem apresentar qualquer expectativa de crescimento, revela sua crescente perda de importância econômica. Importante salientar que essa queda quase não abalou a atividade industrial, atestando seu grau de secundariedade.

Além destes pontos, é considerável, igualmente, a retração dos mercados mundiais de alimentos pelo substancial aumento de produção em quase todos os continentes.

A introdução de novas tecnologias no campo, aliada a uma racionalização destas atividades, permitiu que a produção de alimentos derrubasse as previsões de escassez, feitas tanto pelo Clube de Roma como pelo governo Carter no documento *Global 2000 Report to the President: Entering the Twenty-First Century*.

O segundo pilar da nova atualidade econômica é que a **produção fabril desacoplou-se do emprego fabril**.

Tem-se observado, nos países centrais, que o aumento de produção fabril não correspondeu a um aumento da força de trabalho. Em alguns casos passou a significar, inclusive, uma diminuição real do emprego não qualificado.

Por outro lado, os países que conseguiram criar uma atividade econômica ligada à base da informação apresentaram níveis consideráveis de absorção de mão-de-obra, notadamente em áreas não ligadas à indústria tradicional.

Por esta razão o custo da mão-de-obra perdeu pontos como vantagem comparativa, entre países e empresas, na composição de seus custos sociais de produção.

Uma das explicações para este fato é, também, a inclusão de novos produtos do conhecimento no processo de produção.

A acelerada introdução de robôs e processos de automação nas fábricas e escritórios aumentou muito a produtividade econômica e prescindiu de quantidades consideráveis de gastos de trabalho humano.

A própria característica das indústrias da sociedade da informação, do tipo intensiva em conhecimento, ao contrário da característica da sociedade industrial, intensiva em mão-de-obra, contribuiu para aprofundar o desacoplamento sugerido.

A terceira e decisiva base da nova ordem econômica é que os **movimentos de capital, as taxas de câmbio e os fluxos de crédito são a força motriz da economia, e não mais o comércio de bens e serviços**.

Mesmo que esta tendência não seja definitiva nem permanente ela dá conta do grau de ingerência política das nações no fluxo de riquezas internacionais.

Os problemas da dívida externa do Terceiro Mundo, do déficit comercial dos EUA, sua dívida pública e a manipulação artificial das taxas de câmbio são, entre outros fatores, determinantes do processo de transferência de renda entre os vários países.

Aceitando estas premissas como a base da realidade econômica internacional, vê-se que o Brasil não pode mais apoiar seu desenvolvimento sobre a exportação de produtos primários e custos baixos de sua mão-de-obra, e, tampouco, imaginar “paraísos” internos para a tecnologia e o capital estrangeiro, na ilusão de que eles sejam capazes de gerar receitas de exportação.

O fenômeno visualizado, por seu lado, indica a necessidade de buscar, com o **sacrifício que for necessário**, a autonomia tecnológica nacional. Investir na obtenção da capacitação técnico-científica para ter condições de participar da competição internacional parece ser o caminho.

O alargamento e a proteção do mercado interno – patrimônio da Nação – como base para um crescimento industrial são possíveis com uma política de distribuição de renda e riqueza e pode ser a saída capaz de permitir uma modernização industrial autossustentada.

A aposta em produtos com maior valor agregado, a partir dos bens primários de que o país dispõe, é a resposta para a geração de empregos qualificados, em substituição à perda dos empregos fabris, pela introdução de novas tecnologias na produção.

A busca do mercado externo, com produtos competitivos, não necessariamente de ponta, é uma solução possível já experimentada pelas indústrias aeronáutica e bélica e pode ser generalizada.

A própria indústria de informática, nesse modelo, começou recentemente a conquistar mercados importantes na América

Latina e Europa. É só um começo mas já é um passo.

Autonomia tecnológica nacional

O Brasil relaciona-se no comércio internacional exportando alimentos e alguns itens de manufaturados e importando, além de petróleo e insumos químicos, bens de capital.

Aceitando que o poder das nações está vinculado à capacidade de cada uma prover sua subsistência, nosso país apresenta vínculos com os países centrais que são, hoje, vitais para nossa sobrevivência.

Tais vínculos estão situados em itens que requerem alta densidade tecnológica, tais como microeletrônica, mecânica de precisão, sistemas de telecomunicações, indústrias químicas, petroquímica, farmacêutica e outras.

Por esta razão há um permanente descompasso entre o crescimento dos preços dos produtos que o Brasil importa e aqueles exportados, explicados fundamentalmente pelo grau de imperatividade que estes produtos possuem na subsistência de cada país.

A superação deste problema vincula-se à existência de alternativas que permitam ao Brasil ou prescindir destes bens e serviços, atualmente vitais à nossa sobrevivência, ou então produzi-los com um mínimo de insumos estrangeiros.

A existência destas alternativas define o **espaço político de negociação internacional** que, comumente, abreviamos por soberania, ou seja, a capacidade de a Nação definir, dentro de seus limites de poder, o seu futuro e assim a felicidade de seu povo.

A questão tecnológica está situada na possibilidade de se obterem as alternativas mencionadas, contando com os recursos humanos e econômicos que temos disponíveis.

Ciclo da capacitação

A soberania nacional pode ser vista, também, como a capacidade que a Nação tem de escolher, autonomamente, o perfil de sua economia, o que é o mesmo do que ser capaz de controlar o seu mercado.

Participar de um mercado competitivo é decisão que envolve a existência de uma política pública bem determinada e de amplo espectro no tempo e no espaço.

O acesso a um segmento de mercado inicia-se mais de 10 anos antes, quando as descobertas e invenções científicas definem os marcos de sua ocupação futura.

Nesta época, a Nação deve ter uma massa crítica de cientistas capazes não só de contribuir internacionalmente para estas invenções e descobertas, mas, principalmente, de assinalarem o feito, tornando possível o início de pesquisas para sua aplicação tecnológica.

Viver esta oportunidade dá à Nação condições de incorporar, em tempo hábil, o

desenvolvimento técnico e científico à sua atividade econômica, propiciando avanços ao processo de produção e, se democrático o regime, melhorias nas condições de vida da população.

Se for garantida a participação da inteligência e competência nacionais no mercado, por certo estará ocorrendo oportunidade de formar uma massa crítica de técnicos e cientistas, envolvidos com a pesquisa e o desenvolvimento de soluções para os problemas nacionais.

Assim, a economia, através do controle do mercado, estará enfim posta a serviço do desenvolvimento da sociedade nacional.

Um caso exemplar – a informática

No rol das tecnologias decisivas para o novo ciclo de desenvolvimento, a informática, ao lado da eletrônica, mecânica de precisão, biotecnologia, físico-química nuclear, química fina e novos materiais, ocupa um lugar central.

Responsável pelo tratamento da matéria-prima básica do novo estágio de desenvolvimento econômico, esta tecnologia precisa ser dominada pela Nação que tenha qualquer nível de pretensão em relação a ocupar uma posição de destaque no panorama mundial.

O desafio de dominar o ciclo tecnológico da informática implica no exercício da Nação sobre a transmissão, armazenagem, utilização, produção e comercialização de informações e também na existência de uma indústria nacional de computadores.

Tendo aceito este desafio, o Brasil, além de dominar as demais etapas do ciclo, consolidou uma das mais importantes indústrias de informática do mundo, capaz de atender mais de 50% de seu próprio mercado interno, feito repetido somente por mais dois países: EUA e Japão.

Através de um acordo de duas mãos com a sociedade brasileira, os industriais do setor de informática buscam capacitar tecnologicamente a Nação, enquanto a sociedade, através do Congresso Nacional, reservou-lhes o mercado interno, livre da competição internacional, pelo prazo de 8 anos.

A existência de uma indústria de informática é capaz de dotar o país dos conhecimentos necessários para conceber sistemas digitais, projetar circuitos digitais, produzir industrialmente estes dispositivos, comercializá-los e mantê-los no cliente. Pode também criar a capacitação gerencial sobre este novo tipo de empresa, que é, por força de sua própria natureza, distinta dos empreendimentos da sociedade industrial.

O Brasil iniciou em 1971 as pesquisas para o desenvolvimento do primeiro computador nacional. A Alemanha, em 1936, foi o primeiro país do mundo a iniciar pesquisas neste sentido. Apresentávamos, nesta época,

um atraso mensurável de 35 anos em relação à ponta tecnológica.

Em 1980 a Cobra lançou no mercado o primeiro computador totalmente concebido no Brasil, exatos 28 anos após os EUA terem colocado no mercado o primeiro computador do mundo.

E agora, o que pode ser apresentado como decorrência social deste processo, tão combatido pelos interesses estrangeiros no Brasil?

Sem dúvida foi criada muita experiência gerencial e comercial dentro das mais de 300 empresas e marcas nacionais que operam nesta área.

O faturamento crescente da indústria de informática revela que o setor contribuiu para o aprimoramento do parque industrial e dos serviços brasileiros, modernizando-os e tomando o rumo da sociedade pós-industrial. Somos hoje um dos 10 maiores mercados de informática do mundo e estaremos entre os 5 maiores antes do fim do século. A indústria nacional, com tecnologia – cultura e solução – nacional, ocupa mais da metade deste mercado.

O requerimento de importação das empresas nacionais é substancialmente menor que o de suas concorrentes estrangeiras. Enquanto as empresas estrangeiras, nos últimos dois anos, importam 16,8% de seu faturamento, as nacionais apresentam índices inferiores e decrescentes: 8,9% em 85 e 5,7% em 86.

Mas é na análise do número de empregos gerados que se encontra um dos grandes méritos da nova indústria.

Em 1971 não havia praticamente nenhum esforço de engenharia de produto e processo de fabricação nesta área. Os empregos oferecidos pelas empresas multinacionais eram poucos e de qualificação média, notadamente em área de administração e vendas, para os profissionais de nível superior.

Hoje, o setor industrial emprega mais de 40 mil pessoas, sendo mais de 30% de nível superior, o que confirma a tendência deste novo tipo de indústria, empregadora de mão-de-obra mais qualificada.

Na relação entre as nacionais e estrangeiras aparece a grande diferença entre as empresas que desenvolvem tecnologia e aquelas simplesmente reprodutivas.

As empresas nacionais além de empregarem mais que as multinacionais, concentram o básico de sua força de trabalho, de nível superior, nas áreas técnicas, as mais ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento. As multinacionais concentram seu pessoal de nível superior nas áreas de administração e vendas.

A vontade política

A importância de uma indústria de informática no país foi muito salientada nas observações do senador Severo Gomes em

artigo publicado no livro organizado pelo Prof. Rabah Benakouche, *A Questão da Informática no Brasil*. Diz o senador:

“Se países como o nosso não decidirem controlar a produção de conhecimento em informática, recusando a sujeição às imposições dos países centrais, jamais terão condições de construir a sua autonomia. Levando em conta a crise internacional prolongada em que estão mergulhados todos os países caso a vontade política, a vontade nacional não se exerça, nossos países estarão fadados na reconstrução da ordem internacional a sobreviverem subjugados.

Somente aqueles países que controlam as condições da produção do conhecimento são livres. Se nossos países não dominarem os conceitos produzidos pelas metrópoles, não terão condições de caminhar na construção de conceitos alternativos. E, portanto, não terão condições de romper a dominação.

Nas relações entre as nações, especialmente na área da informática, todas as situações estão caracterizadas pelo conflito, pelo confronto. Da mesma forma que não há garantia para a paz perpétua, é ilusório supor que a pretensão dos países centrais de penetrarem em nossos países passe ao largo das exigências da soberania. Entre os países periféricos e os países centrais, no que diz respeito à informática, não existem relações neutras (ou pacíficas). As multinacionais querem sempre alargar seu domínio, valendo-se muitas vezes das vantagens de mercados (como é o caso brasileiro) construídos sobre o sofrimento e a miséria da população”.

Não só a informática constitui desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira. Todo o impacto das novas tecnologias sobre a sociedade e os meios de produção precisa ter uma resposta inequívoca quanto a seu objetivo.

É necessário que a sociedade lute para que estes avanços se constituam em progresso social, caso contrário virão sob a forma de opressão.

Quebrar a lógica da divisão internacional do trabalho, sem fechar o relacionamento externo do país, é mais uma das tarefas que se colocam na agenda dos setores progressistas.

O enfrentamento da crise social deve ser feito com o carro em movimento, em direção ao progresso. Crescer distribuindo os frutos do desenvolvimento é a nova definição da soberania.

Nesta pauta as áreas de educação, ciência e tecnologia são vitais e decisivas para o futuro da Nação e o mercado interno é o grande patrimônio sobre o qual este desenvolvimento pode se basear.

Os cientistas brasileiros ao alcançarem o domínio sobre a tecnologia de enriquecimento do urânio demonstraram, em termos práticos, o equívoco do programa nuclear, com tecnologia estrangeira, contratado com a Westinghouse e a Alemanha:

"O limiar do crescimento econômico auto-sustentado, ou ainda, a vitória sobre as distâncias no desenvolvimento econômico-social, é mais fácil encontrá-los no potencial de inovação oriundo de investimentos constantes em educação e ensino que nos recursos naturais distribuídos caprichosamente pelo mundo, ou mesmo no apelo à poupança externa", sustentou "O Globo" em 14 de setembro de 1987, em notável editorial.

Para tudo isto é necessário mais do que simples compreensão do problema. É preciso vontade política.

"Se não houver um povo 'desejante', uma população mobilizada e com acesso à

participação na cidadania política, as decisões serão artificiais e fadadas à derrota. Lembremo-nos dos ensaios desesperados de tantos estadistas ilustrados em realizar diversos projetos, que fracassaram por falta de uma vontade nacional. As idéias saíam de suas cabeças para uma tentativa de realização oficial, sem que a cidadania participasse. Somente aqueles povos que criaram condições de exercer o controle sobre a informática, podemos dizer aqui, terão condições de se afirmar na comunidade internacional". (Senador Severo Gomes.)

Podemos concluir, dizendo que somente se conseguirá resolver a crise social

brasileira se este for o projeto de um conjunto hegemônico da sociedade.

Mas, certamente, no conjunto desta solução deverá estar contemplada a parte básica de ingredientes necessários para que a Nação faça parte do conjunto das sociedades que transitarão da sociedade industrial para a sociedade da informação, com autonomia decisória sobre as tecnologias centrais do novo tempo.

Milton Seligman é engenheiro eletricista, secretário-geral do Movimento Brasil Informática (MBI) e presidente do PMDB no Distrito Federal.

Referências Bibliográficas e Notas

1. Assembléia Nacional Constituinte, Relatórios, 1987.
2. ABICOMP. "Catálogo da Indústria Brasileira de Informática 87/88".
3. BENAKOUCHE, Rabah. "A Questão da Informática no Brasil". CNPq, 1985.
4. DANTAS, Marcos. "O Brasil na Encruzilhada". Revista Dados e Idéias nº 100, 1986.
5. DRUCKER, Peter F. "Sérias Mudanças na Economia Mundial". Revista Diálogo, número 2, volume 20, 1987.
6. DYTS, Edison. "A Informática no Brasil". Editora Nobel/Qualitas, 1986.
7. FERNANDES, Jorge Monteiro. "Política Nacional de Informática - Algumas Reflexões" - Artigo.
8. MARQUES, Ivan da Costa. "Dez Anos de Política Nacional de Informática. O que conseguimos? O que poderemos conseguir?" CNPq, 1987.
9. MASUDA, Yoneji. "A Sociedade da Informação como Sociedade Pós-Industrial". Editora Rio, 1980.

10. MARX, Karl. "Consequências Sociais do Avanço Tecnológico". Edições Popular, 1980.
11. NAISBITT, John. "Megatrends - Ten New Directions Transforming Our Lives". Warner Books, 1984.
12. NORA, Simon & MINC, Alain. "A Informatização da Sociedade". Serpro, 1979.
13. SEI/MCT. "Panorama do Setor de Informática", agosto/87.
14. SELIGMAN, Milton. "Mercado Interno: Recurso da Nação Soberana" - Artigo.
15. STOKES, Bruce. "Revolution in the Making". National Journal, 27.09.86.
16. SUPEK, Rudi. "A Época da Automatização Vista por Marx". Edições Popular, 1980.
17. TAVARES, Cristina & SELIGMAN, Milton. "Informática; A Batalha do Século XXI". Editora Paz e Terra, 1984.
18. TÁVORA, Virgílio. "Política Nacional de Informática". Senado Federal, 1985.

Resumen

LA NUEVA LÓGICA DEL ORDEN ECONÓMICO INTERNACIONAL

El Brasil tiene su desarrollo apoyado en un mercado interno potencialmente deprimido, en una exportación de materias primas y en la ventaja de un costo irrelevante de mano de obra. Sin embargo, comienzan a surgir en el horizonte malas noticias para los países que venden productos no elaborados y pagan inadecuadamente su fuerza de trabajo. La propia lógica de la economía mundial se está modificando y algunos de sus puntos llegan a ser fundamentales en un nuevo orden internacional.

Abstract

THE NEW LOGIC OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC ORDER

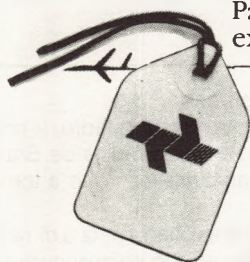
Brazil's development has been built on a potentially depressed domestic market, exports of primary goods and the advantage of irrelevant labour costs. There is bad news brewing on the horizon, though, for countries that sell primary products and pay their workforce scant wages. The very rationale of world economy is changing and some of its emerging features are becoming the cornerstones of a new international order.

*Humanidades está nas principais bancas e livrarias.
Mas você pode receber em casa. Basta preencher
o cupom no final desta edição e enviar à Editora
Universidade de Brasília*

Humanidades
a revista séria que dá prazer

Assinatura anual
Cz\$ 350,00

O Express Poste dá a volta ao mundo todos os dias.



Para enviar ao exterior qualquer objeto, seja um presente ou mesmo uma amostra de produto, a maneira mais

rápida e prática que existe é o Express Poste — Serviço Internacional de Correio Acelerado.

Basta chamar um funcionário dos Correios até sua casa, ou escritório, que ele cuida de tudo. Se preferir, você

mesmo pode passar numa das Agências, acondicionar o que quiser despachar nas embalagens padrão e endereçar.

O Express Poste se encarrega do resto. Utilizando os vôos internacionais das companhias aéreas, as encomendas são entregues rapidamente, mesmo em cidades onde não existem aeroportos internacionais. Um serviço de extrema eficiência que cobre os vários países com que os Correios mantêm

convênio de operação.

Sempre que estiver com pressa em mandar alguma coisa para o exterior, procure pelo Express Poste que, diariamente e sem parar, ele está dando a volta ao mundo.



Express
Poste Internacional
CORREIOS
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Vinculada ao Ministério das Comunicações



Vinte e cinco anos

José Salomão David Amorim

Durante seis meses, entre junho e novembro do ano passado, uma equipe de alunos e professores elaborou um projeto de uma rádio FM educativa para a Universidade de Brasília. Após sua aprovação pela Universidade e pela Funtevê, órgão do Ministério da Educação que deve ser ouvido no caso de emissoras educativas, o projeto foi encaminhado ao Ministério das Comunicações para a concessão do canal. Enquanto tramitava o pedido, a UnB tomou conhecimento pela imprensa de que o canal solicitado teria sido dado ao Governo do Distrito Federal, sem que este tivesse apresentado qualquer projeto neste sentido. Até o momento em que este artigo foi escrito o problema não havia sido esclarecido. Respondendo a interpelação da UnB, o ministro das Comunicações informou em ofício cheio de ambigüidades que nada tinha sido decidido, enquanto extra-oficialmente sabia-se que todos os passos estavam sendo dados para entrega do canal ao GDF. Este artigo tenta demonstrar por que Brasília e a Universidade precisam de uma rádio e informar sobre as linhas básicas do projeto apresentado ao Ministério das Comunicações.

As deficiências do rádio em Brasília

A situação do rádio em Brasília não é muito diferente do resto do país. Aqui operam 15 emissoras AM e FM, das quais apenas duas não são privado-comerciais. Uma das duas exceções é a Rádio Nacional que, todavia, mesmo sendo propriedade do governo federal, adota procedimentos de emissora comercial. Vende anúncios, disputa audiências e tem programação bastante semelhante à das emissoras comerciais. A outra exceção é a Rádio Ministério da Educação, também pertencente ao governo federal. Suas transmissões de baixa qualidade técnica comprometem na origem qualquer tentativa de oferecer uma programação alternativa.

As limitações de um serviço de radiodifusão comercial são óbvias. Sem contar com fontes de renda alternativas, como verbas oficiais, ou provenientes do próprio usuário (pagando uma taxa pelo serviço) ou ainda verbas doadas por particulares através de fundações, modalidades de financiamento comuns em outros sistemas, o rádio em Brasília sobrevive da receita publicitária. Este sistema de financiamento repercute sobre a programação, concebida para alcançar o maior público possível, pois são os altos índices de audiência que credenciam a emissora a obter verbas dos anunciantes. Esta é uma regra geral para

O projeto da Rádio UnB, prevista na própria lei de criação da universidade, esbarra nos obstáculos escusos que transformam o sistema de concessão de canais de rádio e TV no país numa ação entre amigos: um grupo restrito de pessoas decide quem fala, a quem, sobre o quê e como.

os meios de comunicação de caráter comercial. O código seguido por um grande anunciante norte-americano, a empresa Procter & Gamble, para selecionar programas passíveis de patrocínio, é revelador neste sentido: "Nesse material nada deve ofender direta ou indiretamente um grupo organizado, mesmo que seja minoritário, um bairro ou uma organização, instituições, habitantes de um Estado ou região, ou uma organização comercial, seja ela qual for. O material não deverá atacar organizações políticas, as associações filantrópicas e reformistas, as organizações esportivas, os grupos femininos, etc..."¹. Outro depoimento, igualmente revelador, é o de um dos criadores do seriado *Maverick*, justificando a ausência de talento na maioria das séries de TV: "O público de massa é refratário à novidade, à inovação, à provocação, à desordem, à controvérsia e à sutileza. Este público demonstrou preferir personalidades estáveis, com aspectos amáveis e brincalhões. Então, seria difícil vender séries que, semanalmente, oferecessem uma gama de múltiplas personalidades, de lugares e situações. Além disso, o público de massa deseja encontrar-se com um universo moral estereotipado, recusa aceitar o mundo como ele é, mas apenas como aparece refletido pela convenção. Tudo isso acaba limitando as séries de televisão a um material banal, duvidoso".²

O inexpressivo sistema de rádio de propriedade estatal de Brasília também opera com limitações, pois não consegue libertar-se dos controles que lhe são impostos pelo governo. Estes constrangimentos, que se pensava serem privilégio do regime político autoritário, continuam a existir na atual conjuntura. No governo atual mantém-se a prática da censura nas emissoras oficiais e dos expurgos de jornalistas que não se adaptam às orientações vindas de "cima". Com a própria Rádio UnB isto aconteceu: professores e alunos convidados a debater o assunto na Rádio Nacional, à última hora foram avisados de que o programa havia sido cancelado por

razões políticas.

Dentro deste quadro, a programação levada ao ar pelas rádios de Brasília tem algumas características que a tornam insatisfatória:

1. Está voltada para a dimensão lúdica do indivíduo. Tudo se desenvolve a partir de uma ótica de entretenimento, de competição e espetáculo. (Não se trata de condenar o entretenimento e o aspecto lúdico da programação. Já se disse que a pedagogia do lúdico dos meios de comunicação pode, inclusive, servir de contraponto à seriedade da pedagogia acadêmica. As coisas sérias não têm necessariamente de ser tratadas com sisudez. O que se critica é o exclusivismo do entretenimento e de certo entretenimento que tende a nivelar tudo por baixo e a banalizar o transcendente.)

2. Tende a homogeneizar os produtos culturais, descartando a variedade e diversidade das manifestações culturais. Os produtos são sempre os mesmos, as fórmulas se repetem à exaustão.

3. No plano da informação, tende-se a evitar a controvérsia e o que divide em favor do que soma. As informações são dadas em forma fragmentada, de tal maneira que o fato começa e termina em si mesmo e é isolado do contexto social mais amplo. As informações são sempre de fontes oficiais. Assim só costuma ser notícia o que a autoridade declara.

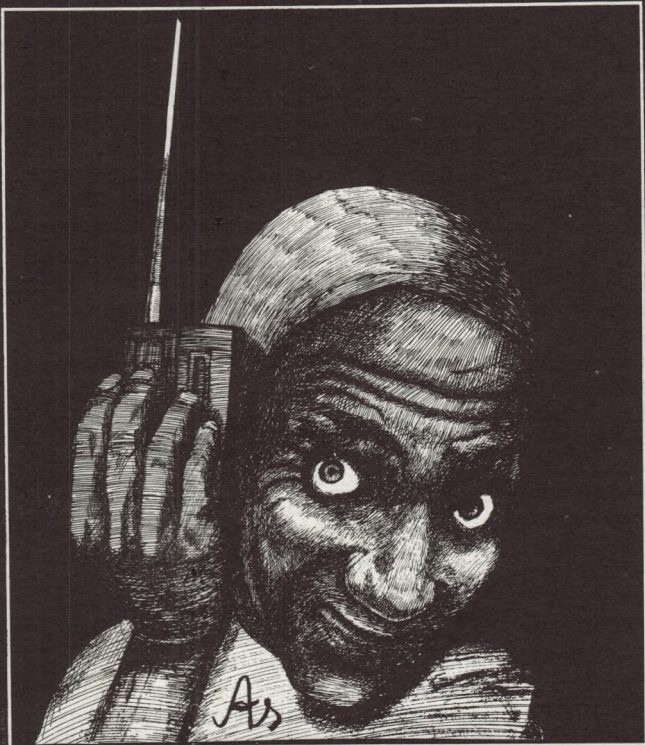
Dessa forma, pode-se afirmar que Brasília não se reconhece na programação das rádios locais. A representação que o rádio faz da comunidade brasiliense é cheia de estereótipos e deformações. Nela não encontra lugar a cidade com seus complexos problemas e sua extraordinária riqueza cultural.

Brasília e UnB: a ponte através do rádio

Identificadas no tópico anterior as limitações do sistema de rádio existente no Distrito Federal, convém perguntar se a cidade necessita de uma alternativa neste campo. E, caso a resposta seja afirmativa, se a UnB estaria em condições de oferecer esta alternativa.

O Distrito Federal conta hoje com uma população de 1,6 milhão de habitantes, distribuídos entre o Plano Piloto e cidades-satélites, número que supera em muito as previsões estabelecidas no seu plano de criação. As conseqüências deste crescimento fora de controle são avaliadas pelo professor Elício Bezerra Pontes, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, ao afirmar: "a ex-

E a Rádio UnB?



fora do ar

“Um homem que tem algo a dizer e não encontra ouvintes está em má situação. Todavia, estão em pior situação os ouvintes que não encontram quem tenha algo que lhes dizer”.

Bertold Brecht

e culturais são tratadas ou em publicações acadêmicas especializadas ou nos meios de comunicação destinados ao público em geral. Todavia, estes meios não preenchem as condições necessárias a uma divulgação eficiente. As publicações especializadas por se destinarem a públicos restritos de intelectuais e pesquisadores. E os meios de comunicação geral por não efetuarem esta divulgação de maneira sistemática e cobrindo toda a gama de assuntos e de aspectos de interesse da comunidade (na verdade, a sua cobertura é episódica e superficial). A Rádio UnB viria exatamente preencher estes vazios.

Uma rádio alternativa

Até que ponto uma rádio na Universidade de Brasília teria condições de funcionar como alternativa às rádios locais e de servir como meio de integração com a comunidade?

Não é preciso enfatizar a extraordinária riqueza da UnB como centro de ensino e de produção de conhecimentos. Para se ter uma pequena idéia do que ela representa bastaria mencionar a realização recente no campus da UnB da 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que reuniu dez mil pessoas e a elite da ciência e da cultura brasileiras. Considere-se ainda a existência na UnB de meia centena de cursos, entre os quais os de Comunicação, Educação, Música e outros de interesse direto para a produção de programas no rádio.

Todavia, não é somente no plano cultural que a UnB tem condições privilegiadas para desenvolver um projeto de rádio. É também no plano político, pois a universidade, por possuir autonomia didática e administrativa, coloca-se acima dos interesses partidários restritos e fora da influência governamental direta. Além disto, a própria estrutura interna de poder numa universidade tende a ser mais horizontal do que vertical, mais política do que monolítica. Não obstante este fato, ao se conceber o projeto da Rádio, teve-se o cuidado de dotá-la da maior autonomia possível em relação à própria direção da UnB e de estruturas internas de decisão democráticas. Foi criado um Conselho Curador composto de membros representativos dos diversos segmentos da comunidade universitária, com a competência para estabelecer toda a política da Rádio. E foi criado um Conselho de Programação, composto de membros representativos da comunidade e da Universidade, com a competência para estabelecer a polí-

plosão demográfica e a conseqüente diversificação da população alteraram o perfil de uma cidade planejada para ser basicamente administrativa, introduzindo novos problemas e exigindo soluções não previstas nos planos originais. Atualmente, discute-se a industrialização, o incremento das atividades agroindustriais na região econômica do Distrito Federal, incluindo vários municípios goianos que envolvem a capital. Surgem preocupações relacionadas com a poluição industrial, abastecimento de água, segurança, desemprego, trânsito, saúde e consumo de energia. Nesse contexto, o setor de educação também acumulou problemas e, apesar da condição privilegiada de capital da República, o quadro não difere fundamentalmente do restante do País. Temos problemas de falta de escolas, a qualidade do ensino é criticada, assim como a insuficiente qualificação dos professores”.

No campo cultural os problemas são igualmente complexos. Em Brasília convivem práticas culturais mediadas por fatores os mais diversos. Resultado de uma experiência urbana pioneira de cidade planejada com base em conceito que subverte os padrões urbanos tradicionais; e, ao mesmo tempo, resultado da confluência de diferentes culturas, pois sua população provém de várias regiões do país, isto lhe confere características culturais peculiares. Some-se a tudo o fato de Brasília ser Capital Federal, abrigando as imen-

sas estruturas burocráticas e políticas em torno das quais gira a vida da nação. Assim, aqui se desenvolve uma experiência cultural com problemas e contornos ainda não definidos e resolvidos e que deve, portanto, ser pesquisada e interpretada a cada momento.

É nesse contexto que se localiza a Universidade de Brasília, única universidade pública da cidade. À UnB compete criar e difundir os conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais de que Brasília precisa para se desenvolver. Para cumprir este papel, a UnB tem de voltar-se para fora, pois uma universidade fechada em si mesma corre o risco de perder-se no delírio da especulação formal e alienante. Por este lado, portanto, verifica-se a necessidade de que a UnB tenha mecanismos de comunicação com o ambiente externo. Por outro lado, é a própria cidade que depende da UnB, onde se concentra uma extraordinária gama de recursos, para solução de seus graves problemas.

Observa-se, assim, uma dependência recíproca entre a UnB e Brasília que precisa ser mediada por canais de comunicação. Atualmente esta ponte é feita por uma multiplicidade de canais, como contatos informais, conferências, congressos, seminários, espetáculos de arte e múltiplas atividades de extensão. Utilizam-se também os meios de comunicação de massa: os problemas da UnB e da cidade, as questões técnicas, científicas

tica de programação. Ainda dentro da preocupação de se criar um instrumento democrático de comunicação e aproveitando-se a possibilidade oferecida pela legislação profissional de radialista, abriu-se espaço para a programação independente. Isto significa que a produção de programas não estaria restrita aos quadros profissionais fixos da Rádio, mas contaria com a participação de qualquer pessoa com uma boa idéia na cabeça. Para se ter idéia do significado desta abertura, basta dizer que em Brasília existem hoje cerca de 2 mil artistas (folcloristas, artistas plásticos, pintores, escritores, artistas populares, atores), sem espaço no sistema de radiodifusão em funcionamento para veicular suas mensagens.

A proposta de programação contida no projeto está baseada em diretrizes que permitem oferecer um serviço de rádio alternativo e original:

1. Quer se falar para todo mundo, mas não para todo mundo ao mesmo tempo e a qualquer preço. Isto significa a possibilidade de superação da mesmice, do nivelamento por baixo e da massificação, características dos programas de rádios comerciais. Em seu lugar, apresenta-se a possibilidade de programação personalizada, mais criativa e de ganhos no aprofundamento dos temas tratados.

2. Pretende-se elevar o nível da programação, mas não ao custo de reduzi-la ao entendimento de cultura como cultura de elite, ou de cultura como sinônimo de algo maçudo e desinteressante. Ao contrário do que proclamam os "gurus" do rádio comercial, não existe nenhuma incompatibilidade essencial entre produção radiofônica de alto nível e capacidade de agradar ao público. Por outro lado, está-se consciente de que não se pode limitar a programação a uma concepção restrita de cultura, muito menos de cultura de elite. Brasília e o Brasil possuem uma grande diversidade cultural que se apresenta sob múltiplas formas e mediações e todas devem estar representadas na programação. Isto quer dizer que na programação cabem o moderno e o

arcaico, o rural e o urbano, o espiritismo e o catolicismo, o samba e o rock.

3. No plano da informação, pretende-se desenvolver todas as formas de jornalismo: debates, entrevistas, mesas-redondas, comentários e noticiosos. Procurar-se-á não apenas noticiar os fatos, mas interpretá-los e contextualizá-los. Dar-se-á ênfase não apenas aos acontecimentos que envolvem atores e cenários das instituições centrais e "estabelecidas" da sociedade, mas também à miríade de movimentos e instituições que se organizam e se constituem em fenômeno novo e de importância capital na sociedade contemporânea. Movimentos de moradores, de minorias, de mulheres, de trabalhadores, da Igreja serão focalizados e terão voz na Rádio UnB.

4. A programação será estruturada em torno dos eixos do jornalismo, da educação e da cultura. Dentro disto, se valorizará a cultura nacional (entendida esta não como algo monolítico, mas plural e diferenciado de acordo com regiões, classes e grupos), sem que isto signifique um fechamento às criações do espírito universal. No plano internacional, a Rádio UnB pretende ser uma ponte de integração com a América Latina, com a qual possuímos afinidades políticas, econômicas e culturais. Claro, também a cidade e a região Centro-Oeste terão interesse prioritário.

Parodiando Brecht

O episódio da Rádio UnB tem se encaminhado até agora para ser mais um na sucessão de escândalos envolvendo concessões de emissoras de rádio e televisão no país. As falhas na legislação permitem que as concessões se transformem em ação entre amigos, sendo decididas com base em critérios políticos, econômicos ou de amizade.

O caso da UnB é paradigmático a este respeito. A existência da rádio está prevista na própria lei de criação da Universidade, que completa agora bodas de prata com a rádio fora do ar. O canal 265-E a que a UnB se candidatou foi criado por gestões da própria UnB junto ao Ministério das Comunicações. A

UnB apresentou ao ministério todos os documentos exigidos (o projeto recebeu inclusive parecer altamente elogioso da Funtevê). O governo do Distrito Federal, a quem se noticiou ter sido dado o canal, jamais havia se candidato a ele. Trata-se de questão que, sob qualquer ângulo de análise, conduz sempre a uma conclusão inequívoca: por razões morais, legais, políticas e culturais o canal deve ser da UnB. Dezenas de parlamentares, dezenas de personalidades da ciência e da cultura presentes à 39ª Reunião da SBPC em Brasília, educadores participantes do I Encontro Nacional de Televisão e Educação, realizado em Brasília, estudantes de Comunicação de todo país, entidades de classe e empresariais de Brasília têm dado seu apoio à Rádio UnB através de documentos (moções e abaixo-assinados).

Por que então até agora o Ministério das Comunicações não se sensibilizou? Alguns afirmam que se trata de uma retaliação conjunta dos Ministros das Comunicações e da Educação, ambos do mesmo partido, contra a Universidade de Brasília, por ter esta liderado a última greve dos professores e funcionários das universidades federais por aumento de salário. Outros tiram do armário, onde se pensou estaria depositada para sempre, a teoria dos governos militares segundo a qual a UnB é uma ameaça permanente à estabilidade do governo por sua proximidade do Palácio do Planalto. Com a Rádio UnB a ameaça seria ainda maior. Qualquer que seja a explicação estamos diante de uma violência intolerável. Bertold Brecht escreveu as palavras que servem de epígrafe a este artigo referindo-se à situação do rádio em 1927. Tomando-se por base a situação brasileira teríamos motivos ainda maiores com que nos preocuparmos. Aqui um grupo restrito de pessoas decide tudo: quem fala, a quem, sobre o quê e como.

José Salomão David Amorim é professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília e coordenador do projeto da Rádio UnB.

Referências Bibliográficas

1. Mattelart, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação*. São Paulo,

Liv. Edit. Ciências Humanas, 1976. p. 165.
2. Ibid 163.

Resumen

VEINTICINCO AÑOS FUERA DEL AIRE

El proyecto de una radio FM presentado por la Universidad de Brasilia (UnB) al Ministerio de las Comunicaciones ofreciendo una alternativa a las limitaciones del sistema de radio existente en el Distrito Federal, permanece - oficialmente - aguardando la concesión de una estación. Extraoficialmente, sin embargo, la prensa local informó que el Ministerio de las Comunicaciones, contrariando razones morales, legales, políticas y culturales había concedido la estación solicitada por la UnB al gobierno del Distrito Federal. El episodio de la Radio UnB está volcado a ser un acontecimiento más en los continuos escándalos envolviendo concesiones de emisoras de radio y televisión en el país.

Abstract

TWENTY-FIVE YEARS OFF THE AIR

The project for an FM radio station that the University of Brasília submitted to the Ministry of Communications, as an alternative to the limitations of the existing radio system in the Federal District, is still awaiting the concession of a transmission channel, officially. Off the record, however, the local press has leaked the Ministry of Communications' decision to cede the channel to the Government of the Federal District, flouting moral, legal, political and cultural reason. The University Radio episode looks set to become yet another in a succession of scandals involving the concession of radio and television broadcasting channels in Brazil.

EMPRESÁRIO:

O DIREITO AO

SEGURO-DESEMPREGO

COMEÇA NA SUA EMPRESA.

Sua empresa pode fazer uma coisa muito importante pelo empregado que está sendo demitido: agilizar o Seguro-Desemprego. Basta que sua empresa siga algumas instruções.

O Formulário do Seguro-Desemprego é obrigatório

Peça fundamental para que seja pago o Seguro-Desemprego ao trabalhador dispensado sem justa causa, o Formulário precisa ser entregue, corretamente preenchido, no ato da dispensa. É uma obrigação da sua empresa, exatamente como outros documentos ligados à demissão do trabalhador.

O Formulário do Seguro-Desemprego é encontrado nas papelarias. Só um lembrete: é fundamental que você assine a Carteira de Trabalho do seu funcionário.

Preencha corretamente o Formulário

É imprescindível que o Formulário do Seguro-Desemprego seja preenchido corretamente. Significa ganho de tempo para sua empresa e para o trabalhador dispensado. Observe o seguinte: 1) o domicílio bancário para efeito do Seguro-Desemprego é a Caixa Econômica Federal, seu ex-funcionário apenas indica a agência de sua preferência; 2) não esqueça: além de assinar e pedir que o trabalhador dispensado assine, coloque no Formulário do Seguro-Desemprego o carimbo padronizado do CGC (MF); 3) o Formulário do Seguro-Desemprego deve ser preenchido pela sua empresa, na presença do

trabalhador dispensado; 4) ao declarar os três últimos meses trabalhados, considere como último mês o da dispensa, mesmo quando não trabalhado integralmente e considere, também, como último salário, o valor integral relativo ao último mês, mesmo quando não trabalhado integralmente, pois o valor do Seguro é calculado sobre o salário do trabalhador; 5) a sua empresa também deve preencher todos os dados relativos aos últimos 4 anos da vida profissional do seu ex-funcionário, mesmo que ele não tenha cumprido esse período na sua empresa. Qualquer dúvida, consulte a folha de instruções do formulário.

A comunicação de dispensa tem prazo de remessa

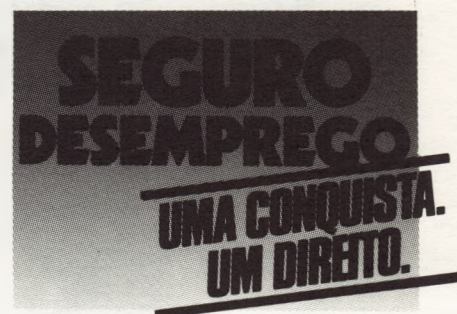
Sua empresa tem 5 dias para enviar ao Ministério do Trabalho a 1.ª via do Formulário do Seguro-Desemprego, que é a Comunicação de Dispensa. Mas atenção: envie somente através de uma agência dos Correios, pois o carimbo de remessa funciona como protocolo. É uma garantia para sua empresa.

Agora, sua empresa tem outra alternativa: em vez de enviar a comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho, sua empresa pode declarar, através do Cadastro Geral de Admitidos e Desligados, da Lei nº 4.923/65, a movimentação dos empregados. Mas só até o 5.º dia do mês subsequente ao da movimentação.

O Seguro-Desemprego é uma conquista social

Mesmo sendo uma conquista recente, o Seguro-Desemprego já

beneficiou milhares de trabalhadores. Mas para que seja um direito exercido em toda a sua plenitude, é também necessário que sua empresa colabore. Assinando a Carteira de Trabalho de seu empregado e liberando o Formulário do Seguro-Desemprego da forma mais rápida possível, sua empresa está não só cumprindo sua obrigação patronal, mas desempenhando um importante papel social.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

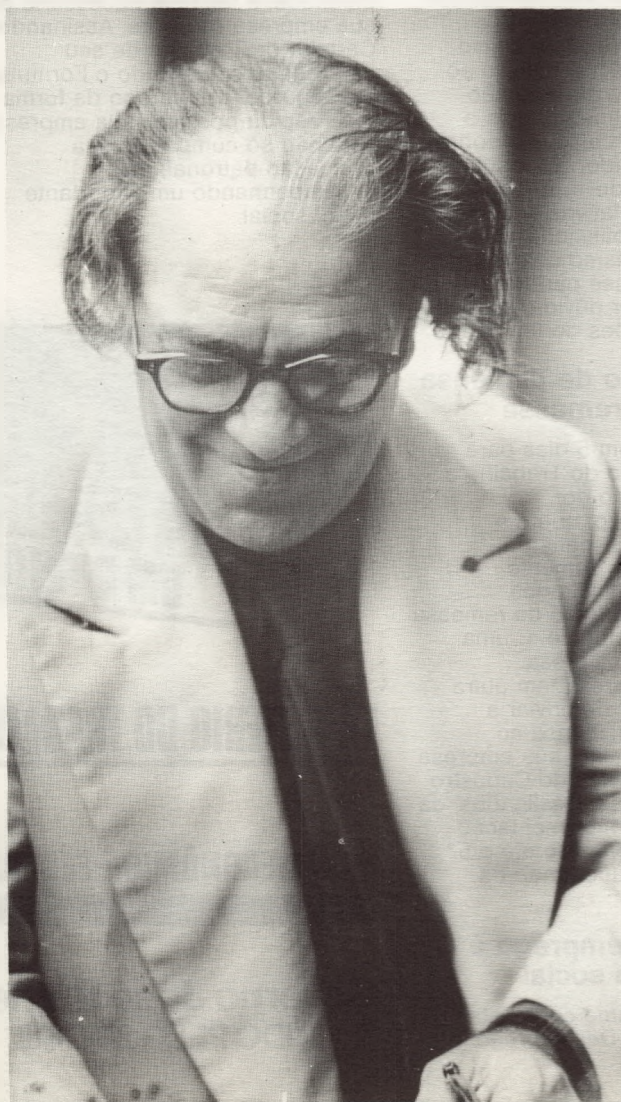
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Governo José Sarney
TUDO PELO SOCIAL**

A FLAUTA, ELEMENTO DE BRASILIDADE NA OBRA DE

Odette Ernest Dias

Villa-Lobos



A personalidade contraditória de Villa-Lobos, reconhecido gênio musical no mundo inteiro, ainda permanece objeto de ciúmes e polêmicas de toda espécie. No ano em que comemoramos o o seu centenário de nascimento, um depoimento de caráter pessoal e interesse humano sobre a figura e a obra do grande compositor.



Villa-Lobos
aos 18 anos

Sinto-me honrada em poder falar do meu conhecimento, apesar de relativamente superficial, de Villa-Lobos: conhecimento pessoal que data da época de minha chegada ao Brasil, recém-saída do "Conservatoire de Paris", em 1952, e conhecimento musical ligado em sua maior parte à minha profissão de flautista.

Naquele ano, por ocasião de minha vinda ao Brasil para integrar o quadro da Orquestra Sinfônica Brasileira (O.S.B.), contratada pelo maestro Eleazar de Carvalho, fui visitar Gaston Crunelle, meu professor de flauta no Conservatório, e ele me disse: "Você vai para o Brasil, vai conhecer Villa-Lobos" – para ele, o Brasil era Villa-Lobos, de quem tinha sido, em Paris mesmo, intérprete de várias obras em primeira audição, e acrescentou: "Uma grande personalidade".

De Villa-Lobos eu somente conhecia o poema sinfônico "Erosão" e "Descobrimento do Brasil", bastante executadas em Paris, mas nenhuma peça camerística.

Eu estava com receio de procurar o "grande homem" – a aproximação de um compositor de renome me deixava tímida, pensando nos compositores franceses, geralmente bastante distantes. Até o dia em que um senhor conhecido, pai de uma pianista que estudava em Paris, Diva Gombarg, disse-me que era um absurdo eu ainda não ter ido procurar Villa-Lobos, de quem era muito amigo. O Sr. Gombarg era "pianeiro" – tocava em bares, confeitarias, e era também afinador de pianos. Passei a imaginar Villa-Lobos como sendo uma pessoa mais simples, apesar de não acreditar muito nessa idéia. O Sr. Gombarg levou-me ao Conservatório de Canto Orfeônico, fundado e dirigido por Villa-Lobos, na Avenida Pasteur, na Urca. Junto conosco foi também o fagotista francês Noël Devos, meu colega de estudos no Conservatório de Paris, colega na O.S.B., e até hoje radicado no Brasil, como eu. Numa das salas imensas daquele bonito prédio vimos Villa-Lobos sen-

tado, escrevendo música, fumando seu eterno charuto, a mesa cheia de papel de música, uma grande confusão, aquela cabeleira e um olhar muito vivo e amigo. Ele foi gentilíssimo, abraçou calorosamente o Sr. Gombarg, ofereceu-nos logo café, falou de Paris, e nos deu a Bachiana nº 6 para flauta e fagote. Tentamos ler, à primeira vista muito difícil. Disse então para estudarmos e voltarmos, o que fizemos tempos depois. Tocamos para ele, que ouviu cordial, sem nenhuma pose. Disse que precisávamos viver no Brasil para entendermos o povo e sabermos interpretar a melodia e o ritmo. Sabendo que íamos voltar para a França de férias, deu-nos duas cartas de recomendação: uma para a gravadora "Chants du Monde", e outra para Florent Schmitt, o compositor francês que foi um dos primeiros a reconhecer o gênio de Villa-Lobos. Por desentendimento, as cartas não foram entregues e até hoje continuam comigo, um valor inestimável. A redação das cartas foi engraçada, ele fez questão do francês. Na hora de assinar, ao avisar Florent Schmitt de sua próxima visita a Paris, dizendo "moi et Mindinha estaremos em breve visitando o...", hesitou e me perguntou, um pouco desconfiado: "Está certo 'moi et Mindinha'?", ao que eu, bem francesa, respondi que achava melhor "Mindinha et moi". Mas ele, decididamente, voltou à primeira versão: "Não, não, moi et Mindinha" – atitude bem brasileira, "machista" (o termo, na época, não estava tão badalado quanto hoje). Achei que ele era uma pessoa muito consciente do seu valor.

No ano seguinte, encontrei Villa-Lobos de novo, por ocasião da visita ao Brasil de meu ex-professor Marcel Beaufrils, que vinha se documentar para escrever o livro "Villa-Lobos, le musicien poète du Brésil". Ele fez uma série de palestras que tive oportunidade de ilustrar com a "Bachiana nº 6", tocada com Noël Devos. Estávamos, eu e Noël, um pouco



Raul Villa-Lobos e
Noêmia M. Villa-Lobos
pais do compositor

mais seguros, tendo mais experiência de vida no Brasil.

Várias vezes toquei sob a regência de Villa-Lobos na O.S.B. Curiosamente, ele sempre se mostrava nervoso, inseguro. Os músicos achavam sua escrita difícil, o que é verdade, e ele achava que os músicos não colaboravam muito. Mas tudo fazia para sacudir o povo. Lembro que, a orquestra tocando o "Choro nº 10", ele gritou para a percussão: "Toquem aquele 'camisão' (tambor quadrado de sua invenção) para o alto, assim!... Vocês nunca desfilaram em escola de samba, são muito tímidos. Eu não, estudei no Conservatório de Cascadura. Esqueçam a orquestra!" Queixava-se do pouco caso que o músico de orquestra brasileira fazia dele. Dizia: "Sou mais respeitado fora do que aqui", o que era verdade. Na época, ele passava grandes períodos na Europa e nos Estados Unidos. Quando o vi pela última vez, assisti a uma cena tocante: num ensaio na Escola de Música do Rio ele se reconciliou, aos abraços, com o maestro Zenckar, um dos fundadores da O.S.B., com quem estava brigado há anos por motivos por mim desconhecidos, coisa de músicos... Esse foi o meu conhecimento da

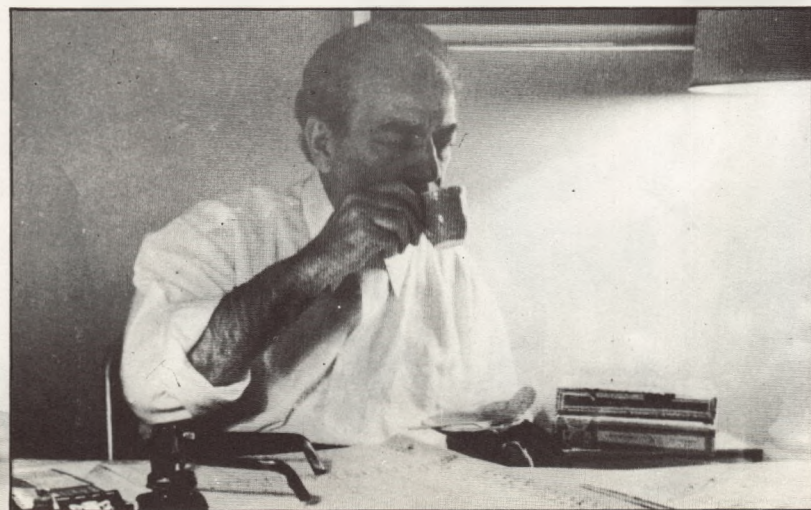
pessoa de Villa-Lobos, gentil, contraditório, grandioso e, às vezes, inseguro – impressões de quem trabalhou e tocou com ele.

A aproximação mais profunda, íntima, e mais demorada, que tive e estou tendo aos poucos, é o conhecimento de Villa-Lobos através de sua obra, como executante, flautista. No início achei muito difícil a execução de suas músicas, tanto nas peças camerísticas quanto na orquestra. Eu vinha com meus conhecimentos técnicos do Conservatório de Paris, baseados em repertório clássico, barroco e francês contemporâneo. Não estava nem um pouco familiarizada com a escrita de Villa-Lobos. Não se pode estudar as dificuldades técnicas de sua obra com exercícios baseados no repertório tradicional. É uma obra que tem que ser estudada dentro dela mesma. Há pouco, meu amigo Homero de Magalhães, pianista, afirmava que a música de Villa-Lobos deve ser entendida pelo brasileiro e pelo Brasil. Quando cheguei a me assimilar melhor ao Brasil, também consegui assimilar melhor a música de Villa-Lobos. O pintor Di Cavalcanti disse, em 1929, que "Muito se pode dizer da música de Villa-Lobos; ele realiza o milagre das coisas verdadeiramente grandes, nos impondo o mais profundo e comovido silêncio. Ele é como essa terrível natureza do Brasil, sem boniteza, simplesmente grande, ela sai da terra como uma gigantesca flor selvagem". Essa frase de Di Cavalcanti sintetiza exatamente o que eu sentia em relação ao Brasil. Não me sentia bem viajando, queria pontos de referência (humanos). Sentia a natureza desumana. Nas viagens da O.S.B. para São Paulo, pela Via Dutra recém-construída, achava tudo desértico. Hoje gosto do cerrado, do deserto, meu ângulo

de visão mudou, o olho se acostumou à percepção da vastidão, que se torna necessária. Agora, quando volto à Europa, os pontos de referência me incomodam. Acho que, em parte, era disso que falava Villa-Lobos a respeito do conhecimento do Brasil, a vastidão. Assim, a percepção musical de sua obra tem que ser antes de tudo abrangente – massas sonoras –, depois detalhada. Tanto é que o músico de orquestra, dentro da orquestra, não tem essa percepção, o que explica a atitude de certos músicos. Muitas vezes é preciso haver um certo recuo para que se perceba a grandeza. Outro ponto a considerar: só vivendo no Brasil, e volto à opinião do Homero, conhecendo o povo e a sua música, é que se começa a sentir Villa-Lobos. Quem me apresentou a ele foi um músico de bar, um pianeiro. Depois vim a saber que Villa-Lobos tinha sido também músico de rua, de café, da Cervejaria Brahma, chorão, violonista. A mais bela interpretação do "Choro nº 1" para o violão é dele mesmo, num disco regravação pelo Museu Villa-Lobos, cheio de arranhões. Só ele sabe fazer daquelas três fermatas iniciais um "anacrusa", anunciando, fazendo pressentir o balanço do choro que vem depois – esse sentimento de balanço, da síncope, que só se adquire na convivência com músicos populares. Hesitação da síncope, muito bem sentida e descrita por Darius Milhaud quando esteve no Rio, em 1915, como secretário de Paul Claudel, então embaixador da França. Milhaud conheceu Nazaré, entusiasmou-se com o carnaval carioca, e falava dessa pequena hesitação, respiração da síncope. É a própria malícia, flexibilidade na interpretação do ritmo brasileiro, do ritmo do choro, que só ouvindo e tocando se aprende.



Villa-Lobos e seus vícios:
charuto e café





Arminda (Mindinha)
companheira fiel e maior
divulgadora de sua obra,
a quem Villa-Lobos dedicou
a maioria de suas
composições. Aqui a
"Bachianas N.º 5", 1938

Para mim, o meio de aproximação e conhecimento de Villa-Lobos foi e tem sido a flauta. É através dela que posso me integrar à música brasileira, daí o título dado a esse trabalho. Tive que percorrer um longo caminho desde os meus tempos de conservatório em Paris, cidade tão bem conhecida por Villa-Lobos desde 1923, quando chegou à Europa um ano depois da Semana de Arte Moderna, todo impregnado de nacionalismo. Os três princípios da Semana de Arte Moderna, muito bem definidos por Mário de Andrade – direito permanente de pesquisa estética, atualização da inteligência artística brasileira e estabilização de uma consciência criativa nacional, estavam fortemente presentes em Villa-Lobos: "Vim não para aprender, mas para ensinar". Ele apenas queria viver em Paris, e viveu aquele época efervescente dos anos 20, conheceu a Paris dos ballets russos (Diaghilev), de Ravel, Honnegger, Debussy já tinha morrido, mas sua imagem estava bem viva. Villa-Lobos tomou um banho de Paris intelectual e boêmio. Como flautista, tenho o testemunho do meu professor Gaston Crunelle, já citado acima.

A escola francesa de flauta, famosa, estava se definindo naquela época através da revolução musical impressionista: uma estética nova, uma visão colorida da música, procura de timbres e escalas diferentes, de flexibilidade instrumental, de exotismo, de som mais vibrante. Dessa época data o "Quinteto" para flauta, harpa, violino, viola e cello, interpretado e dedicado ao Quinteto Instrumental de que Gaston Crunelle era flautista e primeiro intérprete, obra marcada pelo debussismo. Desse período (1924) é também o "Choro" para flauta e clarineta, de escrita completamente "sui generis", impressões, brincadeiras de músicos de rua, de roda de choro.

Villa-Lobos tem um papel muito importante na revolução estilística e técnica instrumental em particular, e, ponto que me toca, nas novas possibilidades oferecidas à flauta. No século XIX e início do século XX floresceu a música de salão, e apareceu uma superprodução de fantasias brilhantes, variações sobre árias de óperas. O que se pedia antes de tudo ao instrumentista era o virtuosismo. Callado, como depois Pattapio Silva, eram muito admirados pelo fato de poderem imitar, duas, três ou quatro flautas ao mesmo tempo. Mês Callado era chorão...

Na França, em Paris, o grupo de flautistas ligado a Taffanel e Gaubert – Louis Fleury, Crunelle, Lavailotte, Moyse, só para citar alguns, estava criando um novo estilo instrumental, mais ligado à procura da sonoridade vibrante e da flexibilidade, do colorido, do que ao virtuosismo isolado, o que tornou a escola francesa famosa.

Parece-me que Villa-Lobos sintetizou essas tendências, essa procura do colorido, com o espírito original do choro, o que permite dizer que existe uma escola de flauta brasileira, um estilo, uma maneira própria e original de tocar. De Callado a Pixinguinha, Altamiro Carrilho, Benedito Lacerda e Ary Ferreira, profundo conhecedor do instrumento, também chorão, e amigo de Villa-Lobos.

Villa-Lobos causou uma impressão profunda no mundo musical de Paris. Florent Schmitt, que se tornou seu amigo, em 1923 apresentou-o ao mundo musical na "Sociedade de Música Contemporânea", promovendo um concerto com suas obras, e muito depois, na ocasião dos 70 anos de Villa-Lobos em Paris, ele declarava a um crítico: "A música de Villa-Lobos é um imprevisto constante, há muito que desisti de criticá-la. Como os seus contemporâneos, Bartok, Honnegger, Stravinsky, ele constitui um caso pessoal na evo-

lução da música moderna. Talvez, em seu conjunto, todos representem de fato a revolução que sonhamos em nossa juventude, mas como definir essa revolução?"

Quando Villa-Lobos voltou ao Brasil, em 1924, Manuel Bandeira declarou: "O Villa-Lobos acaba de chegar de Paris. Quem chega de Paris, espera-se que venha cheio de Paris. Entretanto Villa-Lobos chegou de lá cheio de... Villa-Lobos". A sensibilidade de Villa-Lobos resistiu ao choque traumático de Paris. Lá, ele é o mesmo Villa-Lobos que seria se vivesse toda a sua vida em Cascadura.

Cascadura, Conservatório de Cascadura, onde dizia ter estudado. Sua formação, quase autodidata, é de dentro para fora, formação vulcânica, não sedimentária. Daí o perigo de se falar em influências na música de Villa-Lobos. É como falar do seu "nacionalismo". O crítico Antônio Golea diz muito bem que "Villa-Lobos não faz música nacional porque quer, mas porque é". Ele filtrou aquela efervescência francesa da mesma maneira que filtrou o folclore. Absorveu o choro, a seresta, por uma "transmutação mais criativa do que aproveitadora", segundo o crítico argentino José Maria Fontoura.

Villa-Lobos com seus
instrumentos prediletos:
violoncelo, violão, cuica,
berimbau e sua coleção
de chapéus, 1938



THEATRO MUNICIPAL PROGRAMMA DO PRIMEIRO FESTIVAL 13 DE FEVEREIRO DE 1922.

Placa na fachada do Hotel Bedford, em Paris. O Hotel Bedford significa muito para o Brasil. Nele, faleceu D. Pedro II e residiu Villa-Lobos.

Programa do
primeiro
festival da
semana de
arte moderna
de 22

I.ª PARTE

CONFERENCIA DE
GRAÇA ARANHA

A reunião rebeira na arte moderna, digitada com música encenada por Erasto Braga e poesia por Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho.

MUSICA DE CAMERA

VILLA-LOBOS

1. — SONATA II DE VIOLONCELLO E PIANO — (1916).
A) — Allegro Moderato.
B) — Andante.
C) — Scherzo.
D) — Allegro vivace sostenuto e final.

ALFREDO GOMES E LUCILIA VILLA-LOBOS.

2. — TRIO SEGUNDO — (1916) — VIOLINO E PIANO.
A) — Allegro Moderato.
B) — Andante: calmo (Bretagne-Bretonnaise).
C) — Scherzo-Spiritoso.
Molto Allegro e final.

Paulina d'Ambrosio, Alfredo Gomes e Francisco de Lima Vianna.

DANS CET HOTEL HABITA
DE 1952 À 1959
LE COMPOSITEUR BRÉSILIEN
Heitor VILLA-LOBOS
GRAND INTERPRÈTE DE L'ÂME DE SON PAYS

2.ª PARTE

CONFERENCIA DE
RONALD DE CARVALHO

A pintura e a escultura moderna do Brasil.

3. — SOLOS DE PIANO — Ernesto Braga.
(1912) A — Valsa Mystica — (De single collection).
(1918) B — Rhapsodie (De single collection).
(1921) C — A Flançaise.

4. — OTTETTO — (Ten danses africaines).
A — Fregues — (Dance des moines) 1914.
B — Kambira — (Dance des nègres) 1915.
C — Kambira — (Dance des nègres) 1916.

VIOLINOS: — Paulina d'Ambrosio — George Marinuzzi.
ALTO: — Orlando Frederico.
VIOLONCELLOS: — Alfredo Gomes — Basso — Alfredo Carrazza.
FLAUTA: — Pedro Vieira.
CLARINO: — Antônio Sousa.
PIANO: — Francisco de Lima Vianna.

Música pessoal e absoluta, quando emprega material popular o transfigura e assimila de tal maneira que ele passa a formar parte de sua linguagem. Isto o faz dizer a famosa frase "O folclore sou eu", afirmação não de grandiloquência, na minha opinião, mas de vitalidade prodigiosa, que o fazia dizer também: "Tenho vida para toda vida".

"Vitalidade que faz com que consiga transformar esteticamente qualquer gênero de música folclórica ou música estrangeira." "Ele não quer fazer música nacional, simplesmente a faz, maravilhoso dom que compartilha com Bartok, Enesco, De Falla, Carlos Chaves", declarou o arquiteto argentino Alberto Belucci. Desse nacionalismo de raízes profundas nasce a universalidade.

Do ponto de vista estético e técnico, Villa-Lobos introduziu novos elementos na linguagem instrumental, na linguagem flautística, sintetizando as mensagens recebidas de fora com a linguagem do brasileiro. Os elementos novos da escola francesa, flexibilidade e colorido, existem na música brasileira do chorão. A malícia do chorão o faz improvisar no ritmo e articular como se estivesse falando — que sejam ouvidas as primeiras e muito antigas gravações de Pixinguinha. Uma dimensão muito nova em termos de colorido e extensão, movimentação melódica e rítmica completamente originais. Daí a já falada dificuldade de interpretação. Para estudar os trechos difíceis de Villa-Lobos, só construindo exercícios em cima deles mesmos, com seus próprios elementos, muito difíceis de sintetizar, como sua própria personalidade. Nas coletâneas de trechos orquestrais de obras internacionais, deveriam ser incluídos trechos

da obra de Villa-Lobos, como o solo do "Uirapuru" e o "Quinteto em Forma de Choro", o que não vem sendo feito. Seria de grande proveito instrumental, além de facilitar o trabalho orquestral.

O que caracteriza a música de Villa-Lobos é o colorido, a luminosidade da massa sonora, feita de detalhes que devem ser estudados cuidadosamente.

Entre as obras em que ele utiliza a flauta, a preferência oscila entre os Choros e as Bachianas, ambas marcadas pelo ambiente seresteiro.

— O Choro nº 2, para flauta e clarinete, escrito em 1924, dedicado a Mário de Andrade, tem uma escrita extremamente avançada em termos musicais. Ele de fato está longe de um choro tradicional, mas reflete o ambiente alegre e brincalhão da reunião de "chorões", de linguagem transparente e fantasiosa. Os dois instrumentos fazem uma brincadeira, organizada em torno de motivos melódicos de curtos intervalos, muito "modernos" para a época, e até hoje. Talvez uma das peças que melhor sintetize o maior "modernismo" de

Villa-Lobos, e, ao mesmo tempo, o maior "brasileirismo". Desafio do choro, onde o solista modula para "pegar" o acompanhante, tudo na brincadeira.

— Distribuição de Flores, para flauta e violão, é uma peça curiosa. Inicialmente escrita para coro feminino, flauta e violão para um bailado. Convém notar a originalidade dos grupos instrumentais e camerísticos de Villa-Lobos, uma lição para muitos compositores que ainda se obstinam em escrever quartetos de cordas e quintetos de sopros. Um certo ambiente ameríndio existe nessa peça. O violão é também usado como percussão.

— Assobio a Jato, para flauta e violoncelo, em três partes, todas marcadas pelo ambiente popular e seresteiro.

1.º mov. — uma valsa lenta

2.º mov. — uma meditação quase modinha

3.º mov. — valsa mais "baile", que explode em "assobios" (escalas da flauta), gritos de pássaros, até o final onde o compositor pede que se façam assobios em tons ascendentes. "Assobio a Jato" foi criado pelo flautista Ary Ferreira e o violoncelista Iberê Gomes Grosso.



Villa-Lobos
carnavalesco
carregando o
estandarte do
bloco "Sodade
do Cordão",
por ele
criado

Com um grupo de
professores de
canto orfeônico,
1943



– Bachiana nº 6, para flauta e fagote, escrita em 1938, que para mim representa o conhecimento pessoal de Villa-Lobos. Duas partes. Ária – Choro, “seresteira” e “bachiana”. É curioso observar o espírito bachiano na música de choro popular. A própria composição do conjunto exige um instrumento realizando um baixo contínuo – o violão de 7 cordas, que faz também contraponto no baixo, as “baixarias”. A segunda parte, Fantasia, descabelada, difícilíssima.

Fechei agora o ciclo, voltei ao início, e depois de 27 anos de Brasil sinto-me um pouco mais perto daquilo que Crunelle me

dizia: “Você vai ao Brasil, vai conhecer Villa-Lobos, uma grande personalidade”.

Para concluir, um trecho da pequena autobiografia de Villa-Lobos: “Quem nasceu no Brasil e formou sua consciência no âmago da terra deste país, não pode, embora querendo, imitar o caráter e o destino de outras pessoas, apesar de ser a cultura básica transportada do estrangeiro.

Gosto de liberdade em todos os sentidos, gosto de estudar e pesquisar, gosto de trabalhar e compor sistematicamente. Desejo sempre ser útil à humanidade, mas não para agradar a ninguém.

Detesto o egocentrismo, a exclusividade, o importante intencional e a falsa modéstia”.

Rio, 30 de julho de 1957
Villa-Lobos

Este trabalho foi apresentado durante a “Semana Villa-Lobos”, realizada no Departamento de Artes pelo Decanato de Extensão da UnB de 21 a 26 de maio de 1979.

Odette Ernest Dias é flautista e professora da UnB desde 1974. Já gravou vários discos e vem se dedicando, ultimamente, a pesquisas sobre música brasileira. Fotos doadas à autora por sua amiga Mindinha Villa-Lobos.

A mudança que esconde a permanência: a mulher e o descasamento

Ana Maria Nicolaci-da-Costa

Até a década de 50, os casais de família média dos grandes centros urbanos brasileiros raramente se separavam e seus valores eram ainda bastante semelhantes aos da família patriarcal. A que se pode atribuir a grande incidência de descasamentos na geração dos filhos e filhas daquela família? “Por que seus pais vivem juntos?” Esta pergunta, feita por um menino de sete anos, revela a ampla realidade de uma família dividida.

Antes de enveredar na discussão dos conflitos e da postura da mulher de nossos dias perante o descasamento, seria conveniente delinear de forma breve os tipos de solução tradicionalmente encontrados para os conflitos conjugais em nossa sociedade.

Conflitos e tensões conjugais, sabemos, não são privilégio das novas gerações. O que é novo é o modo de agenciá-los.

Nem mesmo o divórcio, entendido aqui como a separação de corpos e de bens que não abria para os cônjuges possibilidades de novas núpcias, é recente. Este tipo de separação já existia como possibilidade no Brasil desde o século XVIII¹.

O que mudou, então? Por que, repentinamente, passamos a perceber o descasamento em suas diversas formas (simples separação, separação legal, divórcio, viagens prolongadas de um dos cônjuges...) como um mal, um bem ou apenas como uma necessidade característica de nossos dias?

Parte da resposta a esta pergunta pode ser encontrada na constatação de que até recentemente os casais não se separavam por

que encontravam outros modos de lidar com seus conflitos conjugais.

Deixando de lado o período colonial e até mesmo o início da era republicana, podemos tomar como exemplo o casal típico de meia idade na década de 50. Qual sua composição familiar, quais os valores da família que constituíam, como eram solucionados os conflitos entre marido e mulher?

A composição familiar predominante nesta época (e aqui é preciso deixar claro que me refiro às famílias das camadas médias urbanas, aquelas hoje mais assoladas pelo descasamento)² era a da chamada família nuclear, em que os personagens principais eram o pai, a mãe e os filhos.

Embora já nuclearizada, os valores nos quais se pautavam os comportamentos dos membros deste tipo de família ainda eram bastante semelhantes àqueles da família patriarcal descrita por tantos estudiosos da família brasileira³.

Homens e mulheres tinham papéis conjugais claramente definidos pela sociedade (isto é, pelo consenso do grupo social

do qual eram membros). Ao homem cabia o papel de provedor, a responsabilidade pelo sustento da mulher e dos filhos. Da mulher, esperava-se que fosse esposa fiel, boa dona-de-casa (a profissionalização da mulher era ainda incipiente), e boa mãe-de-família.

É interessante observar a ênfase ainda dada à fidelidade da esposa em contraposição à aceitação tácita da infidelidade masculina, ênfase que caracterizou a família brasileira desde os tempos coloniais e que ainda a caracteriza explicitamente em algumas regiões do país e implicitamente em outras⁴.

Estes valores, entre outros, eram transmitidos pelo casal a seus filhos. Filhos e filhas recebiam tratamento diferente. Enquanto que das filhas esperava-se que adquirissem o know-how de tarefas caseiras (costurar, cozinhar, bordar, manter a casa limpa e em ordem...) e de um bom gerenciamento doméstico (fatura com economia...), dos filhos esperava-se um outro tipo de comportamento. Estes deveriam ser bem mais assertivos, fisicamente ativos, alheios ao funcionamento e à infraestrutura do lar, mas atentos aos estudos que lhes pudessem garantir uma boa profissão quando adultos.

Visava-se, ainda, reproduzir o respeito ao código moral assimétrico vigente. Às filhas, ensinava-se o recato, o pudor, a castidade e a pureza. Esta era sua garantia de um “bom casamento”, o que, por sua vez, era visto como a garantia de um futuro “seguro”. Aos filhos, procurava-se transmitir uma atitude diferenciada em relação às mulheres. Estes deveriam saber distinguir as “moças de família”, às quais não deveriam “fazer mal” pois eram castas, puras e estavam destinadas a serem esposas e mães, das “outras” (categoria ampla que incluía de prostitutas a mulheres “levianas”, “liberadas” e “desquitadas”) com as quais poderiam se divertir, ter relações sexuais e aprender a ser “homens”.

Os desejos, aspirações e insatisfações pessoais dos membros do casal diluíam-se em tantas normas, proibições, expectativas e definições. Havia, então, consenso na sociedade (ou, pelo menos, em alguns segmentos sociais) de que a união da família deveria ser preservada a qualquer custo. Consequentemente, as tensões e conflitos entre os cônjuges eram agenciados de forma a manter a composição familiar intacta.

A solução clássica para o impasse conjugal, aquela contida na própria definição dos deveres e direitos de cada cônjuge, era, portanto, a de uma aparente anestesia ou “cegueira”. Poucas vezes o casal admitia publicamente estar enfrentando um período difícil. Perante a dificuldade, homens e mulheres tomavam atitudes diferentes e consistentes com seus papéis conjugais. Os homens frequentemente tomavam “amantes” e, muitas vezes, chegavam a formar novas famílias (lembramo-nos de que a fidelidade só era exigida da mulher). As mulheres faziam “vista grossa” para as aventuras de seus maridos em prol de

um objetivo mais nobre: a união da família e o bem-estar dos filhos. Estes casais raramente se separavam, a separação sendo vista como estigmatizante principalmente para a mulher e para os filhos. Na pior das hipóteses, pelo menos as aparências eram mantidas.

Se nesta descrição reconhecemos os contornos da família média dos grandes centros urbanos brasileiros da década de 50 (e de décadas anteriores também), a que podemos atribuir a grande incidência de descasamentos na geração dos filhos e filhas desta família?

Como podemos entender que as garçonières – apartamentos pequenos, geralmente de sala e quarto ou "conjugados", alugados por grupos de amigos (homens, é claro) para a prática amorosa extraconjugal

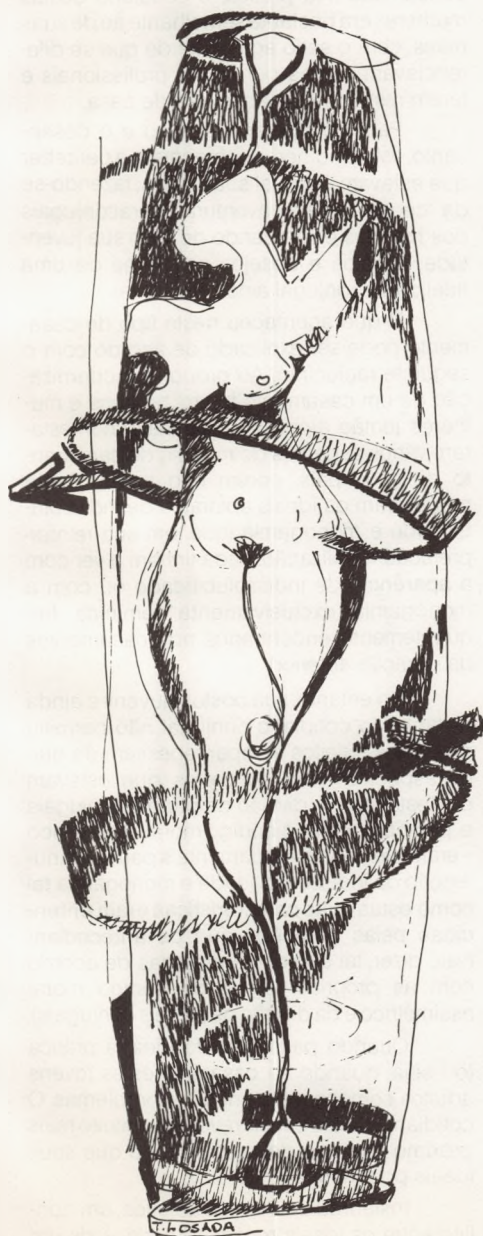
com mulheres de "má reputação" – tenham dado lugar à proliferação dos motéis de alta rotatividade, que são anunciados *ad nauseam* no horário nobre das principais redes de televisão, e cuja clientela feminina certamente abrange outros tipos de mulher?

Como podemos compreender a passagem do "engana-mamãe" – maiô inteiro na frente e que, de costas, se assemelhava a um ousado "duas peças" – a um biquíni do tipo "fio dental" em apenas 20 anos?

Como fazer sentido de uma letra de música popular jovem em que a filha adolescente revela à mãe que está "ligeiramente grávida", em contraposição àquelas letras de 20 anos atrás em que um laço cor-de-rosa no sapato e um "banho de lua" eram de bom-tom para "um broto conquistar?"

Todas estas mudanças estão nas raízes da pergunta feita por um menino de 7 anos de idade, filho de pais separados como várias outras crianças de sua turma no colégio, a um coleguinha da mesma idade: "Por que seus pais vivem juntos?" A ingenuidade desta pergunta revela que, sem sombra de dúvida, as coisas mudaram muito e em muito pouco tempo.

O problema é que todos os que encontramos nas faixas médias de idade vivemos o processo de mudança, constatamos os efeitos da modernização na sociedade e em nós mesmos (é claro que também nos modernizamos), tentamos explicar sua gênese de formas diversas (através de teorias e hipóteses calcadas no "boom econômico", na era das comunicações via satélite,



nos 20 anos de repressão política em que a liberalização dos costumes foi hipervalorizada, na “psicologização” da sociedade brasileira⁵...), mas não conseguimos muitas vezes entender o que se passa dentro de nós mesmos.

E a razão para este não-entendimento é, em princípio (mas não de fato), simples: nos consideramos sujeitos modernos mas não nos damos conta do quanto de arcaico ainda existe em nós⁶.

Voltemos à questão do descasamento e à sua articulação com a radical mudança de valores já indicada.

Nós somos os filhos e filhas destes casais da década de 50 cujos contornos da vida conjugal e familiar acabamos de analisar. Nós somos o fruto de uma realidade familiar em que os direitos e deveres de homens e mulheres eram diferenciados. Nós vivemos e, é importante frisar, pelo menos num primeiro momento de nossa infância (por falta de modelo alternativo) achamos *natural* este estado de coisas. Dito de outro modo, nós – filhos e filhas dos casais desta geração – nos identificamos com nossos genitores e internalizamos esta realidade como sendo a ordem natural das coisas⁷.

Independentemente de nosso sexo, aprendemos, neste primeiro momento de nossa socialização, a fazer sentido do mundo ao nosso redor de acordo com algumas categorias e definições básicas.

Homens são *naturalmente* diferentes de mulheres. Dividem-se em responsáveis e irresponsáveis. Os responsáveis são trabalhadores, bons provedores e bons pais. Estes, os chamados “homens-de-bem”, respeitam suas esposas, noivas e namoradas. Têm, no entanto, como todos os outros homens, “necessidades fisiológicas” que não podem ou não devem ser atendidas por suas legítimas esposas, noivas ou namoradas. Estas devem, portanto, encarar a maior liberdade do homem como uma exigência de satisfação de suas “necessidades fisiológicas” (necessidades estas das quais as mulheres parecem estar livres).

Já as mulheres se dividem em duas categorias básicas: as “direitas” (mulheres ou moças “de família”) e as “outras” (as “liberadas”, as “levianas”, as “fáceis”, as “prostitutas” ... e as “desquitadas”). As mulheres “direitas” devem ter como objetivo preservar sua castidade até encontrar um “homem-de-bem” (o príncipe encantado de tantos romances) com o qual possam se casar e constituir família⁸. Para tanto, torna-se imperioso não “se entregar” nem mesmo ao futuro marido. Assim, dado que este tem “necessidades fisiológicas” inadiáveis, é melhor fazer “vista grossa” para suas pequenas infidelidades. Uma vez casada, a mulher “direita” deve tornar-se esposa fiel e mãe-de-família exemplar, abdicando de tudo (inclusive e principalmente de si própria), se necessário, pelo bem da unidade familiar.

Caso nossa sociedade não tivesse sofrido o processo de modernização que sofreu, talvez ainda acreditássemos na naturalidade de todas essas divisões, definições, privilégios e limitações.

Caso nossa sociedade tivesse se modernizado apenas *parcialmente*, talvez algumas destas definições tivessem sido modificadas para comportar mudanças relativamente superficiais como, digamos: a progressiva laicização da cerimônia do casamento, a limitação ou o aumento do número médio de filhos por casal, o adiamento ou a antecipação do casamento na vida dos novos adultos. Até mesmo o uso do biquíni sumário por moças “direitas” poderia ter satisfeito o desejo de mudança que cada nova geração parece carregar em si em relação àquela que a antecedeu, sem, no entanto, realmente colocar em risco todo o sistema de valores da mesma⁹.

No entanto, não foi isto o que aconteceu. Com o início do processo de modernização (em que os movimentos de contestação da década de 60, o crescimento e a divulgação dos movimentos feministas, o advento da pílula anticoncepcional, o início da era de comunicação via satélite, entre outros, tiveram grande participação), chegamos à adolescência e/ou início de vida adulta contestando nada menos do que os próprios alicerces da família brasileira desde sua formação no Brasil-colônia: o código moral assimétrico e a divisão de papéis conjugais. Mas disto não nos demos conta.

Estes adolescentes (homens e mulheres), que haviam internalizado a assimetria do código e dos papéis como *natural* em sua infância, defendiam agora, pelo menos em *tese*, a igualdade de direitos entre homens e mulheres dentro e fora do casamento.

Alguns dos aspectos mais debatidos da relação homem-mulher eram: a manutenção da virgindade feminina até o casamento (de fato algumas mulheres desta geração não se casaram virgens), o exercício de uma profissão por parte da mulher (dado que muitas já estavam na universidade)¹⁰, o adiamento da reprodução biológica (grandemente facilitado pela pílula anticoncepcional) e o intercâmbio da papéis conjugais. Tinha-se ainda como objetivo a adoção de um código moral simétrico em que a fidelidade fosse exigida de ambos os cônjuges (ou a infidelidade aceita para ambos como no caso do chamado “casamento aberto”).

Eram ideais e propostas “modernos” com os quais os membros desta geração pensavam estar integralmente identificados. Não havia, portanto, razão para que suspeitassem carregar dentro de si muitos dos valores que pensavam combater na sociedade.

Qual não foi sua surpresa quando, depois de casados, tiveram que passar dos ideais à prática.

Logo perceberam que algo havia dado errado, embora não soubessem dizer o que nem por quê. As mulheres, principalmente, foram tomadas por uma ansiedade avassaladora, não conseguiam saber o que queriam.

Diversos relatos autobiográficos de mulheres desta geração trazem à tona considerações e processos análogos. Não sabiam o que queriam porque queriam *simultaneamente* ser mães extremadas/donas-de-casa perfeitas como suas mães e mulheres independentes/profissionais exemplares em reação às mães. Procuravam conciliar estes dois conjuntos de demandas através de jornadas duplas de trabalho.

Percebiam, no entanto, que a igualdade de direitos e deveres entre os sexos, defendida por elas próprias e por seus cônjuges antes do casamento, não havia sido consumada. Na prática, o cotidiano destas mulheres era bastante semelhante ao de suas mães, com o sério agravante de que se diferenciavam destas por serem profissionais e terem responsabilidades fora de casa.

Para completar o quadro e o desencontro, estas mulheres começaram a perceber que estavam, tal qual suas mães, fazendo-se de “cegas” para as aventuras extraconjugais dos maridos e colocando de lado sua juventude, anseios e desejos em nome de uma fidelidade conjugal ainda unilateral.

O que aconteceu neste tipo de casamento pode ser explicado de acordo com o seguinte raciocínio. Ao propor a modernização de um casamento futuro, homens e mulheres (então ainda adolescentes) contestaram vários aspectos do modelo de casamento de seus pais, porém não todos. Deste mantiveram os ideais abstratos de indissolubilidade e monogamia (que, em sua reinterpretação/idealização, nada tinham a ver com a *aparência* de indissolubilidade ou com a *monogamia exclusivamente feminina* frequentemente encontrados nos casamentos da geração anterior).

No entanto, sua postura juvenil e ainda distante do cotidiano conjugal não permitiu que estes sujeitos se apercebessem de que os aspectos mais concretos que estavam contestando – a divisão de papéis conjugais e, principalmente, o código moral assimétrico – eram elementos fundamentais para a manutenção da indissolubilidade e monogamia tal como estas duas características eram entendidas pelas gerações que os antecederam (vale dizer, tal como interpretadas de acordo com as próprias regras do código moral assimétrico e da divisão de papéis conjugais).

Quando passaram do ideal à prática (ou seja, quando se casaram), estes jovens adultos começaram a enfrentar problemas. O cotidiano destes casais revelou-se muito mais próximo daquele de seus pais do que seus ideais poderiam admitir.

Instaurou-se, nesses sujeitos, um conflito entre os ideais recém-adquiridos de um

casamento "moderno" e o cotidiano de um casamento "tradicional", que trazia a marca indelével dos valores que estes mesmos homens e mulheres haviam absorvido em sua infância (e dos quais se imaginavam radicalmente apartados)¹¹.

A divisão de papéis conjugais ainda existente, conjugada à crescente profissionalização da mulher, acabou acarretando para esta uma dupla jornada de trabalho e, frequentemente, o *status* de profissional de segunda classe. Tudo isso talvez ainda pudesse ter sido contornado caso uma outra semelhança com a prática conjugal dos pais – aquela da infidelidade masculina legitimada por um código moral assimétrico que repudiava o mesmo tipo de comportamento por parte das mulheres – tivesse deixado de existir.

Mas isto não ocorreu e um bom número de mulheres viu-se às voltas com uma série de conflitos. Queriam preservar seu casamento e/ou a união de sua família. Porém, para

tanto, dada a assimetria de direitos e deveres dos cônjuges, tornava-se necessário que abdicassem (ou se sentissem abdicando) de boa parte de suas aspirações, anseios e desejos pessoais (processo ao qual repetidamente se referem como de "sufocação"). No entanto, segundo seus relatos, quanto mais eram "sufocados", mais fortes e imperiosos pareciam se tornar estes mesmos desejos, anseios e aspirações. Numa sociedade em que a igualdade formal de direitos passara a ser explicitamente defendida por vários grupos, tornava-se cada vez mais difícil para estas mulheres (mesmo que disso não se dessem conta na época) explicar aos outros e, principalmente, a si própria, o porquê de sua aceitação de uma situação conjugal tão aberrantemente desigual.

O ideal de manutenção de uma família unida *apesar de tudo*, que fazia parte do conjunto de valores "tradicionais" destas mulheres, entrou em choque com outro ideal seu,

desta feita contemporâneo e, portanto, respaldado por relativo consenso ao menos nos grupos sociais aos quais pertenciam: aquele do universo individualista em que a satisfação e a realização pessoais são altamente valorizadas. Entre uma família unida por conta do sacrifício de um ou mais de seus membros (na medida em que o mal-estar de um acaba acarretando o mal-estar dos outros) e uma família dividida mas na qual fossem preservados os direitos e respeitados os desejos e sentimentos de seus participantes, grande parte do contingente feminino afetado por este problema optou pela mesma solução: o descasamento¹².

Ana Maria Nicolaci-da-Costa é Ph.D em Psicologia pela Universidade de Londres, M. A. em Psicologia pela New School for Social Research em Nova Iorque e professora do Departamento de Psicologia da PUC/RJ. Autora de diversos artigos e do livro *Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social*, publicado pela Editora Campus, RJ, 1987.

Notas e Referências Bibliográficas:

1. Na realidade, a lei do divórcio como tal foi incorporada à Constituição de 1891. No entanto, os laços de matrimônio continuaram indissolúveis por pressões da Igreja, de juristas e de parte da população. Ver Eni de Mesquita Samara. *A família brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
2. A composição familiar característica de outros segmentos da sociedade brasileira pode diferir bastante desta. Ver, entre outros, Thales de Azevedo, "Family, marriage and divorce in Brazil", em D. B. Heath e R. N. Adams (orgs.), *Contemporary cultures and societies in Latin America*, Nova Iorque, Randon House, 1965.
3. Ver, por exemplo, Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969; Emilio Willems, "The structure of the Brazilian family", *Social Forces*, 4, 1953; Antônio Cândido, "The Brazilian family", em T. L. Smith e A. Marchant (orgs.), *Brazil, portrait of half a continent*, Nova Iorque, Dryden Press, 1951.
4. Os chamados "crimes passionais", cujas vítimas são mulheres, atestam a difícil aceitação da infidelidade feminina por parte dos homens e da sociedade como um todo (já que seus autores são raramente punidos à altura). Para uma discussão deste tipo de crime, ver Mariza Corrêa, *Os crimes da paixão*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
5. A este respeito, ver Sérvulo Augusto Figueira, "A cultura psicanalítica brasileira", *Humanidades*, 12, fevereiro/abril, 1987.
6. Vários aspectos da coexistência de valores arcaicos e modernos no seio da família brasileira são analisados por diversos autores em Sérvulo Augusto Figueira (org.), *Uma nova família?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.
7. Este processo, através do qual um sujeito biológico torna-se membro de sua sociedade, é denominado "socialização primária". Qualquer processo subsequente, que torne o sujeito já socializado membro de setores específicos da sociedade, é entendido como "socialização secundária". Para uma discussão destes dois conceitos, ver Peter Berger e Thomas

Luckman, *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1973 e Ana Maria Nicolaci-da-Costa, *Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social*, Rio de Janeiro, Campus, 1987.

8. Ver Rosane Manhães Prado, "Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Dely", *Perspectivas antropológicas da mulher*, 2, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
9. Numa praia no Nordeste do Brasil, por exemplo, onde a realidade familiar está muitas vezes bem próxima àquela que vem sendo descrita como mais característica da década de 50, pode-se encontrar noivos e maridos extremamente possessivos e dominadores acompanhados de suas noivas ou esposas em biquínis sumários, sem que isso pareça alterar as relações de poder entre os membros do casal.
10. É na década de 70 que a profissionalização da mulher ganha ímpeto. O número de mulheres nas universidades, por exemplo, quintuplica entre 1969 e 1975, passando a proporção de uma mulher para cada dois homens para uma mulher para cada homem. Ver Rose Marie Muraro, *Sexualidade da mulher brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1983.
11. A esta convivência no mesmo sujeito (em diferentes níveis de consciência) de conjuntos de valores internalizados em diferentes momentos de sua biografia foi dado o nome de "desmapeamento". Ver Sérvulo Augusto Figueira, *O contexto social da psicanálise*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
12. É interessante observar que, de acordo com o relato das entrevistadas, é quase sempre a mulher que dá início ao processo de descasamento. Uma análise mais aprofundada destes conflitos e suas possíveis soluções pode ser encontrada em Ana Maria Nicolaci-da-Costa, *Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social*, Rio de Janeiro, Campus, 1987. Para um outro tipo de análise do processo de separação, ver Gilberto Velho, "Aliança e casamento na sociedade moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas", *Boletim do Museu Nacional*, 39, 1983.

Resumen

EL CAMBIO QUE ESCONDE LA PERMANENCIA: LA MUJER Y LA SEPARACIÓN

Las parejas que constituían la familia común de los grandes centros urbanos brasileños de la década del 50 raramente se separaban, pues la separación estigmatizaba principalmente a la mujer y a los hijos. Actualmente, la gran incidencia de quiebras matrimoniales en la generación de los hijos e hijas de aquella familia puede atribuirse a que la mujer se niega a una situación conyugal abiertamente desigual, en una sociedad en que la paridad formal de derechos pasó a ser explícitamente defendida por varios grupos.

Abstract

THE CHANGE THAT MASKS PERMANENCE: WOMEN AND THE BREAK-UP OF MARRIAGE

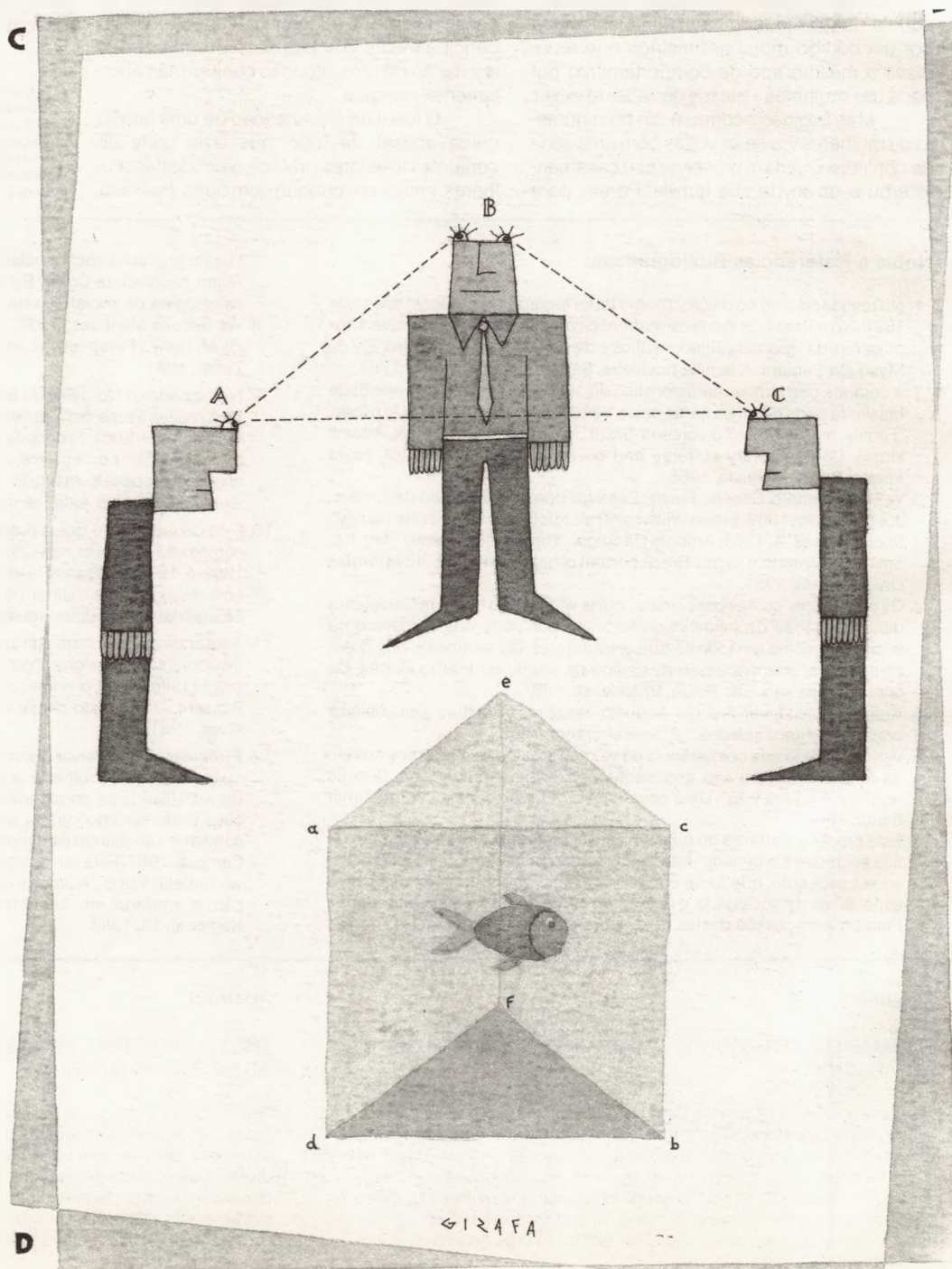
The couples that made up the average family in large urban centres in Brazil in the 1950s rarely got separated. Separation was regarded as stigmatic, especially for wives and children. Today, the frequent separations and divorces among the generation of the sons and daughters of that selfsame family can be attributed to women's refusal to stomach their patently unequal marital status in a society in which formal equality of rights has begun to be defended explicitly by a variety of groups.

¿Pátria grande?... ¡Bienvenida!

Mario Liori

O projeto que vêm realizando as frágeis democracias uruguaia, argentina e brasileira é um esforço significativo para a região, mas que por sua natureza e dinâmica própria não se esgota nesse espaço geográfico, servindo de exemplo e influenciado a todo o continente.

"Yo deseo más que ningún otro ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza que por su libertad y gloria". (Simón Bolívar, Carta de Jamaica/ 6 de setiembre de 1815.)



La integración es un mandato histórico, señaló recientemente el presidente Alfonsín: "los fundadores de nuestras nacionalidades tuvieron en común el sueño de nuestra unión. Nosotros tenemos la obligación de honrarlos, no sólo memorándolos en nuestras fechas patrias, sino en concreto".

Es esta una realidad que no puede ni debe demorarse más, se está instrumentando, debe desarrollarse y profundizarse al máximo, necesariamente debe ser conducida a feliz término. Los habitantes de estas latitudes han cifrado inúmeras esperanzas en que esto suceda.

El intento que vienen realizando las renacientes y frágiles democracias uruguaya, argentina y brasileña en este sentido, es un esfuerzo significativo para la región, pero que no se agota en este espacio geográfico, sino que por su naturaleza y dinámica propia, será un ejemplo que recorrerá e insuflará al continente.

De una vez y para siempre debemos superar el divisionismo sufrido por el proceso independentista de iberoamérica, alentado y usufructuado por el imperialismo británico de la pasada centuria y aplicado como "regla de oro" por el actual impèrialismo.

Sin ánimo fatalista, pero en este esfuerzo se nos va la vida. Están en juego todas las posibilidades de realizaciones y concreciones políticas y económicas que tiendan a desterrar la endémica dependencia, que nuestra América naturalmente aspira y tiene la obligación de concretar.

Necesariamente, si queremos existir, si deseamos establecer un modelo político democrático, cimentado en sólidas bases; si queremos instrumentar un sistema económico que rescate y vivifique nuestras menguadas economías; si deseamos que nuestras sociedades alcancen y consoliden un espacio de justicia social y económica y, además recobrar la importancia perdida en la escena internacional, el siglo XXI nos tendrá que encontrar obligatoriamente integrado y unidos.

Tarea primordial, que no admite la menor demora por parte de los pueblos y gobernantes de Uruguay, Brasil y Argentina, es afianzar el modelo político que la democracia proporciona para conducir y consolidar el proceso integrador.

Fortalezcamos verdadera y efectivamente nuestras democracias, que tantos embates sufre en lo interno de cada país.

Es necesario aplicar una política económica que estimule la producción y que justicieramente atienda a las reales necesidades de sus respectivos habitantes.

Estas realizaciones en lo interno y en la región nos brindarán mayor convicción, fuerza y credibilidad para luchar por un Nuevo Orden Económico Internacional.

Integración económica, afianzamiento de la democracia en lo político, económico y social dentro de cada país y una actitud consensual en materia de política internacional, son las piedras angulares del proceso integracionista.

La transformación de la economía regional y particular de los países actuantes tendrá como objetivo inmediato revertir este proceso secular de dependencia, de constante estancamiento y degradación del aparato productivo, como así también de los privilegios con que cuentan élites nacionales vinculadas a los intereses del sistema financiero internacional y a los apetitos de las transnacionales del mundo desarrollado.

Aumentar nuestros propios recursos, utilización de una tecnología adecuada y propia en lo posible, búsqueda de una nueva reinserción en los mercados mundiales, políticas comunes ante el endeudamiento externo, darán un marco apropiado y estable para una mejor interconexión de los actuantes.

Que la creación del "mercado común" hoy tomado como objetivo final del proceso integracionista, sirva efectivamente para estimular la producción regional, haciéndola alcanzar sus niveles más elevados, que conduzcan a un verdadero desarrollo y a un mejor nivel de vida de los habitantes de la región.

Debemos ser extremadamente cuidadosos de crear un "mercado" gracias a los esfuerzos integracionistas que beneficien a las empresas y capitales multinacionales que rápidamente ocuparían los espacios creados con la capacidad de respuestas que estos tienen para intervenir en el campo económico internacional.

No entendemos la integración, sino es con el objetivo de alentar nuestro desarrollo y buscando la ruptura de la dependencia que hoy nos ahoga, para escapar en materia financiera a los dictados que el FMI nos impone, para desarrollar y potencializar la producción agrícola e industrial en la región.

Nos creemos ingenuamente o deliberadamente mejores condiciones para que funcionen mejor viejos estilos de dominación y extranjerización de nuestras economías.

El éxito de la integración estará condicionado por el grado de afianzamiento de la democracia, de la justicia social y de una economía que contemple los reales intereses de la totalidad de los actuantes y no sólo a las élites. Debemos pasar decidida y vigorosamente, de estas democracias formales a un modelo que sea real.

Debemos conformar una nueva fuerza que sea capaz de actuar con decisión e importante presencia en el campo internacional.

En materia política, Contadora y el Grupo de Apoyo marcan el camino a seguir. Los problemas que afectan directamente a Latinoamérica deben ser resueltos por nosotros mismos.

¿Por qué no seguimos este mismo criterio con la deuda externa? Ya que es un tema netamente político y condiciona nuestra vida como naciones independientes.

La integración tiene que crear una fuerza, una actitud y un consenso para atacar frontalmente y al unísono este flagelo.

Los tres países, tienen además, un cometido esencial, el de mantener la seguridad en el Atlántico Sur. Salvaguardar este Océano como fuente de riquezas actuales y futuras, hidrocarburos, nódulos polimetálicos, Krill, pesca; como ruta de buques mercantes y camino a la Antártida, como zona estratégica política y militarmente a partir de los sucesos de 1982.

Es deber, y así lo han entendido, el evitar la militarización y la utilización de armamento nuclear en esta región tan importante y decisiva para nuestra vida actual y futura.

Quienes conducen este proceso de integración, no deben olvidar que está presente siempre en los americanos del sur, los sueños casi estafados de nuestros libertadores: el de Patria Grande.

Este es el objetivo final y real del proceso de integración; y que proféticamente lo anunciara Bolívar en el Discurso de Angostura:

"Nacimos juntos a la historia, juntos tenemos que navegar el proceso futuro, juntos debemos aparecer ante el resto de la humanidad, en unión que haga la fuerza y nos conceda la autoridad requerida para actuar eficazmente en pro de la felicidad mundial".

Nuestro deber histórico es concretar esto y que no se transforme en un sueño eterno que duerme inscripto en el frío bronce.

Mario Liori é professor de História das Idéias e Ciência Política na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Montevideu, Uruguai.

Resumen

¿PÁTRIA GRANDE?... ¡BIENVENIDA!

El proyecto que vienen realizando las frágiles democracias uruguaya, argentina y brasileña es un esfuerzo significativo para la región. Sin embargo, la naturaleza y la dinámica propia de este proyecto no se acaba en dicho espacio geográfico, sino que está sirviendo de ejemplo e influyendo en todo el continente.

Abstract

¿PÁTRIA GRANDE?... ¡BIENVENIDA!

The project being implemented by the fragile Uruguayan, Argentine and Brazilian democracies is a significant undertaking for the region, but which, due to its very nature and dynamics, is not restricted to it, serving rather as an example and influencing the whole continent.



O superdotado: derrubando um preconceito

Eunice M. L. Soriano de Alencar

O que é, afinal, um superdotado? Um gênio, um inventor ou artista precoce, o primeiro da classe? O interesse pelo indivíduo que se destaca é antigo e Platão já recomendava que deveriam ser selecionados na infância e suas habilidades cultivadas em benefício do Estado. Nas últimas décadas, em diversos países, foram implantados programas que permitem a identificação precoce e o treinamento adequado do superdotado.

Observa-se na atualidade um interesse crescente pelo superdotado, por aquele que se destaca por uma habilidade superior inusitada para uma pessoa de sua idade, ou por um desempenho excepcional, reflexo de suas habilidades e aptidões. Este interesse é fruto da consciência de que os superdotados constituem um grupo distinto, com características especiais, que devem ser cultivadas para o seu melhor aproveitamento em prol do desenvolvimento científico, tecnológico ou social.

Quando se fala, porém, em superdotados, muitas são as idéias que este termo sugere para distintas pessoas: para algumas, o superdotado seria o gênio, aquele indivíduo que realmente apresenta um desempenho extraordinário e ímpar em uma determinada área do saber e do conhecimento; para outros, seria um jovem inventor que surpreende pelo registro de uma nova patente; para outros



muitos dos programas atuais é a idéia de que por maiores que sejam os talentos e habilidades, caso não haja encorajamento, estímulo e treinamento, a par de esforço e empenho por parte dos indivíduos, dificilmente as habilidades alcançarão o seu nível máximo de desenvolvimento.

Pretendemos, no presente artigo, comentar inicialmente a atenção ao superdotado através da história e alguns dos programas atuais. Em um segundo momento, discutiremos algumas idéias preconcebidas sobre o superdotado, comuns em nosso contexto, ressaltando ainda alguns dos progressos que se fizeram notar nesta área.

O superdotado através da história

O interesse pelo indivíduo que se destaca por suas habilidades superiores é antigo. A história registra diversos momentos em que este interesse vem à tona, como nas propostas de Platão, que defendia a idéia de que aqueles indivíduos com inteligência superior deveriam ser selecionados nos seus primeiros anos de infância e suas habilidades cultivadas em benefício do Estado, treinadas para a liderança, denominando-as "crianças de ouro". Tal recomendação de Platão confrontava-se diretamente com a opinião popular de que a liderança deveria caber à elite da aristocracia, a qual era determinada hereditariamente.

Há, ainda, registros de um sistema de exames competitivos elaborado pelos chineses, há mais de 2000 anos antes de Cristo, para selecionar crianças que se destacavam por sua inteligência superior, as quais passavam a receber, então, um atendimento especial. Estas crianças eram denominadas "divinas" e encaminhadas à corte, tidas como presságio de prosperidade nacional. Especialmente a imaginação criadora que se manifestava através da poesia e ensaios era altamente valorizada. Muitos dos jovens selecionados apresentavam memórias infalíveis e um poder de raciocínio excepcional, motivos de admiração e reconhecimento social.

Ainda no século XV, um sultão na Turquia – Mehmet, o Conquistador, fundou uma escola-palácio em Constantinopla, enviando emissários por todo o império para recrutar os meninos mais fortes e mais inteligentes que, nessa escola, recebiam um treinamento em condições altamente favoráveis ao desenvolvimento máximo de suas habilidades e competências.

Também de fascínio popular tem sido a criança prodígio, a *Wunderkind*, aquela que apresenta talentos ou habilidades excepcionais e sobre a qual há registros de longa data.

Estas crianças se destacam, seja por uma memória fantástica, seja por uma capacidade de ler e entender precocemente várias línguas, ou ainda por uma habilidade artística marcante, que se traduziria na composição de sonatas ou sinfonias desde a idade precoce.

Dentre os inúmeros casos de crianças-prodígio, sobre as quais há registro na literatura, salienta-se a de um jovem alemão, que iniciou o seu curso superior ainda criança, recebendo o grau de Doutor em Filosofia na Universidade de Leipzig aos 14 anos; a de um outro que, aos 4 anos, lia alemão, francês, dominando também o latim. Na área do talento musical, o famoso compositor Mozart é o mais conhecido, pela sua produção de minuetos já aos 4 anos.

O superdotado na atualidade

O interesse por aqueles indivíduos com habilidades superiores, tradicionalmente denominados superdotados, tomou um impulso considerável, especialmente nestas duas últimas décadas, quando em países os mais diversos foram implantados programas visando favorecer e expandir as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento do talento e das habilidades intelectuais e criativas. Especialmente nos Estados Unidos e União Soviética, além da Austrália, Alemanha, China, entre muitos outros, observou-se nestas últimas décadas um investimento crescente para a implementação de programas que permitissem melhores condições de ensino à elite intelectual do país.

A razão desse interesse está naturalmente ligada à consciência das enormes vantagens advindas com a implementação de programas que favoreçam o desenvolvimento do talento em áreas consideradas prioritárias pelo Estado. O seguinte trecho de um documento do governo da Austrália ilustra bem este aspecto: "A Austrália está começando a se conscientizar de que, no mundo atual, a sobrevivência industrial e econômica do país depende em larga escala da busca e estímulo da excelência e que um dos recursos nacionais mais valiosos é a inteligência superior de alguns indivíduos" (Diretrizes da Secretaria da Diretoria Geral, Austrália, 1978).

Também o seguinte trecho, de um documento publicado nos Estados Unidos, ilustra uma das razões da expansão acentuada nos programas oferecidos e nos esforços observados, tanto no sentido de favorecer a identificação precoce, quanto de um treinamento de boa qualidade ao superdotado: "Manifestadamente, para mantermos a nossa

ainda, seria aquele aluno que sistematicamente se situa entre os primeiros da classe durante toda a sua formação acadêmica, ou a criança precoce, que aprende a ler sem ajuda e que surpreende os pais por seus interesses e indagações próprias de uma criança mais velha. O termo superdotado sugere ainda a presença de um talento, seja na área musical, literária ou de artes plásticas. O denominador comum em todas as diversas conotações do termo é a presença, pois, de um notável desempenho ou de habilidades ou aptidões superiores.

Nas últimas décadas, o superdotado, que, até então, era visto com indiferença por alguns ou com hostilidade por outros, passou a receber uma atenção especial e, em países os mais diversos, programas foram montados para favorecer de uma forma organizada o desenvolvimento e aproveitamento do potencial superior. A premissa básica que fundamenta

superioridade tecnológica nos próximos 25 ou 50 anos, é necessário que o sistema educacional possa produzir um número maior de cientistas e engenheiros mais capazes. Além do mais, o futuro da América depende também da qualidade de liderança disponível no governo, nas empresas e nas profissões. Para produzirmos cientistas mais competentes, necessitamos fazer um uso maior de nossos recursos intelectuais do que o que fizemos no passado" (Chauncey, em Brandwein, 1981, p. XV).

Grande número de programas têm sido direcionados, pois, para áreas consideradas prioritárias pelo Estado, como matemática e ciências. A título de ilustração, poder-se-ia lembrar aqui o programa de ciências que é oferecido na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, para 500 alunos de 2º grau que se destacam por seu desempenho acadêmico e que são convidados a participar de cursos e seminários aos sábados. Também muito conhecido é o programa para jovens com habilidades matemáticas superiores na Universidade John Hopkins, o qual tem recebido crianças e jovens que aí participam de um programa de alto nível. É o interesse deste programa alcançar aquele aluno com um raciocínio matemático mais elevado e que tenha um potencial para se transformar em um notável engenheiro, matemático ou cientista, em áreas que exijam grande habilidade quantitativa.

Outro exemplo são os programas que têm sido oferecidos no Instituto para a Promoção de Artes e Ciências, ligado ao Museu Haaretz e à Universidade de Tel-Aviv em Israel, onde anualmente várias centenas de crianças e jovens têm tido oportunidade de desenvolver as suas habilidades e talentos, através de cursos que enfatizam sobretudo a criação de idéias.

As escolas especiais para talentos acadêmicos, como a Escola de Matemática e Ciências de Moscou, subvencionada pela Universidade de Estado de Moscou e a Escola de Matemática e Física de Novosibirsk, subvencionada pela Universidade do Estado de Novosibirsk, juntamente com os Jogos Olímpicos ligados às matérias escolares – Matemática, Física, Química, Biologia, Literatura –, e várias das atividades desenvolvidas nas Casas e Círculos dos Pioneiros, ilustram as provisões levadas a efeito na atualidade na União Soviética.

Na América Latina, um dos trabalhos mais conhecidos internacionalmente é o desenvolvido pelo Ministério para o Desenvolvimento da Inteligência, na Venezuela, que tem, dentre os seus objetivos principais, a criação de melhores condições nas escolas

do país para o desenvolvimento pleno das habilidades intelectuais.

Idéias errôneas sobre o superdotado

No Brasil, pouco tem sido pesquisado e discutido sobre o superdotado. Este é ainda visto como um fenômeno raro e prova disso é o espanto e curiosidade diante de qualquer indivíduo que se diz superdotado. Observa-se que muitas são as idéias errôneas a seu respeito, enraizadas no pensamento popular. Ignorância, preconceito e tradição mantêm vivas uma série de idéias que interferem e dificultam a implementação de programas direcionados a estes sujeitos no sistema público e particular de ensino.

Rutter (1976), ao comentar a respeito do conhecimento, afirma que não temos o hábito de examinar criticamente os fatos a respeito de determinadas questões, antes de se chegar a conclusões a respeito das mesmas. Segundo ele, é o nosso fracasso em reconhecer a nossa ignorância, e não a nossa ignorância propriamente dita, que é mais prejudicial ao conhecimento. O nosso "saber" a respeito de tantas coisas que não são verdadeiras é que realmente constitui um entrave a um conhecimento maior. As palavras de Rutter aplicam-se integralmente ao conhecimento a respeito do superdotado em nosso meio. Muitas são as idéias errôneas que imperam entre nós sobre o superdotado, que necessitam ser esclarecidas.

Temos visto, por exemplo, com frequência, uma confusão que muitos fazem entre o superdotado e o gênio. Assim, é comum acreditar que para ser considerado superdotado o indivíduo necessariamente deverá apresentar um desempenho surpreendentemente significativo e superior deste a mais tenra idade, sendo, por exemplo, capaz de ler aos 3 anos, ter dado uma contribuição original ainda nos primeiros anos da juventude e continuar a se destacar cada vez mais. O exemplo muitas vezes lembrado é o de Mozart, que aos 3 anos já tocava um instrumento musical, aos 4 compunha e aos 6 fazia freqüentes apresentações públicas.

O que é necessário salientar é que, embora os primeiros estudos na área da inteligência superior tenham sido direcionados para a investigação das características do gênio e seus antecedentes, tem sido sugerido que o termo "gênio" seja reservado para descrever apenas os indivíduos que já deram contribuições originais e de grande valor. O que tem sido mais enfatizado pelos especialistas da área é a idéia de que existe um con-

tínuo em termos de habilidades, seja na área intelectual ou artística, e superdotado seria aquele indivíduo que apresenta uma habilidade significativamente superior quando comparado com a população geral.

Uma idéia que também impera em nosso meio é a de que o superdotado teria recursos suficientes para crescer sozinho, que nada necessitaria ser feito no sentido de oferecer-lhe um ambiente especial, dadas as suas condições privilegiadas ao nível da inteligência e da criatividade. Entretanto, o que se observa é que nem todos os sujeitos com grande habilidade intelectual tomam-se adultos produtivos. Muitos deles, em função de características do próprio contexto familiar, educacional e social, apresentam apenas um desempenho medíocre e, mesmo, abaixo da média. Neste sentido, é necessário salientar a importância de se criar um ambiente favorável a seu desenvolvimento, a par de atender as suas necessidades educacionais. Especialmente a criação de uma variedade de experiências de aprendizagem enriquecedoras, que estimulem o seu desenvolvimento e que favoreçam a realização plena de seu potencial, de acordo com o seu ritmo de aprendizagem, que é significativamente mais rápido, cabendo a cada sistema educacional optar pela melhor forma de conduzir este processo.

Sabe-se ainda que o ensino regular é direcionado para o aluno médio e abaixo da média, e o superdotado, além de ser deixado de lado neste sistema, é visto com suspeita por muitos professores, que se sentem ameaçados diante do aluno que muitas vezes o questiona, pressionando-o com as suas perguntas, comentários e críticas. É interessante lembrar que, ao perguntarmos a alguns professores como se sentiam quando tomavam conhecimento de que tinham alunos superdotados em sua classe, muitos respondiam que preferiam que isto não ocorresse, uma vez que este aluno pode constituir um problema em classe. Tal dado sugere a falta de preparação do professor para atender adequadamente ao superdotado, bem como a necessidade de um atendimento complementar fora da sala de aula.

Outra idéia também disseminada é a de que o superdotado apresentará necessariamente um bom rendimento na escola. Isto, entretanto, nem sempre acontece. Muitas vezes, observa-se uma discrepância entre o potencial (aquilo que o sujeito é capaz de realizar e aprender) e o desempenho real (o que o sujeito efetivamente demonstra conhecer). Muitos são os fatores a que se pode atribuir este desempenho inferior. Tanto uma atitude negativa com relação à escola, como as

Algumas definições de superdotado

Estima-se que 3% a 5% da população brasileira sejam constituídos por superdotados. Entretanto, muitas são as definições propostas para este termo, algumas com base em resultados de testes de inteligência e outras mais abrangentes, incluindo diferentes categorias. Dependendo da definição tomada como critério, o número de pessoas que poderiam ser consideradas superdotadas naturalmente irá variar. No Brasil, a definição reconhecida oficialmente considera como superdotados e talentosos aqueles indivíduos que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados:

- capacidade intelectual superior;
- aptidão acadêmica específica;
- pensamento criador ou produtivo;
- capacidade de liderança;
- talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música;
- capacidade psicomotora.

Em termos da identificação de sujeitos para programas especiais, algumas destas categorias têm sido privilegiadas, notadamente a primeira, que diz respeito àqueles indivíduos que se destacam por um desempenho superior em testes de inteligência. Entretanto, estes testes têm sido questionados, tanto por medir apenas algumas dimensões do intelecto, como por favorecer aos sujeitos de status sócio-econômico médio, uma vez que os itens incluídos nos instrumentos existentes refletem sobretudo experiências e conhecimentos mais frequentes na classe média.

Outros consideram que a superdotação implicaria ingredientes diversos, como habilidade intelectual superior; criatividade; além do aspecto motivacional, reflexo de traços como persistência, dedicação, esforço e autoconfiança.

Toda a problemática da definição do superdotado tem sido alvo de muitos debates nos últimos tempos, embora não se tenha observado, até o momento, consenso a respeito de uma definição, que seja considerada satisfatória por todos.

características do currículo e métodos utilizados (especialmente excessiva repetição de conteúdos, aulas monótonas e pouco estimuladoras, ritmo mais lento da classe), além de baixas expectativas por parte do professor e pressões exercidas pelo grupo de colegas com relação ao aluno que se destaca por suas idéias ou habilidades marcantes, são alguns dos fatores responsáveis.

Outra noção também difundida é a de que o encaminhamento a programas especiais geraria na criança ou no jovem uma atitude esnobe e pretensiosa. O que a prática tem indicado, porém, é que isto efetivamente não vem acontecendo e que a educação especial para o superdotado, quando de boa qualidade, produz, antes, estudantes satisfeitos com o programa desenvolvido, entusiasmados com as propostas curriculares. Uma vez livres das pressões exercidas pelo grupo de colegas que tendem a criticar e a punir o aluno que se destaca por um desempenho e interesses marcantes, em um ambiente estimulador eles crescem em competência e em habilidade.

Uma outra noção também divulgada é a de que seria um absurdo investir nesta área quando existem tantos sujeitos infradotados e com deficiências físicas, sem um atendimento especializado. De fato, os desafios que enfrentamos na área de educação são enormes. Não há dúvida de que há necessidade no país de programas de boa qualidade para o deficiente, de tal forma que este possa desenvolver adequadamente o seu limitado potencial. Aqui se aplica a idéia de que uma boa educação para todos não significa uma educação idêntica para todos. Esta deve

atender, de forma diferenciada, tanto os alunos mais competentes e capazes como àqueles que apresentam dificuldades e deficiências.

Observam-se ainda fortes preconceitos por parte de pais e professores com relação a programas de aceleração, onde é oferecido, em um ritmo mais acelerado, um programa comumente desenvolvido em um tempo mais longo. O que se observa, porém, é que a prática da aceleração tem sido usada com muito sucesso em diversos locais, fazendo cair por terra diversos mitos associados a esta prática, como a presença de solidão e desajustamento entre jovens que progridem mais rápido no seu programa acadêmico, ou ainda um decréscimo precoce na competência e habilidade (o conhecido epigrama americano *early ripe, early rot*).

Novas propostas

Embora estejam arraigadas muitas das idéias anteriormente discutidas, e não tenha o Brasil uma tradição maior na área da educação do superdotado, várias propostas foram feitas e implementadas em prol do superdotado, com alguns programas de excelente qualidade levados a efeito. Um exemplo seria o programa da Fundação José Carvalho, que mantém uma escola muitíssimo bem montada para jovens de status sócio-econômico baixo que se destacam por suas competências e habilidades, na Bahia. Nesta escola, jovens selecionados de vários estados do Nordeste têm oportunidade de desenvolver um programa educacional e participar de várias atividades nos Centros de Apoio ligados ao Colégio Técnico. Outro exemplo seria o programa patrocinado pela ADAV (Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência à Vocação do Bem-Dotado), em Minas Gerais. Este programa, que teve início



na década passada, organiza atividades durante as férias para alunos bem-dotados, com vista a enriquecer as suas experiências e satisfazer os seus interesses, curiosidade e aptidões.

É notório que tivemos em 1971, época em que o movimento em prol da educação do superdotado ainda era reduzido em nível internacional, o "Primeiro Seminário Nacional sobre o Superdotado", na Universidade de Brasília, de onde saíram várias recomendações excelentes, como a necessidade de se organizar um sistema educacional que atendesse a este grupo em nível nacional; a necessidade de um diagnóstico precoce; bem como a preparação de pessoal especializado para atender adequadamente as suas necessidades. Estas propostas ficaram, infelizmente, no papel, não tendo sido devidamente implementadas.

O próprio termo **superdotado** tem sido também muito questionado. Isto em função do prefixo "super", que gera uma expectativa de desempenho ou produção extremamente alta. Sabe-se, entretanto, que os superdotados não são um grupo homogêneo, variando tanto em suas habilidades cognitivas, como em termos de personalidade e nível de desempenho. Assim, enquanto um deles pode apresentar uma competência elevada em uma grande diversidade de áreas, outro pode mostrar-se extraordinariamente competente em apenas uma área. Observa-se ainda um contínuo em termos de competência e habilidade, não sendo necessário estar no extremo

deste contínuo para ser considerado superdotado ou digno de um atendimento especial.

Verifica-se ainda que, com relação à inteligência e habilidade intelectual superior, algumas mudanças se fizeram notar nas últimas décadas. Uma delas diz respeito à mudança de uma visão unidimensional para uma visão multidimensional da inteligência. Esta passou a ser vista como englobando diferentes fatores ou dimensões, podendo o indivíduo ter determinados fatores ou dimensões mais desenvolvidos, enquanto noutro outras dimensões estariam presentes em maior grau. A inteligência deixou de ser considerada, pois, como um conceito unitário, e a idéia de que existem muitos tipos de inteligência passou a ser enfatizada, a par dos riscos de se tentar descrevê-la a partir do uso de um único escore ou resultado em um teste de inteligência.

Um outro fator que também passou a ser reconhecido diz respeito à importância das condições ambientais para o desenvolvimento e manutenção das habilidades daqueles indivíduos que se destacam por um potencial superior. A superdotação não seria, pois, uma característica imutável, mas, antes, fortemente influenciada por fatores ambientais. Da mesma forma que não se poderia imaginar a presença de um ilustre pianista em um ambiente onde a música seja desvalorizada, onde se observe a presença de poucos ou nenhum instrumento musical, e onde as oportunidades para ser instruído e para exercitar a música sejam muito reduzidas, o mesmo

ocorreria com relação a outras habilidades que dependem em larga escala de um ambiente favorável a seu desenvolvimento.

Conscientizou-se ainda, especialmente a partir de estudos biográficos com amosstras de indivíduos que se destacavam por sua produção e desempenho, que não apenas as características do ambiente são importantes, mas também muito contribuem para uma produção significativa a sua motivação, energia e determinados traços de personalidade, como autoconfiança e persistência.

Observam-se também mudanças nos programas oferecidos, os quais têm incluído, cada vez mais, um espaço para a exploração e para a descoberta, para a produção de idéias e de conhecimento, maximizando as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento das habilidades criativas. Isto porque, embora seja necessário dar a todos oportunidade para desenvolver o pensamento criador, são os indivíduos superdotados aqueles com melhores condições de apresentarem uma produtividade superior, de se tornarem produtores de conhecimento, dando a sua parcela de contribuição para a solução dos problemas enfrentados pela sociedade, que dependem de esforço, talento e muita criatividade, tanto ao nível individual quanto institucional.

Eunice Alencar é psicóloga e professora do Deptº de Psicologia da UnB. Integra o Conselho Técnico da Associação Brasileira para o Superdotado e é representante do Brasil no "World Council for the Gifted and Talented Children". Entre outros trabalhos, publicou o livro "Psicologia e Educação do Superdotado".

Referências Bibliográficas

BRANDWEIN, P. F. *The gifted student as future scientist*. Ventura, Califórnia: Ventura County Superintendent of Schools, 1981.
Police from the Director General's Office. *Gifted and talented children in*

Western Australian Schools. The Educational Circular, 1978.
RUTTER, M. Parent-child separation: psychological effects on the children em A. M. Clarke & A. D. B. Clarke (Eds.) *Early experience. Myth and evidence*. Londres: Open Books, 1976.

Resumen

EL SUPERDOTADO: DERRIBANDO UM PREJUICIO

Platón recomendaba que los individuos con inteligencia superior deberían seleccionarse en los primeros años de la infancia y las habilidades cultivadas en beneficio del Estado. Existen muchos otros registros históricos de un antiguo interés por el individuo que se destaca por sus habilidades superiores, tradicionalmente denominados superdotados. Recientemente, en especial en las últimas dos décadas se implantaron programas, en diversos países, que tienden a favorecer y expandir las oportunidades ofrecidas para el desarrollo del talento y las habilidades intelectuales y creativas. En Brasil, se ha investigado y discutido poco sobre el superdotado. La ignorancia, el prejuicio y la tradición mantienen vivas muchas ideas que interfieren y dificultan la implementación de programas en el sistema educativo público y privado.

Abstract

GIFTED CHILDREN: THWARTING A PREJUDICE

Plato recommended that exceptionally intelligent individuals be selected in the first years of infancy and their gifts cultivated to the benefit of the State. There are a wealth of other historical accounts of an ancient interest in individuals distinguished by their superior abilities, traditionally termed "gifted". More recently, especially in the last two decades, many countries have set up programmes that aim to secure and expand the opportunities available for developing exceptional talent and intellectual and creative gifts. In Brazil, there has been little research and discussion concerning gifted children. Ignorance, prejudice and tradition kindle ideas that interfere with and hinder the implementation of programmes in the public and private education systems.

ESTÃO MALTRATANDO O CORAÇÃO DO BRASIL



Goiânia fica no coração do Brasil. Mas, hoje, muita gente brinca com o que não sabe e magoa sem perceber. O pior do acidente com a cápsula de Césio é a maneira com que algumas pessoas aproveitam a oportunidade para demonstrar como punimos inocentes quando a culpa ainda não foi estabelecida.

Uma cidade inteira está sendo maltratada por ter sofrido um tipo de acidente que levantou uma bandeira há muito tempo negligenciada pelas autoridades: o perigo da energia nuclear.

Devemos agradecer a Goiânia. Devemos considerar a reação de seus moradores pela dignidade de seus testemunhos. São mártires e combatentes de uma guerra que até então vinha sendo tratada como se fosse “problema técnico” ou “segurança sigilosa”.

A cápsula de Goiânia fulminou omissões. Pelo acidente, o país despertou diante da possibilidade de catástrofes muito mais sérias e incontroláveis.

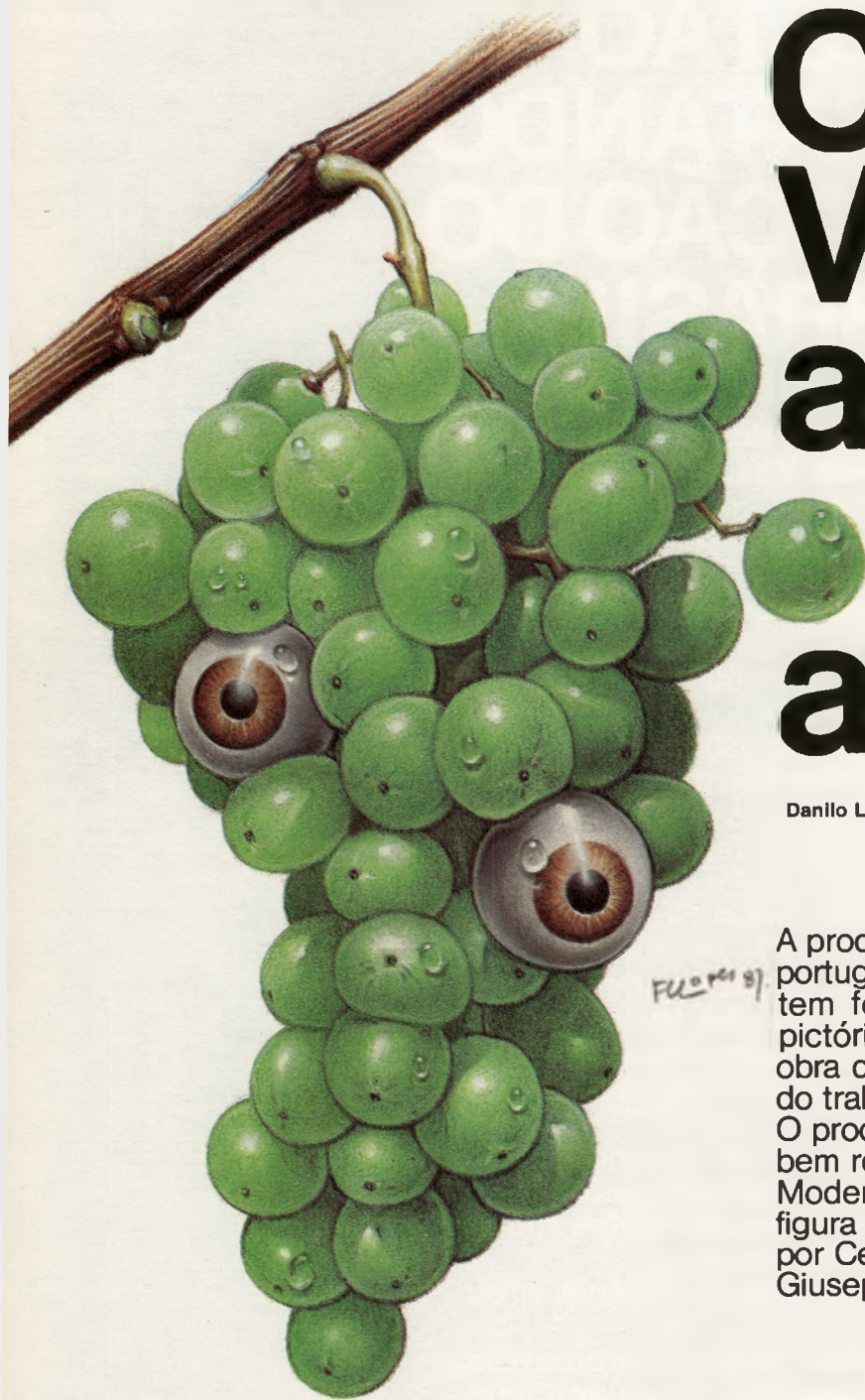
Discriminar é crime. E Goiânia virou “ameaça”.

Quando um fato negativo promove a ampliação da consciência popular diante de uma tragédia maior, ele já cumpriu, mesmo dolorosamente, um objetivo histórico.

Agora, não vamos deixar a radioatividade acabar, também, com a nossa solidariedade.

O coração do Brasil está triste com o nosso silêncio. Isso tudo não foi em vão.

Descubra um jeito de reconhecer a importância desse sacrifício: continuemos, pela vida!



Cesário Verde e a visão de artista

Danilo Lôbo

A produção poética de Cesário Verde, poeta português da segunda metade do século XIX, tem forte presença de elementos visuais, pictóricos. Alguns críticos já aproximaram a obra desse pintor “por palavras e por sinais” do trabalho de impressionistas e surrealistas. O processo de transfiguração dos vegetais bem realizado no poema “Num Bairro Moderno” permite a comparação entre a figura semi-humana, de cores intensas, criada por Cesário e as pintadas pelo italiano Giuseppe Arcimboldo (1527-1593).

José Joaquim Cesário Verde nasceu em Lisboa no dia 25 de fevereiro de 1855, cidade onde morreu em 19 de julho de 1886. Pouco se sabe sobre a sua vida, o que se deve, em parte, ao fato de ter sido ele – poder-se-ia dizer – um poeta de horas vagas, pois desde muito jovem começou a cuidar de sua vida prática, indo trabalhar na loja de ferragens de propriedade de seu pai. Pouco a pouco, Cesário, na qualidade de primogênito, iria assumindo as responsabilidades da empresa e, ao falecer,

aos 31 anos de idade, já se havia tornado chefe da firma e de sua família.

Por outro lado, enquanto viveu, não contou ele com apoio e o incentivo da crítica e dos leitores, tão necessários, muitas vezes, para que o artista continue a produzir. Somente um pequeno grupo de amigos mais próximos chegou a compreender a sua obra. Entre esses amigos, destaca-se sobremaneira o escritor Silva Pinto, que, em 1887, um ano após o falecimento do poeta, reuniu as suas melhores poesias e publicou-as em um pê-

queno volume de versos a que deu o título de *O Livro de Cesário Verde*. Não houvesse Silva Pinto prestado esse desinteressado tributo à memória de Cesário, e talvez estivesse hoje a sua obra relegada e esquecida nas páginas dos jornais e revistas onde foi originalmente publicada.

Paulatinamente, *O Livro de Cesário Verde* iria crescer na estima dos poetas e dos críticos portugueses e internacionais, colocando seu autor em um lugar *sui generis* na história literária de Portugal. O caso é singular, pois raramente um poeta com obra tão pequena consegue galgar à posição que Cesário veio a ocupar. Considerando-se, também, que nem tudo em sua obra é de primeira qualidade, a fortuna literária do poeta se faz ainda mais surpreendente. Paradoxalmente, foram os aspectos pouco ou não compreendidos por seus contemporâneos – e hoje admirados por sua modernidade – que fizeram de Cesário o grande poeta que ele é. Foi necessário, portanto, que algum tempo transcorresse, e que a literatura e a crítica portuguesas evoluíssem, para que a obra do poeta pudesse ser devidamente avaliada e valorizada.

Cesário Verde, o poeta pintor

Um ponto que tem repetidamente chamado a atenção dos estudiosos da obra de Cesário é a sua qualidade visual, pictórica. Esse aspecto tem sido constantemente destacado pelos críticos, o que se compreende com facilidade, uma vez que essa plasticidade se evidencia de forma bastante clara e direta no próprio texto, não necessitando de nenhum especialista para detectá-la.

O vocabulário do poeta, impregnado de termos relacionados à pintura, e sobretudo o modo pelo qual Cesário apreende a realidade são reveladores nesse particular. Dotado de uma visão agudíssima, é por meio desse sentido apurado que ele percebe e entra em contato com o mundo à sua volta. Em "Nós", o último grande poema que publicou em vida (1884), Cesário faz esta revelação espantosa, saída da pena de um escritor: "Pinto quadros por letras, por sinais, / Tão luminosos como os de Levante, / ...¹ Essa não é a única vez que o verbo "pintar" e o substantivo "quadro" aparecem na obra cesariana para caracterizar o ofício do escritor. Esses vocábulos surgem em outros poemas, tais como "De Verão",² onde o poeta afirma:

Criança encantadora! Eu mal esboço o
/quadro
Da lírica excursão, de intimidade.
Não pinto a velha ermida com seu adro;
Sei só desenho de compasso e esqua-
/dro,
Respiro indústria, paz e salubridade.

Num bairro moderno

A Manuel Ribeiro

Dez horas da manhã; os transparentes
Matizam uma casa apalaçada;
Pelos jardins estancam-se os nascentes,
E fere a vista, com brancuras quentes,
A larga rua macadamizada.

Rez-de-chausée repousam sossegados,
Abriram-se, nalguns, as persianas,
E dum ou doutro, em quartos estucados,
Ou entre a rama dos papéis pintados,
Reluzem, num almoço, as porcelanas.

Como é saudável ter o seu conchego,
E a sua vida fácil! Eu descia,
Sem muita pressa, para o meu emprego,
Aonde agora quase sempre chego
Com as tonturas duma apoplexia.

E rota, pequenina, azafamada
Notei de costas uma rapariga,
Que no xadrez marmóreo duma escada
Como um retalho de horta aglomerada,
Pousara, ajoelhando, a sua giga.

E eu, apesar do sol, examinei-a:
Pôs-se de pé; ressoam-lhe os tamancos;
E abre-se-lhe o algodão azul da meia,
Se ela se curva, esguedelhada, feia,
E pendurando os seus bracinhos brancos.

Do patamar responde-lhe um criado:
"Se te convém, despacha; não converses.
Eu não dou mais." E muito descansado,
Atira um cobre ignóbil, oxidado,
Que vem bater nas faces duns alperces.

Subitamente, – que visão de artista! –
Se eu transformasse os simples vegetais,
À luz do sol, o intenso colorista,
Num ser humano que se mova e exista
Cheio de belas proporções carnis!³

Bóiam aromas, fumos de cozinha;
Com o cabaz às costas, e vergando,
Sobem padeiros, claros de farinha;
E às portas, uma ou outra campainha
Toca, frenética, de vez em quando.

E eu recompunha, por anatomia,
Um novo corpo orgânico, aos bocados,
Achava os tons e as formas. Descobria
Uma cabeça numa melancolia,
E nuns repolhos seios injetados.

As azeitonas, que nos dão azeite,
Negras e unidas, entre verdes folhos,
São tranças dum cabelo que se ajeite;
E os nabos – ossos nus, da cor do leite,
E os cachos d'uvas – os rosários d'olhos.

Há colos, ombros, bocas, um semblante
Nas posições de certos frutos. E entre
As hortaliças, túmido, fragrante,
Como dalguém que tudo aquilo jante,
Surge um melão, que me lembrou um ventre.

E, como um feto, enfim, que se dilate,
Vi nos legumes carnes tentadoras,
Sangue na ginja vívida, escarlate,
Bons corações pulsando no tomate
E dedos hirtos, rubros, nas cenouras.

O sol dourava o céu. E a regateira,
Como vendera a sua fresca alface
E dera o ramo de hortelã que cheira,
Voltando-se, gritou-me prazenteira:
"Não passa mais ninguém!... Se me ajudasse?!..."

Eu acerquei-me dela, sem desprezo;
E, pelas duas asas a quebrar,
Nós levantamos todo aquele peso
Que ao chão de pedra resistia preso,
Com um enorme esforço muscular.

"Muito obrigada! Deus lhe dê saúde!"
E recebi, naquela despedida,
As forças, a alegria, a plenitude,
Que brotam dum excesso de virtude
Ou duma digestão desconhecida.

E em quanto sigo para o lado oposto,
E ao longe rodam umas carruagens,
A pobre afasta-se, ao calor de agosto,
Descolorida nas maçãs do rosto,
E sem quadris na saia de ramagens.

Um pequerrucho rega a trepadeira
Duma janela azul; e, com o ralo
Do regador, parece que joieira
Ou que borrija estrelas; e a poeira
Que eleva nuvens alvas a incensá-lo.

Chegam do gigo emanações sadias,
Oíço um canário – que infantil chilrada! –
Lidam **ménages** entre as gelosias,
E o sol estende, pelas frontarias,
Seus raios de laranja destilada.

E pitoresca e audaz, na sua chita,
O peito erguido, os pulsos nas ilhargas,
Duma desgraça alegre que me incita,
Ela apregoa, magra, enfezadita,
As suas couves repolhudas, largas.

E como as grossas pernas dum gigante,
Sem tronco, mas atléticas, inteiras,
Carregam sobre a pobre caminhante,
Sobre a verdura rústica, abundante,
Duas frugais abóboras carneiras.

Lisboa, Verão de 1877

Entretanto, o que mais surpreende nos dois versos do poema "Nós", acima citados, é a afirmação que faz o poeta de pintar "quadros por letras, por sinais". Com tal asserção, ele dá mostras de grande lucidez face ao complexo problema do inter-relacionamento das artes. Cesário tem plena consciência de que o material e o modo pelo qual o poeta

dele se serve ao escrever não são os mesmos do pintor, pois enquanto este usa cores e formas para realizar o seu quadro, aquele utiliza "letras", "sinais", isto é, as "palavras". Contudo, o "quadro" que o poeta "pinta" não é inferior ao realizado pelo artista plástico e rivaliza em claridade com os produzidos no Levante, nome dado aos países da costa oriental do Mediterrâneo, região ensolarada e,



Regatas em
Argenteuil.
Claude Monet.



portanto, cenário ideal para quadros luminosos.

Uma outra interpretação plausível para “Levante” seria ver nesse vocábulo, escrito com maiúscula, uma personificação do sol da manhã, “o intenso colorista”, como o chamaria o poeta em um dos versos de “Num Bairro Moderno”, a menos que se pudesse reconhecer nessa palavra o nome de algum pintor pouco conhecido atualmente. O que é importante reter, entretanto, é que, para Cesário, embora diferentes em seu modo de ser, a poesia e a pintura se equivalem, e o escritor

nada fica a dever ao artista plástico ao “pintar por letras, por sinais” os “quadros” que a natureza lhe inspira.

“Num Bairro Moderno” e a visão de artista

Foi seguramente no poema “Num Bairro Moderno”, publicado, pela primeira vez, em 1878, no Diário de Notícias, que Cesário melhor revelou a sua “visão de artista”, o seu mecanismo de transfiguração da realidade.

O poema, composto de vinte quintilhas decassílabas, estrutura-se em três planos: o primeiro, formado pelo cenário, uma espécie de pano de fundo, onde o drama diário da regateira se desenrola, descreve o ambiente de abundância e conforto de um bairro moderno de Lisboa, habitado por membros das classes abastadas da sociedade portuguesa da época; o segundo, representado pela verdureira, que, como os frutos e as hortaliças que carrega, contrasta, como uma planta estranha, com o ambiente burguês do bairro moderno; o terceiro, formado pela visão transfigurada que o poeta apresenta dos vegetais, e, no final, da própria hortaliçeira, que acaba por se confundir com os produtos que vende.

O poeta descreve inicialmente o ambiente (vv. 1-10); a seguir, introduz a hortaliçeira, apresentada objetiva e realisticamente (vv. 16-25). Subitamente, o gesto de um criado, que com ela está regateando, dá início ao processo de transfiguração. Ele lança-lhe uma moeda, que acaba por cair dentro do cesto, sobre alguns alperces. Com os olhos, o poeta acompanha o vôo da moeda, e é no exato momento em que o cobre toca nos frutos que ele sofre uma espécie de iluminação, que resulta em uma visão mágica e plástica da giga (w. 31-35).

Depois de uma estrofe em que volta a descrever o cenário (w. 36-40), o poeta, já totalmente dominado por sua visão, submete os frutos e as hortaliças a um processo de reestruturação, compondo anatomicamente um novo ser, um novo corpo orgânico (vv. 41-60). A partir do verso 61, os três planos se interpenetram (vv. 61-95): o poeta tenta retornar à realidade, desviando o olhar para a paisagem à sua volta, mas a fantástica experiência psicológica por que está passando, ainda não havendo ultimado o seu ciclo, continua a interferir intermitente, mas intensamente, em sua psique. A “visão de artista” só se esvaíra completamente no final da composição, depois que o poeta tiver sido, mais uma vez, compelido a transfigurar os vegetais, agora visceralmente fundidos ao cesto e à própria regateira, em um novo ser – um gigante, sem tronco, de pernas atléticas e inteiras (vv. 96-100).

Relendo a estrofe inicial de “Num Bairro Moderno”, o que surpreende de imediato o leitor é o tratamento pictórico, plástico, que Cesário dá à paisagem que descreve, pois ele a vê como a veria um pintor impressionista.

Em primeiro lugar, destaca-se o papel desempenhado pelo sol, que, com sua luz onipresente, invade e colore de forma peculiar toda a cena. O poeta sabe, como o sabiam os pintores impressionistas, que é precisamente o sol que dá aos objetos a sua coloração, mudando a cada instante o aspecto dos mesmos. Desse ponto de vista, merece atenção a forma como Cesário inicia o seu poema: “Dez horas da manhã...”. A precisão cronológica visa a efetuar um corte artificial no tempo,

de modo a poder captar um instantâneo da paisagem, pois, como um impressionista, o poeta tem perfeita consciência de que essa rua, pintada ou descrita em outra hora do dia, não seria a mesma. O sol a iluminaria de uma luz diferente, transformando-a em uma rua distinta da que descreve naquele momento.

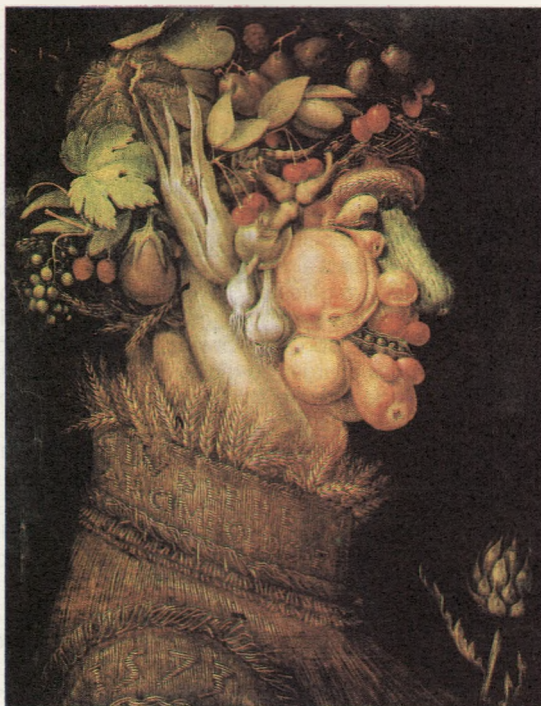
A estrofe de abertura de "Num Bairro Moderno" é, portanto, a descrição da impressão causada por uma rua de Lisboa, vista às dez horas da manhã de um dia de verão, durante o mês de agosto. Os raios transparentes do sol da manhã matizam um palacete e se estancam pelos jardins, da mesma forma que, ao cair sobre a rua macadamizada, lançam sobre ela uma luz intensa, que, refletindo-se, causa, aos olhos do observador, a sensação de "brancuras quentes". Essas "brancuras quentes" provocam uma espécie de reverberação na paisagem, que cria, na mente do leitor, o mesmo efeito de imprecisão, de "borrão", de "fora de foco", provocado pelas telas impressionistas.

"Num Bairro Moderno" é também um exemplo do que se convencionou chamar de "poesia deambulatória", tão característica da obra cesarina. A composição é uma sequência de "quadros", que o poeta vai descrevendo como se estivesse caminhando ao longo de uma galeria de pinturas.

Depois de focalizar o palacete, os jardins e a rua, o poeta, na segunda estrofe, tenta ver o interior das residências através das janelas entreabertas. Ao desviar os olhos, estes acabam por se deter na figura da regateira, que surge à sua frente, quando ele descia a caminho do trabalho. Contudo, apesar do fascínio que a moça com sua giga passa a exercer sobre o poeta, ele continua a descrever outros "quadros". Fala dos padeiros, das pessoas que chegam para visitas ou entregas (estrofe oito) e de outros pequenos detalhes do cotidiano dos lisboetas, que funcionam como contraponto, desviando intermitentemente o foco de atenção da regateira para outros aspectos do bairro.

O poeta é um transeunte abelhudo, extremamente curioso, que não titubeia em adentrar com o olhar a intimidade dos lares. Na segunda estrofe, pauteando o cameraman, depois de uma panorâmica circular sobre a paisagem (fachada do palacete → jardins → rua macadamizada), gira indiscretamente a sua olhar-objetiva para o interior das casas, focalizando as paredes – algumas estucadas, outras forradas de papel florido – e as mesas postas para o almoço, sobre as quais, as porcelanas, vistas contra a ramagem da forração, reluzem como naturezas-mortas.

Curiosamente, esse movimento do geral para o particular, isto é, da panorâmica para planos menores, será retomado, mas em sentido inverso, na antepenúltima estrofe, quando o poeta, como se preparando para concluir a tomada, encerrando, assim, o poema-filme, lança uma última mirada para o interior das residências e, logo depois, para as



Em O Verão, tela de Arcimboldo, um rosto humano composto de frutas e legumes característicos da estação.



Descanso sob os Lilases. Claude Monet

fachadas das casas, alaranjadas pelos raios de sol (vv. 86-90).

O processo de construção de "Num Bairro Moderno" assemelha-se ao da montagem cinematográfica, desenvolvido a partir de Einstein. Nesse poema, é a luz do sol que assinala, e mais que assinala, impõe o momento do corte, pois é ela que condiciona e dirige a atenção do poeta. O sol aparece no começo, é a causa direta da transfiguração dos frutos e hortaliças, e é também ele que traz o poeta de volta à realidade do bairro lisboeta.

É, no entanto, na sétima estrofe que o tratamento pictórico, ao qual são submetidos os objetos, se faz mais claro. E é o próprio poeta que conscientemente revela ao leitor a origem e o mecanismo do processo responsável pela transfiguração da realidade.

A estrofe sete ocupa, pois, um lugar chave na estrutura do poema, uma vez que também assinala a nova direção que este vai tomar. Se, até aí, "Num Bairro Moderno" pode ser visto como um texto realista, a composição assume a partir desse momento características verdadeiramente surrealistas.

Um insignificante gesto cotidiano, descrito na segunda metade da sexta estrofe, serve de gatilho para a metamorfose que se vai operar. Ao bater sobre as faces dos alperces, a moeda lançada pelo criado provoca no poeta uma reação inusitada. Como por encanto, ele entra em contato com uma supra-realidade, a realidade mágica da arte. Inesperadamente, sente-se dotado de uma “visão de artista”, e é tomado por um desejo irresistível de transformar os vegetais em um “ser humano que se mova e exista/Cheio de belas proporções carnis”, e o poeta passa a ver o mundo com os olhos de pintor, e é ao sol, “o intenso colorista”, que vai buscar as cores de que precisa para pintar o retrato da nova regateira, criada por sua imaginação, e que será gerada com os tons e as formas dos frutos e hortaliças que ela própria vende (vv. 41-45).

Cesário começa a décima terceira estrofe, que segue de imediato as quatro estâncias da transfiguração dos vegetais, com as seguintes palavras: “O sol dourava o céu”. É como se ele, ao desviar os olhos da giga, despertasse do estado de exaltação em que se encontrava por causa da luminosidade do céu. Contudo, o sol continua a exercer a sua influência. Ainda uma vez, parece ser ele o responsável pela última visão que o poeta terá da hortaliça.

Essa visão, embora interrompida pelas cenas descritas nas estrofes dezessete e dezoito, começa a materializar-se a partir da estança dezesseis, quando o poeta, depois de ter ajudado a verdureira a recolocar a giga na cabeça, parte em direção oposta à dela, sem contudo perdê-la de vista. Antes, porém, ao aproximar-se da moça para ajudá-la com o cesto, ele tem a ocasião de observar-lhe o rosto de perto, o que lhe permite constatar a palidez das faces da jovem, em flagrante oposição às maçãs vermelhas que ela provavelmente carrega em sua giga.

Essa comparação, implícita no texto, remete aos versos da estrofe seis, que descrevem o gesto do criado lançando ostensivamente a moeda oxidada contra as faces dos alperces. Em sua exuberância, os frutos são um insulto à regateira, contrastando com a pobreza e o sofrimento da mulher, forçada a um trabalho penoso para ganhar o seu sustento. É como se os vegetais dela tirassem a seiva que os torna tão suculentos e saborosos, e que os transforma nos alimentos substanciais e saudáveis que servirão para dar força e robustez aos que, em verdade, pouco valor lhes dão, como tampouco dão valor ao trabalho dos pobres coitados que, em sua labuta humilde, tornam possível a sua vida feliz e farta (vv. 76-80).

O verso “E sem quadris na saia de ramagens” é extremamente revelador, servindo a dois propósitos. Por um lado, funciona como uma espécie de prenúncio do que se passará em seguida, preparando o leitor para a visão

final que o poeta terá da regateira. É como se a flora se estendesse por sobre a mulher, cobrindo as suas vestes com suas ramagens, tornando-a uma extensão dos vegetais. Por outro lado, permite insistir no contraste entre a magreza da verdureira, que nem quadril possui, com a sua saia de ramagens, como se até mesmo os vegetais estampados no humilde tecido de chita fossem mais viçosos do que ela. O poeta ainda fará um derradeiro paralelo entre a regateira e os vegetais nos últimos versos da penúltima estrofe, quando, mais uma vez, oporá a robustez das couves repolhudas e largas ao raquitismo da moça: “Ela apregoa, magra, enfezadita. / As suas couves repolhudas, largas” (vv. 94-95).

“Num Bairro Moderno” é um poema singular na obra de Cesário, uma vez que o processo de transfiguração a que submete a realidade jamais voltará a ser por ele utilizado da mesma maneira e com a mesma intensidade.

Cesário Verde e Giuseppe Arcimboldo

Curiosamente, se por um lado “Num Bairro Moderno” projeta para o futuro, ombreando o seu autor com os surrealistas, remete por outro ao passado, àquele ponto em que o Barroco e o Maneirismo se identificam com certos aspectos do Surrealismo.

Ao lermos “Num Bairro Moderno” pela primeira vez, na década de sessenta, fomos compelidos a fazer uma comparação entre a figura semi-humana criada por Cesário e as pintadas pelo italiano Giuseppe Arcimboldo, cuja obra havia, anos atrás, despertado a nossa atenção por seu caráter inusitado. Mais tarde, ao estudarmos com mais cuidado a poesia de Cesário, e ao consultarmos a crítica a ela dedicada, vimos confirmado o paralelo entre os dois artistas. Em um pequeno artigo intitulado “Cesário Verde: Poeta Barroco”, publicado na revista *Colóquio*, André Crabé Rocha faz a mesma aproximação.³

O que se sabe, hoje em dia, sobre Arcimboldo é relativamente pouco, mas parece não haver dúvidas de que tenha nascido por volta de 1527, em Milão. Arcimboldo viveu em sua cidade natal até 1558, quando foi para Viena a convite de Fernando I, Rei da Boêmia, que acabara de ser eleito Imperador do Império Romano Germânico. Mais tarde, viveu em Praga, na corte de Maximiliano II e na de seu sucessor, Rodolfo II. Em 1587, voltou definitivamente para Milão, onde faleceu em 11 de julho de 1593, aos 66 anos de idade.

Considerado um pintor barroco, Arcimboldo é um herdeiro do Renascimento. Ainda jovem, teria aprendido, por intermédio de Bernardino Luini, discípulo de Leonardo da Vinci, uma importante lição do grande mestre, que lhe seria útil para o resto da vida: “Se queres dar aparência natural a um ser imaginário – digamos, um dragão – copia a cabeça de um mastim, os olhos de um gato, as orelhas de um porco-espinho, o focinho de um lebre, a testa

de um leão, o bico de um galo velho e o pescoço de uma tartaruga”.⁴

Por volta de 1570, Arcimboldo começaria a pintar as telas que o tornariam famoso em sua época e, séculos mais tarde, com o advento das escolas de vanguarda, reestabeleceriam a sua reputação de grande pintor, pondo sua arte mais uma vez em evidência: os retratos compostos com elementos naturalisticamente associados ao motivo do quadro. Isolados, esses elementos nada apresentam de extraordinário; é o modo incomum como são associados na tela que emprestam à pintura de Arcimboldo o seu caráter tão individual e inusitado. Ao pintar, por exemplo, *A Primavera*, o artista cria uma cabeça de homem, reunindo flores de várias espécies, da mesma forma que, ao retratar *A Terra*, fá-lo agrupando vários animais para compor o retrato. Salvo raras exceções (*A Primavera* e *A Flora*, por exemplo, ambas bastante poéticas), o resultado final é geralmente grotesco, embora sempre de grande efeito sobre o observador.

A criatura semi-humana, híbrido de vegetal e mulher, criada por Cesário em “Num Bairro Moderno” poderia ser posta em paralelo com as telas *O Verão*, *Retrato de Rodolfo II*, *O Outono* e *O Homem*, em que Arcimboldo pintou cabeças humanas formadas por frutos, legumes e verduras. *O Homem* é, além disso, um quadro reversível, isto é, ao ser virado de cabeça para baixo, toma a forma de uma natureza-morta, na qual está representada uma tigela com vegetais artisticamente arranjados. Em um certo sentido, essa pintura, ao ser girada, materializa o processo de transfiguração a que Cesário submete os vegetais em “Num Bairro Moderno”.

Em seu artigo “A Incrível Pintura de Arcimboldo”, Flávio de Aquino aponta um aspecto da pintura do artista milanês, que o aproxima dos pintores impressionistas. Trata-se do fenômeno da mistura ótica, característica do Impressionismo.

Para obter cores mais vibrantes, o pintor impressionista, em vez de misturá-las na paleta, justapunha-as em pinceladas na própria tela, deixando que o olho do observador fizesse a fusão das tintas. Essa técnica ficou conhecida como “pontilhismo”, quando as pinceladas transformaram-se em pontos.

Vistas de perto, as telas de Arcimboldo são, o mais das vezes, naturezas-mortas, que reproduzem minuciosamente espécimens da flora e da fauna. Contudo, observadas de uma certa distância, os detalhes se fundem, reestruturando-se em um rosto humano, perfeitamente delineado, mas que raras vezes prima pela beleza dos traços faciais. Diz o crítico: “Vistas de perto são naturezas-mortas fielmente pintadas. Olhadas de longe, o emaranhado dos detalhes naturalistas se funde numa espécie de mistura ótica. Some o mundo vegetal e surgem retratos de composição equilibrada e volumes integrados com perfeição”.⁵

No que diz respeito a "Num Bairro Moderno", seria imprudente falar da influência de Arcimboldo sobre Cesário, uma vez que dificilmente poder-se-ia provar ter o poeta português conhecido a obra do pintor milanês, embora essa hipótese não deva ser totalmente descartada, pois Cesário poderia ter tido, pelo menos, notícias de sua existência, graças a alguma reprodução ou comentário em livro ou revista de seu tempo.

A grande dificuldade é que Arcimboldo, embora tenha sido um pintor de grande sucesso na época em que viveu, chegando mesmo a criar uma escola com vários seguidores, esteve, com o advento das escolas neoclássicas, e a conseqüente rejeição dos excessos do Barroco, esquecido por mais de trezentos anos. Somente no Século XX, seria a sua obra reavaliada à luz das novas estéticas propostas pelas escolas de vanguarda, notadamente o Surrealismo, que o aponta como um dos seus precursores, juntamente com Ieronimus Bosch, Pieter Brueghel e Goya.

Será, portanto, mais seguro, e por certo mais exato, falar de coincidência no que toca ao relacionamento de "Num Bairro Moderno" com a pintura de Arcimboldo. O que não se pode negar, entretanto, é que o "quadro" da regateira, criado por Cesário nesse poema, lembra de perto as telas do pintor italiano.

Ao pintar *O Bibliotecário*, por exemplo, Arcimboldo o faz, sobrepondo livros de diversos tamanhos, para formar o busto desse profissional, do mesmo modo que utiliza flores de várias espécies para compor a sua alegoria sobre a primavera; em outras palavras, Arcimboldo constrói suas figuras com elementos que estão física e psicologicamente relacionados ao motivo central do quadro.

Cesário age de modo idêntico: para compor a sua criatura, toma emprestado aos vegetais os seus "tons" e as suas "formas" (vv. 41-60). Quanto aos primeiros, o poeta cria uma figura onde prevalecem o vermelho e a sua complementar, o verde, e onde aparecem, em quantidades menores, o preto, o branco e,

provavelmente, o amarelo, este sugerido indiretamente pelo melão.

No que se refere às "formas", o ser engendrado pelo poeta tem por cabeça uma melancia e por seios, repolhos. O cabelo, penteado em "verdes folhos", criados pelas verduras, apresenta, como toque final, tranças de azeitonas negras e unidas. A ossatura, possivelmente pressentida sob a pele branca, é sugerida por nabos cor de leite, que sustentam as carnes tentadoras fornecidas pelos legumes. Os olhos são cachos de uvas, enquanto outros frutos emprestam suas formas ao colo, aos ombros, à boca e às feições da mulher. O formato do ventre é dado por um melão túmido e fragante; o dos dedos, por cenouras hirtas e rubras. O coração tem como modelo um tomate, enquanto o sangue que anima o novo corpo orgânico provém da ginja vívida, escarlate.

Assim, tendo por modelo a hortaliça, o poeta constrói uma figura semi-humana a partir de elementos que lhe são vícerais. Como Arcimboldo, ele utiliza frutos e hortaliças para criar a sua regateira, pois são eles que fazem da mulher o que ela é enquanto verdureira, deles não podendo ser desvinculada. A hortaliça é a sua giga com os vegetais, assim como a giga com os vegetais são a hortaliça. É com base nessa constatação que o poeta estrutura a primeira imagem e, posteriormente, ao criar a segunda, se permite fundir a moça ao cesto e ao seu conteúdo, gerando o ser híbrido mulher-giga-vegetal da última estrofe.

Conclusão

Para concluir, pode-se dizer que Cesário poderia ter sido um pintor, se assim o tivesse desejado. Pelo menos tinha a sensibilidade para tanto. Ele optou, contudo, pela literatura como veículo de expressão artística, mas a sua poesia revela freqüentemente o modo pictórico pelo qual entra em contato com o mundo à sua volta.

A presença do forte elemento visual que permeia a obra cesarina deve ser atribuída, evidentemente, a uma inclinação de caráter pessoal, por certo inata, que terá condicionado o poeta a perceber a realidade por meio de sua visão privilegiada, como fazem os artistas plásticos. Mas convém não esquecer que Cesário, embora sendo um poeta de difícil classificação, foi um homem do seu tempo, tendo sofrido, conseqüentemente, a influência do ambiente cultural que dominava a Europa na segunda metade do Século XIX. Ele pertence, em verdade, a um período da história da arte do Ocidente, durante o qual a literatura tendeu a aproximar-se da pintura e da escultura, o que, aliás, parece ser a norma todas as vezes que a arte da escrita adquire pretensões realistas, quando se evidencia a preocupação do escritor com a forma da obra literária.

Cesário é um contemporâneo dos impressionistas parisienses, cujas idéias conseguiu misteriosamente captar, antes mesmo que os conceitos estéticos, propostos pela nova escola, tivessem sido aceitos e difundidos na própria França. O período de produção do poeta (do final de 1873 a 1886) corresponde, exatamente, à fase heróica do Impressionismo, durante a qual foram realizadas as oito primeiras coletivas do grupo em Paris (de 1874 a 1886). Por outro lado, e também de forma misteriosa, Cesário fez, em "Num Bairro Moderno", uma incursão no passado, estabelecendo um elo inexplicável com Arcimboldo, elo este que, paradoxalmente, acabou por projetar o poeta no futuro, colocando-o ao lado dos escritores e artistas da vanguarda européia do Século XX.

Danilo Lôbo é doutor em Letras pela Universidade de Tulane, New Orleans. Pertence ao quadro docente da UnB desde 1975, onde leciona Francês e Teoria da Literatura. Realiza pesquisas na área de poesia e interessa-se sobremaneira pelas inter-relações das artes com a literatura. Neste campo, publicou *O Poema e o Quadro: O Pictorialismo na Obra de João Cabral de Melo Neto* (Thesaurus, 1980).

Referências Bibliográficas

1. Cesário Verde. *O Livro de Cesário Verde*. Lisboa, Minerva, 1948, p. 129. Algumas edições trazem a seguinte versão do segundo verso: "Tão luminosos como os do Levante".
2. *Ibid.*, p. 90.

3. Andrée Crabbé Rocha. "Cesário Verde: Poeta Barroco". *Colóquio: Letras*, nº1 (março, 1971), pp. 31-33.
4. Flávio de Aquino. "A Incrível Pintura de Arcimboldo". *Manchete*, 7 de janeiro de 1978, p. 74.
5. *Ibid.*

Resumen

CESÁRIO VERDE Y LA VISIÓN DEL ARTISTA

La producción poética de Cesário Verde, poeta portugués de la segunda mitad del siglo XIX, tiene una fuerte presencia de elementos visuales y pictóricos. Algunos críticos ya se han aproximado a la obra de ese pintor "por palabras y por señales" del trabajo de impresionistas y surrealistas. El proceso de transfiguración de los vegetales, bien realizado en el poema "En un barrio moderno", permite la comparación entre la figura semi-humana, de colores intensos, creada por Cesário y las pintadas por el italiano Giuseppe Arcimboldo (1527-1593).

Abstract

CESÁRIO VERDE AND THE ARTIST'S VISION

The poems of Cesário Verde, a Portuguese poet of the second half of the XIXth century, present strongly visual and pictorial elements. Some critics have drawn parallels between the work of this painter "by words and by signs" and that of the impressionists and surrealists. The process of transfiguring plants, well exemplified in "Num Bairro Moderno" (In a Modern Suburb), suggests a comparison between the brightly-coloured, semi-human figure created by Cesário Verde and those painted by the Italian Giuseppe Arcimboldo (1527-1593).

Uma orquestra chamada Carlos Drummond de Andrade

Alair Barbosa

No dia 17 de agosto deste ano morreu o poeta Carlos Drummond de Andrade. Não houve luto oficial no país – mas houve um luto espesso e profundo na alma nacional e na de cada brasileiro que teve oportunidade de acesso à poesia desse que foi o maior poeta brasileiro de todas as épocas e um dos maiores do mundo inteiro. Agora, Drummond deixou de ser um instrumento e virou orquestra, como diria João Guimarães Rosa, esse outro mineiro que parecia saber tudo.



Depois de passar mais de sessenta anos compondo, palavra por palavra, verso por verso, poema por poema, conto por conto, crônica por crônica, artigo por artigo, uma obra literária que é um documento exemplar e grandioso e imperecível de sua época, morreu, no dia 17 de agosto de 1987, o poeta universal brasileiro mineiro itabirano Carlos Drummond de Andrade – Drummond.

Morreu, fornecendo afinal resposta a uma pergunta que com certeza muitos de nós nos fazíamos havia já algum tempo, principalmente depois que ele completou os oitenta anos de idade: E quando Drummond morrer? (Eu me fiz essa pergunta antes da morte de dois modelos meus: Charlie Chaplin e Érico Veríssimo: E quando morrer Charlie Chaplin? E quando morrer Érico Veríssimo?) A resposta é esta sensação geral de perda irremediável e esse vazio imenso e insuprível que se fez. Agora já não há mais Drummond. Temos de nos acostumar com esta realidade dura: já não existe Carlos Drummond de Andrade para sentir e reagir diante dos acontecimentos (e não só diante de acontecimentos) e escrever sobre eles. Sim, Drummond não há mais.

Mas Drummond permanece. Só que é outro: outra coisa, outra realidade. Drummond morreu, mas ficou um Drummond: todos sentimos isso, todos vemos que há por aí – não no Rio de Janeiro, mas em toda parte – um Drummond que nos espreita, que nos observa, que nos exprime. Um Drummond multiplicado. E é Drummond mesmo que nos explica essa sua sobrevivência metamorfoseada. No

dia 8 de outubro de 1962, ele anotou no seu diário uma frase que ouvira naquele dia a João Guimarães Rosa: “Quando a gente morre, o espírito se transforma de instrumento em orquestra”. Grande verdade! Verdade cintilante! Quando a gente está vivo, tudo o que a gente faz, por mais que se difunda e esparra-me é algo saído da gente, que emana da gente, parte de um indivíduo situado e identificado: feito a música de um solo. Depois que a gente morre, não existe mais a fonte individual, uma fonte que se podia ver e situar: a criação do espírito se esparze de todas as direções para todas as direções, dentro de uma amplidão infinita. A comparação de Guimarães Rosa é precisa: o instrumento se faz orquestra. Não é assim ou não é isso que estamos sentindo todos depois da morte de Carlos Drummond de Andrade? Desapareceu aquela fonte que morava num país do mundo chamado Brasil, que morava numa cidade desse país chamada Rio de Janeiro, que morava num bairro dessa cidade chamado Copacabana, que morava numa rua desse bairro chamada Conselheiro Lafaiete (e em outras ruas morou), que morava num edifício dessa rua de número 60, que morava num apartamento desse edifício de número 701. Esse indivíduo-fonte desapareceu. Acabou. Ficou encantado, como diria o nunca assaz lembrado e citado João Guimarães Rosa. O instrumento, que era o espírito dele, silenciou. Mas no mesmo instante em que silenciou se converteu, num *da capo* para sempre, em uma orquestra em que todos os instrumentos tocam ao mesmo tempo. De si mesmo se irradia

o espírito orchestral de Carlos Drummond de Andrade.

Voz, antena e farol

Carlos Drummond de Andrade nasceu dois anos após iniciado este século que ele atravessaria até lhe alcançar o limiar presente do fim. Talvez se possa dizer que, com a morte de Drummond, acabou o século XX brasileiro. Ele foi a consciência brasileira deste século luminoso e tenebroso – o mais tenebroso e o mais luminoso de todos. Ele, mais do que qualquer outro artista brasileiro. Pois nele – na sua poesia, nas suas procuras e contradições aparentes – refletiram-se e contenderam-se os mais graves dilemas brasileiros de nossa época. Os principais problemas – agudíssimos e difíceis – que desafiaram as respostas dos artistas brasileiros – porque desafiavam o Brasil em sua trajetória na História – foram vividos dramaticamente por Carlos Drummond de Andrade. Revolução ou reforma versus reação e conservação. Renovação artística versus academicismo e formas literárias caducas. Engajamento político do artista versus absenteísmos e arte-pela-arte. Impulso universalista versus dependência psicocultural do interior provinciano. Arte culta e arte



popular. Comunismo versus capitalismo. Imperialismo americano versus nacionalismo brasileiro. Vanguarda que deixou de o ser versus vanguarda que pretende sê-la.

Durante os mais de sessenta anos em que foi antena e farol e voz da cultura brasileira, Carlos Drummond de Andrade buscou, sem cessar, e vigilantemente, coerência e equilíbrio. Certamente por causa dessa busca foi que, num dado momento, ele rezou uma "Prece de Mineiro no Rio", que assim se inicia:

**"Espírito de Minas, me visita
e sobre a confusão desta cidade,
onde voz e buzina se confundem,
lança teu claro raio ordenador"**

mesmo sabendo que, para ele, Minas não existia mais senão como uma realidade de fundo e como que de reserva, inspiradora e alimentícia, vital.

A poesia de Drummond foi – é – uma dialética entre antinomias: um diálogo de alternativas dilaceradoras, postas diante de um homem uno em sua fragmentação. Confissão radical, ela enche, preenche e ocupa este século – e dele transitará para os séculos vindouros como a poesia mais profunda e alta que se produziu em língua portuguesa, junto com a de Fernando Pessoa. (Camões, épico, é um caso à parte; e o Camões lírico, esse sim, pode ser colocado ao lado de Pessoa e Drummond para integrar uma tríade superior). Ela tende a se valorizar com o andar do tempo, esse juiz inclemente, inexorável. Se foi válida e atuante e influente em sua época, se teve presente e tem um passado, também o futuro a aguarda como uma das suas presenças mais fortes – a mais forte presença de poesia legada à posteridade pelo século XX no Brasil.

**"Nesta cidade
do Rio, de dois
milhões de
habitantes,
estou sozinho
no quarto,
estou sozinho
na América."**

Drummond

Do brasileiro deste século são as angústias, os desesperos, a ânsia de amar sempre insatisfeita, o impulso libertário nunca realizado, a frustração, o ceticismo, a fragmentação da personalidade convocada por apelos e chamamentos contrários entre si, a esperança apesar de tudo, que se encontram na poesia de Drummond. Por isso, há nela uma flagrante significação e valor de consolação, que os seus leitores conhecem bem. Leitores que certamente um dia descobriram Drummond – e salvaram-se, tal como ele diz que se salvaram os que descobriram o cinema de Charlie Chaplin:

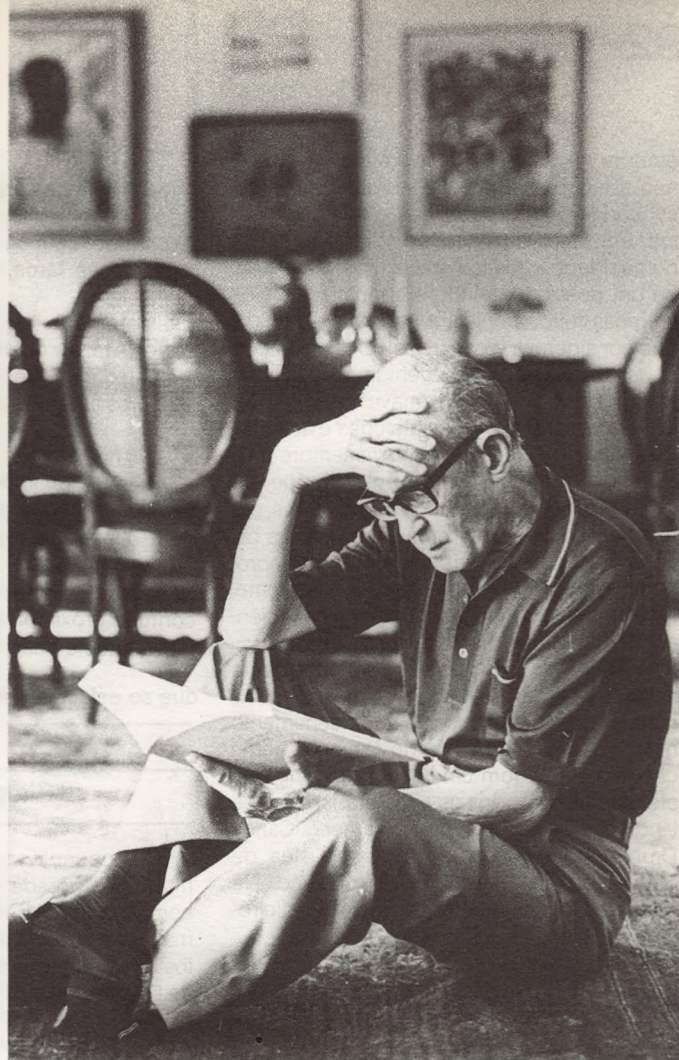
**Falam por mim os que estavam sujos de
/tristeza e feroz desgosto de tudo,
que entraram no cinema com a aflição de
/ratos fugindo da vida,
são duas horas de anestesia, ouçamos um
/pouco de música,
visitemos no escuro as imagens – e te desco-
/briram e salvaram-se.**

Quantos de nós, os que viemos nascendo sucessivamente depois de 1920, nos salvamos ao descobrirmos a poesia que tanto e tão intensamente e profundamente fala de nós e por nós, a poesia de Carlos Drummond de Andrade? Quantos de nós, provincianos

(ou não) no Rio, nos consolamos, por exemplo, com o poema iniciado com estes versos:

**"Nesta cidade do Rio,
de dois milhões de habitantes,
estou sozinho no quarto,
estou sozinho na América."**

A poesia de Carlos Drummond de Andrade é uma poesia marcada pela sua época e pela sua circunstância brasileira. Apesar disso, é universal. Poesia de um poeta em estado de solidão permanente no mundo e no meio dos homens; de um poeta provinciano desterrado e exilado numa cidade grande; de um poeta preocupado com a situação presente e com o futuro do seu país; de um poeta revoltado contra a exploração do seu país pelo imperialismo americano (ao ponto de lamentar não poder, "sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan"); de um poeta que, para a construção de sua mensagem, escolheu o povo como fulcro ("Tal uma lâmina, o povo, meu poema, te atravessa"); de um poeta em busca desesperada do amor, às vezes entrevisto, nunca encontrado; de um poeta sem Deus, e para quem Deus é somente uma palavra que serve para compor exclamações de desespero; de um poeta que não via sentido nas coisas, não via sentido em nada, nem mesmo em Deus; de um poeta que,



Fotos: Rogério Reis/F4

embora não visse sentido em coisa alguma, não abandonava jamais as atitudes de luta sugeridas pelos problemas e acontecimentos, em favor das causas mais nobres da humanidade – justiça social, liberdade, paz; de um poeta devastado e angustiado pelos enigmas fundamentais e supremos da vida, que considerava irresolúveis. Poesia complexa de um poeta complexo, enigmático e difícil; amigo e distante; que amava mas não se entregava; que era fiel às afeições e aos amigos, mas que deles conservava sempre uma distância que julgava conveniente; que era leal a si mesmo e às suas próprias idéias, porém desiludido e cético; mas que, embora cético, não se furtava a se engajar e a se comprometer – sempre que engajar-se e comprometer-se fosse uma exigência de sua consciência dominada pelo sentimento do dever.

O dever: eis o ponto. Quando a gente se aproxima de Drummond e nele penetra mais fundo, a gente observa que o sentimento nele predominante era o do Dever. A gente chega a sentir com um desagrado forte que até o afeto, em todos os seus graus, era nele filho do Dever. Mesmo o amor? Carlos Drummond de Andrade foi uma usina de gerar amor inaplicado. De amor seco. Na “Ode ao Cinquentenário do Poeta Brasileiro” (Manuel Bandeira), Drummond diz isto:

Certamente não sabias
que nos fazes sofrer.
É difícil de explicar
esse sentimento seco,
sem qualquer lágrima de amor,
sentimento de homens juntos,
que se comunicam sem gesto
e sem palavra se invadem,
se aproximam, se compreendem
e se calam sem orgulho.

Sofrer seco, sem chorar de amor; comunicar-se sem gesto; invadir sem palavras; aproximar-se, compreender e calar-se sem orgulho – eis uma das autodefinições mais precisas de Carlos Drummond de Andrade. Principalmente se se substituir a palavra sofrimento pela palavra amor. Tudo isso, aliás, é explícito de forma rude e dura no poema “Confissão”:

“Não amei bastante meu semelhante,
não catei o verme nem curei a sarna.
Só proferi algumas palavras,
melodiosas, tarde, ao voltar da festa.

Dei sem dar e beijei sem beijo.
(Cego é talvez quem esconde os olhos
embaixo do catre.) E na meia-luz
tesouros fanam-se, os mais excelentes.

Do que restou, como compor um homem
e tudo que ele implica de suave,
de concordâncias vegetais, murmúrios
de riso, entrega, amor e piedade?

Não amei bastante sequer a mim mesmo
contudo próximo. Não amei ninguém.
Salvo aquele pássaro – vinha azul e

/doido –
que se esfacelou na asa do avião.”

“Claro enigma”

Enquanto vivo, o poeta Carlos Drummond de Andrade despertou muito interesse como homem; mas foi a sua poesia o que dele mais se estudou. Natural. Lógico. Certo. Muitos livros se escreveram a respeito da poesia de Drummond. Análises. Teses. Dissecções. Quando da sua morte, volta-se, por um momento, para o homem a tônica do interesse e das referências. Jornais, revistas, emissoras de televisão têm falado do homem Drummond – de sua personalidade esquiva, guache, pessimista, amarga, desesperada, mas também cheia de esperança, de simpatia, de amor, de solidariedade. De tudo o que se disse sobre o homem Drummond, o mais tocante e, parece, verdadeiro (pois se dessuma de sua vida e obra), é o que declarou o romancista Cyro dos Anjos, amigo de Drummond desde a mocidade. Ainda no velório do poeta, Cyro dos Anjos disse a um repórter de televisão mais ou menos o seguinte: que Drummond não foi apenas um grande poeta, mas um homem de caráter, “um homem na acepção integral da palavra”. “Toda vez que eu me encontrava numa situação difícil, em que não sabia bem o que fazer, eu me perguntava como seria que Drummond agiria se estivesse em meu lugar.” O exemplo do homem foi, é, será sempre

importante, sem dúvida. Mas os dias passam, as semanas passam, os meses, os anos. E o que ficou e ficará é a obra literária por ele construída. A obra é que lhe será, para sempre, um espelho de três dimensões, através do qual se enxerga e enxergará um mundo.

Muito ainda vai ser escrito como esforço de interpretar a poesia de Carlos Drummond de Andrade. Essa obra compacta e coerente, que ele desenvolveu e que ele sempre quis, ao longo dos anos, fiel a si mesma, é e será sempre um “claro enigma”. Tudo o que nela se diz é cristalinamente claro – e complexamente enigmático. Tal como o autor. Tal como o poeta. Tal como o homem.

É de dois anos atrás a publicação do diário que Carlos Drummond de Andrade escreveu durante muito tempo e do qual destruiu uma parte – decerto a maior parte. O volume foi publicado sob o título “O Observador no Escritório”. Existem nele revelações importantes. Uma delas, no registro do dia 28 de março de 1952: “Leituras. Pinço em Victor Hugo um verso que parece me definir: “Une immobilité faite d’inquiétude”. E outro, idem, em Mário de Sá-Carneiro: “Fartam-me até as coisas que não tive”. Que Drummond mesmo se sentisse definido por essas duras frases, eis um fato profundamente significativo. Essa “imobilidade feita de inquietação” e essa saciedade até das coisas que não teve (mas que, acrescento eu, apesar da saciedade, ainda deseja, embora com indiferença) subjazem nos escritos de Drummond, e os permeiam e retransmitem. O diário, os contos, as crônicas, os artigos, a poesia toda de Drummond documentam e testemunham que o poeta era um homem inquieto, mas com toda a sua inquietação contida, represada dentro dele mesmo, sem extravasar, sem transbordar, sem se deixar quase perceber. Drummond não se derramou nunca. Nem nos momentos em que o grito mais desesperado e doloroso ou o mais cheio de entusiasmo amoroso lhe clamou passagem para fora da angústia de sua garganta.

Alaor Barbosa, contista e romancista, é autor, dentre outros livros, de “Cidade do Tempo”, “Picumãs”, “Campo e Noite”, “Os Rios da Coragem”, “Praça da Liberdade” (contos), “O Exílio e a Glória” (romance), “Confissões de Goiás”, “A Epopeia Brasileira ou: Para Ler Guimarães Rosa” (ensaios) e “Monteiro Lobato das Crianças” (biografia).

Resumen

UNA ORQUESTRA LLAMADA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

El día 17 de agosto de este año murió el poeta Carlos Drummond de Andrade. En el país no hubo luto oficial, pero sí un luto espeso y profundo en el alma nacional, y en la de los brasileños que tuvieron acceso a la poesía del mayor poeta brasileño de todas las épocas y uno de los mayores de todo el mundo. Pues bien, Drummond dejó de ser instrumento para transformarse en orquesta, como diría João Guimarães Rosa, ese otro minero que parecía saberlo todo.

Abstract

AN ORCHESTRA CALLED CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

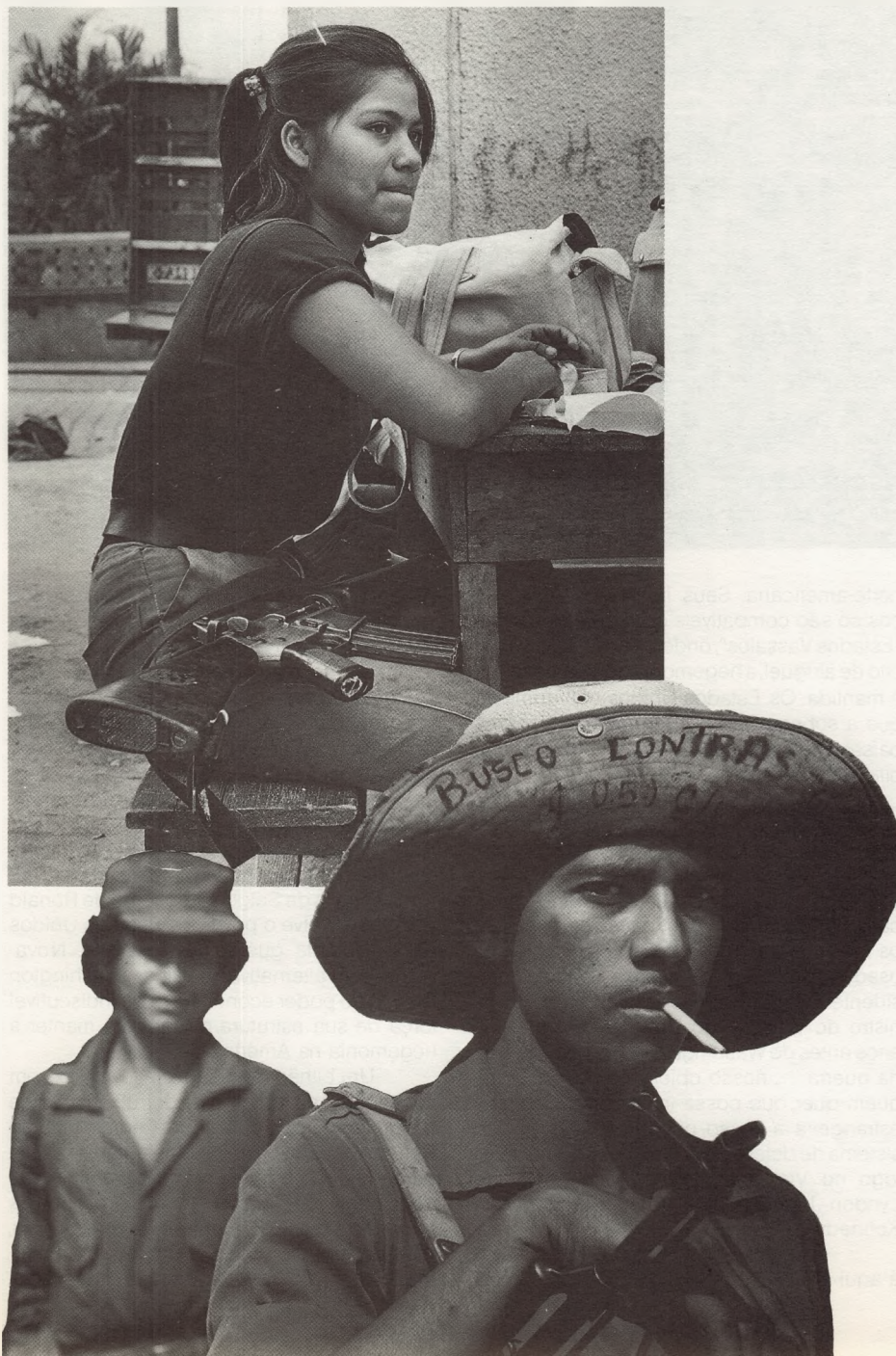
On the 17th of August this year, the poet Carlos Drummond de Andrade died. There was no official mourning in the country – there was, though, deep, heart-felt mourning in the nation's soul and in the heart of every Brazilian who ever had access to the poetry of this, the greatest Brazilian poet of all time and one of the finest in the world. Now, as another “mineiro”* who seemed to know everything, João Guimarães Rosa, would have said, Drummond has ceased being an instrument and become an orchestra.

(* native of the state of Minas Gerais)

O conflito militar centro-americano

Luis Alberto Scottó

Fotos: Cynthia Brito/F4



Os Estados Unidos preparam o cenário para sua quinta guerra neste século: um novo Vietnã está surgindo na América Central. Os interesses estratégicos de Washington usam a Nicarágua para inserir a crise centro-americana no conflito Leste-Oeste. Como no Vietnã, a hegemonia norte-americana é colocada à prova. E a resposta é a mesma: guerra.

Os Estados Unidos, com poder militar suficiente para explodir o mundo, não conseguem subjugar a América Central. O presidente Ronald Reagan negocia mísseis de curto e médio alcance mas estremece com a possibilidade dos sandinistas possuírem aviões. Impõe condições aos russos em Genebra e fracassa diante da guerrilha guatemalteca. Tem um programa de "Guerra nas Estrelas", mas é incapaz de dominar os guerrilheiros salvadorenos que estão acorados no Vulcão de Usulután.

O legendário general Vo Nguyen Giap, responsável pela estratégia militar que derrotou os Estados Unidos no Vietnã, percebeu esta contradição: "Para demonstrar a derrota militar norte-americana me referirei a sua derrota política, que é a base de tudo." – afirmou nove anos antes do final da guerra. "Os reacionários de Saigon são débeis demais e os Estados Unidos sabiam disso. O que eles não sabiam é que, dada a sua debilidade, não saberiam aproveitar a ajuda norte-americana. O objetivo norte-americano é criar uma neocolônia, mas para isso necessita de um governo estável. E o governo de Saigon não tem nenhum efeito sobre a população".

O atual conflito militar centro-americano tem sua origem, como o do Vietnã, numa ineficiente política social praticada por sucessivos governos em obediência aos interesses geopolíticos norte-americanos. Todas as tensões sociais da região têm sido resolvidas com a intervenção direta dos Estados Unidos e por isso este é o lugar do mundo onde

Washington mais desembarcou tropas ao longo de sua história.

As companhias bananeiras abandonaram a região e hoje os Estados Unidos não têm interesse econômico direto na América Central. No entanto, 70 por cento do tráfego no Canal do Panamá tem como origem ou destino algum porto norte-americano, como o próprio Reagan declarou em 1983: "Quase dois terços de todo o comércio dos Estados Unidos, importações de petróleo e minerais estratégicos dependem das vias marítimas do Caribe, as quais estão margeadas por cinco nações centro-americanas".

Mas são as "necessidades" estratégico-militares que se sobrepõem a todos os outros interesses. Os Estados Unidos, geograficamente, têm inúmeras vantagens em relação às outras potências: dois oceanos costeando suas imensas margens; o Canadá ao norte; e a região do Caribe (incluindo o México) ao sul. Não é necessário ser estrategista para concluir que criaram o que chamam de "zona de amortização", um sistema defensivo, a centenas de quilômetros ao sul de suas fronteiras reais, utilizando outros países.

Assim a zona do Caribe, incluindo a América Central, é considerada parte do complexo defensivo, recebendo portanto várias unidades militares. São 14 bases na Zona do Canal, onde está situado também o Comando Sul; o complexo militar de Porto Rico; a base de Guantánamo, em Cuba; o complexo anti-submarino das Bahamas e o sistema defensivo da Flórida e de Kay West. O mais recente ponto de apoio deste cinturão é Honduras, com inúmeras pistas de pouso, centro de treinamento, estações de radar e o centro de Palmarola.

Esses aspectos geopolíticos e a visão de segurança nacional não permitem que se crie espaço para que os países da "zona de amortização" possam se desenvolver e levar adiante suas aspirações nacionais. Os governos locais só se legitimaram com o respaldo que tinham de Washington e não do seu próprio povo.

A aceitação deste "império informal", por parte das classes dominantes dos países da região, tem impedido a formação de dirigentes nacionais com um projeto próprio. Os embaixadores norte-americanos são realmente os que dirigem esses países. Os exércitos nacionais, treinados e armados pelos Estados Unidos, são completamente submissos às ordens vindas de Washington.

Como no Vietnã, as classes dominantes estancaram o desenvolvimento. Criou-se então uma burguesia parasitária e extrativista, baseada na exportação de café, carne ou açúcar, no uso do Estado como fonte de recursos, no tráfico de drogas e na corrupção. Desta forma têm se legitimado no poder apenas com o uso da violência militar e da intimidação política.

A verdadeira fonte de instabilidade social permanente tem sido a própria presença

Aldeias arrasadas, genocídio, canibalismo; a orientação das Forças Armadas centro-americanas é elevar "o quociente de dor".



norte-americana. Seus interesses geopolíticos só são compatíveis com a existência de "Estados Vassalos", onde, através de um exército de aluguel, a hegemonia norte-americana é mantida. Os Estados Unidos não admitem que a soberania e a independência desses países são essenciais para se chegar à estabilidade política interna.

Revolucões "exportáveis"

No Vietnã foi questionada a concepção geopolítica de dominação norte-americana na Ásia. E essa dominação apresentava os mesmos sofismas retóricos que hoje são usados com relação à América Central. O presidente Eisenhower escrevia ao primeiro-ministro do Vietnã, Ngo Dinh Diem, em 1954, anos antes de Washington entrar oficialmente na guerra: "... nosso objetivo é desencorajar quem quer que possa impor uma ideologia estrangeira a vosso povo livre". Também o sistema de defesa norte-americano estava em jogo no Vietnã e o então vice-presidente Lyndon Johnson, em 1961, relatava a John Kennedy:

— A decisão básica no Sudeste da Ásia é aqui. Devemos decidir se ajudamos estes

países com o máximo de nossa capacidade ou abandonamos a luta e recuamos nossas defesas para San Francisco.

O que aconteceu no Vietnã foi uma contestação e mais tarde um confronto ao sistema mundial de dominação em que consiste o império norte-americano. Como esse poder não deu espaço à criação de uma representatividade política nacional, a crise se arrastou ao plano militar.

Apenas doze anos depois do último soldado norte-americano tombar numa rua estreita de Saigon, o governo de Ronald Reagan envolve o povo dos Estados Unidos na sua quinta guerra neste século. Novamente sem alternativas políticas, Washington faz uso do poder econômico e da indiscutível força de sua estrutura militar para manter a hegemonia na América Central.

Um bilhão de dólares já foi gasto com os "contras" na tentativa de derrubar o regime sandinista. Em El Salvador a administração Reagan queima um milhão de dólares por dia para enfrentar a guerrilha. Na Guatemala as tropas do governo, condenadas em todos os fóruns de direitos humanos internacionais, não conseguem pôr fim a um movimento armado que já dura vinte anos. E, finalmente,



Honduras é envolvida artificialmente num conflito com a Nicarágua, ao mesmo tempo que se transforma em base militar norte-americana de caráter permanente.

Nunca os Estados Unidos, depois do Vietnã, gastaram tanto dinheiro em assistência militar, treinamento de oficiais e adestramento de tropas como ocorre hoje na América Central. Reagan afirmou que a região não conhecerá estabilidade enquanto os sandinistas estiverem no poder. Apenas repete declarações de 25 anos atrás quando se dizia que a Indochina não poderia ter paz enquanto Ho Chi Minh se mantivesse em Hanoi. E como a força naval de tarefa percorria a costa do Vietnã, assim também agora os navios norte-americanos fazem manobras militares nas proximidades da Nicarágua.

Na história da América Central vários movimentos que reivindicavam mudanças sociais tiveram um fim trágico e sangrento. A única exceção foi a Nicarágua, em 1979, onde o ditador Anastácio Somoza contrariou os pedidos norte-americanos para que saísse e desse lugar a um governo com o mínimo de credibilidade política. O general Dennis McAuliffe, na época chefe do Comando Sul, foi destacado para convencer Anastácio So-

moza a abandonar o poder. E disse claramente em dezembro de 1978:

— Se você segue o plano sugerido pelos Estados Unidos, os esquerdistas e comunistas não tomarão o poder e teremos um governo moderado. O que quero dizer, presidente Somoza, é que queremos aqui um governo moderado que não leve o nome de Somoza.

O ditador não aceitou, morreu sem entender porque os Estados Unidos lhe retiraram o apoio. Washington tentava naquele momento uma manobra política, afastando uma ditadura de 50 anos e colocando em seu lugar um governo moderado “sem o nome Somoza”. Mas a guerra civil estava muito à frente e Somoza sabia que qualquer governo que assumisse teria que fazer reformas, em oposição à classe dominante. No caso, ele próprio. E assim ficou até o dia em que viu, pela janela do seu bunker, os sandinistas chegando. Passou o poder para o Congresso e fugiu, mas já era muito tarde para qualquer arranjo político.

Depois da vitória sandinista, todos os movimentos guerrilheiros centro-americanos ganharam novo ânimo. Viram na Nicarágua um exemplo da possibilidade de uma vitória militar. Também as burguesias crioulas dos países vizinhos começaram a citar a Nicarágua como um exemplo do que poderá acontecer se for suspensa a ajuda militar norte-americana. E iniciaram logo programas de reformas sociais. Os Estados Unidos responderam atacando a Nicarágua com sua teoria sobre “revoluções exportáveis”. Diziam que os sandinistas estavam mandando armamento para os rebeldes salvadorenhos. Até hoje nenhuma prova veio a público, mas serviu como justificativa para a ocupação militar de Honduras e para a criação do exército “contra”.

Essa noção de guerra exportável, como freqüentemente sugere o Departamento de Estado, foi pela primeira vez expressa claramente pelo então presidente Lyndon Johnson à Liga das Nações: “... se essa técnica (guerra de libertação) der resultado no Vietnã, na próxima semana será tentada em Uganda e no Peru. No entanto, se for derrotada no Vietnã, os chineses saberão que não permitiremos seu uso em outros lugares”.

Arthur Schlesinger esclareceu muito bem o equívoco do ex-presidente Johnson: “Mais do que qualquer outra forma de guerra, a guerrilha depende de condições e oportunidades criadas dentro dos próprios países. Derrotar guerrilhas comunistas na Grécia, nas Filipinas, na Malásia e na Venezuela não impediu a atividade guerrilheira no Vietnã. A existência de guerra de libertação nacional em Uganda e no Peru dependerá não do que acontece no Vietnã, mas do que acontece em Uganda e no Peru”.

E o que acontece na América Central é que a qualidade de vida destes povos é a mesma do ano de 1823, quando James Mon-

roe mandou para o Congresso norte-americano a sua triste doutrina. Os índios que eram perfilados à beira da estrada, debaixo de chuva, para fazer paisagem tropical aos olhos de algum vice-diretor da United Fruit, são avós dos que hoje são queimados vivos pelo Exército no altiplano guatemalteco. O mesmo acontece com o lavrador salvadoreño que, com o queixo apoiado na enxada, contempla um caça bombardeiro Dragon Fly, sob o céu azul de Morazán.

Nestas circunstâncias não cabe a tradicional observação de Ronald Reagan de que o problema centro-americano faz parte do conflito Leste-Oeste. O eixo proposto pelo presidente norte-americano está errado em noventa graus: a guerra de guerrilhas é a reação a um conflito Norte-Sul. De países extremamente pobres tentando abrir caminho entre os interesses geopolíticos do mais poderoso império da história da humanidade. Em todo caso, o ponto de vista de Washington mais uma vez serve para justificar a preponderância que o aspecto militar assume na resolução da crise.

As democracias de Reagan

Juntamente com essas medidas armamentistas, os Estados Unidos tentam criar regimes democráticos de fachada, numa última tentativa política antes de passar para o Pentágono a administração da região. Assim, foi eleito José Napoleón Duarte em El Salvador. Depois vieram os também civis Vinícios Cerezo, da Guatemala, e José Azcona Hoyo, de Honduras.

O resultado destas “democracias” que invadiram os gabinetes presidenciais centro-americanos pode ser sentido com mais nitidez em El Salvador — Napoleón Duarte está há mais tempo no poder. Até agora as classes dominantes, com forte poder sobre as Forças Armadas, não permitiram nenhuma mudança social. O presidente não tem qualquer controle sobre o seu exército e só tem servido para lançar veementes protestos contra os bombardeios à população civil que sua própria Força Aérea executa.

Sem apresentar qualquer melhoria econômica que realmente conquiste a simpatia popular, o conivente presidente salvadoreño se mantém no poder graças à destreza política dos embaixadores norte-americanos que passam por San Salvador. Vários de seus assessores diretos já foram assassinados e somente a autoridade real de Washington sobre as Forças Armadas evitaram, até o momento, um golpe militar. Não existe espaço político para o presidente salvadoreño: de um lado o exército defendendo as parasitárias elites dominantes; de outro, um forte movimento guerrilheiro apoiado por uma população faminta. Os destinos do guatemalteco Vinícios Cerezo e do hondurenho Azcona Hoyo não serão diferentes.

A guerrilha salvadorenha domina 30 por cento do território nacional de dia e muito mais durante a noite. Já são cinco anos de guerra; 60 mil mortos civis (afora as baixas das Forças Armadas, que já criaram até uma funerária própria, e dos combatentes guerrilheiros); um milhão de exilados e a falência econômica total do Estado. Isto tudo para o menor país do continente, um pouco maior que o estado de Alagoas.

O Exército salvadorenho quadruplicou seus quadros nos últimos anos e segue à risca as ordens do Pentágono. Bombardeia a zona de forte concentração guerrilheira, matando e ferindo a população civil – é a teoria da “terra arrasada”. Feito o bombardeio, chegam as tropas com sua proposta de conquistar “corações e mentes”. Esta tentativa de ganhar politicamente as pessoas é feita através do reassentamento dos habitantes atingidos. Assim as aldeias estratégicas, de larga história no Vietnã, chegaram a El Salvador. Hoje esse projeto leva o nome de Plano Conara (Comisión Nacional de Restauración de Areas) e tem arrastado os camponeses a verdadeiros campos de concentração, onde o terror e a ação de esquadrões da morte são os elementos que determinam a ordem.

O Plano Conara é basicamente a criação de aldeias onde a entrada e a saída da população, assim como a escolha do que irão plantar e em que local, são controladas pelo Exército. Do ponto de vista tático, o plano tem dado algum resultado positivo frente a guerrilha. Não permite que os moradores alimentem os guerrilheiros, por exemplo, e dificulta o trabalho político dos grupos de esquerda. Mas para os habitantes a vida é um suplício: primeiro porque durante o bombardeio alguém teve um membro de sua família morto pelo Exército; depois vem a repressão política para que não haja nenhum “desvio ideológico”. E, assim, à base de terrorismo e repressão, termina o trabalho proposto de conquistar “corações e mentes”.

Na Guatemala, o mesmo projeto, com o nome de “aldeias modelo” e com algumas modificações sugeridas por Israel (depois de sua experiência com palestinos em territórios ocupados), foi implantado com muito mais eficiência. Hoje 800 mil pessoas vivem nestas aldeias e várias delas juntas formam o que o governo chama de “pólo de desenvolvimento”.

Tudo na Guatemala custa muito sangue e a implantação destas aldeias foi, naturalmente, um genocídio. Os governos militares que tiraram do poder o presidente Jacobo Arbenz, num golpe articulado pela CIA, iniciaram em 1954 uma escalada de repressão que dura até hoje. Mas foi a partir de 1963 que o Exército guatemalteco começou a derramar sangue: cerca de 500 povoados foram arrasados, em 300 houve massacre da população civil.

O número de civis mortos é de 30 mil. São 40 mil os desaparecidos. Mas os oficiais

A guerrilha controla boa parte do território de El Salvador e é cada vez mais uma resistência popular organizada e armada



guatemaltecos explicam seus métodos: “Nossa política consiste em separar o peixe da água. O peixe é a guerrilha, a água é o povo”. E foi dentro desta visão que o general Efraín Ríos Montt (1982-83) desencadeou uma campanha de pacificação nacional: 15 mil pessoas desapareceram ou foram assassinadas.

A execução da ordem de terra arrasada e a construção de “aldeias modelo” são práticas corriqueiras. Assim como também é prática do Exército queimar pessoas vivas diante da população, matando primeiro e principalmente as crianças, para desestimular um possível apoio aos guerrilheiros. Há também o envenenamento da população civil, como ocorreu em Chacolin, no departamento de Huehuetenango, onde o Exército obrigou os moradores a tomar “fresco de gamexán” (um produto tóxico usado como inseticida). Junto com essas atrocidades está incluído também um programa de esterilização em massa, conforme denúncia do médico Carlos Gehlert. Finalizando, existe a acusação sobre o Exército guatemalteco de canibalismo.

Todas essas práticas militares das Forças Armadas centro-americanas revelam não um desequilíbrio emocional isolado de alguma tropa, mas uma orientação político-militar mais abrangente. É uma forma de atuar que tem até uma expressão própria: “a elevação do quociente de dor”. Isto é, a elevação do estágio de guerra, tornando-a mais devastadora e fazendo com que a guerrilha reavalie se a guerra vale o preço que por ela está sendo pago.

Com essa política militar e com essa tática “de campo”, os Estados Unidos propuseram que a Guatemala entrasse definitivamente no processo democrático através da simples eleição de um presidente civil, o advogado Vinícius Cerezo. Apesar da cadeia

presidencial estar de direito nas mãos de um democrata-cristão, nem o arcebispo da Guatemala, Próspero Penados, acredita que os militares deixaram o poder: “os militares continuam sendo o poder por detrás do trono”.

Nós somos o vento

Já em Honduras, a eleição de um presidente civil serve para dar respaldo internacional à verdadeira ocupação militar de caráter permanente que o governo dos Estados Unidos executa. O Departamento de Defesa decidiu reforçar sua presença militar na América Central e hoje manobra o governo hondurenho dentro de seus mais restritos interesses. Ao ponto dos hondurenhos se perguntarem, dois anos atrás, quem era o segundo homem mais forte do país. O primeiro era sem dúvida o embaixador norte-americano John Negroponte.

Foi o ex-presidente Roberto Suazo Córdova e o ex-embaixador Negroponte que iniciaram as manobras militares norte-americanas para intimidar a Nicarágua. Foi dos dois também a responsabilidade de promover e patrocinar o grupo guerrilheiro “contra”, que há cinco anos tenta derrubar o regime sandinista. Foi sob o auspício da dupla – Negroponte mandando e Suazo obedecendo – que chegaram os primeiros engenheiros para construir pistas de pouso, bases militares e torres de radares que o Exército norte-americano usa hoje.

Honduras é uma tragédia dentro da tragédia centro-americana. Anos e anos servindo como trampolim para as tropas norte-americanas que desejam derrubar algum governo não convincente ou de “ideologia suspeita” não lhe adiantaram de nada. É o país mais pobre da América Central. A suntuosidade da embaixada dos Estados Unidos em Tegucigalpa, cercada pelos casebres de palafita,



forma o cartão-postal que mostra bem o que tem sido o relacionamento entre os dois países.

Cerca de 70 por cento da população tem uma renda per capita de 27 dólares, os 30 por cento restantes (incluindo as Forças Armadas) recebem 417 dólares. A verba para a saúde é de dois por cento; para a compra de armamento em torno de 40. Não existe movimento armado permanente em Honduras – como em El Salvador e Guatemala –, pois a noção de nacionalidade não passa da mais pura abstração.

A transformação de Honduras em “Estado vassalo” tem origem no início do século. Mas em 1954 os Estados Unidos conseguiram um tratado militar de assistência que a transforma num quartel-general, sem o ônus de melhorar o nível de vida da população. Esse acordo foi feito para facilitar a derrubada do governo de Jacobo Arbenz, da Guatemala, e foi ressuscitado pela administração Reagan para atuar diretamente na derrubada do governo nicaraguense e para intervir militarmente na guerra civil de El Salvador.

Alguns oficiais hondurenhos já se mostraram contrários à política norte-americana em seu país. Honduras hoje abriga 20 mil ex-somozistas armados no seu território. E a po-

pulação se pergunta para onde irão os “contras” caso a ajuda militar seja suspensa (Reagan levará esses 20 mil homens para os Estados Unidos?). Para completar, no país estão sendo treinados os seus mais terríveis inimigos – os salvadorenhos. Desde a “Guerra do Futebol”, em 1969, El Salvador ficou com um pedaço do território hondurenho e essa disputa de fronteiras até hoje não se resolveu.

Além de todas essas imposições, Washington assumiu sua política externa. É de seu território que partem aviões norte-americanos para bombardear territórios salvadorenhos ocupados pela guerrilha e fazem também frequentes incursões em espaço aéreo nicaraguense. Em Honduras o povo já sabe que caminha para um confronto militar do qual não fez a menor questão de participar.

Esta “libanização” de Honduras poderá conduzir a uma guerra com a Nicarágua. Apesar de sua extrema pobreza, o país conta hoje com a mais sofisticada Força Aérea centro-americana. Atualmente seus hospitais são obrigados a tratar ferimentos com água fervida e sabão, não dispõem de seringas e os aparelhos cirúrgicos são poucos e inadequados. No entanto o democrático presidente Azcona Hoyo anunciou, mês passado, a compra de mais aviões, no valor de 75 milhões de

dólares. Esses doze supersônicos F-5 reforçam o ataque de Honduras, enquanto nos seus hospitais o anestésico mais forte é a “aspirina”.

Os Estados Unidos já construíram o famoso centro de Palmerola, um porto, pistas para pouso e um centro regional de treinamento militar em Trujillos que custou 28 milhões de dólares, segundo informes do Pentágono. Há campos de pouso em San Lorenzo, Águacate, San Pedro e Puerto Lempira. Mais duas estações de radares na ilha Tiger e Cerro La Mole. Grandes estoques de munição estão empilhados em San Lorenzo e Trujillos e 13 milhas de obstáculos para tanques foram construídas nas proximidades da fronteira com a Nicarágua.

Apesar de sete anos de ajuda militar efetiva, Washington, através do governo de Napoleón Duarte, ainda não conseguiu a iniciativa da guerra salvadorenha. Apesar dos 20 anos de massacre, a guerrilha guatemalteca continua nas províncias de El Peten, de Quiché, de Huehuetenango. Apesar de todos os gastos militares e desgastes políticos (Irã-gate), os “contras” financiados pela administração Reagan não dispõem de um topo de montanha na Nicarágua nestes cinco anos de luta.

Com todo seu poderio militar os Estados Unidos estão arriscando, não a ficar sem a Nicarágua, mas a perderem toda sua hegemonia na América Central. “Se a Nicarágua for atacada, acabam-se as fronteiras” – avisa o ministro nicaraguense do Interior, Tomas Borges. Isso significa um movimento guerrilheiro espalhado do México a Colômbia. E essa guerra será, como já está acontecendo, travada nos mesmos moldes do Vietnã e tão bem explicada pelo general Nguyen Chi Than:

– Os americanos são mais fortes do que nós sob qualquer ponto de vista, mas aqui nada pode contra a tática. Lembrem-se, companheiros, que a guerra do Vietnã é uma arena extraordinária, onde os americanos fazem o papel de pugilistas que lutam contra o vento. Nós somos o vento. Envolvam o inimigo como faria o vento e, igual ao vento, fujam. Camaradas, procurem não coagular o vento.

Luís Alberto Scotto é professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumen

EL CONFLICTO MILITAR CENTROAMERICANO

Los intereses estratégicos de Washington en América Central han creado alternativas políticas frágiles, sin respaldo popular. Esos gobiernos se legitiman por la violencia militar, que en algunos países llega a un nivel de genocidio. Los Estados Unidos usan a Nicaragua para incluir la crisis centroamericana en el conflicto este-oeste. De esta forma, escoden la determinación del gobierno de Ronald Reagan de transferir a los generales y no a los pueblos del área, el acabar con la crisis. Como en Vietnam, la hegemonía norteamericana se coloca a prueba y la respuesta es la misma: la guerra.

Abstract

THE MILITARY CONFLICT IN CENTRAL AMERICA

Washington's strategic interests in Central America have made for fragile political alternatives that lack popular backing. Local governments achieve legitimacy by dint of military violence that verges on genocide in some countries. The United States use Nicaragua to drag the crisis into the East-West conflict. By so doing, the Reagan Administration is papering over its real determination to place the solution to the crisis in the hands of the generals rather than entrusting the peoples of the region with the task. As in Vietnam, North American hegemony is put to the test. The reply will be the same: war.

O direito à moradia

José Geraldo de Sousa Júnior
Alayne Sant'Anna



Foto: Paula Simas/F-4

No Brasil, hoje, a experiência de luta pela construção da cidadania expressa-se como reivindicação de direitos e liberdades básicos e de instrumentos de organização, representação e participação na estrutura econômico-social e política da sociedade.

Os cenários mais frequentes deste processo têm sido armados nas periferias das cidades e nas áreas rurais onde vêm ocorrendo inúmeras manifestações de grupos e classes populares empenhados em afirmar o seu direito de cidadania e em organizar formas concretas de defesa e promoção de seus interesses.

No campo, contra a lógica de concentração da propriedade da terra, a organização consciente orienta a energia de movimentos coletivos de resistência às expulsões arbitrárias, de reivindicação por assentamentos alternativos e pela reforma agrária. O que caracteriza a ação destes movimentos, sua eficiência e capacidade de articulação de soluções é a convicção de que sua ação encontra apoio num direito que não coincide necessariamente com a legalidade oficial.

Nas áreas urbanas ocorre fenômeno idêntico. As migrações forçadas conduzem às cidades contingentes populacionais de forma desordenada e agravam a qualidade de vida da já depauperada condição de existência da força de trabalho urbana.

Surgem, também aí, novas formas de experimentar a vivência da própria exclusão. Organizam-se associações de moradores, comissões específicas, manifestações e estratégias de luta orientadas para reivindicações autônomas fundadas na convicção de um legítimo direito, embora não reconhecido nas leis.

Os movimentos de desobediência civil como resposta à negação de direitos legítimos vêm sendo, neste contexto, frequentes na sociedade atual. Laura Pederzoli, em trabalho realizado para o curso de graduação em Direito, na cadeira de Criminologia, confirma esta constatação: "Um exemplo bastante rico deste tipo de atuação foi a ação dos morado-

res da quadra 110 Norte. A prática da desobediência civil foi usada no combate ao desrespeito ao direito à habitação. Ela aparece aqui de duas maneiras: na ocupação do terreno, que, de acordo com a lei vigente, não poderia ser ocupado por aquelas pessoas, e na recusa a abandoná-lo quando foi solicitado pelo governo". Deste modo, continua, "em toda ação que caracteriza um movimento de desobediência civil evidenciam-se três aspectos: a lesão ao direito, a resposta não-violenta dos agredidos e a postura agressiva do governo face aos acontecimentos. No caso da 110 Norte pode-se, além desses aspectos, analisar as formas de apoio que os cidadãos envolvidos receberam de outros segmentos da sociedade civil".

A reivindicação de direitos, pois, como o direito de morar, faz parte da construção social da cidadania, sentimento e consciência da exclusão social que organiza as condições de luta e defesa de direitos não reconhecidos, desenvolvendo formas de atuação que articulam desde a recusa e a resistência, à desobediência civil e à constituição de um efetivo poder dual, como estratégias que os legitimam.

No âmbito do direito, trata-se de reconhecer que no mesmo espaço geopolítico vigoram, em razão da cisão infra-estrutural em classes e grupos, outros direitos que não os exclusivamente postos pela ação do Estado. Estes novos direitos representam, pois, uma legalidade alternativa à legalidade estatal constitutiva de um pluralismo jurídico que se nutre da competição de vigência entre a normatividade do Estado e a aplicação espontânea, precária e informal de uma normatividade autogestionada e apta à resolução de conflitos no seio da comunidade, em situações determinadas da reprodução social no contexto de relações intra e interclassistas.

A sociedade civil, por meio de suas entidades mais representativas, incorporou o debate e pede a criação de instrumentos que traduzam as aspirações populares, como proposta de construção teórica nova no plano

jurídico, em condições de sustentar um projeto de organização e de ampliação da capacidade popular de auto-exercitar a sua participação como agente determinante ativo e soberano no encaminhamento de seus interesses e na direção de seu próprio destino.

Vê-se, assim, que não se trata apenas de definir o maior ou menor grau de exercício direto ou tipos de instituições representativas, através dos quais as classes subalternas concretizam e subordinam o sentido histórico do processo de articulação do poder. Mas de compreender a questão atual da legitimidade, como resultante de tensões entre legalidades possíveis, cuja resolução expressa, ao limite, a alternativa de um efetivo poder popular.

Uma construção teórica nova, em suma, que se volta para a construção de um saber crítico, naturalmente comprometido com a análise da estrutura social, tendo por objeto a sua transformação racional, sensível à direção do progresso, capaz, portanto, de reconhecer o caráter operativo do saber e de aceitar-lhe as consequências políticas.

Neste sentido, não será despropositado dizer que a resolução da questão da moradia, cuja representação político-jurídica se exprime na fundamentação teórica do direito de morar, é o fecho de abóbada das transformações estruturais da sociedade brasileira. O processo de especificação do direito de morar, dentro da pluralidade de ordenamentos, constitui um espaço de mediação para novos instrumentos jurídicos de intervenção de classes e grupos sociais subalternos e de reconhecimento de novos direitos fundamentais, os quais encontram, em situações conjunturais objetivas, as vias próprias de manifestação.

Os autores são membros do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos – NEP, da UnB, e integram a equipe de produção do Curso "O Direito Achado na Rua" promovido pela Universidade de Brasília, através da Coordenadoria de Educação à Distância, do Decanato de Extensão.

Brasil: meio milênio

Roberto B. Piscitelli

Quais as origens do pessimismo, da indiferença e do mais restrito individualismo que ameaçam levar-nos, a nós brasileiros, a lugar nenhum?



Algo extremamente preocupante, perceptível, mas não necessariamente consciente, cada vez mais disseminado na sociedade brasileira, é um certo estado de espírito e uma atitude cujas características mais significativas poderiam ser assim resumidas:

- alheamento e alienação crescentes;
- descrença generalizada diante das instituições e dos dirigentes; e
- falta de solidariedade e exacerbação do individualismo.

Muitos poderão dizer que o fato não é novo, nem é privilégio deste país. Certo! Mas o que se coloca agora é a extensão e o grau em que tais constatações se dão e os efeitos que estão ocasionando, bem como a (falta de) perspectiva daí engendrada.

O pessimismo com que estamos convivendo é a outra face dos milagres em que não cansamos de acreditar ou sonhar. Sempre nos ensinaram uma série de baboseiras: no imensurável potencial que possuímos, na nossa extraordinária capacidade de adaptação (leia-se: acomodação) às circunstâncias, no nosso talento, habilidades, inteligência, cordialidade; enfim, que Deus é brasileiro (e imaginem se não fosse: o Brasil já teria sido riscado do mapa, mesmo sem terremotos, vulcões, furacões). Disto estamos tão conscientes que fomos capazes de criar uma anedota antológica, na qual Deus nos privilegia em todos os aspectos, exceto quanto ao povo que aqui plantou.

Que precisamos de milagres, de ídolos,

ah!, disso ninguém duvida; nessas coisas acreditamos até demais, isto é, no que não depende de nós. Como no dito popular: se Deus quiser! Deus vai dar um jeito (ou um jeitinho, pois, afinal, Ele não é brasileiro?). Não há de ser por outra razão que proliferam tantas loterias neste pobre país de homens crédulos, onde todos sonham ficar ricos da noite para o dia, e os mais fortes e espertos podem enriquecer rapidamente, bastando explorarem os mais fracos e oprimidos. O ideal é não ter de trabalhar muito, o que ajuda a explicar tanta imaginação, e porque somos tão criativos para conceber e aplicar tantos golpes e enganar tantas pessoas.

Calma, entretanto; não estou falando em você e em mim. Você sabe bem que

FCC 1608

estamos falando de muita gente que a gente conhece e outras tantas de que já se ouviu falar.

Ora, tais golpes nunca saem da moda, apesar de noticiados diariamente pelos jornais: desde o bilhete premiado, passando pela “furadinha”, até os grandes golpes, os golpes de mestre, inclusive os daqueles que prometem tudo antes das eleições, mesmo as coisas que sabemos – de antemão – serem inexequíveis, mas em que não cansamos de acreditar (será verdade mesmo?). Pois é por esse tipo de credulidade que nos desiludimos logo. Aliás, as coisas se passam como se fosse um disco cuja agulha “trancou”, que repete sempre a mesma parte da música; e nunca temos a coragem ou o ânimo de suspender a agulha ou trocar o disco.

Não é à-toa que já veio estrangeiro a esta terra, roubou de todo mundo e ainda saiu por aí dando-se o deslante de escrever um livro ensinando como nos ludibriar no Brasil. Não é à-toa que, nos filmes estrangeiros, observa-se um fenômeno cada vez com maior frequência: todas as vezes que alguém pretende refugiar-se para se proteger de algum golpe baixo dado em seu país de origem, podendo curtir as delícias de gastar o dinheiro assim obtido, logo resolve vir instalar-se no Brasil, terra, aliás, prometida, ou melhor, que tem até sido mais generosa na acolhida a certos escroques internacionais do que propriamente no abrigo a refugiados por “crimes” de consciência. Infelizmente, aliás, isto pode ter ocorrido desde os primeiros registros históricos, com as nossas amáveis desculpas aos irmãos portugueses, os quais – junto com os degradados – também nos mandaram alguns degradados (numa versão à antiga da migração cubana para os Estados Unidos).

Mas não caiamos na tentação de voltar ao passado, porque dele ninguém se ocupou melhor que o mestre Raymundo Faoro, em sua monumental obra “Os Donos do Poder”¹. Até mesmo porque, se insistirmos com isso, adotaremos a posição daquele filho que atribui todas as desgraças que ainda vão acontecer-lhe ao pai e à mãe que não souberam educá-lo. Assim, voltemos ao início para examinar as características apontadas.

Alheamento, alienação

Os 21 anos de regime repressivo reforçaram uma tendência cultural profundamente arraigada. Nossa população sempre foi oprimida e conduzida (e os que vieram para cá já o eram). A ignorância, a desinformação, a manipulação são marca registrada na utilização dos instrumentos de poder. Ninguém se torna verdadeiramente responsável por nada; tudo o que se obtém é concedido, numa espécie de sistema administrado de recompensas e castigos, quando os iluminados entendem que a plebe passou a merecer um prêmio.

As relações dos cidadãos com os dirigentes se pautaram, ao longo dos séculos, pelo assistencialismo e a subserviência. Os indivíduos nunca **participaram** de nada. E isso faz com que nosso espírito de mobilização seja mínimo e o de organização, caótico. Mais difícil mesmo que reunir as pessoas é conseguir ordenar, sistematizar a sua participação. A verborragia dissipa a capacidade de ação. E é crítica a nossa capacidade crítica; não fomos formados para a análise desapixonada de fatos ou situações; por isso mesmo, nossas opiniões são tão fluidas e nossas posições, tão personalistas.

Deslumbramo-nos com qualquer coisa que não entendemos muito bem e somos cruamente destrutivos diante de qualquer coisa que nos desagrade. Parece natural, portanto, que uma população assim seja alvo preferencial para todos os oportunistas, massa de manobra de aproveitadores, presa fácil de usurpadores. Nosso comportamento se pauta pela emoção, a exemplo de uma torcida em campo de futebol, para quem qualquer jogador pode ser quase simultaneamente herói ou vilão.

Somos capazes de passar rapidamente de um estado social de completa euforia para outro de profunda depressão, e vice-versa, por ação de qualquer milagreiro ou profeta do apocalipse. Isso, aliás, no plano individual, caracterizaria um comportamento tipicamente imaturo, mais comum aos estágios precedentes ao da vida adulta. Não obstante, tudo indica que o Brasil já não pode mais ser considerado uma criança, a menos que aceitemos mantê-lo eternamente deitado em berço esplêndido.

Em suma, a falta de participação deve estar fortemente correlacionada com a irresponsabilidade, a indiferença diante do que se passa ao nosso redor. Por exemplo: por que nos preocupamos com o patrimônio público, com a própria administração? Isto é coisa **deles**. Como o que pagamos é **deles** mesmo (cuja coisa pública se confunde tantas vezes com a particular), o que dilapidarmos, desperdiçarmos e até apropriarmos é a vingança pelo que nos tiraram (quanto apelo à sonegação de tributos!).

Por outro lado, essa dificuldade de arregimentação e de organização faz com que a maioria das reivindicações tenha um caráter mais ou menos anárquico, dispersivo, descontínuo, volúvel, de fôlego curto.

Nada será mais cômodo que lavar as mãos como Pilatos. Não é mais ou menos isso que significa a infeliz assertiva “não gosto de política”? Esta frase, em análise transaccional, talvez pudesse ser traduzida da seguinte forma: “não quero imiscuir-me nos assuntos que dizem respeito aos rumos da minha vida”.

Não é fora de propósito lembrar que outro mestre, o Aurélio, já designa como acepções extremas da palavra “alienar”, “alucinar”, “enlouquecer”².

Descrença, ceticismo

Num quadro assim tão conservador, de tanto imobilismo e com características sectárias, não deve causar qualquer surpresa a indiferença e descrença (aqui no sentido profundo, amplo) que os cidadãos nutrem em relação ao poder constituído. Não tendo nenhuma influência na sua constituição (que, aqui, circunstancialmente, não se chamou de Constituinte), nem expectativa de participação efetiva na administração do país, os cidadãos são meros espectadores de uma peça que está sendo permanentemente re-presentada; e o que é pior: geralmente com os mesmos atores, seus sucessores hereditários e alguns de seus fiéis seguidores, estes quase sempre fazendo pequenas “pontas”, suficientes para mantê-los em cena.

Final, o poder no Brasil sempre foi como gafeira (com o perdão da comparação, para os amantes da gafeira): quem está fora não entra; quem está dentro não sai. Os que estão fora não têm o direito às aspirações mais legítimas de qualquer cidadão, às ambições mais salutares de qualquer mortal. Os que estão dentro não precisam preocupar-se em “mostrar serviço”, não têm por que prestar contas; apesar de que, se isso for requerido, haverá bons meios de manipular, contando até com a colaboração de boa parte da imprensa (o famoso quarto poder, com a mesma autonomia e poder que o segundo e o terceiro). De qualquer maneira, sempre valerá a pena arriscar: mesmo que alguém seja “flagrado”, nossa tradição de “tolerância”, de impunidade, aliada à falta de memória e de visão crítica, acabará por demonstrar que “o crime compensa”.

Por paradoxal que pareça, talvez seja pela nossa incrível incapacidade de mudar que falemos tanto em mudanças (já). Campeusa já dizia que é preciso mudar para que tudo continue como está.

Nossa sociedade se divide em duas grandes classes de pessoas: os que estão (e que quase sempre têm estado) no poder e os que não estão (e nunca estiveram) no poder. Logo que alguém chega por lá, como que num toque de magia é rapidamente absorvido, transfigura-se de revolucionário em reacionário, tão grandes são a força e os atrativos pela manutenção do status quo. Altere-se a posição que mudará o discurso. Sobre esse assunto, aliás, tenho pensado que nada se parece mais com o revolucionário da última hora que o reacionário da primeira hora.

Não é, assim, de estranhar, que nossa tendência seja a de ver todos os dirigentes como uma coisa só: como se fossem uns aproveitadores. Criticamo-los por usarem de seus cargos para se locupletarem, mas bem que talvez tenhamos uma pontinha de inveja por não poder fazer o mesmo. É impossível não relembrar a anedota do macarrão, antes e

depois de entrar na panela. Numa tentativa de simplificação, vê-se o honesto como sinônimo de trouxa; "esperto", em contrapartida, significa inteligente, vivo.

Estamos tão acostumados à mentira que, a cada mensagem ou declaração, nossa interpretação é sempre no sentido oposto. Se dizem que alguma coisa não vai faltar, corremos para obtê-la; se dizem que o preço não vai subir, ficamos esperando pelo próximo aumento. Diziam que vivíamos na Ilha da Fantasia, quando ela já estava submersa.

Os fatos são sucessivamente adulterados para que as mentiras possam ser dissimuladas. Pratica-se a "verdade" de 1984³. E esta é uma das razões de nossas instituições serem tão frágeis, tão vulneráveis: os homens são tíbios, as opiniões, inconsistentes. Se as coisas fossem muito claras e definidas, haveriam muitas dificuldades para a classe dirigente, que prefere dispor de limites bastante amplos para estabelecer – em cada caso – o que mais convém. Não é, portanto, mero acaso ter-se consagrado entre nós a célebre expressão: "para os inimigos, os rigores da lei; para os amigos, os favores da lei" (ou, então, "tudo").

Falta de solidariedade, individualismo

Se cada um tem de "se virar", pois não tem a quem recorrer e – quando recorre – não confia (pois, afinal, tudo dá em nada, acaba em samba; gera, quando muito, uma sindicância ou um inquérito), o negócio é "cada um por si". Quem, neste país, confia mais na Justiça que um de seus mais conhecidos contraventores do jogo do bicho? Ou, por acaso, também não é da sabedoria popular a célebre expressão segundo a qual o cidadão, ao se sentir perseguido pela polícia, recorreu ao bandido? Se, todavia, alguém duvidar, que entre com um processo e acabará como o herói de "O Processo"⁴.

A falta de solidariedade é, na realidade, parte de um processo mais amplo e doloroso,

exacerbado pelo rápido crescimento e urbanização avassaladora e desordenada, associados à modernização e à massificação dos meios de comunicação, numa sociedade altamente competitiva e desigual, que sequer equacionou (≠ resolveu) seus seculares problemas de miséria, analfabetismo, sub e desnutrição, endemias, saneamento, etc., etc.

Antes que se pudesse imaginar a formação da individualidade, desenvolveu-se o individualismo, com a perda progressiva do respeito pelas liberdades e direitos dos demais, com o desprezo pelos valores culturais tradicionais, sem que apesar disso – se tivessem vencido as barreiras primárias do preconceito e das discriminações, profundamente arraigadas ao longo do processo histórico.

Em lugar da cultura que erigia como valores a dignidade, o esforço próprio, o espírito cooperativo, adotou-se uma pseudo cultura de massa, que uniformizou o país de Norte a Sul, em detrimento das próprias características locais.

O símbolo do milagre tomou como parâmetro o acesso aos bens de consumo durável. E, como carro-chefe, o automóvel, rápido, máquina poderosa, sonho de todos os jovens que querem vencer na vida sem precisar de um grande esforço: resolve desde os problemas de locomoção até os de conquista de outra pessoa. E pode ser usado com exclusividade. E também não é por acaso que – de todas as coisas caóticas deste país – nada se compara ao trânsito de nossas grandes cidades e nas estradas, ou aos nossos estacionamentos. Mais do que em qualquer outra parte, o que vale é a lei do mais forte.

Mas, e aonde nos está levando essa falta de solidariedade?

Provavelmente, a lugar nenhum. Num país em que "é preciso levar vantagem em tudo", todos procuram repassar as perdas que sofrem, compensando-as. Se, entretanto, ao nível individual os ganhos e perdas aparentemente se anulam, o sistema como um todo se nivela por baixo, com uma queda glo-

bal de qualidade (de vida). A maioria trabalha mal, porque ganha mal; paralelamente, não podem ganhar mais, porque trabalham mal. A compensação pelas baixas remunerações, más condições de trabalho, falta de participação nos processos decisórios e de oportunidades de ascensão, desorganização administrativa geral, etc., se traduz no desinteresse, negligência, falta de zelo, de orgulho profissional, perda do respeito pelos outros, enfim.

Enquanto de um lado o professor "mata" a aula, do outro o aluno compactua para obter o diploma com mais facilidade. O médico só receita, pois não vale a pena sequer preencher o prontuário, enquanto o paciente está mais preocupado mesmo é com o atestado. O fiscal faz vistas grossas à sonegação, enquanto o empresário – se não puder aumentar o preço – prejudicará a qualidade ou reduzirá o peso. Os chefes venderão suas almas para se manterem nas funções, enquanto os funcionários continuarão fazendo de conta que estão trabalhando muito.

Periodicamente, realizar-se-ão eleições para se fazer de conta que já somos uma democracia plena. Os candidatos serão escolhidos sempre através dos mesmos processos com muita fraude, maciça influência do poder econômico, apelo fácil à demagogia. Eleitos, governarão com os mesmos cambalachos e através dos mesmos conciliábulos. Preparão mudanças e renovação. E nós continuaremos sendo convidados para servir e não para sentar à mesa, para o banquete que preparamos. Depois, seremos de novo chamados para remover os restos.

Apesar de sermos os donos da casa e da festa, até hoje não nos sobrou tempo nem oportunidade, nem paramos para refletir que o circo, ou melhor, a festa continua porque a casa é nossa.

Roberto Bocaccio Piscitelli é economista e contador. Professor do Departamento de Administração da UnB, entre outros trabalhos publicou *Contabilidade Pública: um enfoque da administração financeira federal*.

Referências Bibliográficas

1. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979.

2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed., rev. e aum. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

3. ORWELL, George, 1984.

4. KAFKA, Franz. *O processo*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1966.

Resumen

BRAZIL: MEDIO MILENIO

Atualmente, el estado de espíritu predominante de los brasileños presenta las siguientes características: perturbación y alienación crecientes; desconfianza generalizada frente a las instituciones y a los dirigentes; falta de solidaridad y exacerbación del individualismo. El cuadro no es nuevo, sin embargo es una realidad que necesita de una reflexión, dada su extensión generalizadora.

Abstract

BRAZIL: HALF A MILLENIUM

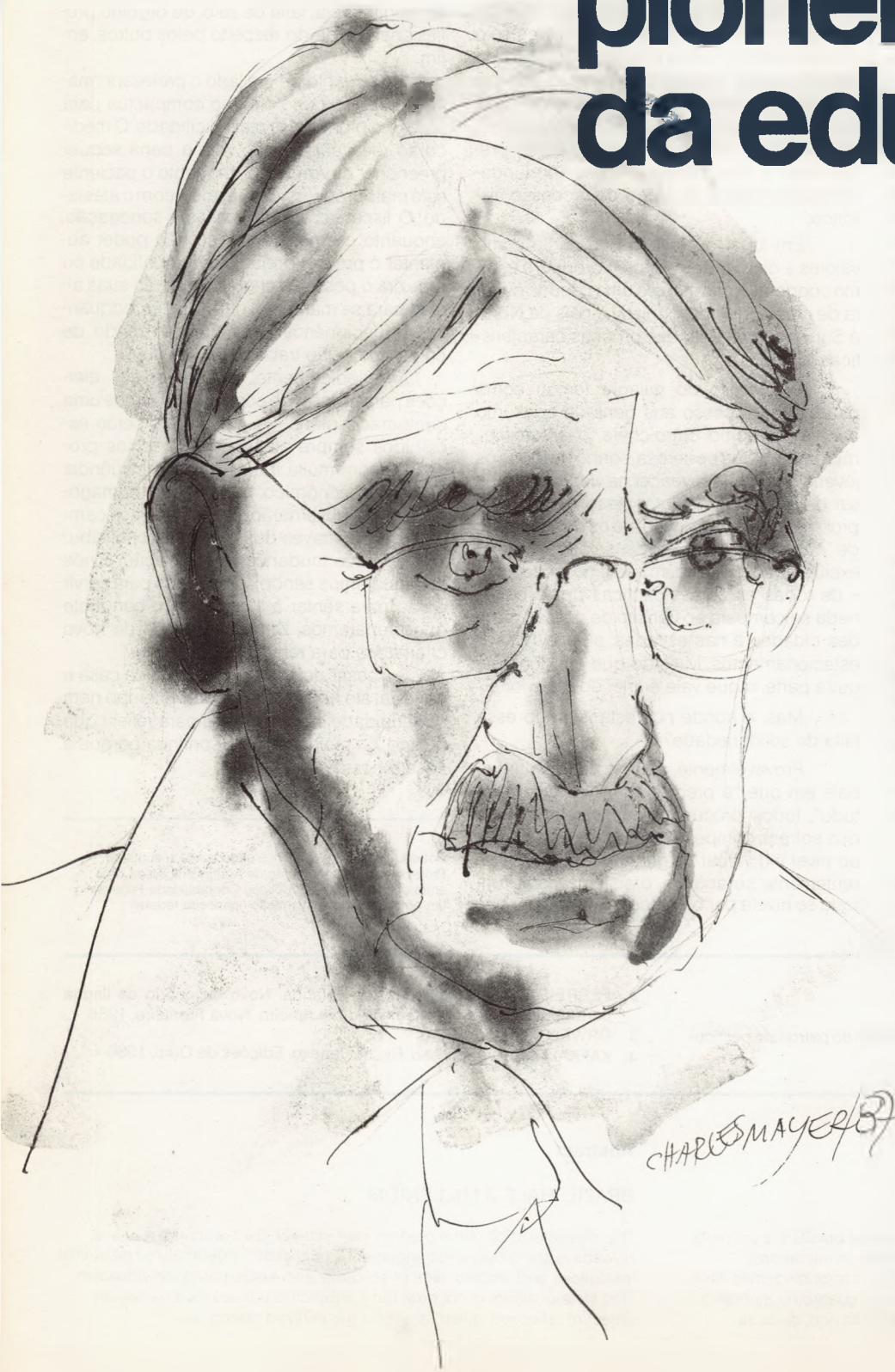
The characteristics of the predominant state of spirit among Brazilians nowadays are: growing estrangement and alienation; generalized distrust of institutions and leaders; lack of solidarity and exacerbated individualism. This state of affairs is not new, but it should be posited as a necessary object of reflection, given its almost generalized extension.

Dewey e os pioneiros da educação

Flávio Q. Linhares*

O movimento da “escola nova” trouxe para o Brasil o pensamento de J. Dewey, filósofo e educador norte-americano. A influência dos modelos educacionais europeus é então deslocada pelo pragmatismo da tradição americana, que tem entre nós divulgadores do porte de um Anísio Teixeira. O impacto das idéias de Dewey no Brasil pode ser avaliado em algumas teses incorporadas ao “Manifesto dos Pioneiros” (1932) e em disposições educacionais da Constituição de 1934.

Os Estados Unidos, historicamente, têm oferecido contribuição inestimável à literatura, às ciências e às artes, mas foram avaros na filosofia, pois somente alguns de seus sistematizadores obtiveram, nesse campo, projeção internacional, citando-se especificamente C. Peirce, W. James e J. Dewey. A popularidade do último, entretanto, constitui fato invulgar na época contemporânea: suas idéias não só implantaram-se em sua pátria como ultrapassaram de muito as suas fronteiras. O filósofo e o educador estão nele intimamente associados na tarefa pedagógica, embora se possa destacar e estudar essas vertentes de sua extensa atividade intelectual. Consideradas essenciais ao entendimento de sua teoria, destacam-se *How we Think* e *Democracy and Education*, escritas respectivamente em 1910 e 1916. Ao falecer, com a avançada idade de 92 anos, já havia ele recebido a definitiva consagração de sua obra.



O pragmatismo instrumentalista

O pensamento de Dewey fundamenta-se numa filosofia voltada para os problemas do homem, na convicção de seu valor intrínseco e na capacidade de promover a sua plena realização. Chegou ele a afirmar que esta filosofia poderia ser conceituada como uma teoria geral da educação. Dewey entusiasmou-se pelo evolucionismo de C. Darwin e pela psicologia biológica de W. James, mas caracterizou diferenciadamente a sua filosofia, denominando-a de "instrumentalismo" ou "funcionalismo". Justifica isso ao afirmar que a aquisição de conhecimento é tanto atividade dirigida, como integrante funcional da experiência. Entendia o pensamento como esforço para reconstruir a atividade do indivíduo e promover-lhe as condições necessárias de se adaptar a novas situações. "Educação é vida, não preparação para a vida", pois a educação dirige-se à vida em constante crescimento e aperfeiçoamento, assegurados na medida em que se aumenta o conteúdo da experiência.

Dewey nunca reconheceu o valor autônomo da contemplação, daí o seu ativismo na aprendizagem – *learning by doing* –, que revela a mentalidade pragmática da tradição americana, de origem calvinista, em que a contemplação e o ócio se confundem e, portanto, devem ser combatidos. O pensamento constitui fase fundamental da ação e as idéias tornam-se hipóteses de soluções de problemas e, portanto, instrumentos de ação para resolvê-los; a verdade só poderá ser comprovada por sua utilidade social e moral.

J. Dewey e o Brasil

As idéias educacionais norte-americanas chegaram ao Brasil, a partir do meado do século passado, no bojo das seitas protestantes que aqui se foram instalando: Batistas,

Presbiterianos, Metodistas e Episcopais. Para isso muito contribuiu a fundação, em diversos estados, de prestigiosos educandários confessionais. A aceitação dos procedimentos metodológicos das escolas de fé protestante resultou de lento e continuado processo sob as condições adversas então existentes, decorrentes principalmente do prestígio da educação européia e pelo fato de o catolicismo ser a religião oficial do Império. Os modelos educacionais decalcados dos países europeus, sobretudo da França, foram, aos poucos, substituídos pelos adotados nas escolas dos Estados Unidos. José Veríssimo, então, em palavras candentes, em seu livro "Educação Nacional" (1890), já mostrava os inconvenientes dessa importação sem a crítica indispensável.

As rápidas mudanças sócio-econômicas ocorridas após a Primeira Guerra Mundial provocaram forte mobilização dos educadores com vista à adaptação do ensino à modernização do país. A partir da segunda década deste século evidenciou-se uma crise no plano da cultura brasileira, externada pela Semana da Arte Moderna (1922), com seu forte caráter nacionalista e preconizando o rompimento com os padrões alienígenas. Apesar disso, o movimento da "escola nova", iniciado há décadas na Europa e nos Estados Unidos, ia chegando ao Brasil e com ele as idéias de um de seus principais teóricos: John Dewey.

Coube principalmente a Anísio Teixeira, que por duas vezes esteve nos Estados Unidos, a introdução do pragmatismo instrumentalista no Brasil. Nesta época, reformas do ensino já vinham sendo realizadas, dentro dos princípios da "nova educação", por Lourenço Filho, Carneiro Leão, Francisco Campos, Coelho de Souza, Fernando de Azevedo e pelo próprio Anísio. Conferências de educação sucederam-se, e, embora não houvesse unanimidade nas propostas sobre as modificações do sistema de ensino, idéias esco-

lanovistas foram aceitas e incorporadas ao "Manifesto dos Pioneiros" (1932) e às disposições educacionais da Constituição de 1934.

Conclusão

O impacto revolucionário das idéias de Dewey não está ainda distante no tempo, razão por que se torna prematuro o julgamento definitivo de seu pensamento educacional. Não há exagero, entretanto, em compará-lo ao seu compatriota Horace Mann e ao argentino Domingo Faustino Sarmiento na luta que estes empreenderam, no século XIX, pela renovação da escola pública, conseguindo para isso despertar a consciência de seus concidadãos.

No Brasil tem-se exagerado a influência de Dewey sobre os Pioneiros da Educação. Na realidade, ela coube globalmente aos expoentes do movimento da escola nova, no qual sem dúvida alguma Dewey foi uma das figuras de escol. Pode-se afirmar que em Anísio Teixeira sua influência foi em maior grau. Nos demais educadores, ainda que aplaudissem as idéias do pensador americano, acentuam-se com intensidade maior ou menor os princípios pedagógicos de Durkheim, Claparède, Decroly, Montessori e Kilpatrick.

Constata-se nitidamente a influência de Dewey, conjuntamente com a dos ideólogos do movimento da escola nova, no "Manifesto" de 1932, assinado por vinte e cinco educadores, cujas teses foram em parte incorporadas à Carta de 1934. Esta influência tem sido pressentida por um longo período através do século atual, em documentos normativos sobre a educação.

Flávio Q. Linhares é professor da Faculdade de Educação da UnB.

Bibliografia

1. BUTTS, R. F. *A Cultural History of Western Education*. 2ª ed., New York, 1965.
2. DEWEY, J. *Democracy and Education*, New York, The Free Press MacMillan Pub/Collier MacMillan Pub., 1966.
3. ———, *How we Think*, Heath, Boston, 1933.

4. LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. 13ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1978.
5. REALE, Miguel. (expositor) "Educação e Cultura na Constituição Brasileira". in: INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 65, nº 151, set./dez. 1984, pág. 650.
6. VERÍSSIMO, José A. *Educação Nacional*. Pará, Livraria Universal, MDCCCXC.

Resumen

DEWEY Y LOS PIONEROS DE LA EDUCACIÓN

El movimiento de la "escuela nueva" trajo al Brasil el pensamiento de J. Dewey, filósofo y educador norteamericano. La influencia de los modelos educacionales europeos es transferida, entonces, por el pragmatismo de la tradición americana, que tiene entre nosotros divulgadores del tamaño de un Anísio Teixeira. El impacto de las ideas de Dewey en Brasil puede evaluarse en algunas tesis incorporadas al "Manifiesto de los pioneros" (1932) y en disposiciones educacionales de la Constitución de 1934.

Abstract

DEWEY AND THE PIONEERS OF EDUCATION

The "new school" movement brought to Brazil the ideas of J. Dewey, North American philosopher and educator. The influence of European educational models was then displaced by the pragmatism of the North American tradition, championed by such important figures as Anísio Teixeira. The impact of Dewey's ideas in Brazil can be gauged by some of the theses incorporated in the "Pioneers' Manifesto" (1932) and by education provisions in the 1934 Constitution.



À margem do horizonte: um helenista e a antropologia

Ordep J. Trindade-Serra

A leitura crítica de dois importantes trabalhos de Eudoro de Sousa revela a profundidade e o sentido original das teses de um pensador avesso à rotina teórica.

Talvez seja necessário explicar, primeiramente, por que trazemos aqui à consideração a obra de um especialista na chamada *Filologia Clássica* – ou melhor, de um estudioso do amplo domínio da *Classische Altertumswissenschaft*, como dizem os alemães, empregando uma fórmula bem mais compreensiva; esclareçamos logo que não são ensaios filológicos, no sentido estrito do termo, estes que abordaremos. Tratam, em larga medida, de questões que podem inicialmente enquadrar-se na área de interesse da História da Filosofia, mas a transcendem em muitos sentidos; na verdade encerram análises de aspectos fundamentais da cultura helênica. A discussão erudita de alguns dos textos básicos dos grandes pensadores gregos empreendida por Eudoro de Sousa (no primeiro dos referidos estudos, principalmente) visa não apenas a esclarecer-lhes o sentido, propor uma interpretação dos mesmos e dos sistemas que aí se delineiam, mas também a desvelar uma estrutura profunda, subjacente a tais edifícios teóricos. O procedimento hermenêutico é digno de nota por muitos motivos; deixemos, contudo, aos que laboram neste campo o exame da abordagem dos aludidos escritos filosóficos proposta pelo autor de *Horizonte e Complementariedade* – uma abordagem fundada em postulados que ele se empenha em fazer bem explícitos –, e também o julgamento de suas teses, a nosso ver

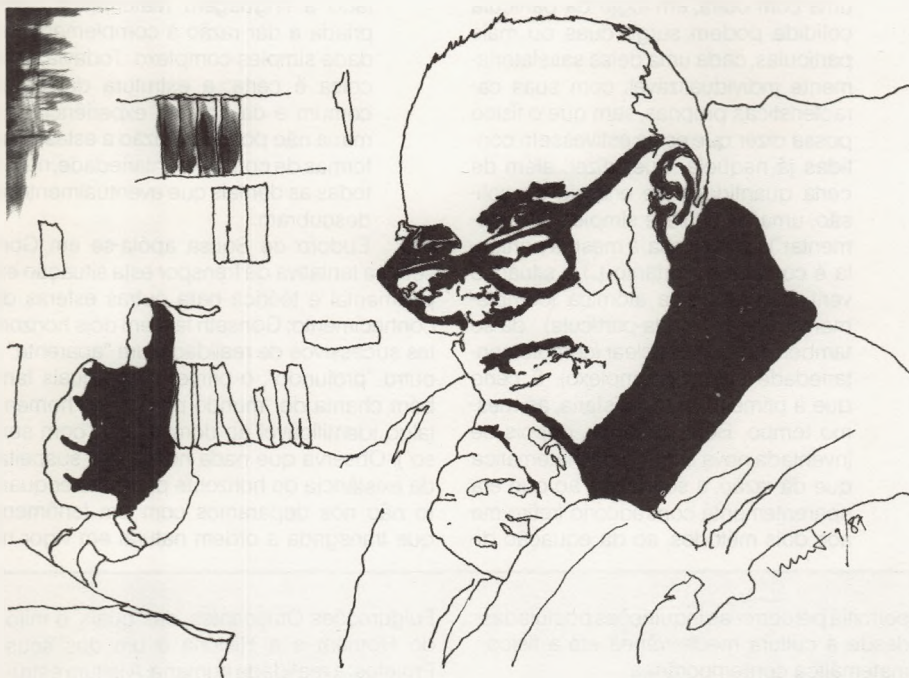
bastante originais, acerca de Platão e Heráclito, p. ex., assim como a tarefa de avaliar o alcance da crítica (às vezes algo velada, mas nem por isso menos radical), contida nos ensaios aqui em causa, a esquemas e clichês consagrados em inúmeras obras acerca da trajetória do filosofar na Grécia. Destaquemos, quanto a isso, apenas a sua rejeição decidida do ponto de vista cronológico-progressivo (enfoque que faz dos textos dos chamados pré-socráticos um prólogo canhestro a Platão e Aristóteles) e o empenho de Eudoro de Sousa em demonstrar, contra a opinião corrente, o acordo profundo entre Heráclito e Parmênides, v.g. Aliás, é uma tônica dos livros ora discutidos a tentativa de pôr a manifesto a unidade essencial da filosofia helênica, para além das divergências dos sistemas particulares – estas bem perceptíveis e sublinhadas, às vezes até com exagero, em incontáveis trabalhos histórico-críticos.

Mais importa assinalarmos o que pode, nos ditos ensaios, interessar aos antropólogos (à parte o fato, já mencionado, de que em fim de contas abordam aspectos muito significativos de uma cultura). Talvez baste para mostrá-lo referir o seu tema central: a discussão das relações profundas entre a “mítica do horizonte” e a metafísica na Grécia, ou, de um modo mais amplo, entre mitologia e filosofia. Podemos mesmo dizer que aí se examinam certas bases comuns ao mito, de um lado, e

de outro, ao pensamento filosófico-científico (considerado nas suas origens) que o tem tomado como tema de reflexões no Ocidente. Ninguém ignora, com efeito, que a mitologia foi posta em causa já pelos primeiros pensadores gregos.

Para maior clareza, devemos ainda, de início, indicar o que Eudoro de Sousa chama de mito; com este termo designa apenas narrativas “tradicionais” cujo assunto pode ligar-se à esfera religiosa, e tratam de “primeiras ou de últimas coisas”. Procede, neste ponto, como Turner (1968; cf. a respeito Trindade-Serra, 1977) e ao contrário de Lévi-Strauss e Barthes, entre outros, que empregam a palavra em questão de forma bem mais elástica.

É no segundo dos ensaios aqui examinados que Eudoro de Sousa define mito da maneira referida, com emprego da notabilíssima fórmula: “narrativa que trata das origens primeiras ou dos fins últimos”. Ora, estamos falando de um especialista em Aristóteles; logo, ele sem dúvida deve ter percebido que esta sua definição, a não ser pela palavra “narrativa”, coincide perfeitamente com a de *Metafísica* dada pelo Estagirita. Mas se o advertiu, não o comentou nem explicou. E o ponto é muito significativo... Pode mesmo insinuar-se aqui a suspeita de um “ato falho” – ou de uma sábia malícia.



Mas vejamos como em seu principal ensaio (1975) é abordada a "mítica do horizonte".

Verifica-se de imediato que Eudoro de Sousa não se limita, à maneira de tantos especialistas em seu campo, a alinhar histórias correlacionáveis de um modo superficial pela constância aparente de um motivo. Sua pesquisa se efetua num plano mais profundo, e no corpus dos mitos examinados busca pôr a manifesto a existência de uma representação, a muitos títulos, fundamental. Este proceder lhe faculta êxitos notáveis: é assim, por exemplo, que ele consegue religar os dados da "geografia mítica" de Hesíodo aos que de forma explícita, na obra deste poeta, descrevem os sucessos "cosmogônicos". A análise poderia ir além: logo se percebe, com efeito, que a tentativa aí realizada de assinalar o 'campo' da mitologia do horizonte se articula a um outro ensaio, de visada bem mais ampla – o de definir o próprio horizonte da mitologia grega. De qualquer modo, depois de ter apontado e identificado a representação basilar, "subjacente e subagente", como diz, aos mitos em causa, volta-se o estudioso para as obras dos principais filósofos gregos, cujo pensamento nos descreve como inscrito nos mesmos limites, fundado no mesmo substrato profundo onde se apóia a "codificação mitológica". Ainda neste ponto seu proceder diverge do que é habitual entre os historiados

res da filosofia "clássica", que se contentam em acusar nos textos dos pensadores helênicos – recuando, quase sempre, no máximo até os jônios – a recorrência de certos temas e glosas "mitológicas"; podem ser citados a propósito os ilustres exemplos de Gigon, Guthrie, Kahn, Kirk e Raven, Nestle, Stokes, Zeller e Mondolfo et caeteri. Eudoro de Sousa, pelo contrário, preocupa-se em tornar patente um dado muito mais fundamental, quando identifica num postulado básico das especulações dos filósofos gregos (de Tales a Proclo, segundo seu modo de ver) o mesmo 'conteúdo' de um 'princípio' elementar da mítica.

Não cabe aqui discutirmos o acerto ou desacerto com que aponta a "idéia-chave" – um conceito de Seligman (1962) muito bem utilizado pelo estudioso cuja obra comentamos – da metafísica "clássica". Seja como for, parece inegável a correspondência entre, de um lado, a imagem, ou as múltiplas e cambiantes imagens, de um horizonte extremo para além do qual se acha unido e confundido o que, em formas diversas ou opostas, aquém se manifesta (Noite-Dia, Céu-Terra etc.), simbólica representação, a bem dizer, ubíqua nos mitos, e de outro a idéia de uma cesura, ao mesmo tempo limes e limen, entre o originado "vário" e a Origem "una" – sem sombra de dúvida um leit-motiv do pensamento metafísico.

Avançaríamos um outro passo para sugerir que não apenas a "cifra" do horizonte se mostra (ou se oculta) sob muitas formas no tesouro da mítica – onde, inclusive, se vê projetada de maneira ideal tanto no espaço quanto no tempo, pois constituiria, entre outras coisas, o traço indefinível que marca a diferença entre as dimensões pelos gregos designadas com os nomes de *chrónos* e de *aiôn* – mas aparece inscrita na própria estrutura dos relatos mitológicos.

Lévi-Strauss (1967) assinalou o jogo intermínimo de contradições que nestes se acumulam e multiplicam sem nunca se resolverem, malgrado todo esforço; mas aí onde vê, por assim o dizermos, o trabalho de Sísifo de uma dialética frustrante, pode-se imaginar uma acomodação ao esquema da "complementariedade", tal como a define Eudoro de Sousa. Uma narrativa de *processus* cosmogônico, v.g., inicia-se sempre, e de forma inevitável, por sugerir de algum modo a irrupção das diferenças num "indiferente" – que é o único capaz de absolvê-las de todo... Assim o 'reco' (às vezes figurado como 'avanço' na escatologia) para onde os mitos começam ou acabam dá-se neles como o único (e de qualquer jeito inexequível) meio de solucionar-lhes as contradições. O que dissemos dos relatos cosmogônicos poderá estender-se com facilidade a outros de teor semelhante, caso se aceite a tese de Turner (opus cit.) sobre a natureza liminar das narrativas mitológicas. Outro dado é preciso ainda que assinalemos em apoio do ponto de vista esboçado: tanto quanto o *khôrismós* metafísico, o "corte" mítico, que a linha intangível do horizonte de muitas formas representa, se, por um lado, denuncia a separação e a diferença, por outro, oferece testemunho, o único possível, da unidade "anterior" (ou ulterior) assim pressuposta... Pode-se, pois, descrevê-lo como uma *brisura*, em termos de Laporte e Derrida (cf. Derrida, 1973, p. 80).

Mas voltemos a Eudoro de Sousa. Para explicar-nos o sentido da representação fundamental que subjaz ao discurso metafísico e define, ao mesmo tempo, o vasto campo mítico por ele examinado, recorre ao modelo de uma teoria física (a mesma, aliás, de que as implicações filosóficas fascinaram Bachelard; cf. idem 1972) elaborada pela Escola de Copenhague. De acordo com estas teses, são complementares os conceitos de posição e impulso (espaço e tempo), permanência e variação, contínuo e descontínuo (onda, partícula), matéria e energia, determinação e indeterminação, etc. Advirta-se que os termos "complementar", "complementariedade" têm aqui um significado bem diverso do geométrico que mais habitualmente lhe atribuímos. Referem-se a manifestações logicamente incompatíveis, contraditórias no âmbito da experiência comum, de uma mesma realidade; aplicam-se assim, por exemplo, no caso das pesquisas sobre a natureza do elétron em que dispositivos experimentais diversos – apare-

lhos construídos, como é inevitável, de acordo com nossa estrutura perceptiva – num caso o identificamos como ‘partícula’, noutro como ‘onda’ (paradoxo algo semelhante verificou-se, mais tarde, nas investigações a respeito dos constituintes do núcleo atômico). Citemos Eudoro de Sousa (1978, p. 12):

Certo dispositivo experimental é uma pergunta (...), outro dispositivo experimental é outra pergunta dirigida a uma realidade que supomos ser a mesma: um dos dispositivos recebe a resposta: “partícula” (descontínuo), e o outro recebe a resposta: “onda” (contínuo). Ora, na experiência e na lógica comum dos homens, em sua vida cotidiana, é claro que as duas respostas são incompatíveis e contraditórias; pois uma coisa só não pode ser ao mesmo tempo contínua e descontínua. Trata-se, por conseguinte, de duas objetivações, a que certos físicos chamam de complementares, da mesma realidade. O mesmo acontece no está-

gio seguinte ao da física atômica, isto é, o da física das partículas intranucleares. Conforme a energia da colisão de uma com outra, em lugar da partícula colidida podem surgir duas ou mais partículas, cada uma delas satisfatoriamente individualizável, com suas características próprias, sem que o físico possa dizer que estas estivessem contidas já naquela. Quer dizer: além de certa quantidade de energia de colisão, uma partícula é simples (ou “elementar”); além dessa, a mesma partícula é complexa. Portanto (...) a situação verificada na física atômica (complementariedade onda-partícula) dá-se também na física nuclear (complementariedade simples-complexo). É certo que a primeira (...) já satisfaria, ao mesmo tempo, Bohr e Planck, depois de inventada nova linguagem matemática que dá razão, a sua razão, ao que era aparentemente contraditório (refiro-me aos dois métodos, ao da equação di-

ferencial de Schrödinger e o do cálculo matricial de Heisenberg). Mas não me consta (...) que até hoje, se tenha inventado a linguagem matemática apropriada a dar razão à complementariedade simples-complexo. Todavia, uma coisa é certa: a estrutura da lógica comum e da comum experiência humana não pode dar razão a estas duas formas de complementariedade, nem a todas as demais que eventualmente se descubram.

Eudoro de Sousa apóia-se em Gonsseth na tentativa de transpor esta situação experimental e teórica para outras esferas do conhecimento; Gonsseth fala em dois horizontes sucessivos de realidade, um “aparente” e outro “profundo”, o primeiro dos quais também chama de “mundo próprio do homem” (algo identificável ao domínio do “bom senso”). Observa que nada nos leva a suspeitar da existência do horizonte profundo enquanto não nos deparmos com um fenômeno que transgrida a ordem natural em vigor no

IN MEMORIAM

Eudoro de Sousa (1911-1987)

Eudoro de Sousa nasceu em Lisboa, onde realizou seus estudos superiores na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, especializando-se na Universidade de Heidelberg em Filosofia Clássica e História Antiga. Antes de vir para o Brasil, desenvolveu uma série de atividades docentes e de pesquisa em Portugal, França e Alemanha.

Em 1953 chega a São Paulo, efetivando seu conhecimento com Vicente Ferreira da Silva, de quem, além do diálogo filosófico, se torna amigo. Em 1955 parte para Santa Catarina, lá permanecendo por 7 anos. E em 1962, por indicação de Agostinho da Silva, Darcy Ribeiro consegue trazer Eudoro de Sousa para Brasília, tornando-se o Filósofo um dos fundadores da universidade da nova capital, a UnB.

Na Universidade de Brasília, funda o Centro de Estudos Clássicos, instituição que passaria a ser uma das melhores (senão a melhor) da América Latina. Não obstante extinto em 1969, o acervo bibliográfico do que restou do Centro é ainda hoje um dos mais completos na área.

Seu conhecimento em Cultura Clássica fez Eudoro de Sousa, numa das mais recentes e mais completas traduções da Poética, ser o helenista vivo mais citado, quando da publicação da obra (*Poética de Aristóteles*, Edição Trilingüe por Valentin García Yebra, Editorial Gredos, Madrid, 1974).

O pensador luso-brasileiro não era, porém, apenas um helenista. Seu conhecimento – erudição, cultura, lucidez – lhe

permitia percorrer as inquições postuladas desde a cultura mediterrânea até a físico-matemática contemporânea.

A estrutura do Real para Eudoro de Sousa verifica-se numa utilização e ampliação poético-filosófica do princípio físico da teoria da complementariedade, compreendida como inter-relação de todas as coisas. É o que constatamos desde *Teísmo, cosmobiologia e o princípio da complementariedade* (Anais do III Congresso Nacional de Filosofia), *Arte e escatologia* (idem), até suas obras de vulto, *Dioniso em Creta e outros ensaios* (Duas Cidades, São Paulo, 1973), *Horizonte e complementariedade* (Duas Cidades, São Paulo, 1975), *Sempre o mesmo acerca do mesmo* (Cadernos da UnB, 1978), *Filosofia grega* (Cadernos da UnB, 1978), *Mitologia* (Cadernos da UnB, 1980), *História e Mito* (Cadernos da UnB, 1981).

Quanto a sua obra, não podemos nos esquecer de suas magistrais traduções. Na *Poética de Aristóteles*, em 3ª edição (Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1986), seu prefácio, introdução, comentário e apêndices valem como um trabalho à parte. A tradução dos pré-socráticos (*Revista Brasileira de Filosofia*, volume IV, fascículos 1 e 2, São Paulo, 1954), tanto fiel ao original quanto original na sua expressão. *As Bacantes de Eurípedes* (Duas Cidades, São Paulo, 1974), com suas notas – introdução e comentário – tão brilhantes e lúcidas, fazendo reportar o mito à atualidade. *Uma leitura da Antigona* (Universidade Aberta 2, UnB, 1978), análise do texto de Sófocles, caracterizada, também, pela mesma lucidez e atualidade.

Para Eudoro de Sousa o Real é o Ser, o Mito originário e primordial. Dele emanam

Fulgurações Ofuscantes, das quais o mito do Homem e a História é um dos seus Projetos: a realidade humana. A leitura estrutural dos mitos, a mitologia, não esgota, porém, o sentido do Mito, que é o princípio da Temporalidade e a fonte de toda doação de sentido. E, assim, como na física atômica se complementam onda e corpúsculo, na dramaturgia humana, que se estabelece no “horizonte aparente”, se complementam mitologia e filosofia, mensagens cifradas que emergem do “horizonte profundo”, do Mito originário e primordial, ou seja do Ser. O Ser é, pois, o resíduo mítico impensado, o insuperável que a análise seria incapaz de reduzir.

“Definição é preceito que pode convir a uma filosofia que se ensina; não, todavia, a um filósofo que se aprende”. Estas são as primeiras palavras do mestre em seu trabalho *Arte e escatologia*. Tomemo-las como parâmetro para um julgamento do Filósofo. Quem foi Eudoro de Sousa? Um gênio, um sábio, um vate, um visionário ou um outsider? Onde, nestas categorias, poder-se-ia enquadrar seu pensamento? Não “definamos”, seguindo seu próprio pensar.

O grande legado cultural desse homem foi ao Brasil. Aqui chegando, ainda jovem, doou tudo o que acima foi citado e muito mais. Uma plêiade de filósofos eudorianos se expande cada vez mais por todo o Brasil.

Eudoro de Sousa, o Brasil lhe agradece. Eudoro de Sousa, este agradecimento é feito especialmente pela Universidade de Brasília, onde você instaurou o cuidado pelo pensar, chamado “filosofia”...

Fernando Bastos
Professor do Departamento
de Filosofia da UnB.

arranjo progressivo de experiências e noções estabelecidas ao nível do mais imediato; e conclui que o aludido teorema da ciência moderna figura como uma autêntica viragem metafísica, por converter uma oposição polar em outra complementar – pois basta isso para forçar-nos a admitir que qualquer outra dupla de noções simétricas, inconciliáveis na esfera da lógica ou do bom senso, é passível, em tese, da mesma transfiguração.

Uma intuição deste princípio amplo de complementariedade é o que à análise de Eudoro de Sousa se revela como a “idéia-chave” da filosofia clássica e a cifra fundamental de um corpus mítico. A linha extrema onde Céu e Terra continuam unidos, onde coincidem o Dia e a Noite, etc., figura o limiar de sua separação, barreira intransponível aos humanos – assim como a do “envolvente” que, uno embora, se dá como origem de todas as diferenças e contrastes percebidos. Em ambos os casos, acha-se assinalado que além dos limites da experiência coincidiriam os opostos.

No primeiro dos ensaios aqui em pauta diz o autor de forma taxativa (cf. Sousa, 1975, p. 50, § 31): “Muitas razões há para crer, e nenhuma para duvidar, que os filósofos da Grécia pelo menos tanto e tão bem sabiam acerca da mitologia do horizonte quanto e quanto bem julgamos nós conhecê-la.” Mas recusa-se de forma não menos peremptória a admitir que da mitologia derivaram o conhecimento por eles anunciado; com mais clareza e insistência no seu último estudo, assevera mesmo não haver caminho “vom Mythos zum Logos” (este, aliás, é o título de uma obra famosa de Nestle; repare-se que assim Eudoro de Sousa nega qualquer sentido ao projeto de inúmeros estudiosos no seu campo). Aceitar a possibilidade de um trânsito semelhante, em sua opinião, significa apenas ceder a um preconceito positivista, ao pressuposto de um progresso em linha reta desde estágios “primitivos” a outros “mais elevados” de pensamento; e, por outro lado, importa em não advertir a singularidade de um evento, o da

emergência da metafísica (propriamente dita) no âmbito da civilização helênica – pois em inúmeras culturas onde floresceram ou florescem mitologias riquíssimas isto não ocorreu... O autor dos ensaios aqui examinados acha-se muito longe de conceder que os gregos detiveram o privilégio de um aparato intelectual superior ao dos outros povos, capaz de permitir só a eles a execução do salto miraculoso de uma “obscura” Weltanschauung mítica à consciência filosófica. Mesmo na Grécia, argumenta, a metafísica não substituiu jamais a mitologia, como deveriam esperar os que enxergam naquela uma superação desta; pelo contrário, o diálogo entre as duas verifica-se ainda audível nas obras dos grandes pensadores antigos. Inclusive no Ocidente, assinala também, só uma profunda cegueira nos faz crer que o mito deixou de comandar-nos a vida: continua atuando, de forma talvez mais poderosa porque menos evidente.

Adivinha-se aqui a tentativa de encaminhar a solução de um problema crucial. Este só é enunciado com clareza e abordado de maneira direta no segundo dos estudos de que tratamos; mas sua premência é advertida desde logo pelo autor de *Horizonte e Complementariedade*. Com efeito, se não há passagem viável do *mythos* ao *logos*, como se explica que a idéia-chave dos metafísicos gregos, os quais, de resto, conheciam muito bem a “mítica do horizonte”, coincida com o que nesta se representa?

Advertimos antes de tudo que, ao opor *logos* e *mythos*, Eudoro de Sousa não o faz, como tantos, pelo fácil caminho de alinhar, de um lado, a racionalidade, e do outro o “irracional” ou a fantasia pura. Embora se omita de assinalar a “diferença específica” entre os dois referidos campos cognitivos, é certo que recusa de saída a tese do “pré-logismo”. A que ponto repudia este enfoque pode-se medir pela violência de sua crítica a Guthrie, quando lhe verbera o fato de haver qualificado o mito como “um veículo muito rude para a comunicação da verdade” e suposto que “os jogos tão sérios da imaginação não

têm as regras que uma racionalidade básica não deixa infringir”. Afirmo mesmo nessa altura Eudoro de Sousa (1975, § 25, p. 43): “jogo livre da imaginação só existe na imaginação de quem não sabe o que é jogo”.

Mas vejamos agora a sua resposta à pergunta formulada acima. Mitologia e filosofia, diz-nos o estudioso, acham-se na Grécia submetidas ao regime de um mesmo “a priori”, que o é de toda esta cultura, e se revela idealmente configurado na religião helênica, cifrando seu caráter “único”: espelham ambas, isto é, uma complementariedade aí (no domínio religioso) inscrita.

Há em tal saída, aparentemente, um *tour de force*, pois o autor não explica em que bases podem opor-se a mitologia (tal como a concebe) e a religião, ou em que sentido deveremos entender a precedência desta – cuja natureza “singular”, no caso grego, tampouco demonstra de modo satisfatório. O seu proceder neste ponto é digno de exame. Inspira-se nas teses de um antropólogo germânico, Adolph Jensen (cf. idem 1949, 1950), que efetuou suas pesquisas entre os nativos de Ceram, ilha do arquipélago das Molucas. Estes indígenas cultuam divindades que o referido estudioso chamou de *dema* (empregando um termo dos marindanim da Nova Guiné, por eles utilizado na classificação de certas figuras de seu panteon); quis assim distingui-las de outras, adoradas pelo mundo afora e concebidas como transcendentais ao universo. Caracteriza os *dema*, pelo contrário, o fato de se representarem de forma íntima ligados ao mundo, que no todo ou em parte constituíram – não por um ato criador, mas transformando-se num elemento vital (e/ou num domínio cósmico). A transformação decorre sempre de um sacrifício, ou seja, do assasínio do *dema*: é bem o caso de Hainuwele, por exemplo, que trucidada pelos antecessores míticos dos homens (depois de seu crime tornados por sua vez mortais), converteu-se em muitas coisas outras inexistentes na terra, e sobretudo em plantas tuberosas – desde essa época o alimento básico dos ce-

Lâmina de petélia*

texto traduzido do original grego por Ordep Serra
para Eudoro de Sousa – in memoriam

à esquerda dos paços de hades encontrarás uma fonte
junto da qual está um cipreste branco.
não, desta fonte não te aproximes muito.
outra acharás, que uma água fria mana
do lago da memória; e guardas lhe estão defronte.
dize-lhes: “eu sou um filho da terra e do céu constelado.
é minha estirpe, como sabeis, celeste.
morro de sede e sucumbo; dai-me, porém, agora
da água fria que mana do lago da memória”.
e logo eles te darão de beber da divina fonte
– e tu, com os outros heróis, herói será reinante.

* “Lamelas Aureas” chamam-se as pequenas lâminas de ouro que os iniciados em seitas órfico-pitagóricas levavam à tumba sobre o peito, com uma inscrição em versos cujo teor era sempre o de uma instrução sobre o procedimento da alma para alcançar a felicidade eterna. A lâmina cujo texto se acha aqui traduzido foi exumada em Petélia. O texto original encontra-se transcrito na coletânea feita por O. Kern dos *Orphicorum Graecorum Fragmenta*, p. 104, e em Diels-Kranz, I, 17 (32a), p. 15 (cf. Diels, H. und KRANZ, W. DIE FRAGMENTE DER VORSOKRATIKER, Berlin, Weidmann, 1974).

rameses. Jensen não tem dificuldade em assinalar em outras áreas culturais, por toda a face do globo, concepções semelhantes; daí, opondo sempre deuses (transcendentes) a dema, conclui pela existência de duas formas básicas de religião, a "teísta" e a "cosmobiológica" (termo cunhado por Goetz, 1958), formas estas que relaciona ainda com os regimes de vida dos caçadores e coletores e dos plantadores primitivos, respectivamente. O não haver encontrado em parte alguma sistemas religiosos que encarnassem em estado puro estes dois tipos de concepções não o atrapalha muito: as vicissitudes históricas, os contatos e empréstimos entre os povos explicam tudo.

Estudiosos como Kerényi e Eliade logo se aperceberam da possibilidade de relacionar estas idéias com o fato de que na Grécia podem distinguir-se duas classes de entes divinos, e duas formas de culto que se articulam a sistemas de crenças em larga medida opostos: de um lado, alinham-se os olímpicos, o modelo litúrgico oficializado na Pólis, e "doutrinas" de um conteúdo nitidamente teísta (a "teologia délfica" pode dar-se como sua síntese mais perfeita); de outro, colocam-se numes como Perséfone e Deméter, os cultos clônios e de mistérios, e seus ensinamentos. Kerényi, por exemplo, glosa de mil maneiras a "espectral" semelhança entre as figuras de Kóre e Hainuwele; para explicá-la, recorre à teoria junguiana dos arquétipos.

Eudoro de Sousa também sublinha o fato de que todos os traços fundamentais assinalados por Jensen na caracterização dos dema cerameses e na de seu culto convêm a descrever numerosos deuses adorados no mundo mediterrâneo antigo, e os ritos com que os celebravam; frisa, em particular, a circunstância de conviverem na Grécia clássica, numa misteriosa harmonia, tão diversos Kultbildern – e é esta justamente, a seu ver, a singularidade da religião helênica. (Sua argumentação denuncia, em alguns pontos, uma tentativa de glosar sob outra forma o mote nietzscheano do encontro de apolíneo e dionísíaco: não é por acaso que insiste em relacionar Dionísio entre os deuses gregos "tipo dema", coisa olvidada por Kerényi, e aponta no rumo de Delfos quando fala no teísmo.)

Todavia, embora profundo conhecedor da área, não acreditamos que Eudoro de Sousa pudesse responder com facilidade à pergunta sobre se, v.g., os sumérios, os acadianos ou os hititas tinham, afinal de contas, uma religião "teísta" ou "cosmobiológica". Tampouco logra ele o menor êxito em suas tentativas de expulsar dos cultos "mistéricos" a idéia da transcendência divina; muitos argumentos em contrário nos fornecem suas próprias e brilhantes considerações a respeito das "catábases" gregas e próximo-orientais.

Mas para admirar é que ceda com tanta facilidade à febre de conjecturas de Jensen, um estudioso que em outras de suas obras (v. Sousa, 1973) adverte com vigor con-

tra o perigo das análises historicistas da mitologia helênica; e que um inimigo declarado do etnocentrismo helenófilo acabe por conferir à religião grega um privilégio duvidoso, ao colocá-la numa posição axial donde abarcaria o que pelas outras, mundo afora, por suposto se acha repartido (embora reserve ao cristianismo o mérito da síntese suprema – e assim cometa, a nosso ver, o pecado da Katholizität denunciado por Karl Jaspers, 1960).

Ao seguir por esta trilha, deixa apenas em esboço outra e muito mais interessante linha de explanação – a qual, embora de teor diverso, parte também de um pressuposto básico já assinalado: a mítica e a filosofia na Grécia se orientam por uma diretriz que as transcende e que faz parte por assim dizer de um mesmo horizonte epistemológico ou cognitivo "profundo" – o de toda a cultura grega. A mencionada "diretriz" pode ainda tomar-se como um "vetor ontológico" desta cultura. Para melhor o explicamos, é necessário fazer referência a mais uma proposta notável contida nos ensaios em causa: a de uma "teoria dramática do conhecimento".

De acordo com suas premissas, será conforme ao drama desempenhado ou vivido pelo sujeito (uma cultura, v.g.) o que este (esta) objetivará da realidade. No caso, pois, a ação produz o cenário – Eudoro de Sousa assim corrobora plenamente a célebre corrigenda goethiana do Evangelho de João: Im Anfang war die Tat? mas adverte que nesse drama o sujeito e o real contracenam, tendo o último um papel também ativo... Aproxima-se nessa altura de Merleau Ponty, que mais ou menos da mesma forma sublinha a origem "dupla" de todo conhecimento.

A outra tentativa levada a cabo nas obras ora comentadas de explicitar a "diretriz" fundamental da cultura grega consiste em apontar para o processo aí operado de desocultação progressiva do Homem (que coloca na sombra a realidade dos homens, inclusive). Mas o autor não a leva a termo, preferindo demorar-se numa análise da religião helênica baseada nas propostas de Jensen – de um modo não muito feliz, a nosso ver. Ocupa-se disso sobretudo no mais recente de seus ensaios aqui considerados – o qual, embora encerre muitas idéias e intuições preciosas, não tem o nível do primeiro. Até se pode observar que enquanto o Horizonte e Complementariedade se acha construído com admirável equilíbrio e simetria, o Sempre o Mesmo acerca do Mesmo figura um labirinto onde a própria Ariadne correria o risco de perder-se, e com o melhor de seus romances; talvez isto se deva a que aí Eudoro de Sousa está empenhado em responder a um crítico um tanto perplexo (cf. Trindade-Serra, 1978), cujo embaraço parece tê-lo contaminado. Coisa curiosa ocorre no dito estudo: quando examina as estórias ceramesas reportadas por Jensen, sem se preocupar com as conjecturas difusionistas deste, o helenista brasilei-

ro realiza um comentário interessantíssimo, com observações percucientes sobre o tempo no mito e o sentido da comemoração litúrgica; mas chega a ser confuso e superficial nas suas divagações acerca da origem do politeísmo grego, encetadas com c arrière pensée das teses do mencionado antropólogo alemão.

Voltemos, todavia, a um importante problema discutido nos dois ensaios. Quando rejeita a possibilidade de um trânsito historiável do mito ao logos, Eudoro de Sousa está empenhado também no combate à tese de que podem estabelecer-se, por assim o dizermos, "relações de significação" entre enunciados mitológicos e filosóficos (uma imagem mítica figuraria, nesta hipótese, como um significativo cujo significado um teorema metafísico vem a explicitar); por isso, inclusive, usando ad hoc uma terminologia kantiana, fala antes do conformar-se da mítica e da metafísica grega a um mesmo a priori cultural.

A nosso ver, um dos pontos altos de seus estudos cifra-se na análise de uma percepção do horizonte – que mostra nada ter de ingênua – e de algumas das representações a ela associadas: examina assim o modo como, a partir de uma imagem concreta do mundo, o pensamento mítico edifica, com o rigor de uma lógica profunda, um sistema coerente de símbolos. Chega a esboçar-se, nessa altura, com o ponto de referência da tradição mitológica e filosófica da Grécia, o projeto de uma "fenomenologia do horizonte" na obra de Eudoro de Sousa (algo similar parece ter entrevisto Bacca, quando erigiu a mesma figura em signo da transfinitude; cf. Garcia Bacca, 1940).

Os ensaios aqui discutidos não são, por certo, de fácil leitura. O estilo elegante mais conciso quase a ponto do laconismo, a erudição filológica e filosófica das análises, a complexidade do tema, a sutileza dos raciocínios exigem muito do leitor; este vê-se, porém, recompensado pela profundidade e o sentido original das teses de um estudioso nietzscheanamente avesso à rotina teórica no campo de sua especialidade, e pelo poder sugestivo de suas idéias. Os antropólogos que já tiveram ocasião de se espantar, por exemplo, com o "platonismo" das míticas ioruba e australiana, acharão nestes livros uma interessantíssima abordagem de problemas cruciais que sempre os defrontam; e assim todos os que, de uma forma ou de outra, se preocupam com o estudo de mitologias.

Ordep J. Serra Trindade é bacharel em Letras e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. É atualmente professor de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, e diretor do IPC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia).

Sousa, Eudoro de. Horizonte e complementariedade: ensaios sobre a relação entre mito e metafísica nos primeiros filósofos gregos. São Paulo, Duas Cidades, 1975.

— Sempre o mesmo acerca do mesmo. Brasília, Cadernos do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, 1978.

Este artigo foi originalmente publicado pela Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1978 (Anuário Antropológico/77, pp. 189-199).



AVE, MARCOS

Era quase noite
e um abutre depositou
suas vísceras na turbina
do pássaro de ferro.

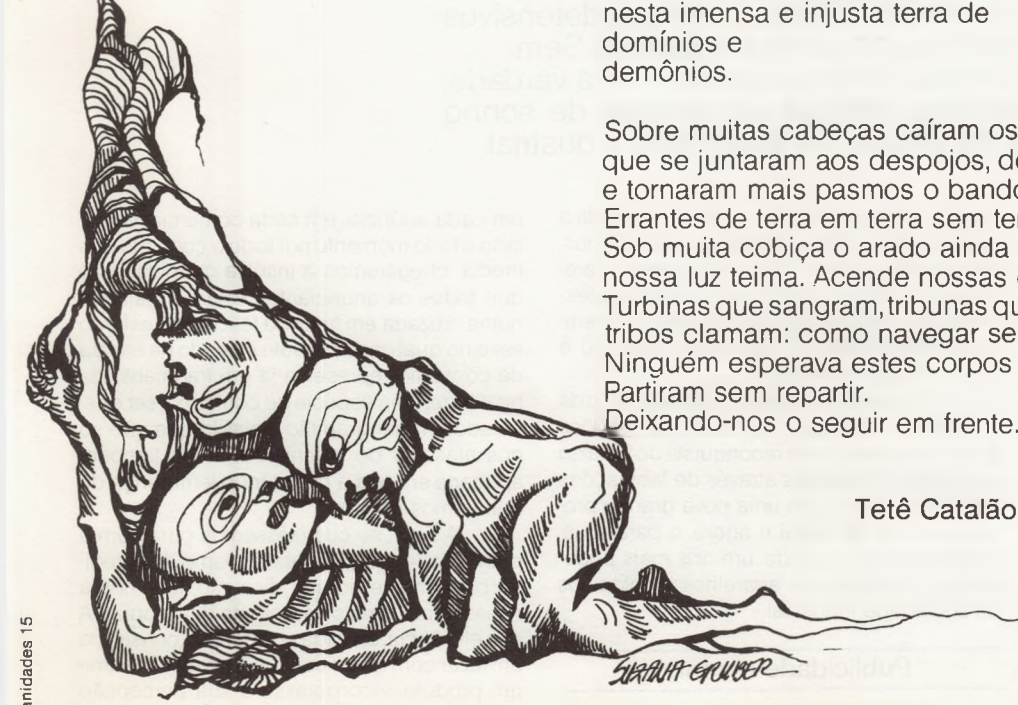
O impacto percutiu entre os
párias da
pátria.

A boca da mata comeu os restos
mas ficaram rastros teimosos
escorrendo pelas beiras do pasto.
Tornou-se mais escandaloso
o flagrante delito, sem vestígios,
depositando nossa impotência
sem pistas, sem fatos.

O choque sangrou o ar.
O baque sagrou a terra, mesmo interrompendo
a festa preparada para a colheita.
Tudo ocorrera como se os animais estivessem
na espreita.
Vultos. Avulsos. Precisos.
Tudo como tocaia. Sem aviso.
Emboscada sobre o riso. Carne dilacerada pelo fim do juízo.
Estilhaços sobre posseiros e possessões,
nesta imensa e injusta terra de
domínios e
demônios.

Sobre muitas cabeças caíram os destroços
que se juntaram aos despojos, desnudaram andrajos
e tornaram mais pasmos o bando maltrapilho e escorraçado.
Errantes de terra em terra sem terra.
Sob muita cobiça o arado ainda queima. Mesmo no quase noite
nossa luz teima. Acende nossas chagas. Espalha.
Turbinas que sangram, tribunas que calam, tribunais aguardam,
tribos clamam: como navegar sem plano nem piloto?
Ninguém esperava estes corpos virando sementes. A flor lume no esgoto.
Partiram sem repartir.
Deixando-nos o seguir em frente.

Tetê Catalão



SARAH GUNTER

A promessa do paraíso já

Luis Martins



Borboletas, panteras, leões, praias, florestas, crepúsculos, laranjas, abacates, maçãs são alguns dos elementos da Natureza que, através de velhos e novos truques publicitários, vendem remédios, fibras, plásticos, defensivos agrícolas, poupança e seguro. Sem compromisso direto ou formal com a verdade, a publicidade elabora um cenário de sonho para os objetos da sociedade industrial.

Há no imaginário de todos os povos versões míticas – cosmogonias – segundo as quais, com uma ou outra variação, o ser humano foi expulso do paraíso e, conseqüentemente, busca o reatamento, fazendo desta tentativa de religação (religare, religio) o sentido principal de sua existência. Este comportamento é categórico e, portanto, permanente e atual. São os mitos da queda e do retorno que têm uma função ontológica de preencher a grande lacuna primordial que se localiza entre as clássicas perguntas – De onde viemos? Para onde vamos? – e atenuar a angústia originária da consciência da morte, determinismo maior da vida humana.

O mito da separação empresta aos cultos a sua razão de existir: enveredar os filhos-de-Deus pela senda que os encaminhará de volta à casa do Pai, à morada celestial. As religiões, no entanto, não prometem de graça a nova aliança com o além. Ensinam que a per-

manência no caminho de volta só é lograda à custa de abnegação, desapego e sacrifícios, ou seja, não se vai ao Céu senão por um merecimento justificado numa vida virtuosa. Mesmo assim, a recompensa só se dará no atemporal post-mortem e sua sustentação só é possível no plano da fé.

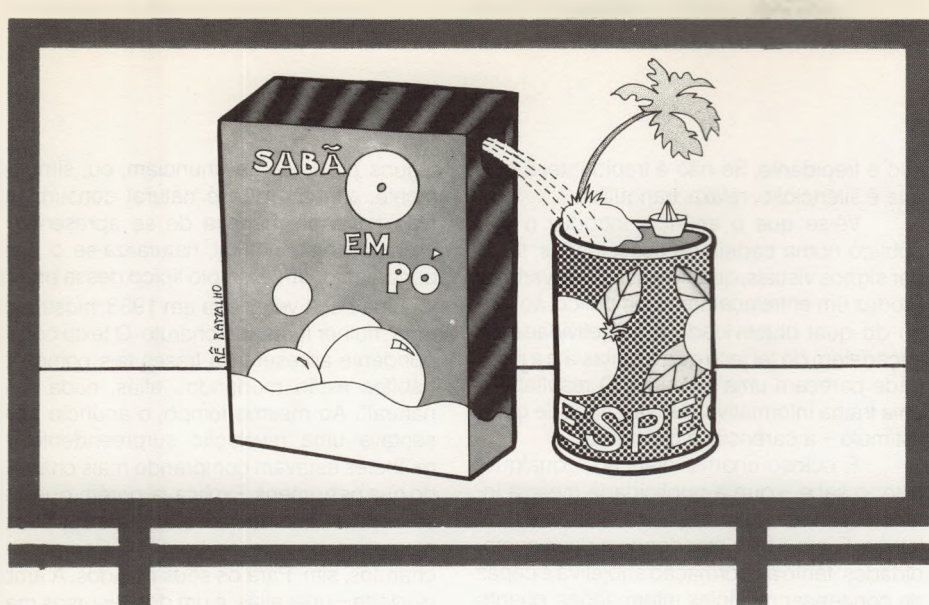
Em contraposição, há no imaginário da sociedade moderna, de consumo, versões igualmente míticas de reconquista do paraíso e que são propaladas através de fabulações pagãs que enformam uma nova grande promessa, a do céu aqui e agora, o paraíso já. Trata-se da publicidade, um dos mais poderosos e onipresentes aparelhos ideológicos da sociedade industrial.

Publicidade e sonho

Se formos fazer uma leitura ao pé da letra – literalização – das promessas contidas

em cada anúncio, em cada comercial veiculado a todo momento por todo o conjunto dos media, chegaremos à insólita conclusão de que todos os anunciantes estão engajados numa cruzada em favor da felicidade, esforço esse no qual cada produto inserido na escala de consumo representaria um fragmento da beatitude, uma espécie de conforto a ser desfrutado em um grau tão elevado que não só nos afastaria do sofrimento, como também apagaria em nós a mais tênue lembrança de que iremos morrer.

A rigor, se cometêssemos para com a publicidade o ingênuo extremismo de acreditar plenamente no seu discurso, teríamos à nossa frente a mais desvairada das utopias. A sua eficiência, elevada ao absurdo, consistiria em fazer com que o consumidor, ao consumir um produto, incorporasse à sua percepção sensorial um deleite sublime, um estado nirvânico, um gozo celestial.



A se ressaltar e a se ressaltar, porém, a defasagem entre a promessa publicitária e o real preenchimento proporcionado pelos bens de consumo, conclui-se tristemente que o saldo é bastante negativo: a felicidade prometida é muito fugaz e o retorno ao abismo da lacuna primordial – da consciência da finitude – é ainda maior, uma vez que a busca do sublime esteve exacerbada por estímulos fantasiosos. Cada vez que o paraíso é prometido, representa-se (ritualiza-se) o drama do retorno. Cada vez que esse retorno é frustrado, dramatiza-se, outra vez, o mito da queda. A promessa de preenchimento dá lugar ao vazio. Existência e angústia retornam à sua condição de paralelismo. Compreende-se então o quanto a retórica publicitária era irreal, sublimadora. E uma leitura literalizante desse discurso delirante coloca-se de imediato lidando com uma elaboração profundamente onírica. Literalmente, a publicidade é uma fábrica de sonhos.

Foi a realização experimental de leituras ao pé da letra do discurso da publicidade que nos levou à formulação de uma hipótese, a da existência de uma similaridade estrutural entre a elaboração publicitária e a elaboração onírica, tal como Freud a concebeu. O resultado foi uma dissertação de Mestrado apresentada no final de 1986 no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Maria Angélica Madeira.

Que o discurso publicitário é formulado basicamente com mensagens que se sustentam no princípio do prazer é um fato indiscutível. Que ele é cosmológico, no sentido de que trabalha sobre um universo perfeito – um cosmos indefectível – um mundo sem contradições (e, portanto, imaginário) também é sabido. Era necessário, contudo, tal a sua abrangência, centrar-se na escolha de um filão retórico e fazer dele um corpus empírico para análise. E a análise do discurso, através do veio da análise semiológica, foi a que nos pareceu mais conveniente, dada a circunstância de estarmos frente a um discurso profundamente marcado por dois níveis: o primeiro e o

segundo sistemas semiológicos: os planos da linguagem e da metalinguagem, da denotação e da conotação.

A busca dessa temática discursiva recaiu na Natureza, a construção da idéia de Natureza pela retórica publicitária. Desde o início, constatamos empiricamente que as mensagens publicitárias se referiam à Natureza com muita assiduidade. Só um estudo dessa tendência já constituiria importante registro. Ao longo do exame do material empírico nos deparamos, no entanto, com outros achados. E o que antes parecia-nos a matéria-prima a ser burilada – a frequência do *apelo do natural* – cedeu hierarquia a uma *viagem* mais apaixonante, acerca e através dos meandros e labirintos que delineiam o percurso das mensagens tanto em direção ao psiquismo quanto procedentes dele. O recorte constituído pelas referências à Natureza não foi, e nem havia porque ser, abandonado. Ao contrário, foi a sua laboração que delineou o caminho a inferências mais qualitativas.

O grande “armazém de imagens”

A redução do objeto ao limite da amostra – a gota d’água em relação ao oceano, a particularidade em relação ao geral – sem que se perdesse a essência do todo, coustou do exame de peças publicitárias impressas em revistas de grande tiragem, na primeira metade da década de 80. Desse conjunto foram extraídos 296 anúncios, todos eles crivados segundo critérios básicos de classificação e análise: a identificação do anunciante (A), o produto (B), a metalinguagem (C) e a linguagem-objeto (D). A descrição sumária e esquemática dessa coleção de anúncios relacionados de alguma forma com a Natureza constituiu os anexos do texto da tese.

A ordenação do material coletado permitiu o agrupamento dos anúncios em três grandes blocos e subdivisões: “a Natureza como estoque de analogias” (paradigmáticas e sintagmáticas); “a Natureza como nutriz” (a *Natura*); e “a Natureza como fonte de legitimação” (*naturalização*).

Em relação ao primeiro bloco partimos da afirmação genérica do escritor Antônio Cândido, de que a natureza é o maior “estoque de analogias”, sendo assim, o maior “armazém de imagens”. Cândido observa que, numa criação literária baseada na analogia, a Natureza é fundamental. “Qualquer estudo de imagens poéticas até o século XIX mostra que estatisticamente o número de metáforas baseadas nela é maior do que quaisquer outras”, afirma.

Transpondo as considerações de Antônio Cândido, da literatura para a publicidade – que é um ofício literário porque também utiliza a palavra como suporte, mas que, a rigor, é apenas uma “literatura de botequim”, na afirmação de Georges Péninou – elas se tornam ainda mais válidas, se levarmos em conta que na publicidade do período examinado, primeira metade da década de 80, a Natureza é mais do que uma referência, é uma recorrência.

A constatação de que referir-se à Natureza consistiu quase que num cacoete da publicidade recente tem paralelo no fato de que se trata de um tema em moda, um filão retórico para todos os gostos e finalidades, que se coaduna com uma característica escatológica de nosso tempo que é a lamentação geral pela degradação do meio ambiente.

No primeiro dos grupamentos a que nos referimos, não há propriamente uma exploração ideológica dos conceitos de Natureza, e que são muitos – Kenneth Klark afirma ter encontrado 52 acepções –, se bem que Mikhail Bakhtin diga que “onde há signo há ideologia”. Nele, como que por empréstimo, simplesmente são avocados e evocados elementos da Natureza, sobretudo do reino animal. É a Natureza no papel de grande paradigma e que, por si só, já funciona como uma *diferença que vende* (mesmo que o produto nada incorpore dessa *diferença*), tal como as listras vermelhas de um creme dental ou o fator X ou Y de algum óleo ou medicamento. É a Natureza como anunciante (locutora ou apresentadora) de algum bem, imagem ou serviço.

Uma cena de praia, de montanha ou de crepúsculo, enfim, um postal qualquer pode servir de suporte à anúncio e enunciação de qualquer produto, da mesma forma como é possível construir uma fabulação em que os animais *falem* em favor de uma mercadoria ou emprestem à mesma as suas qualidades. Péninou chega a se referir a uma “zoologia publicitária”, onde “os gatos, os ursos, os crocodilos, os guaxinins puderam se conferir este privilégio”, o de serem “apresentadores”. Atualmente, os animais em extinção – devido ao forte conteúdo emocional das mensagens sobre a ecologia – são muito lembrados nesse gênero de retórica.

Pelas suas qualidades, o leão, a panteira e o gato são muito utilizados nos anúncios. O imposto de renda é um *verdadeiro leão*; uma bela mulher é uma *pantera* (o velho

clichê da bela e a fera), da mesma forma como a gatinha pode também anunciar o imposto de renda quando este quer se mostrar mais manso.

Em nossa pesquisa pudemos catalogar anúncios utilizando o poder retórico dos atributos dos seguintes bichos, entre outros: abelha, águia, beija-flor, borboleta, burro, canário, canário-da-terra, cavalo, cobra, coelho, coruja, elefante, gato, João-de-Barro, lagarto, leão, lebre, leopardo, lince, onça, pantera, peru, pombo, peixe, tartaruga, tigre, sapo, tucano, urubu, vaca e zebra.

O reino vegetal é igualmente farto em imagens que podem ajudar a vender. As alusões a árvores, frutos, flores, folhas e raízes são muito freqüentes. Toda atividade produtiva em expansão floresce e frutifica. A rosa é um dos ícones mais universais, quase sempre na sua conotação para amor.

Por analogia, ou simples aproximação – um mero emparelhamento do produto com um iconograma que denote Natureza –, qualquer produto, bem ou serviço pode aparecer como natural, mesmo que as palavras Natureza e natural não constem do texto escrito.

Nesses casos, ocorre o que Umberto Eco denomina de “participação mágica por aproximação”. Um objeto adquire as qualidades de um outro ou de outros que lhe estejam próximos, mesmo que esta montagem aparentemente não seja intencional. A simples interligação de elementos num discurso visual por si já funciona como uma retórica. Um anúncio de aparelho de ar condicionado tendo como suporte visual apenas a foto do equipamento pode não transmitir tanto a idéia de frescor quanto um anúncio no qual o mesmo engenho técnico apareça em primeiro plano, mas tendo ao fundo uma paisagem arejada: praia e coqueiros, por exemplo.

O emparelhamento de ícones no quadro de um anúncio é um recurso primário, uma técnica comum, uma tecla muito batida, o que não significa que esteja esgotada, o que não significa que esteja esgotada. Um lance de criatividade pode renovar velhos truques. Ocorre-nos a lembrança de um anúncio de aparelho de ar condicionado em que uma borboleta aparece pousada no equipamento. O ícone borboleta incorpora ao texto invisível do anúncio duas informações: as de quietude e de ambientação natural. Evidentemente, que o nível de ruído de um aparelho de ar condicionado influenciará na hora da compra, da mesma forma como se pode imaginar que um equipamento ideal nesse gênero será aquele que não nos disponha a choques térmicos, ou seja, que nos deixe tão integrado num ambiente agradável, quanto uma borboleta em seu meio. O ícone borboleta vende várias idéias simultâneas: de tropicalidade (elas não circulam em dias chuvosos) pelo seu colorido, de frescor (estão mais presentes em ambientes ecologicamente equilibrados), de paz: se ela está pousada no canto de um engenho técnico é porque ele

não é trepidante. Se não é trepidante, é porque é silencioso, relaxa, tranqüiliza.

Vê-se que o anúncio introduz o seu público numa cadeia de associações, tanto por signos visuais, quanto por signos verbais. Produz um entrelaçamento simbólico, ao longo do qual objetividade e subjetividade se encadeiam de tal jeito que a fantasia e a realidade pareçam uma coisa só. O resultado é uma trama informativa, densa, capaz de gerar estímulo – a carência, a demanda.

É ocioso chamar atenção – qualquer leitor o sabe – que a publicidade mescla intencionalmente informações objetivas e subjetivas. E isto é feito atendendo a duas comodidades: tanto a informação subjetiva é capaz de condensar múltiplas informações, quanto transpor para uma objetividade elementos qualitativos que não lhe são inerentes. Algo que não é natural (no contexto corrente) pode aparecer como natural, graças a elementos de uma ideologia naturalizante, importados de um campo simbólico e enxertados em outro. Operações desse gênero permitem produtos antinaturais, até mesmo cancerígenos, passarem por naturais.

Colocações dessa ordem dão margem a um argumento bastante plausível: pelo menos as empresas poluidoras adquiriram maior consciência ecológica e financiam campanhas filantrópicas. Pior era antes. Aparentemente, o capitalismo teria se tornado menos selvagem. Pode ser, no entanto, que apenas tenha se sofisticado mais nos meios de escamoteação das suas contradições, já que as informações acerca de seus produtos não suportam um nível de objetividade, através do qual o público consumidor possa enxergar a produção capitalista nua e crua, tal como ela é, com as suas utilidades, virtudes e sujeiras.

Há no Inconsciente capitalista conteúdos de culpa que o levam a tentar esconder as suas sujeiras e a produzir ações e mensagens desculpabilizadoras e que dão a idéia de higiene. O resultado só podia ser a produção purificante e compensatória (subjetiva) de falas (discursos) carregadas de extrema sublimação. E a publicidade é um canal de voz da sociedade de consumo, da mesma forma como a propaganda é um canal de voz dos regimes socialistas. Estamos tratando, no entanto, do primeiro caso, em que até mesmo a alienação é produzida em série, de acordo com o sistema de produção em massa.

Anúncios com sabor de natureza

Do primeiro agrupamento, em que os anúncios avocam a presença da Natureza, mas ainda de forma abrandada, encoberta, sutil, passamos à segunda classificação – “Natureza como nutriz” –, na qual se enquadram as peças publicitárias que nem sempre recorrem ao mesmo grau de sentido figurado, mas apresentam os produtos como sendo eles próprios a Natureza ou procedentes dela: “da Natureza para a sua mesa”, como

alguns produtos se anunciam, ou, simplesmente, afirmam que é natural consumi-los. Não havendo maneira de se apresentar o produto como natural, naturaliza-se o comportamento. Um exemplo típico dessa prática foi uma peça veiculada em 1983, mostrando uma mulher fumando charuto. O texto correspondente apresentava frases tais como: “os hábitos estão mudando... aliás, nada mais natural”. Ao mesmo tempo, o anúncio apresentava uma revelação surpreendente: as mulheres estavam comprando mais charutos do que os homens. Explicava, porém, que isso se devia ao fato de irem elas mais aos supermercados do que os homens. Compravam charutos, sim. Para os seus maridos. A ambigüidade – que, aliás, é um dos recursos mais utilizados pela publicidade –, permitia, no entanto, a *naturalização* de uma suposta mudança de hábitos: a compra de charutos pelo público feminino e também o consumo, já que o apelo visual era o de uma mulher fumando charuto.

Um anúncio de panela de pressão afirmava simplesmente: “Líder por natureza”. Apresentava-se em seguida uma estatística de vendas. Pode-se pensar que uma panela seja um produto natural por ser feita de um metal. Conclui-se, porém, que qualquer produto, mesmo os mais transformados, podem ser considerados naturais. Afinal, tudo vem da Natureza. Qualquer matéria-prima só pode vir da Natureza, que, numa acepção universalista, pode abranger não apenas o planeta, mas todo o cosmos. In *extremis*, a Natureza serve para legitimar qualquer coisa, pois dela tudo advém.

A maior parte dos produtos que se dizem naturais correspondia, no entanto, aos alimentos, medicamentos, bebidas (alcoólicas ou não), perfumaria e artigos do vestuário. As afirmações sobre o grau de naturalidade variavam desde as garantias de que o produto era 100 por cento natural a frases de efeito sobre a beleza do artigo: “Natural look”. Uma roupa ou um calçado podem ter um visual natural ou serem apresentados num ambiente que denote Natureza, mesmo que a sua matéria-prima seja sintética ou artificial.

Algumas indústrias incorporaram definitivamente a palavra natural ou referências à naturalidade de seus produtos, a exemplo do fabricante de perfumes “O Boticário”. Outros, exasperaram-se na propalação de suas peculiaridades naturais, como se estivesse participando de um concurso de naturalidade. Alguns, chegam a tiradas de humor, como foi o caso do anúncio de uma água mineral: “Só perde para a Natureza porque não é de graça”. Um anúncio de picolés apresentava os mesmos não como tal, mas como se fossem as próprias frutas: “Fruta com sabor de picolé... 100 por cento naturais”. Uma companhia de sorvetes chegou a colocar à disposição do público uma linha telefônica aberta a chamadas a cobrar para informações sobre a naturalidade dos seus produtos.

(In) direto ao assunto

No terceiro agrupamento – “a Natureza como fonte de legitimação” – enquadrados, de maneira geral, as campanhas que procuram veicular uma imagem ecologista de seus empreendimentos, seja para fazer frente a acusações de danos ao meio ambiente, seja para aproveitar o poder legitimante do ecologismo. É neste conjunto que vamos encontrar desde simples recursos analógicos até a divulgação de campanhas extensas muito bem estruturadas. Em relação ao primeiro caso, ocorre-nos esta pérola metafórica: uma empresa produtora de polipropileno afirma no texto de um anúncio que, depois da Natureza, ela faz as melhores embalagens. Esta ousada garantia é ilustrada não com os produtos embalados com polipropileno, mas com a foto de uma porção de nozes e castanhas, com casca. É exatamente a imagem das rígidas carapaças com que a Natureza recobriu tais alimentos que vai suscitar a utilidade e o pragmatismo da re-embalagem das nozes e castanhas com capas protetoras e facilmente descartáveis.

Entre as campanhas veiculadas por grandes grupos são vários os exemplos de incorporação à sua imagem de atividades filantrópicas em favor da Natureza, embora alguns sobressaíam enfaticamente, como é o caso da Companhia de Cigarros Souza Cruz, que, além de fabricar cigarros “naturalmente suaves”, patrocina uma série de atividades educacionais e científicas em prol da ecologia, a exemplo do “Clube da Árvore”, do “Centro de Primatologia do Rio de Janeiro” e de calendários com gravuras alusivas aos ecossistemas, espécies em extinção, pássaros, frutas e peixes. Outro exemplo foi o da Fiat Automóveis, que patrocinou um prêmio para trabalhos universitários sobre ecologia. A Carbochloro, uma indústria química de Cubatão, informa com insistência em seus anúncios contar com o “mais avançado e pioneiro programa de proteção ao meio ambiente”. A Kolynos não chegou a tanto, mas promoveu um concurso com o objetivo de premiar a “melhor frase sobre o verde”. A campanha teve como suporte retórico uma frase-modelo para os competidores: “Kolynos – contém Natureza”.

A maior das campanhas nesse sentido, no entanto, vem sendo difundida desde 1981 pela Hoechst do Brasil, Química e Farmacêutica S.A., que tanto tem publicado anúncios relacionando as atividades da empresa ao meio ambiente e à “naturalidade” de seus produtos (remédios, fibras, plásticos, resinas, inorgânicos, tensoativos, corantes pigmentos e defensivos agrícolas, entre outros) como também tem patrocinado um programa do livro didático intitulado “Ciranda de Livros”.

Os anúncios da “Hoechst – Química a serviço da Vida” são por demais imaginativos e o “faz-de-conta” das histórias que publica dirigem-se aparentemente a um público infantil, embora a media privilegiada seja a das revistas semanais de grande tiragem, a exemplo de *Veja* e *Isto É*.

Já era tempo de retornar ao que nos propusemos em dissertação intitulada *Publicidade – Espelho Capitalista de Narciso* e prometemos no início deste comentário, ou seja, falar de uma outra metáfora, a que faz analogia entre a elaboração publicitária e a elaboração onírica. É preciso dizer, de antemão, que se trata de um achado aparentemente fácil, um ovo de Colombo, e que se constituirá, depois da sua descoberta, num divertido jogo para o leitor, que poderá, enquanto folhear uma revista qualquer, ir descobrindo, onde, como e porque se dá, na mensagem publicitária, um certo desvio de significados e que não é, deixe-se bem claro, uma invenção ou um privilégio da publicidade, mas uma *práxis* semiológica muito comum, por exemplo, na poesia. O que torna a mensagem publicitária um campo fértil para esse tipo de construção é o fato de trabalhar ela propositalmente com *figurações* e *deslocamentos* a serem restituídos pela audiência. A diferença para com a elaboração onírica é que esta é muito mais radical nas suas proposições *desviantes*. A publicidade, por sua vez, não pode se exarcebar na montagem do enigma. Ao contrário, até já apresenta, ao lado do problema, a sua “brilhante” e “indiscutível” solução.

A qualquer leitor, com um mínimo de atenção, já terá ocorrido perguntar-se porque, dispondo de todos os recursos *verbo-vocuais*, a publicidade prefere tratar indiretamente do que mais insiste em apresentar. Não vai direto ao assunto. Ao contrário, rodeia-o com insinuações, um jogo de *faz-de-conta* em que a locução mais pertence ao simulacro do que à coisa e à causa propriamente ditas.

Vejam alguns exemplos, e vamos estruturá-los de acordo com o roteiro da trajetória da restituição pretendida pelo anúncio publicitário. Tomemos o caso de uma campanha de um banco que, para anunciar os seus serviços de poupança, financiamento, seguro e conta-corrente recorre, respectivamente, às seguintes frutas: laranja, abacate, maçã e mamão. Ora, o que tem a ver os *significantes* (visuais e gráficos) laranja, abacate, maçã e mamão com os *significados* poupança, financiamento, seguro e conta-corrente, se nem ao menos pertencem ao mesmo conjunto de coisas, ao mesmo campo semântico?

A verdade é que no plano da retórica nada é impossível, nem mesmo afirmar que um quadrado é redondo. A questão que colocamos – e mais uma vez insistimos – é na predileção que tem a publicidade pelo discurso desviado. Podendo falar sobre as maravilhas em termos de lucratividade e retorno que os seus serviços proporcionam aos aplicadores, prefere tangenciar para os atributos das frutas (poderia ser de qualquer outra coisa). Opera-se, então, o que Roland Barthes denomina de “o roubo da fala”. Passa-se de uma

topologia do sentido à outra, de um primeiro para um segundo sistema semiológico, de um plano absolutamente denotativo (poupança, financiamento, seguro, conta-corrente) para um absolutamente conotativo (laranja, abacate, maçã e mamão). Está montado, portanto, o enigma.

Cabe ao leitor (à audiência) *restituir* o sentido, recolocar em pé o que está de cabeça para baixo. A fala roubada deve então ser restituída, mas já não será a mesma. E é entre uma e outra, a fala roubada e a fala restituída, que se produz, de forma bastante urdida, a fenda, a lacuna, a brecha que será (e foi construída para isso) preenchida pela ideologia do discurso. As frutas cedem então os seus atributos legitimadores (de naturalismo, de alimentos puros, de vitaminas) aos serviços bancários, que passam a ter uma imagem igualmente saudável e fortificante. Cria-se pela via da linguagem o paralelismo entre saúde física e saúde financeira, de tal modo que, no contexto do discurso em questão, uma já não pode ser desligada da outra. Esta transição e transação do sentido, este vai-e-vem, perfaz um movimento mental, uma dinâmica binária, uma funcionalidade analógica, mas também digital, na medida em que os ícones (laranja, abacate, maçã e mamão) tomam o lugar (por substituição, por significação, por representação, por procuração, por indiciação) dos serviços de poupança, financiamento, seguro e conta-corrente, onde estes, fisicamente, estejam dispostos.

A insistência na fixação do sentido *invertido* pode levar a uma certa homogeneização, amalgamento, transubstanciação – do tipo *um é outro* – de forma que um *referente* passe a significar uma imagem e vice-versa, da mesma forma como o *significante* abacaxi, por exemplo, possa ao mesmo tempo significar fruta – ou “infrutescência”, para os mais rigorosos – como ocorria na língua tupi (*ibá ká ti*) e, na gíria, designar aborrecimento, complicação, transtorno, tarefa cacete, problema enrolado. Fruta ou aborrecimento, vai depender da *primazia* que se quer dar ao *significante* abacaxi. Na concepção da semiologia psicanalítica, esta *primazia* pode, muitas vezes, adotar uma forma (sintoma) que é uma *fala* manifesta (plano conotativo) de uma *fala* (conteúdo) latente. Entre uma e outra, ocorreu igualmente uma *lacuna*, aonde se introjetou um elemento sublimador (ideológico).

A um analista caberia (quando possível) *restituir* o sentido deslocado, figurado (condensado). Tal assunto, no entanto, é muito mais complexo e não se reduz, como verificou Jacques Lacan, a uma estruturação esquemática do tipo *significante-significado* ($\frac{S}{s}$), mas se enforma em uma cadeia (fluxo, corrente) de significantes, onde um *significante* sempre remete a outro, indefinidamente. Trata-se, portanto, de um *processo*. Intervir nesse processo e introduzir neles (para entrar em funcionamento no fluxo de consciência) elementos significantes é uma prática semiológica.

ca a que se propõe a publicidade. Como na cadeia do sentido não é possível entrar um elemento sem que o outro ceda seu lugar (por substituição, representação) e com ele se alterne num movimento dialético de presença e ausência, é que se faz necessário a binariedade laranja-poupança, abacate-financeiro, maçã-seguro, mamão-conta-corrente).

O entrelaçamento dos níveis metafórico-metonímico, paradigmático-sintagmático, conotativo-denotativo enreda um fluxo de significações, uma economia simbólica na qual, de permuta em permuta, segue-se adiante, *ad infinitum*, com uma diferença: a partir de uma intervenção (urrida, produzida, construída), laranja-abacate-maçã-mamão passam a fazer parte de um campo imaginário ao qual até então não pertenciam: o mundo dos serviços bancários. É o grau de insistência na fixação dos significantes de um imaginário em outro que irá determinar a primazia. A verdade é que este é um processo heraclítico no qual ao indivíduo (e para isso contribui a memória) não será mais permitido ser o mesmo, após ter-se banhado numa corrente de significação determinada. Vale lembrar a anedota zen do mestre que para evitar que um discípulo permanecesse obcecado com uma preocupação recomendou-lhe não pensar mais em macacos. "Mas eu não estou pensando em macacos", retrucou-lhe o neófito. "Ótimo", disse-lhe o mestre, "não pense em macacos". O aluno esqueceu a preocupação que tanto o afligia. Em contraposição, não conseguia agora afastar da mente as imagens de macacos, a despeito da recomendação de que não pensasse neles.

A esta altura, o leitor já deve ter feito a sua *restituição* do sentido em relação ao que queríamos dizer com semelhanças estruturais entre a *elaboração publicitária* e a *elaboração onírica*. Ora, o que faz a publicidade senão partir de uma objetividade (bem de consumo, imagem ou serviço) e transportá-la para uma subjetividade (um mundo imaginário, um *faz-de-conta*, onde tudo é possível, até mesmo que um quadrado seja redondo)? A diferença em relação à *elaboração onírica* é que esta se faz ao contrário: parte de uma subjetividade (interiorizada no Inconsciente) para uma exterioridade (consciente, objetiva, sintomática).

Enquanto na *elaboração onírica* é a barreira da censura a causa dos deslocamentos e das condensações e da defasagem entre os conteúdos latentes e manifestos, a *elaboração publicitária* tem de enfrentar uma barreira, uma censura da lógica racional aristotélica, ou, se quiser, do juízo do bom-senso, do *tirocínio*. Para ludibriá-la, nada como distraí-la com prestidigitagens simbólicas.

A sublimação é talvez a peculiaridade mais acentuada do discurso publicitário. É como se ela não conseguisse – tal como ocorre nos processos oníricos – se exprimir sem recorrer a figurações. É claro que não estamos considerando publicidade propriamente dita, moderna, simples anúncios de classificados, varejões que servem apenas para listar produtos que estão à venda e seus respectivos preços. A ninguém, em sã consciência, ocorrerá anunciar num caderno de classificados que está pondo à venda uma pantera quando, na realidade, esteja querendo vender uma motocicleta. As panteras, no entanto, vivem na retórica publicitária a anunciar motos e outras máquinas e motores que queiram *aparecer* potentes, velozes, ágeis e plasticamente belos.

Ao mitificar os produtos, concedendo-lhes atributos mágicos e fazendo-os *aparecer* com poderes supranormais, a publicidade acaba promovendo aos bens de consumo verdadeiras *aparições* divinas (epifanias). Anúncios realizam *anunciações* e *enunciações* antes só atribuídas às revelações sagradas e proféticas. A esse respeito, pode-se dizer que a publicidade não é apenas pagã, por divizar e idolatrar novos bezerros de ouro, mas absolutamente profana para com as liturgias religiosas. Não é raro a publicidade valer-se mesmo de cenas em que alguém é alvo de revelações divinas, geralmente atingido por um raio de luz e advertido por uma voz grave e oculta, supostamente procedente do além: um frade é admoestado contra o pecado da gula, mas contra-argumenta, afirmando tratar-se de uma massa de macarrão de excelente qualidade. Em outra circunstância, um simples conhaque pode operar milagres que nem toda a medicina é capaz.

Não é difícil, portanto, entender o quanto a publicidade *imagina* (produz uma *imagética*) um cenário especular para os objetos

da sociedade industrial. Ao projetar-lhes uma segunda imagem, acena-lhes com um espelho de Narciso, cujo reflexo e refração é compartilhado com o público consumidor, a quem se dirige toda a sua busca de legitimação. Não basta ao anunciante ver-se *anunciado* nas águas deste espelho. Ele quer que o consumidor, muito mais até do que ele, se apaixone pela imagem espelhada. Este é o fascínio que o levará a comprar, consumir e consumir.

"Queixo-me às rosas", diz o compositor Cartola, para, em seguida, desistir: "Que bobagem, as rosas não falam". Frustrado, o compositor sabe que as rosas, com todo o seu poder simbólico, não têm o poder de trazer para perto de si a sua amada. Um fabricante de televisão, no entanto, garantiu no anúncio de sua marca: "Num tv 'X' as rosas falam". E afirma que isso é possível graças à fidelidade de seu aparelho, em termos de imagem e cor, capaz de transportar o telespectador ao próprio roseiral. Somente num cenário de profundo onirismo pode-se imaginar que uma rosa fale ou que, graças a intermediação de um objeto, se possa chegar a um roseiral falante.

O leitor, se o desejar, pode ficar atento e passar a descobrir o quanto a publicidade é a própria fábrica de sonhos. O público sabe que a mensagem publicitária não tem um compromisso direto ou formal com a verdade. O que talvez ele ainda não tenha se dado conta é do quanto a sua capacidade de sonhar está sendo atingida e ativada por estímulos exteriores, modulados numa frequência e num código capaz de chegar ao seu mundo inconsciente (a própria morada do desejo) numa linguagem que é bastante inteligível à sua alma, ou seja, a linguagem onírica. E a forma inconsciente de perceber, como o já demonstraram Freud, Lacan, Jung e tantos outros, é, privilegiadamente, através de *figurações* e *deslocamentos*. Não é, portanto, através de revelações de verdades lógicas, mas através de *verdades* motivadas. E é por isso que a publicidade opta por trabalhar com a lógica de Narciso, que prefere a imagem ao real.

Luis Martins, poeta e jornalista, é mestre em Comunicação pela UnB com a tese *Publicidade: Espelho Capitalista de Narciso*.

Resumen

LA PROMESA DEL PARAÍSO

La lectura al pie de la letra de las promesas contenidas en cada anuncio comercial, vehiculado por el conjunto de los medios de comunicación, nos conduciría a la insólita conclusión de que todos los anunciantes están comprometidos en una cruzada en favor de la felicidad. La constante referencia de los mensajes publicitarios a los elementos de la naturaleza ayudan a crear un escenario idílico para los objetos de la sociedad industrial. El apelo a lo natural (la naturaleza como anunciante) sirve de apoyo a cualquier producto, aunque su materia prima sea sintética o artificial y la empresa esté elevando el índice de polución.

Abstract

THE PROMISE OF INSTANT PARADISE

A literal reading of the promises contained in every advertisement put out by the media would lead us to the extraordinary conclusion that all the advertisers are engaged in a crusade for happiness. The publicity messages' constant allusions to the elements of nature help to paint a dreamworld backdrop for the objects of industrial society. The appeal of things natural (Nature as advertiser) enhances any product, even if it is in fact made from sythetic or artificial raw materials by a highly polluting factory.

Concurso público na universidade: um equívoco constitucional

José Carmine Dianese

O recrutamento de professores universitários através de concurso público é antiacadêmico, burocratizante e xenófobo em essência. Ao contrário do que se propala, o concurso público na carreira docente nada tem de moralizador.

A produção acadêmica é antes de tudo fruto da capacidade de pesquisar e de gerar novos conhecimentos ou obras, inerente a um pequeno grupo de seres humanos. A sistemática de admissão de docentes nas grandes instituições de ensino e pesquisa do mundo ocidental é baseada no princípio óbvio de que interessa sempre atrair e incorporar pessoas realmente competentes. Por isto, chegou-se a uma situação onde praticamente tudo o que acontece em ciência no mundo ocorre no hemisfério norte. Um exemplo é a excelência da Universidade de Harvard, que detém sozinha o estupendo número de 30 prêmios Nobel contra 55 de todo o Reino Unido, o país segundo colocado neste rol de honra, infelizmente contra zero do Brasil. Ali, e em uma longa lista de instituições americanas, européias e canadenses, a caça ao

competente é a alma do negócio. Compete-se, em termos mundiais, na oferta de salários, benefícios adicionais, condições de aposentadoria e condições de trabalho, tudo para atrair os talentosos. Nenhuma dificuldade se cria e não existem censuras ideológicas, racial ou religiosa. Essas instituições sempre se vangloriam quando uma nova sumidade é conquistada. Da mesma forma, os institutos particulares e governamentais que hoje desenvolvem pesquisa de ponta recrutam onde quer que esteja a competência. Assim, além das universidades, citam-se os exemplos da IBM, Bell System, NASA, Rockefeller Institute, MIT, Caltech e outros gigantes da ciência, onde o grande esforço é na constante melhoria do corpo técnico-científico.

Na universidade brasileira, talvez como parte de nossa herança lusitana, hoje decide-



se pela via complexa do recrutamento através de concurso público, não apenas para carreiras clericais, como seria lógico, mas também para o serviço acadêmico nas universidades. Afastam-se os colegiados acadêmicos, cujos membros passam a operar como Pilatos, na sua mais nobre missão que é a de montar o principal componente do sistema universitário: o seu corpo de professores. Porém, se há uma disposição incontestada de muitos departamentos, institutos e faculdades de continuarem na tarefa de admissão de docentes, há, aparentemente, uma tremenda satisfação com os concursos nos colegiados superiores. Isto pode ser até interpretado como um desejo de se escapar à responsabilidade de dizer não, sempre que um departamento fizer uma má escolha. Outros defendem o concurso em virtude de compromissos eleitorais politicamente convenientes, mas no mínimo controversos do ponto de vista acadêmico. Daí o grande entusiasmo de alguns em abraçarem a bandeira do concurso na universidade, em vez de se aperfeiçoar o mesmo sistema adotado nas fundações e empresas oficiais que permitiu montar universidades como a Unicamp, Federal de Viçosa, Federal de São Carlos e UnB, entre outras, e empresas de pesquisa como a Embrapa e a Ceplac. Ressalte-se ainda o brilho do Instituto Oswaldo Cruz, hoje ressuscitado das cinzas pelo CNPq, sem qualquer necessidade de concurso público.

Ignora-se a história e despreza-se a experiência nacional e a evolução universitária mundial, esta já perdurando por quase um milênio. Não se respeita o princípio de que o progresso nasce do aperfeiçoamento da obra humana e não do emperramento institucional, como agora acontece na universidade brasileira com a "autarquização" das fundações. Pois, sem qualquer consideração à decantada autonomia universitária, o Ministério da Educação, ainda sob os efeitos de Marco Maciel, a pretexto de implantar um plano de cargos e salários, via decreto-lei, na prática transformou todas as universidades fundacionais em autarquias, e nelas instituiu entre outras mazelas o concurso público na carreira docente, instrumento restritivo e prejudicial a um recrutamento acadêmico. Este fato coloca também as fundações, em posição muito inferior à empresa privada. Esta, sem concurso público, é capaz de montar em menos de um ano institutos de alto nível às custas de pessoal recrutado nas universidades, conforme vem ocorrendo no país nas áreas de informática e biotecnologia. A criação das fundações, baseada na Lei 3998/61 que criou a Universidade de Brasília, eliminou a necessidade de concursos, ao assegurar autonomia administrativa para a UnB, separando-a das autarquias. No entanto, deu-se aos planos de cargos força superior à da lei, pervertendo-se a interpretação lógica do Artigo 167 da Constituição atual. Muitos pensavam que a era dos concursos na universidade

havia sido superada e que as autarquias seriam transformadas em fundações, porém o contrário está acontecendo, para mais uma afronta ao bom-senso, uma homenagem à involução ou apenas para satisfazer a vontade de alguns de sempre reinventar a "roda quadrada".

A pureza olímpica do concurso é algo muito mais discutível do que a contratação através de uma série de colegiados. Ao contrário do que se propala, o concurso público na carreira docente nada tem de moralizador e é, isto sim, um instrumento academicamente reacionário e que faz renascer em parte a síndrome do catedrático, rica em aspectos solenes e pródiga em mediocridade coroada por estabilidade instantânea e não baseada em produção contínua. É norma salutar a existência de uma fase, com duração máxima definida, antes do enquadramento definitivo dos docentes. Isto o concurso não admite. A universidade deve ter a liberdade de contratar os competentes, onde quer que eles estejam, inclusive no exterior, fato que a distingue, por exemplo, dos tribunais de justiça. Normalmente, a universidade não é uma repartição pública qualquer que, na ausência do bom, possa se contentar com o mais ou menos. O concurso público, conforme previsto na Constituição atual e mantido no Projeto de Constituição, é antiacadêmico, burocratizante e xenófobo em essência. Assim sendo, ele alija do processo de contratação os departamentos e todos os colegiados universitários, ao mesmo tempo em que outorga plenos poderes a uma banca de decidir em última instância quem pode ser professor de determinado departamento. Elimina o concurso a possibilidade de recrutamento de estrangeiros, como se o Brasil fosse cientificamente forte a ponto de dispensar a colaboração de colegas de outros países. O próprio anúncio e instalação do concurso é tudo menos eficaz em um processo competitivo de recrutamento. É literalmente impossível explicar a um cidadão de um país desenvolvido o porquê do concurso na universidade, uma instituição toda ela baseada no princípio da honestidade absoluta inerente à produção acadêmico-científica. Além disso, o concurso premia a mediocridade na medida em que força a universidade a contratar candidato aprovado com nota mínima, um fraco segundo colocado, a se valer da eventual desistência do elemento realmente capaz. Em geral, cria-se uma fila de aprovados portadores de direito adquirido à contratação, e quase sempre em escala crescente de incompetência. O concurso não controla a endogenia, ou síndrome da consangüinidade, haja vista a situação de certas universidades brasileiras onde ele sempre existiu e cujos corpos docentes são constituídos quase que integralmente de ex-alunos das próprias instituições.

Na lista das grandes universidades ocidentais, a qualidade de cada uma é proporcional aos salários e condições adicio-

nais oferecidas a seus docentes. A agressividade no recrutamento é característica das melhores e não a burocracia. Se uma universidade decide ser medíocre, que ela seja punida pelos seus mantenedores recebendo menos recursos, ou até mesmo sendo fechada. Que aquelas preocupadas com a qualidade sejam, porém, beneficiadas com mais verbas e condições para atingir padrões cada vez mais altos, contrariando-se a noção populista da isonomia, verdadeiro absurdo, hoje implantado no país às custas do erário.

Finalmente, cabe-me reproduzir, com o devido respeito, as sábias palavras do grande jurista brasileiro Pontes de Miranda (1968), que considerou um "erro de política legislativa constitucional" a inclusão do concurso para a carreira acadêmica na Constituição de 1967, e assim se pronunciou: "Há a superstição do concurso, que volta a ser matéria constitucional. Enquanto nos Estados Unidos da América abrem as portas das universidades aos sábios estrangeiros, que lhes faltam, o Brasil, medíocre e pobre, põe os seus medíocres a escolher medíocres bajuladores e os fazia vitalícios. A vitaliciedade acabou, para o futuro. Não aprendemos ainda como era que a Alemanha recrutava os seus professores, nem como os recrutam os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha. E a Rússia. Certos professores que os Estados Unidos da América aproveitaram nas suas universidades, ainda que de nacionalidade inimiga e durante a guerra, não poderiam professar no Brasil. Alguns não puderam mesmo permanecer, porque a xenofobia brasileira os vigiava com a polícia. O terror aos sábios, próprio dos povos que se querem suicidar, ou apodrecer. Mas isso tem de passar. Temos de pensar em termos de ocupar um dos quatro primeiros lugares no mundo, ainda no século XX. No próprio ensino superior livre exige-se o concurso de provas e títulos. O mandarinato professoral brasileiro está satisfeito: afastaram-se os sábios estrangeiros... e os nacionais, tão raros. Sábios não pleiteiam cargos; sábios são rogados, seduzidos, cercados de todas as comodidades para que emigrem, ou, sendo nacionais, aceitem as canseiras tão mal pagas do professorado nacional, sempre ligado a outra profissão que a de ensinar."

Por tudo isso, espera-se que a nova Constituição seja expurgada desse mito de pureza e dê às universidades a chance de demonstrar honestidade e de serem mais eficientes, competitivas e produtivas.

José Carmine Dianese, Ms e PhD, professor titular, coordenador do mestrado em Fitopatologia, ex-diretor do Instituto de Ciências Biológicas da UnB.

Referência Bibliográfica

MIRANDA, Pontes de. Comentários à Constituição de 1967. Tomo V. Editora Rev. dos Tribunais, São Paulo, 1968.

Os inimigos do ensino público

Cristovam Buarque

A universidade para ricos

O Brasil vive um raro momento em que o ensino superior público é criticado em nome da justiça social, uma vez que a universidade pública é ocupada, gratuitamente, pelos filhos das classes médias e altas, ficando as escolas particulares, pagas, como única alternativa para os demais.

Nestas condições, nada seria mais justo do que cobrar dos ricos a escola superior que seus filhos utilizam.

Esta defesa da justiça incorre em três erros: ilusão quanto às características sociais da população universitária, desconhecimento do custo de manutenção da universidade, e, sobretudo, falsa visão do papel da universidade.

Mesmo considerando que o sistema de escolha, por vestibular, favorece o ingresso dos filhos dos ricos nas escolas públicas, é falso dizer que nas universidades particulares estão os filhos dos pobres. No Brasil, raramente os filhos dos pobres passam da escola primária. A diferença de classes, entre os que vão para as universidades públicas e aqueles que vão para as particulares, é entre filhos de classes ricas e médias-altas e filhos de classes médias-alta e médias-média; mas sempre privilegiados.

Por outro lado, uma universidade séria não consegue ser mantida apenas com o dinheiro dos alunos. Cada uma das grandes universidades brasileiras gasta entre US\$ 2.000 a US\$ 5.000,00 por aluno/ano. Se o Estado fosse cobrar este valor a cada aluno, haveria uma evasão tão grande que seria mais barato e eficiente enviar ao exterior os poucos que pudessem estudar, não se justificando a existência de nenhuma universidade no país.

A alternativa de que os ricos paguem apenas por seus filhos tampouco soluciona o problema. São tão poucos os que poderiam pagar a taxa média do custo da universidade, para 1, 2, 3 filhos, que a contribuição deles seria insignificante para o financiamento global da universidade. Em compensação, o fato de pagarem daria a esses poucos um poder e um direito sobre a universidade, forçando-a a adaptar-se aos seus interesses particulares, que consiste, obviamente, na obtenção de um

passaporte à promoção individual como forma de recuperar os seus gastos. Esta situação apenas se justificaria para aqueles que concebem um curso universitário como um investimento, igual à compra de um pedaço de terra, visando um retorno financeiro sob a forma de altos salários: assim os ricos pagariam pela escola de seus filhos e somente por seus filhos.

O mesmo ocorreria se a universidade fosse financiada diretamente por empresas: as indústrias montariam escolas de engenharia; os donos de hospitais, faculdades de medicina. Estas empresas, como proprietárias, aprisionariam as escolas em seus interesses e racionalidades, buscando o máximo de retorno no prazo mais curto.

Em uma sociedade que anseia por mudanças, sem ter claro ainda quais mudanças são corretas e viáveis, uma universidade desse tipo não satisfaz. A atual crise brasileira não decorre apenas de desajustes econômicos, políticos ou técnicos; ela transcende todos estes níveis e atinge o grau de uma crise ideológica. Por isto, a sociedade necessita de uma universidade que não se limite a encontrar pequenas respostas, mas sim que formule as grandes novas perguntas. E isto não é possível com os alunos e seus pais, ou as empresas que os financiam, buscando um retorno imediato aos seus investimentos. O momento exige a mais absoluta liberdade de pensamento e o compromisso maior com os destinos do país. Isto só será possível com um ensino superior público e gratuito, para todos os que tenham condições intelectuais de aproveitá-lo, assumindo o compromisso de usar socialmente os conhecimentos obtidos.

A injustiça da universidade pública não está, portanto, em que nela só entram os filhos dos ricos – nisto reside uma injustiça social. A injustiça da universidade está em que aqueles que dela saem trabalham apenas para os ricos – isto decorre de sua estrutura, currículos e métodos de trabalho.

Se, em vez de ser um cartório que emite títulos de propriedade do latifúndio do saber, a universidade se transformar no local onde a sociedade prepara seus quadros para servir ao futuro do país, não haverá razão para cobrar dos ricos apenas as escolas de seus

filhos, e nem cobrar apenas dos ricos que têm filhos. O justo será cobrar mais impostos de todos os ricos, para que seja possível formar toda a juventude que construirá a nação, seja qual for a origem econômica de cada aluno.

A universidade para o país

O grande desafio da universidade brasileira para os próximos anos não está em privatizar o ensino que é estatal, com base em míopes e equivocados conceitos de justiça; está em tornar pública a universidade que hoje é apenas estatal, fazendo com que ela passe de sua posição de estatal-a-serviço-privado para estatal-a-serviço-do-público.

O caminho para esta publicização está em duas linhas básicas: mudança na estrutura dos currículos e métodos dos cursos universitários e uso da universidade no apoio ao processo amplo de educação.

No primeiro aspecto, a universidade pública deve transformar-se para formar profissionais que atendam as necessidades da população e da construção do futuro da nação, em vez de orientar-se para atender apenas a demanda originária da minoria rica.

No segundo aspecto, ao mesmo tempo que restringe seus cursos aos mais competentes, a universidade deve desenvolver mecanismos para levar seu potencial educativo a toda a população, através de programas de extensão, ensino à distância, treinamentos, etc. Isto não quer dizer, porém, que a publicização da universidade estatal passa por um relaxamento nos critérios de ingresso. Ao lado do compromisso de servir ao público, o maior compromisso da universidade pública é o de servir com o máximo de qualidade. A universidade deve formar uma elite intelectual, que sirva não apenas à elite econômica.

Os inimigos do ensino público

Esta concepção de que necessitamos de um ensino superior gratuito para todos; e com um firme compromisso com o país, tem, entretanto, diversos inimigos.

Um primeiro inimigo, que existe tanto internamente como externamente à universi-

dade, são os ingênuos, que limitam ao âmbito da universidade uma injustiça muito maior e que abrange toda a sociedade. Defendem que os ricos paguem por seus filhos, em vez de lutarem para que os ricos paguem impostos que financiem a educação de todos.

Externamente à universidade estão aqueles que desejam mais uma fonte de realização de lucros, usando o setor educacional como o industrial, o financeiro, o comercial, etc. Nos últimos 15 anos, formou-se no Brasil, entre proprietários de escolas privadas, um poderoso setor econômico que, igual aos demais, usa subsídios e apoio público para criar fábricas de diplomas sem qualidade, descomprometidos com os interesses do país. Ainda externamente, um grupo de inimigos é constituído por aqueles que por razões ideológicas temem o papel libertador de uma universidade realmente pública. Querem evitar que se consolide um pensamento crítico e sejam encontradas propostas e soluções para os problemas da sociedade brasileira.

Mas não são apenas no exterior que estão os inimigos do ensino público. Entre muitos que dizem defendê-lo, há quatro grupos que, disfarçadamente, são muitas vezes os maiores inimigos do ensino público.

O primeiro desses é constituído por aqueles que vêm a universidade apenas como um emprego do qual é preciso sugar o máximo, com o mínimo de compromisso. Ao agirem assim, comportam-se da mesma maneira que os que buscam o lucro, sem qualquer preocupação com a causa pública. Outro grupo dos inimigos internos é composto por aqueles que vêm a universidade apenas como instrumento de realização puramente individual, mesmo que aparentemente acadêmica, sem compromissos maiores com a solução dos problemas do mundo, com o saber puro nas ciências, nas tecnologias, nas artes, nas reflexões filosóficas. São também inimigos internos aqueles que limitam o horizonte da causa pública apenas aos limites do campus, com uma visão corporativista do mundo. É preciso não esquecer de incluir como inimigos do ensino público aqueles que caem no maniqueísmo, confundem público com estatal, defendem a mais incompetente, alienada e ineficiente escola estatal, para evitar a análise cuidadosa dos interesses da causa pública. Internamente ainda, é um inimigo da universidade pública o medo de fazer avançar o conhecimento e de usá-lo a favor das transformações sociais. Não se

pode entender como pública uma universidade que, conservadoramente, não se posiciona na vanguarda do saber e das lutas sociais.

Mas o maior "inimigo" da universidade pública nestes últimos meses tem sido, contraditoriamente, ela própria, quando tenta acertar. Grande parte da crítica que a universidade pública recebe é fruto de sua tentativa de acertar, incomodando aqueles que temem o seu papel reformador. Ao tentar modificar-se, reorganizar-se, democratizar-se, participar, com todos os custos que isto implica, ao exigir as condições necessárias para cumprir seu papel, a universidade pública passa a ser alvo das críticas dos que desejam uma universidade acomodada, bem comportada, dentro dos moldes predeterminados, comprometida apenas com a tradicional tarefa de formar mão-de-obra para o mercado; sem um ensino que ensine a contestar, sem pesquisas que inovem, sem uma extensão militante.

CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À DISTÂNCIA

Inscreva-se gratuitamente para estudar à distância os principais problemas da realidade brasileira, bem como questões da ciência, da cultura, da técnica, das artes.

E receba um CERTIFICADO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

Curso nº 1: Constituinte e Constituição (Cz\$ 100,00). Coletivo de autores

Curso nº 2: O Direito achado na rua (Cz\$ 100,00) (a partir de outubro)

Coordenador: Prof. José Geraldo de Sousa Júnior – Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos

Curso nº 3: Redação (Cz\$ 100,00) (a partir de fevereiro) Coordenador: Prof.

Hildo Honório Couto – Núcleo de Estudos de Linguística

Está em fase de produção cursos que focalizam temas como educação, saúde, ciência e tecnologia, o papel do Estado na economia, questão agrária, direitos e garantias individuais, que serão oportunamente colocados à disposição dos interessados.

Para inscrição e obtenção do material didático (a preço de custo) escreva para o seguinte endereço: Coordenadoria de Educação à Distância – Decanato de Extensão – Universidade de Brasília – 70910 – Brasília – DF – (Tel.: (061) 274-0022 R/2281 Telex: (061) 1083 – UNBS – BR)

Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português. Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos – o texto publicado.

Humanidades

Crítica

Réplica

Despistando a crítica

Em sua curiosa resenha sobre Michel Foucault ou o Niilismo de Cátedra (*Humanidades* 10), Ovídio de Abreu Filho pergunta o que "me incomoda" na obra de Foucault. Já veremos de quem é o incômodo.

Na opinião de Ovídio de Abreu "Merquior leu tudo de Foucault e tudo, ou quase tudo, que se publicou sobre ele. Não há, portanto, em seu livro falta substantiva ou incompreensões quanto ao que Foucault escreveu". Mas por mais abrangente, meu inventário de prós e contras suscitadas por Foucault, avaliando suas principais teses históricas. Eis, porém, que "no contraponto de Foucault e seus críticos (segundo Merquior), a verdade, a imparcialidade, sobretudo a serenidade estão com os críticos. A Foucault cabe o reconhecimento de inovações imprecisas e efeitos duvidosos".

A última frase mostra que a sintaxe de Ovídio de Abreu é insegura. Obviamente, o que ele quis dizer é que eu atribuo a Foucault defeitos de pensamento – mas como a frase está escrita, o leitor distraído pode ser levado a pensar que é Foucault quem está reconhecendo, em outros, imprecisões e efeitos duvidosos...

Entretanto vamos ao fundo da questão. Pondere o leitor. Ovídio me acusa claramente de parcialidade contra Foucault. Ante tal acusação, o mínimo que o leitor tem o direito de esperar seria que ele a ilustrasse, pela reprodução idônea de algumas das muitas críticas feitas ao pensador francês e perfilhadas por mim. Só então, conforme minha maneira, justa ou preconceituosa, de adjudicar erros e acertos, no amplo confronto entre Foucault e os historiadores profissionais, especialistas nas áreas em que sua obra pretendeu inovar (história da psiquiatria, das ciências, da prisão, do poder e da sexualidade), o leitor, mesmo sem ter ainda lido meu livro, ficaria em condições de ajuizar a validade ou invalidez da objeção de imparcialidade, levantada contra mim.

No entanto, que acontece no texto de Ovídio? Ele mesmo se apressa a descartar todo exercício de ilustração comprobatória: "como não é possível, no espaço de uma resenha, discutir todas as críticas a todos os trabalhos de Foucault, justifica-se a questão: o que incomoda Merquior?"

É claro que é mesmo impossível examinar "todas" as críticas a "todos" os trabalhos de Foucault – e de resto meu livro certamente não tem a pretensão de abranger essas totalidades. Mas por que essa impossibilidade eximiria quem quer que seja de sopesar pelo menos algumas das críticas expostas? Para isso, a extensão da resenha em causa (quatro colunas em letra miúda) é mais que suficiente. Por que – se lhe falta espaço para mais – Ovídio de Abreu não analisa, explicitando-a e dissecando-a, pelo menos uma só das muitas críticas referidas em meu livro?

Até que o faça, receio que o leitor de boa fé possa ficar desconfiado de que a acusação de parcialidade movida por Ovídio contra mim não tem maior fundamento. Esse mesmo leitor terá, isso sim, a impressão de que meu crítico foge à responsabilidade de sustentar, no tribunal do argumento, sua queixa; queixa essa, aliás, claramente ditada pela postura idólatra do acusador em relação a Foucault. Ora, idolatria é a última coisa que deveria encontrar guarida num departamento de filosofia, onde o culto ao pensamento crítico deveria sempre começar pela capacidade de topar serenamente a luta com os argumentos discordantes.

Longe de mim recusar a Ovídio de Abreu o direito de gostar de Foucault, nem mesmo o de exaltá-lo. Mas para superar as críticas que sua obra recebeu, é preciso um pouquinho mais: é necessário ao menos tentar demonstrar que não são válidas. E talvez fosse bom começar por não escamotear ao distinto público pagante seu teor. Por exemplo, no livro, alinhado meia dúzia de objeções conceituais à noção de episteme, verdadeira arquitave, como é sabido, da teorização de Foucault no que é talvez seu livro mais denso, *Les Mots et les Choses* (1966). Seria demais pedir a Ovídio de Abreu que

se ocupasse de uma só dessas objeções? Pois isso, positivamente, ele não faz.

Evitando sistematicamente a confrontação com o cerne do livro, preferindo a insinuação à prova e ao argumento, Ovídio assume ares magistrais para surpreender "imprecisões" de minha parte. Vejamos. Na minha conclusão, eu sugiro que, do ponto de vista da atitude geral ante a filosofia, existe certa continuidade entre Bergson, Sartre e Foucault, sucessivas "estrelas" do pensamento francês, fundamentalmente infensos à disciplina do rigor analítico. Tanto basta para que Ovídio exclame ex cathedra: "Existem aqui imprecisões. Nada de Bergson ou Sartre na obra de Foucault".

Perfeitamente. Mas quem disse o contrário? Se Ovídio fosse capaz de uma leitura mais competente, verificaria que eu nada aponto de bergsoniano ou sartreano no conteúdo da obra de Foucault. Tudo o que sugiro é certa atitude comum: a concepção do filósofo como prática bem distante da argumentação cerrada, "more analítico". Evidentemente, pode-se até defender esse afastamento em relação aos cânones analíticos. A influente obra de Richard Rorty, em nossos dias, outra coisa não é senão essa defesa brilhante, mas, a meu ver, inconvincente. Porém, desentender um ponto tão claro, para cair na fantasia de dar a impressão de que andei lobiando bergsonismos ou sartreanisms em Foucault é mais do que inépcia – é puro e simples ridículo.

O mesmo se poderia dizer da maneira constrangedoramente ingênua pela qual Ovídio de Abreu procura contestar a caracterização de Foucault como niilista, só porque – *sancta simplicitas!* – Foucault "nunca disse que a vida é má ou que tudo se resume ao nada".

Calcule-se o niilismo moderno, em geral, e, em particular, um pensador astuto como Foucault cairiam nesse mero "remake" de Schopenhauer... O jogo é outro, meu caro professor Abreu. Os pressupostos, estratégias e manobras do neonilismo são bem mais sutis. Leia Stanley Rosen para, pelo menos, principiar a compreendê-los. Meu livro tem seguramente vários defeitos – mas está um pouco acima do nível das "impre-

cisões" que certa semicultura sofomóica queira imputar-lhe. E com defensores assim, Foucault nem precisa de inimigos.

P.S. A falta de substância teórica de sua resenha leva Ovídio de Abreu a gastar mais de trinta linhas com um comentário ultrajado sobre a nota brincalhona com que abro o volume, gozando abertamente o Movimento Foucaultiano Pró-Anarquia e Perversão (MOFAP). Ovídio não está para ironias e pergunta, entre irritado e pedante: "trata-se de um livro contra Foucault e contra os foucauldianos, cuja ignorância começaria por manifestar-se na auto-designação de foucaultianos (com t). Mas, qual é o sentido da oposição fonológica (d/t) proposta por Merquior?"

Por trás de todo pedantismo se esconde uma ignorância. Não se trata de nenhuma "oposição fonológica", mas sim de uma simples diferença de gosto e cultura. As verdadeiras oposições fonológicas, como sabe qualquer principiante de linguística, são as que têm valor diacrítico. A diferença entre, de um lado, "foucauldiano" e, de outro, os bárbaros adjetivos "foucaultiano" ou "foucauldiano" é um dado puramente fonético e cultural, sem valor fonológico. Para sua informação, meu caro professor Abreu: adjetivos formáveis a partir de nomes como Foucault são tradicionalmente derivados da forma latina do substantivo: neste caso, de "Foucaulus", na mesma linha em que "cartesiano" foi forjado como adjetivo relativo a "Cartesius", isto é, Descartes. Desconhecer essa tradição é apenas uma das muitas faltas de ignorância cometidas por vários entusiastas de Foucault. Na França, todos os textos sobre Foucault trazem a forma "foucauldien". Meu livro, tanto na edição original inglesa quanto na americana e nas traduções já publicadas – brasileira, francesa e turca – ou em preparo, como a espanhola e a italiana (no prelo), segue essa derivação elegante e culta; e seu autor faz questão de puxar a orelha aos atletas do foucauldismo iletrado, que começam por massacrar o qualificativo referente ao nome de seu ídolo.

José Guilherme Merquior
Crítico e ensaísta

Publicidade

CABRAL, Plínio. Do outro lado do muro: propaganda para quem paga a conta. São Paulo, Summus, 1986, 107 p.

Propaganda pelo lado de dentro

Há uma freqüente afirmação de que, diariamente, cada cidadão chega a ser atingido por nada menos que 1.500 mensagens publicitárias. Mais recentemente, avalia-se que este número tenha subido para cinco mil mensagens, incluindo formas diretas e indiretas de propaganda. Se a propaganda está tão próxima e em tamanha proporção, o mesmo não ocorre com a bibliografia específica sobre o assunto. É difícil encontrar novos livros de publicidade, quantitativa e qualitativamente. De uma forma mais grosseira, pode-se dividir as poucas publicações dedicadas a esta atividade polêmica da cultura de massa em duas vertentes: as que estão do lado de dentro e as que estão do lado de fora. Do lado de dentro, pode-se considerar aquelas que descrevem como funciona a publicidade, como se organiza sua produção, como se consegue maior eficiência e profissionalismo no seu exercício. Teríamos aí os manuais, os livros de famosos publicitários, etc. Do lado de fora, encontraríamos os livros que se posicionam criticamente em relação ao mundo publicitário e sua mecânica. Neste lado estariam as críticas e estudos realizados não só por comunicadores, mas também por antropólogos, sociólogos e outros cientistas de áreas afins que já perceberam a importância da publicidade e da propaganda como matéria de estudo.

O caso do livro "Do outro lado do muro: propaganda para quem paga a conta", pode ser visto como a típica produção do lado de dentro. Não pense o leitor que encontrará análises profundas e teorias sofisticadas. O que ele traz é um diálogo direto e claro com quem paga a conta, ou seja, o empresário que tem sua conta publicitária atendida por uma agência. O autor, profissional com larga experiência no setor e também professor universitário, reuniu uma série de capítulos curtos e objetivos, abordando as questões básicas do fazer publicitário. Os diversos departamentos de uma agência são tratados isoladamente, sempre com uma orientação explícita sobre os procedimentos práticos para empresários e executivos.

Assim, as atividades do contato, planejador, mídia, criadores e demais elementos das equipes publicitárias são explicadas em tópicos quase sempre inferiores a três páginas cada um. O executivo terá ainda informações sobre os tipos de campanhas, como avaliar a qualidade dos trabalhos que lhes são apresentados, como calcular a dura-

ção ideal de uma campanha e outros detalhes ligados ao cotidiano de clientes e agências.

Mas além do texto curto e informal, todos os capítulos são ilustrados com o traço de Nicollió, que também assina a criação da capa.

Quem mais poderia ter interesse nesta publicação? Talvez alguém que não conheça o fazer publicitário possa encontrar aqui uma introdução, embora superficial, dos principais itens de sua mecânica. Poderá ainda ser uma leitura complementar para estudantes da área de publicidade ou administração.

Convém destacar que "Do outro lado do muro" é o volume 18 da coleção *Novas Buscas em Comunicação*, da Summus Editorial, que conta com outros títulos que poderão interessar a diversas áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade, relações públicas e radiolismo.

Na relação agência/cliente, realmente a conta é paga pelo segundo, mas bem que o autor poderia ter lembrado que é o consumidor, em última instância, o grande pagador de todo o processo mercadológico, e portanto é de seu bolso que sai a quantia que movimenta as indústrias, os veículos de comunicação e agências de propaganda.

Mas para não ficar em cima do muro, aqui vai uma opinião: a promessa da contra-capas – de que o livro analisa como o "anunciante deve ver e julgar a publicidade" – realmente se concretiza e servirá certamente aos empresários que tenham alguma dificuldade de conviver com a publicidade. Se, entretanto, o leitor espera algo além disso, convém buscar alguma publicação entre aquelas do lado de fora, ou seja, na produção de caráter crítico, o que não acontece neste volume.

Mantendo, entretanto, uma rigorosa coerência de propósitos, o livro de Plínio Cabral tem a vantagem de aumentar a bibliografia de um setor importante da comunicação que tem passado despercebido e bem merece novos textos para ajudar na reflexão necessária.

Clodomir Ferreira
Deptº de Comunicação/UnB

Sociologia

FREYRE, Gilberto. Modos de homem & modas de mulher. Ed. Record, 181 p. Rio de Janeiro, 1987.

Modos de conceber o Brasil

No estudo *Modos de homem e modas de mulher*, encontramos mais uma vez a marca de Gilberto Freyre e as características de seu pensamento. Nota-se uma errância de governação da inteligência, ora a explodir em agudas observações socioantropológicas, ora a externar divagações literárias em que domi-

na o acento emocional e impressionista.

Uma aventura do sentimento, mais do que da inteligência crítica. Este é o caráter do que chamamos "sociologia do coração", ao destacar, certa vez, a prevalência do conhecimento intuitivo nas proposições gilbertianas.

Ao término da leitura de *Modos de homem e modas de mulher* o leitor não se sente protegido por uma base conceitual que o ajude a descobrir contornos do homem e da mulher na especificidade brasileira. Há pinceladas otimistas, que podem auxiliar o brasileiro na sua euforia pátria ou exagerada auto-estima.

A começar pelo fato de que o "brasileiro" e a "brasileira" formulados devem situar-se numa camada entre a média e a superior. Portanto, de razoável poder de compra, pois os modos e as modas excluem os consumos meramente conduzidos pelo "efeito de demonstração", o mais largo e popular. Ou seja, os daqueles camadas ou grupos sociais que, para efeito de status e prestígio, procuram imitar o consumo dos grupos superiores, com os quais entram em contato. É a esta grossa população que se dirige a publicidade, construindo vasto apelo verbovisual para a formação do gosto e da demanda. O Brasil de *Modos de homem e modas de mulher* é um Brasil-boutique, de consumo conspícuo, do qual ficam de fora milhões de homens e mulheres.

Gilberto Freyre contorna o fundamento econômico do fenômeno da moda e a trata em visão preferencialmente voluntarista. E, na elaboração do texto, pratica a técnica da sociologia do coração, mesclando informes procedentes de pesquisas e fontes seguras com entusiasmos afetivos, tanto pessoais quanto regionais.

Neste ponto, então, causa tédio a insistência recorrente aos pioneirismos (reais ou supostos) de seus trabalhos anteriores, assim como o bairrismo estreito de atribuir à província e aos amigos a hegemonia ou precedência na produção de trabalhos culturais e artísticos. Só esta preocupação valorativa, inteiramente subjetiva, definhava de rigor científico o seu estudo.

Para captar o sentido de "modo" e "moda", adota o caminho mais comum: parte do registro lexical de alguns dicionários. Aliás, contenta-se com um brasileiro e outro da língua inglesa. E vale-se da *Encyclopedia of the Social Sciences*.

Tece elogios à tendência de modernidade brasileira, invocando o exemplo de Sônia Braga, sem esquecer a menção da contrapartida loura, Vera Fischer. Usa, portanto, as estrelas da publicidade brasileira, que ilustram revistas de entretenimento e publicações mundanas, como arquétipos do estado geral das coisas, como expressões da cultura nacional. Assim, faz do produto das leis do consumismo o leme de tendências culturais que singularizariam manifestação psicossocio-cultural do povo brasileiro.

Aí é que o cientista social se deixa naufragar na informação de superfície. A obsessão pela modernidade como código idealizador da preferência nacional, atento aos modos e às modas do Brasil, pode ser facilmente contraposta com informações de igual ligeireza. O padrão Globo tem, inversamente, branqueado a comunicação sensorial das imagens da TV. Xuxa pode considerar-se a nova deusa ariana, ou a boneca escandinava, exposta ao apreço e à preferência "nacionais". E as chacretes foram sendo gradativamente trocadas, escasseando-se as escuras e mulatas, em favor do branqueamento. O que prova que, neste âmbito de pesquisa e observação, a análise tendencial torna-se temerária.

Sob esse ponto de vista, um pouco de Marx haveria de mitigar as conclusões do ilustre antropólogo, caso considerasse a moda como subproduto do fator econômico, independente da maior ou menor brasilidade. O fator ecológico, tão assinalado por Gilberto Freyre, pesa naturalmente. Mas pesa por motivo econômico, quer na produção, quer no consumo de artigos. Daí a procedência da justa reivindicação gilbertiana: "Não será o atual, o momento exato de o Brasil produzir, no setor de criação de modas de mulher, o equivalente, como designer geral, do que foi em aeronáutica Santos Dumont e em música Villa-Lobos, e do que está sendo Oscar Niemeyer, em arquitetura?" (ob. cit., p. 47).

Mas isto não leva a considerar "carisma", carisma da moda ocidental ou da brasileira sobre o consumo oriental, como fator determinante. Antes, é preciso ter em mente o nível de informação, a gerência dos meios de comunicação de massa, o colonialismo cultural e a dependência tecnológica para explicar a invasão do Oriente pelo Ocidente.

No mais, a obra apresenta o Gilberto Freyre de sempre: supervulgarização dos atributos pernambucanos (o provincianismo do trecho "Antecipações recifenses", pp. 83-86, é bradante, inteiramente deslocado do objetivo traçado para a obra); ênfase num certo complexo de inferioridade que vê a todo o transe hostilidade do centro-sul "a iniciativas do Recife" (ob. cit., p. 98); uma confiança desmedida no lado dionisíaco de nossa cultura; um escritor de grande fluência e sólida capacidade de afirmação, algumas vezes corajosamente contra a opinião comum.

Fábio Lucas

Literatura

BERTO, Luiz. A Serenata. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, 70 p.

Epifania e ascensão

Depois do êxito de *O Romance da Besta Fubana*, obra de pura extro-

versão, desabusada e contagiante sátira sócio-política, em que a alegria solar da vida e o gosto da invenção ficcional dominam largamente o grotesco das sombras, este novo livro de Luiz Berto, *A Serenata*, pode, ao primeiro contato, frustrar a expectativa do leitor desprevenido. Mas, para quem acompanha o autor desde a estréia com *A Prisão de São Benedito e Outras Histórias*, e através destas lhe viu na face as luzes da infância e da poesia, não chega a constituir inteira novidade o tom menor da presente novela.

"Simples e aparentemente desconexos", no exato resumo da primeira aba, são os ingredientes da narrativa: uma roda de bar e uma roda de serenata, a que se integra a primeira; uma estrela retardatária e a intuição de um grande acontecimento. Breve, construída em torno de uma base ficcional mínima, desta não se pode antecipar mais do que o dito, se não se quiser prejudicar a fruição da leitura, que há de processar-se em passos lentos e concêntricos.

Sobre essa pouca matéria, a tensão é mantida como que por mágica. Na verdade, tão impregnada de musicalidade e magia, tão íntima do poético é esta prosa – sem que se lhe desfigure o caráter narrativo – que para comentá-la quase se nos impõe a linguagem da música e da poesia.

O texto se desenvolve como um concerto barroco em que mal se percebe, se tanto, alguma variação temática, em que as notas parecem repetir-se ao infinito e, não obstante, sentimos a cada compasso o frescor de um novo alento. É como um poema que se fosse compondo e recompondo sobre si mesmo, camada sobre camada, rosa a completar-se pétala por pétala, sendo cada pétala única em seu róseo odor, se bem que ladeada de gêmeas, na configuração do todo harmônico afinal revelado, desde sempre, contudo, presente; como um sopro melódico a subir e alargar-se em espiral suave, até o completo e glorioso espraio final.

Poder-se-ia, talvez, à crítica mais exigente, joeirar o texto de um

que outro cacoete. Nem mais do que isto faltaria para o cinzelamento definitivo desta pequena obra-prima.

Penso que, literariamente, apesar do sucesso mais pronto e mais amplo d'*O Romance da Besta Fubana*, com *A Serenata* atinge Luiz Berto, por enquanto, o ponto mais alto de sua escalada.

Anderson Braga Horta
Escritor e poeta

O homem sem máscaras

ANDERSON, Sherwood. Winesburg, Ohio. Porto Alegre, L & PM Editores, 1987, 199 p.

No final da década de 20, em Nova Orleans, um jovem que já havia tentado a poesia conheceu um escritor maduro, famoso. À tarde passeavam pela cidade conversando com as pessoas. À noite, encontravam-se num bar, bebiam e discutiam literatura. Pela manhã não se viam porque o mais velho escrevia. Aquela vida, trabalho pela manhã, passeios à tarde e porres à noite – pensou o jovem – era o que lhe convinha.

Então o rapaz desapareceu. Três semanas depois, o escritor o encontrou na rua e perguntou-lhe porque andava sumido. Quando soube que o outro estava escrevendo um livro, exclamou: Santo Deus! E sumiu. Tempos depois o jovem encontrou a esposa do escritor que quis saber em que pé andava o livro. O rapaz respondeu que estava pronto. A mulher lhe disse então que o marido o apresentaria a um editor, mas que de maneira nenhuma aceitaria a caceteação de ler o papelório. "Feito", respondeu o rapaz.

O jovem chamava-se William Faulkner, o livro, *Soldier's Pay*, e o escritor, Sherwood Anderson.

Mentira ou piada, tanto faz, o certo é que o fato foi contado por

Faulkner em entrevista e posteriormente repetido pelos historiadores da literatura norte-americana.

E, já que a apresentação de Anderson está sendo feita segundo depoimento de Faulkner, nada melhor do que transcrever aqui o que este escritor, um dos maiores deste século, dizia de Anderson: "Ele era o pai na minha geração de escritores... Jamais recebeu o reconhecimento que lhe é devido". Traduzindo o que disse Faulkner, Anderson é o pai de Hemingway, Dos Passos, Steinbeck, Fitzgerald e Thomas Wolfe.

Sherwood Anderson só agora chega ao público brasileiro, 46 anos depois de sua morte, com seu livro mais famoso – *Winesburg, Ohio*. Que aqui no Brasil poderíamos traduzir como *Cajazeiras*, *Paraíba*, *Tarauaca*, *Acre* ou *Piratini*, *Rio Grande do Sul*. Dava no mesmo. É um livro de contos, dizem os editores, mas não acredite nisso: é um romance, o romance da cidadezinha, aquele vilarejo que você encontra nos gigantes russos do século passado, Tchekov, Gogol, Dostoiévski, povoado por pessoas que – por incrível que possa parecer nestes tempos bichudos de tanta crença – tinham alma.

Como qualquer outra cidadezinha do mundo, *Winesburg* tem seus loucos chapados, seus loucos chatos e seus loucos reconhecidos como tais. "Mook, o pobre de espírito, era feliz". Turk Smollet, o outro doido, gritava para si mesmo: "Cuidado, Turk! Firme agora, meu velho!"

Mas não é neles que Anderson fixa o olhar. Ele prefere mergulhar em almas bem mais complexas, como a do reverendo que percebeu a presença de Deus no corpo nu da mulher que costuma frestar toda noite; ou do velho fadado ganancioso que quer invocar a presença de Deus matando um cordeiro na frente do neto que entra em pânico quando vê o avô se aproximando com o facão.

As personagens de Anderson são focadas no exato momento que suas vidas se rompem, explodem mostrando toda a iniquidade do pequeno mundo que as sufoca com seu moralismo de fachada, com sua

religiosidade mal digerida. Surgem inteiriças como seres humanos pelo tratamento respeitoso que lhes dá o autor. *Winesburg, Ohio* é também o livro da juventude. Está cheio de rapazes que querem fugir dali e de garotas que querem ser levadas para longe. George Willard é o principal destes jovens, vagando por todos os contos do livro. É ele quem ouve as confissões mais secretas de todos. Repórter do jornaleco local, ele anda de um lado para o outro conversando, sonhando e pensando. É o rapaz meio amalucado de nossas cidadezinhas, que roda um livro de poemas no mimeógrafo e depois vai vegetar nas redações de jornais das cidades grandes.

A caixeirinha do supermercado é o modelo feminino. Passa anos e anos por trás da registradora esperando o namorado que partiu para Chicago, até que numa noite se desata o nó que prendia sua vidinha e ela explode. Uma explosão contida, como se dá com a gente dos vilarejos.

Para os que gostam de datar os livros, ou de desvendar as possíveis posições políticas do autor, Sherwood Anderson deixa alguns poucos parágrafos para que se divirtam. Ele fala do "começo da idade mais materialista da história do mundo, em que os homens se esqueciam de Deus para só atender nos padrões morais, em que a vontade de poder sucederia à vontade de servir e a beleza seria repentinamente esquecida na terrível e cega carreira da humanidade para o acúmulo de posses". Ele sabia muito bem onde iria parar, seguindo naquele andar, o seu país.

Livro de leitura fácil, sem puerias lingüísticas, sem contorcismos sintáticos, tem o que todo leitor consciente procura: retalhos de vida, sofrimento e alegria, o homem sem máscaras.

Em tempo, Anderson é da dinastia de Melville, Poe, Whitman. Não confundir com Sidney CHAITON.

Lourenço Cazarre
Chefe de Editoração da Editora
Universidade de Brasília.

Marque um encontro permanente com os autores mais expressivos do pensamento contemporâneo, das artes às ciências. Assine.

Humanidades

a revista séria que dá prazer

Editora da UnB Lançamentos

A Editora da Universidade de Brasília está em fase de renovação. Além de continuar com suas coleções tradicionais, entre as quais se destaca a Pensamento Político, hoje com 73 títulos, a Editora da UnB vai agora ampliar suas áreas de interesse, abrindo novas linhas que correspondem às mudanças que o país vem sofrendo nos últimos anos.

Esta modificação, numa editora tanto de prestígio quanto de sucesso comercial, insere-se dentro de uma tomada de consciência quanto às reais necessidades editoriais do país. Agora, além de livros de autores consagrados, a Editora da UnB passará a dar espaço para que o melhor da produção intelectual dos países do Terceiro Mundo possa chegar aos leitores brasileiros.

O que se quer é trazer para o Brasil autores africanos, asiáticos e latino-americanos que se dediquem ao estudo dos problemas comuns aos países que sofrem com a dependência econômica, política, tecnológica e cultural.

Da mesma forma, a Editora da UnB pretende incrementar a publicação de autores nacionais que se dediquem efetivamente ao trabalho de resgate das nossas verdadeiras raízes, bem como os que estudam a nossa conflituada realidade. Fascinante e dramática realidade.

Não vai ser fácil. São muitos os obstáculos a serem enfrentados, a começar pela falta de intercâmbio entre intelectuais que escreveram seus livros, fizeram suas pesquisas a duras penas. Com o amadorismo que em geral marca as atividades da inteligência nos países pobres. Amadorismo, neste caso, não no sentido pejorativo que a sociedade atual emprega. Amador significando aquele que ama.

Para esta mudança a Editora da UnB pede a participação de todos. Assim, solicitamos aos leitores de Humanidades que nos enviem sugestões de obras que se enquadrem dentro desta nova proposta.

Lourenço Cazarré Chefe da Editoração

BAUMAN, Renato e LERDA, Juan Carlos (Organizadores). Brasil, Argentina, Uruguai: A Integração em Debate. Rio de Janeiro/Brasília, Editora Marco Zero/Editora Universidade de Brasília, 1987, 279 p.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987, 118 p.

Brasil-Argentina-Uruguai (A Integração em Debate) e O Eixo Argentina-Brasil (O Processo de Integração da América Latina), dois dos mais recentes lançamentos da Editora Universidade de Brasília, têm como objetivo aprofundar a discussão sobre a possibilidade de união entre os países latino-americanos, seja no plano econômico ou no político, para fazer frente à dominação das nações mais desenvolvidas.

Brasil-Argentina-Uruguai (A Integração em Debate) reúne oito ensaios que, segundo um dos organizadores do livro, Juan Carlos Lerda, fazem uma avaliação realista do processo de integração em curso "num tom cético ou até definitivamente crítico", seja em relação aos objetivos propostos nos acordos bilaterais, seja no que diz respeito aos mecanismos adotados para sua implantação.

O livro tem, como apêndice, o texto completo de todos os tratados econômicos entre Brasil e Argentina assinados recentemente, e aos quais o Uruguai aderiu de imediato. As conclusões dos economistas – res-

salta Juan Carlos Lerda – sugerem que os cumprimentos desses acordos vão enfrentar sérios obstáculos tanto de ordem internacional quanto no interior dos próprios países signatários.

Internamente, os governos terão de enfrentar a forte pressão dos grupos econômicos mais fortes de seus países. Por outro lado, ao nível internacional, devem superar a reação dos organismos e dos países desenvolvidos que não aceitam uma integração plena, que só admitem soluções parciais, a estratégia do caso-a-caso.

O Eixo Argentina-Brasil (O Processo de Integração em Debate), de Moniz Bandeira, trata do mesmo assunto ao analisar detalhadamente a evolução econômica, política e social dos dois países ao longo deste século. O autor mostra como os tratados hoje discutidos têm sua origem remota no início deste século, com os encontros entre o Barão do Rio Branco e Roque Sáenz Peña, passando a seguir pelos entendimentos entre Vargas e Perón e entre Jânio Quadros e Frondizi, até a assinatura dos acordos entre Sarney e Alfonsín.

Moniz Bandeira mostra como a Argentina, a partir da queda de Perón, em 1955, submeteu-se quase que ininterruptamente durante trinta anos a planos de estabilização da economia que só agravaram sua crise estrutural. Já o Brasil, que não se submeteu às regras do Fundo Monetário Internacional, conseguiu expandir seu parque industrial e sua agricultura. Para o autor, os golpes de Estado das décadas de 60 e 70 nos países do Sul do continente tinham como objetivo principal destruir os nascentes parques industriais destes países, reorientando suas economias de acordo com os interesses do capitalismo financeiro internacional, ao mesmo tempo em que modificavam as estruturas sociais tentando reduzir a classe operária e a influência de suas representações sindicais.

TEIXEIRA, Antonio. Doença de Chagas e Outras Doenças por Tripanossomos. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987. 161 p.

Doença de Chagas e Outras Doenças por Tripanossomos, de Antonio Teixeira, é um livro importante na medida em que estende o estudo sobre os tripanossomos stercorários, tendo como objetivo construir modelos experimentais, para esclarecimento do comportamento nos seus hospedeiros vertebrados.

Na apresentação do livro, o professor Philip Marsden afirma que um dos maiores problemas da biomedicina hoje é a troca de informações. Lembra que os russos atualmente têm grandes cientistas trabalhando no assunto. Conclui que o livro de Antonio Teixeira será importante para esta troca de informações, uma vez que sairá em breve em tradução inglesa. Livro de leitura fácil, Doença de Chagas e Outras Doenças por Tripanossomos engrandece a bibliografia médica brasileira.

PAVIANI, Aldo (Organizador). Urbanização e Metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987, 251 p.

Em Urbanização e Metropolização (A Gestão dos Conflitos em Brasília), um grupo de economistas,

geógrafos, arquitetos, urbanistas e sociólogos faz um levantamento de todos os problemas que tornam Brasília uma cidade tão problemática quanto qualquer outra cidade brasileira, apenas vinte e cinco anos depois de ser construída.

Na apresentação, o organizador do livro, Aldo Paviani, do Departamento de Geografia da UnB, afirma que não houve um plano de urbanização que levasse em conta a problemática de fundo econômico, político e social. **Urbanização e Metropolição** reúne doze ensaios sobre os mais diversos problemas urbanos da capital, que foram distribuídos em três grupos.

No primeiro destes grupos, temos uma abordagem crítica da organização sócio-espacial. No segundo, discute-se a intervenção do Estado, da renda e da força de trabalho, com o enfoque concentrando-se na periferização. No terceiro segmento, os artigos enfocam questões ligadas ao planejamento do espaço, dos transportes e do uso da terra urbana.

BASTOS, Fernando. **Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente (De Platão a Kant)**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987, 184 p.

Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente (De Platão a Kant), de Fernando Bastos, mostra num amplo painel o desenvolvimento dos conceitos estéticos desde o momento em que Platão fixa a divisão entre um belo transcendente e absoluto e a arte, que seria apenas cópia e imperfeição. Sucede-o Aristotéles, que, na sua *Poética*, diz que a Arte não é simplesmente cópia da natureza, mas a criação de algo novo, um outro Ser.

Com Plotino, no século III, este conceito ganha novos contornos: a Arte é veículo para se chegar à Beleza, à Verdade, a Deus. Na chamada

Alta Idade Média, temos a construção teológico-dogmática da doutrina cristã, na qual desponta Santo Agostinho. Para o autor de *A Cidade de Deus*, pode-se falar em uma plena identificação entre o Belo e Deus. Para criar, o artista precisa de um dom pessoal, que traz na alma, iluminada por Deus.

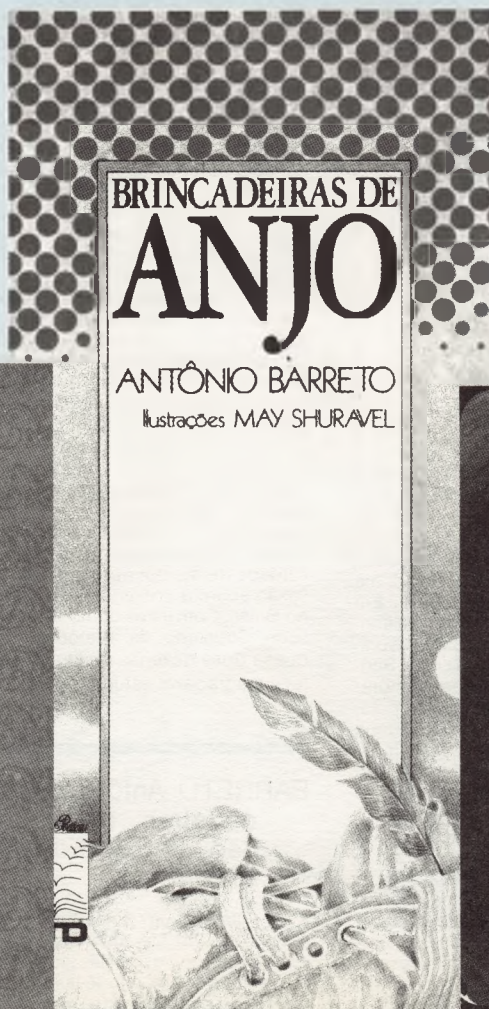
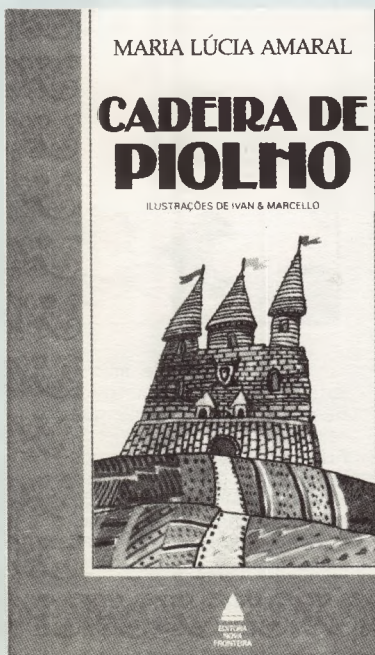
Na Alta Idade Média (dos séculos VIII ao século XIV), destaca-se a Escolástica, quando mestres e professores atingem o auge da teorização do cristianismo. A discussão da estética é uma das preocupações de Tomás de Aquino, para quem a Arte é a virtude de produzir, enquanto o Belo é aquilo que agrada à vista.

No Renascimento, a estética ganhará nova dimensão, será uma ciência autônoma. Com a recuperação da cultura greco-romana, chegaremos ao Humanismo. Neste período, destacam-se Leone Battista Alberti e Leonardo da Vinci, que, com o seu *Tratado*, criará na verdade uma teoria da Arte. Para os renascentistas, a beleza artística seria a consolidação da beleza natural.

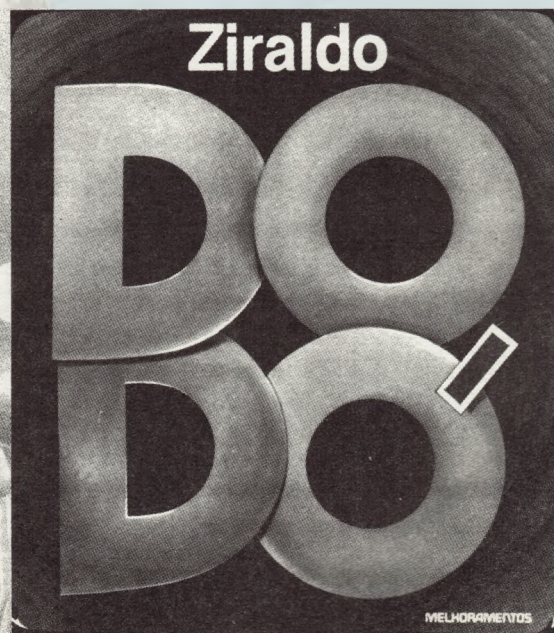
No Classicismo racionalista, a arte passa a ser a manifestação mais pura do que é verdadeiro. Para o Empirismo, dos ensaístas ingleses, o conceito de beleza vem ligado ao de moral. E dos Iluministas alemães chegamos a Kant, que fará a consolidação da Estética como ciência.

Na apresentação desta obra, diz Benedito Nunes: "Pela abordagem de uma temática ainda pouco estudada entre nós, **Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente** enriquece a paisagem filosófica da bibliografia brasileira". Fernando Bastos é professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

Humanidades



**Estante
Infanto-
Juvenil**



AMARAL, Maria Lúcia. Cadeira de piolho. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, 56 p.

Como é bom ler uma história que parece estar sendo contada por uma de nossas avós, ao lado do fogão de lenha, com uma noite clara de luar se mostrando no alpendre. Era uma vez uma princesa de nome Florisbela, suspirando pelo palácio, querendo um marido. Ai estava um problema sério: onde arranjar um marido para a princesa Florisbela? A Ama também estava triste, sem poder fazer nada, a não ser um chá bem quente de folhas de laranjeira para acalmar a princesa. A Ama começou a pentear os lindos e louros cabelos



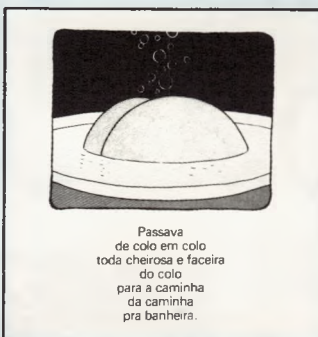
de Florisbela, enquanto cantava versos bem rimados. Mas de repente... Que susto! Um enorme piolho em meio aos dourados cabelos da princesa. A loura princesa desmaiou aristocraticamente, e quando voltou a si resolveu guardar o piolho em sua caixa de jóias. Só que o piolho não parava de crescer, causando problemas até para o Rei. E aí, como fazer com um piolho que cresce dia-a-dia e com uma princesa que procura marido?

Cadeira de piolho é um texto gostoso de ser lido. Sua autora, Maria Lúcia Amaral, incorpora elementos dos Contos de Fadas com outros da cultura nordestina, costurando tudo com muita criatividade, humor e emoção. Recorrendo à estratégia das provas de valor, Maria Lúcia coloca um representante do povo, fazendo com que João, com seu jeito caipira, passe por um vestibular de testes. Mas nos contos de fadas a nobreza pode até curvar-se diante de plebeus, mesmo que tente escapar das situações vexatórias. A luta de classes, a luta por manutenção de interesses e líricos momentos de amor, tudo pode estar junto, no mesmo caldeirão. E uma boa história tem que ter seus conflitos, trazer as contradições deste mundo. Mesmo no mundo do faz-de-conta, mesmo no espaço mágico das mentirinhas, muita verdade pode ser colocada e provocar reflexões sobre o

ato de viver. Se bem que neste livro uma primeira leitura pode ser apenas a da diversão, a da curiosidade sobre um estranho piolho. Mas em nossas cabeças não há lugar apenas para piolhos, não é mesmo?

ALVES Pinto, Ziraldo. Dodó. São Paulo, Melhoramentos, 1987, 26 p.

O Ziraldo resolveu fazer livros em que figurassem como personagens partes do corpo humano. Começou com Petrólio, um pé peregrino. Depois foi a vez dos dedos, do joelho Juvenal, do Rolim e de um sorriso chamado Luiz. Agora chegou a vez de contar a história de um bumbum chamado Dolores e apelidado de Dodó. A história de Dodó registra desde o seu tempo de menina, cheia de talco, perfumada, envolta em fraldinhas. Era o tempo das palmadas das vovós, de passar de colo em colo, de banhos em banheiras espumosas. Dodó crescia feiúra, ganhando concursos de robustez infantil, róseas fotos para o álbum da família. Mas um dia Dodó cresceu e prenderam-na em panos fortes, costuras e botões. Porém Dodó não era um bumbum conformado e foi procurar alternativas, conselhos, novos caminhos. Querendo ser líder, defender a ecologia, perpetuar o verão, Dodó enfim se libertou, melhor dizendo, deu o ar de sua graça e beleza.



Ziraldo é mesmo impossível! Não é que ele conseguiu fazer um livro para crianças, falando de um bumbum, sem ser vulgar... Também, como um artista gráfico que é, ele consegue valorizar seu texto. Em outros momentos, é o texto que enriquece o que ele expressou visualmente, usando ou não as cores. Sendo Ziraldo um inventor bem-humorado, ele brinca às vezes com as palavras, chegando a cometer alguns trocadilhos. Mas isto não tira o mérito de seu trabalho e até é justificado devido ao tema, à abundância de situações que o assunto sugere.

O livro, da Coleção Corpim, da Melhoramentos, traz texto curto e ilustrações em todas as páginas. A criança, acostumada aos livros do Ziraldo, vai curtir mais este trabalho. Por se tratar de Dodó, tenho certeza, muitos adultos acharão motivos para ler e ver o livro. E também vão adorar.

LADEIRA, Julieta de Godoy. Recife dos Holandeses. São Paulo, Ática, 1987, 32 p.

Os holandeses permaneceram por 14 anos no Brasil, principalmente em Recife, fazendo com que a Colônia sentisse a marca de uma administração diferente da de Portugal. Com características sociais e culturais próprias, os holandeses que aqui chegaram em busca do açúcar brasileiro fizeram com que o povo sentisse o gosto da modernização. Entre 1630 a 1654 um pedaço do Brasil foi holandês e Maurício de Nassau teve papel preponderante junto aos senhores de engenho, aos comerciantes, possibilitando o estabelecimento de alianças. A Espanha dominava Portugal à época e a Holanda era considerada uma nação inimiga. Mas até que ponto para os nativos, mestiços e demais radicados nas terras brasileiras eram os holandeses seus virtuais inimigos?

Rui Guerra e Chico Buarque de Holanda já deram ao tema um tratamento diferente na peça Calabar, colocando em cheque a tradicional figura do traidor. Neste livro Recife dos Holandeses há mais elementos para a análise de um período confuso de nossa história. A presença dos holandeses é enfocada de maneira romaneada, criando-se um fio condutor para que conflitos sociais, econômicos e religiosos sejam melhor compreendidos. Julieta de Godoy Ladeira fez um trabalho sério, didático, sem no entanto ser enfadonho. Recorrendo a pesquisas, reconstituindo fatos, usando a imaginação, a autora contribuiu para a reflexão de problemas que até hoje estão presentes em nosso país.

O livro, que saiu pela série Cotidiano da História, da Ática, conta com um ótimo trabalho de ilustração do Rodval Matias, trazendo ao final mapas históricos do Brasil e da África, uma cronologia abrangendo desde a formação das Províncias Unidas dos Países Baixos, em 1579, indo até 1654, com a expulsão definitiva dos holandeses do Nordeste brasileiro. Inclui ainda uma cuidada bibliografia com mais de vinte títulos, dando ao interessado a possibilidade de melhor aprofundar a reflexão sobre a presença holandesa no Brasil. Com livros como estes da série Cotidiano da História, com quase duas dezenas de títulos, fica fácil e agradável estudar.

com tantos prêmios literários e um grande sentimento poético no peito. Falo do livro Brincadeiras de anjo. Falo de Antônio Barreto. Falo da poesia. E a poesia é um gênero literário que tem muito a ver com a criança, que agrada muito o público infantil. Tanto é que as nossas editoras têm lançado, regularmente, livros de poesia.

Mas há um anjo brincando poeticamente na tarde que chamava a chuva. Deitado na grama ele viu a abelha e a saúva conversando, como comadres, fazendo fofocas e troças. O anjo avisou que iria chover uma chuva-de-giz e ninguém poderia acreditar nele. Seguindo, tem uma sombra persistente, correndo atrás de seu dono sem perder o fôlego. Pode um palito de fósforo chamado Paulo ser pintor? Tudo é possível quando o poeta não tem limites para imaginar e poetar. Se vem um cometa riscando o céu, se há um astronauta querendo tocar o dedo na estrela, o poeta tem que estar atento ao fato. Do céu o poeta desce à terra, vislumbra a menina sonhadora, a fada dorminhoca de maíô, queimadinha de sol. O humor das mãos para a imaginação e vão passar na festa, no zoológico, no mundo todo. Não se espante portanto se deparar com uma pulga cheia de pulgas, coçando-se toda.



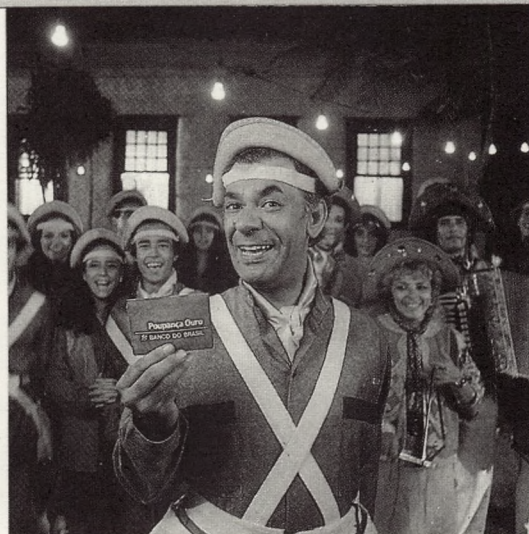
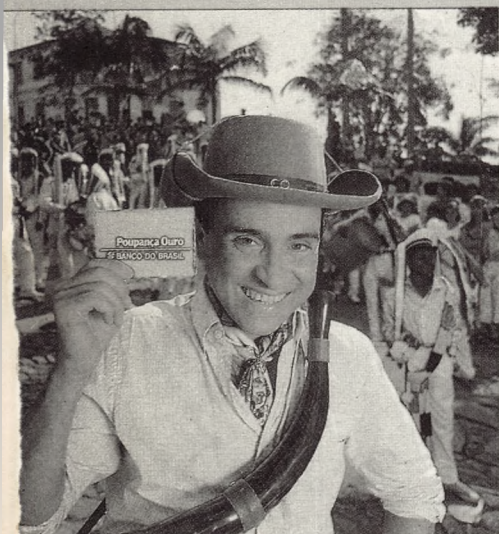
Brincadeiras de anjo é um texto premiado no concurso João de Barro, lá de Belo Horizonte, que está saindo na série Falas Poéticas, da FTD. As ilustrações ficaram por conta de May Shuravel, que soube captar a mágica poética de Antônio Barreto e também brincou de anjo no livro. Por tudo isso sei que a criança vai adorar o livro e que os pais não vão resistir e darão também uma olhadinha. Afinal, as brincadeiras de anjo são para todos os que têm imaginação e sentimento poético.

BARRETO, Antônio. Brincadeiras de Anjo. São Paulo, Editora, FTD, 40 p.

Quando um poeta brinca de menino, se faz de anjo pescando estrelas e escreve poesias tão lindas que seria pecado não lê-las. Ainda mais que o poeta é um dos melhores,

É festa no Interior.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil.



A Poupança Ouro faz a festa da produção agrícola e pecuária.

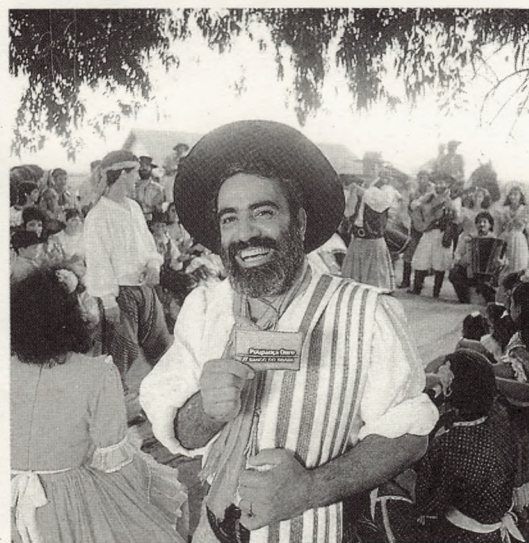
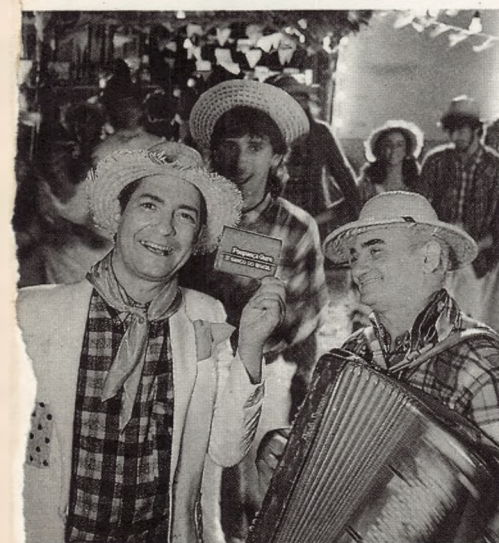
Dá juros e correção monetária para os brasileiros do Interior e das Capitais.

Tem a garantia do maior banco do País.

Leva crédito ao campo para aumentar a produção de alimentos e oferece lucro e segurança para o investidor.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil. O melhor negócio para você.

E para o Brasil.



Agora, em se poupando, tudo dá.

 **BANCO DO BRASIL**



A seguradora de toda a família.

SASSE 
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 118 - 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ - Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmeiras, 11º and. salas 1105/1106 Ed. Delmro Gouveia - Centro - Maceió - Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 - 7º and. salas 71/72 Centro - Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 - 7º and. salas 706/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes - Bairro da Sé - Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 398 Centro - Fortaleza Tel.: (085) 231-9655/226-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União - 10º and. Brasília-DF Tel.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jardim Montainho, 130 - 1º and. Centro - Vitória - Tel.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 - 11º and. - salas 1113/1115 Ed. Parthenon Center Centro - Goiânia - Tel.: (062) 223-7308
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 - 8º and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro - São Luís - Tel.: (068) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro - Cuiabá - Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande - Tel.: (087) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 - 10º and. conj. 1001 a 1010 Centro - Belo Horizonte - Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Sarzedelo Corrêa, 160 Centro - Belém - Tel.: (091) 224-1893
PARAIBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro - João Pessoa - Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 - 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro - Curitiba - Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 - 5º and. Salas 501/510 510 Antônio - Recife - Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Martins, 1294 - 2º and. salas 204 Centro - Teresina - Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 - salas 902, 903 e 904 Edifício Canapi - Centro - Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Anjos, 995 - 6º and. salas 801 e 802 Centro - Porto Alegre - Tel.: (051) 21-3344/21-3871
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 - 4º and. Centro - Rio de Janeiro - Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 - 5º e 6º andares Cerqueira César - São Paulo - Tel.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osório Cunha, 15 - 4º andar - Bloco C conjunto 401 e 402 - Florianópolis - Tel.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 - salas 321 e 332 Edifício Orvidio Teixeira - Centro - Aracaju - Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pixinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sergio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".



Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

